

MAIO - AGO. • 2022 • V. 15

39



**HISTÓRIA DA
HISTORIOGRAFIA**

International Journal of Theory and History of Historiography

ISSN • 1983-9928

Revista Eletrônica Quadrimestral



**HISTÓRIA DA
HISTORIOGRAFIA**

ISSN • 1983-9928

EXPEDIENTE

EDITORA-CHEFE

Flávia Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil. flavia_varella@hotmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

EDITORES EXECUTIVOS

Ana Carolina Barbosa Pereira, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Salvador, BA, Brasil. ancaiana@yahoo.com.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Breno Mendes, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, GO, Brasil. mendes.breno@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Flávia Varella, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil. flavia_varella@hotmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

João Rodolfo Munhoz Ohara, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ohara.jrm@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Lizette Jacinto, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades "Alfonso Vélaz Pliego", Posgrado en Historia, Puebla, México. lizettejacinto@hotmail.com

[ORCID](#)

Maria Inés Mudrovcic, Universidad Nacional del Comahue, Facultad de Humanidades, Departamento de História, Río Negro, Argentina. mmudrovcic@gmail.com

[ORCID](#)

Pablo Aravena, Universidad de Valparaíso, Instituto de Historia y Ciencias Sociales, Magíster en Historia, Valparaíso, Chile. pablo.aravena@uv.cl

[ORCID](#)

Ricardo Ledesma Alonso, Universidade Nacional Autônoma do México, Facultad de Filosofía y Letras, Ciudad de México, México. ricardoledesmaalonso@comunidad.unam.mx

[ORCID](#)

Sanjay Seth, University of London, Department Politics and International Relations, Londres, Inglaterra. s.seth@gold.ac.uk

[ORCID](#)

CONSELHO EDITORIAL

Alejandro Eujanian, Universidad Nacional de Rosario, Facultad de Humanidades y Artes, Rosário, Argentina. aeuja@live.com.ar

Arthur Alfaix Assis, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Brasília, DF, Brasil. arthurassis@hotmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Arthur Lima de Ávila, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil. arthuravila@gmail.com

[Currículo Lattes](#)

Claudia Beltrão, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Escola de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. crbeltrao@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Durval Muniz de Albuquerque, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de História, Natal, RN, Brasil. durvaljr@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Ewa Domanska, Adam Mickiewicz University, Department of History, Poznań, Polônia. ewa@amu.edu.pl

[ORCID](#)

Fábio Franzini, Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Guarulhos, SP, Brasil. fabio.ff.franzini@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Fabio Wasserman, Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires, Argentina. fwasserm@filo.uba.ar

[ORCID](#)

Fernando Nicolazzi, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil. fernando.nicolazzi@ufrgs.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Helena Mollo, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil. hmollo@bol.com.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Julio Bentivoglio, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Departamento de História, Vitória, ES, Brasil. juliobentivoglio@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Lucia Maria Paschoal Guimarães, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. luciamp@uol.com.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Luisa Rauter Pereira, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil. lurauterp@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Mateus Henrique Faria Pereira, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil. matteuspereira@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Omar Acha, Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires, Argentina. omaracha@gmail.com

[ORCID](#)

Pedro Meira Monteiro, Princeton University, Department of Spanish and Portuguese, Princeton, Estados Unidos da América. pmeira@princeton.edu

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Pedro Spinola Pereira Caldas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas, Escola de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. pedro.caldas@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Raquel Glezer, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil. rglezer938@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Rebeca Gontijo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Seropédica, RJ, Brasil. rebeca.gontijo@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Rodrigo Turin, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas, Escola de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. rodrigoturin@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Sérgio da Mata, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil. sdmata@ufop.edu.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Temístocles Cezar, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil. t.cezar@ufrgs.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Tiago C. P. dos Reis Miranda, Universidade de Évora, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Évora, Portugal. treismiranda@yahoo.co.uk

[ORCID](#)

Valdei Lopes de Araujo, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil. valdei354@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

CONSELHO CONSULTIVO

Astor Diehl, Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Passo Fundo, RS, Brasil. astor@upf.br

[Currículo Lattes](#)

Carlos Fico, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. carlosficojr@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Carlos Oiti, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, GO, Brasil. oitijr@terra.com.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Cássio Fernandes, Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil. cassiofer@hotmail.com

[Currículo Lattes](#)

Chris Lorenz, University of Amsterdam, Amsterdã, Países Baixos. cfg.lorenz@gmail.com

Eliana Dutra, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Belo Horizonte, MG, Brasil. erduttra@terra.com.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Estevão de Rezende Martins, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Brasília, DF, Brasil. echarema@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Fernando Catroga, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Coimbra, Portugal. fcatroga@hotmail.com

Francisco Murari Pires, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil. murari@usp.br

[Currículo Lattes](#)

François Hartog, École Des Hautes Études En Sciences Sociales, Paris, França. francois.hartog@ehess.fr

Frederico de Castro Neves, Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Fortaleza, CE, Brasil. fredneve@ufc.br

[Currículo Lattes](#)

Guillermo Zermeño Padilla, Colegio do México, Cidade do México, México. gmoz@colmex.mx

Hans Ulrich Gumbrecht, Stanford University, Departments of Comparative Literature and of French & Italian, Stanford, Estados Unidos da América. sepp@stanford.edu

Iris Kantor, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, São Paulo, SP, Brasil. ikantor@usp.br

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

José Carlos Reis, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Belo Horizonte, MG, Brasil. jkrs@uol.com.br

[Currículo Lattes](#)

Jörn Rüsen, Universität Witten/Herdecke, Fakultät für Kulturreflexion - Studium fundamentale, Witten, Alemanha. joern.ruesen@uni-wh.de

Jurandir Malerba, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil. jurandirmalerba1@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Keila Grinberg, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas, Escola de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. keila.grinberg@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Luiz Costa Lima, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. l18danil@gmail.com

[Currículo Lattes](#)

Marco Morel, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. marmorel@terra.com.br

[Currículo Lattes](#)

Marlon Salomon, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, GO, Brasil. marlonsalomon@gmail.com

[Currículo Lattes](#) | [ORCID](#)

Pascal Payen, Université de Toulouse II - Le Mirail, Toulouse, França. payen@univ-tlse2.fr

Sérgio Campos Matos, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de História, Lisboa, Portugal. sergiocamposmatos@gmail.com

[ORCID](#)

Silvia Petersen, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Porto Alegre, RS, Brasil. spetersen@orion.ufrgs.br

[Currículo Lattes](#)

EDITORES ASSISTENTES

Letícia Gomes do Nascimento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Departamento de Ciência da Literatura, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

DIVULGAÇÃO/COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Ilda Renata Andreatta Sesquim, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil.

REVISÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Lectura Traduções.

REVISÃO DE LÍNGUA INGLESA

Lectura Traduções.

REVISÃO DE LÍNGUA ESPANHOLA

Lectura Traduções.

DIAGRAMAÇÃO

João Carlos Furlani, Editora Milfontes.

REALIZAÇÃO

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH).

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

PATROCÍNIO

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

CONTATO

Rua do Seminário, s/n - Centro Mariana - MG

35420-000 | Brasil

<http://www.historiadahistoriografia.com.br>

historiadahistoriografia@hotmail.com

Telefone: (31) 3557-9400

MISSÃO

Abrigar, divulgar e incentivar a produção de conhecimento nos campos da teoria da história, da história da historiografia e afins no intuito de fomentar o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisa entre investigadores dessas áreas correlatas.

FICHA CATALOGRÁFICA

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

Revista História da Historiografia = International Journal of Theory and History of Historiography [recurso eletrônico]. - v. 15, n. 39 (maio/ago. 2022-) . - Dados eletrônicos. - Ouro Preto : SBTHH, UFOP, UNIRIO, 2022- v.

Quadrimestral.

Texto em português, inglês e espanhol.

Periódico interinstitucional: Coordenado pela Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH), patrocinado pelos Programas de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

ISSN: 1983-9928

Modo de acesso: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista>

1. História – Periódicos 2. Historiografia – Periódicos.

CDU: 930(05)

Bibliotecário(a) Responsável: Elton Ferreira de Mattos - CRB 6 - 2824

DOSSIÊ TEMÁTICO SPECIAL ISSUE

- Rememoración: entre agencia y actualidad del pasado
Elías José Palti, Daniela Losiggio y Lucila Svampa _____ 17
- Ganar la memoria, historiar las memorias: Enrique Flores Magón como constructor de un pasado vívido y transformado
Marco Antonio Samaniego López _____ 27
- Historiography and apocalypse: an intimate relationship?
Jerry W. Burkette Jr. _____ 55
- La farmacia de Bernard Stiegler: pensar la memoria y abrir la historia para que la vida merezca ser vivida
Félix Raúl Martínez Cleves _____ 77
- Meninos sem Pátria*: ditadura, literatura e os trabalhos da memória entre ficção e realidade (1981/2018)
Anderson da Silva Almeida _____ 103
- Historical time and Latin American uprising: on suspension as a critical moment
Natalia Taccetta and Daniela Losiggio _____ 133
- ¿Qué tipo de conocimiento histórico podemos construir? Montaje, técnica y poética en la obra de Walter Benjamin
Ludmila Fuks _____ 155
- A atualização histórica como ação contra-atualista: museus e monumentos entre a recordação e o esquecimento no Brasil contemporâneo
Mayra de Souza Marques _____ 179

Towards conflicting chronologies: a topographic insight following Reinhart Koselleck's work
Lucila Svampa _____ 203

A agência dos mortos na teoria ator-rede a partir da descrição do traslado da múmia de Ramsés II em Bruno Latour
Diogo Quirim _____ 229

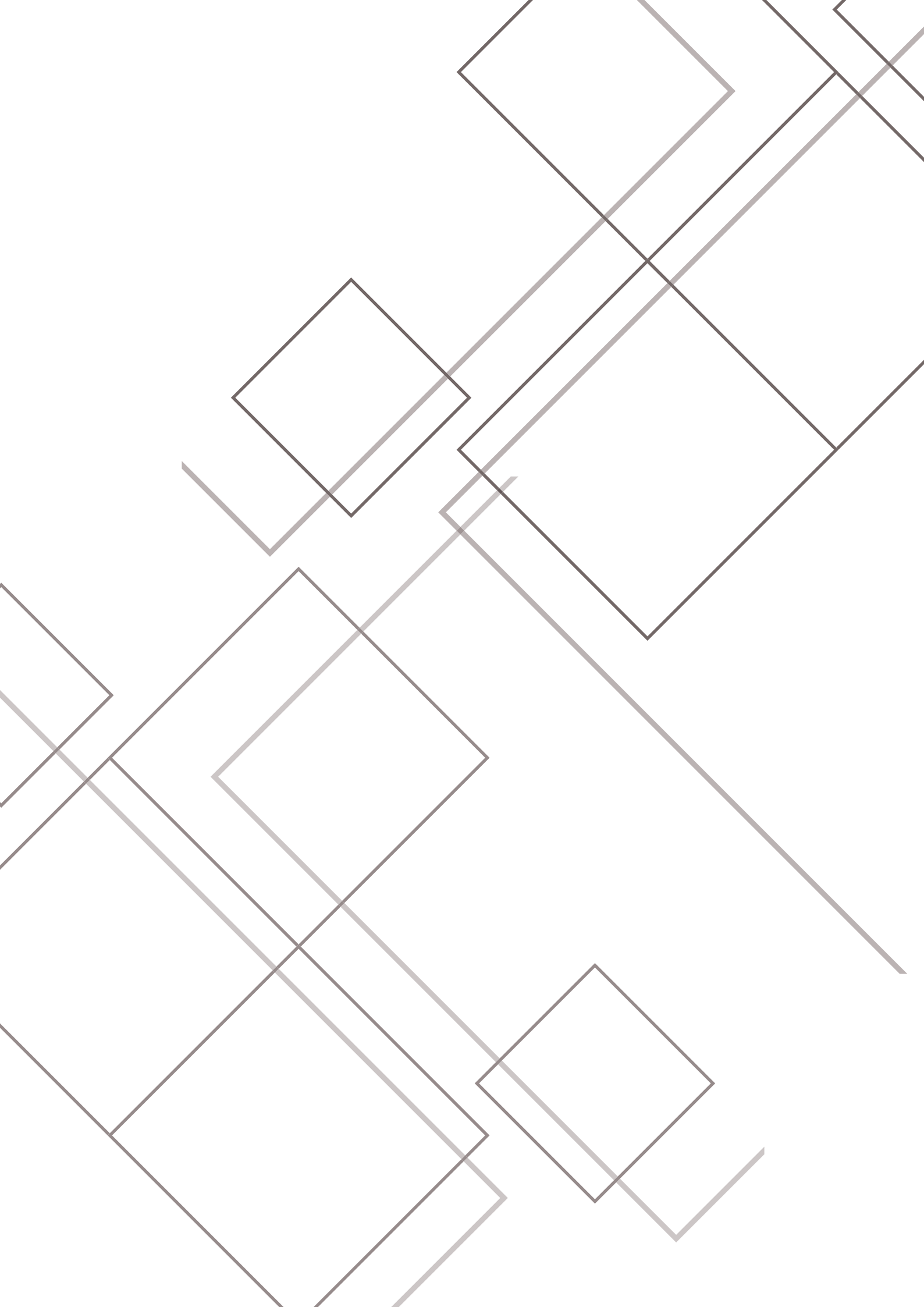
■ **NORMAS DE PUBLICAÇÃO**
EDITORIAL GUIDELINES _____ 259



DOSSIÊ TEMÁTICO



SPECIAL ISSUE



Rememoración: entre agencia y actualidad del pasado

Remembrance: between agency and actuality of the past

Elías José Palti ^a

eliaspalti@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3716-9219> 

^a Universidad de Buenos Aires/Universidad Nacional de Quilmes, Buenos Aires,
Argentina

Daniela Losiggio ^b

danielalosiggio@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1543-0412> 

^b Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras,
Instituto de Investigaciones Gino Germani, Ciudad de Buenos Aires, Argentina

Lucila Svampa ^c

lucilasvampa@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0713-7950> 

^c Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras,
Instituto de Investigaciones Gino Germani, Ciudad de Buenos Aires, Argentina

Durante los primeros años del siglo XXI, la opinión pública renovó las querellas provenientes de la filosofía de la historia y de los llamados estudios de la memoria. En el plano político, recientemente, una nueva versión del neoliberalismo —especialmente en América Latina— ha reformulado sus modos de lidiar con los sentidos históricos. Parece haber allí una invitación a la deshistorización del presente, mas que *a prima facie* se comprende como un dispositivo de un supuesto agenciamiento que impulsaría al sujeto a ser autosuficiente y a conseguir autónomamente sus objetivos. ¿Pero no estaría en la base de dicho empoderamiento el hecho de que aquello que los sujetos van a buscar libremente no es siempre nada muy distinto a lo que ya existe? ¿No daría esto lugar a una formulación hipócrita de usos del pasado, con sus correspondientes relatos, mitos políticos y hazañas de origen? En este contexto, ¿se alojaría el mito en un uso hipócrita del pasado o en la propia pretensión de Verdad? ¿Existiría, en todo caso, un “por fuera” del mito? ¿No estaremos atrapados en el círculo de lo mítico, en el que la fantasía mítica última consistiría, justamente, en pretender escapar de él? Nuevamente es la teoría de la historia la que viene a informar estos interrogantes. La tesis de que la historia no puede ser comprendida como *continuum* o como *historia magistra vitae* no ha perdido vigencia y, sin embargo, eso no entra en contradicción con la inapelable necesidad de los distintos sentidos históricos para la acción colectiva.

En este contexto y en la búsqueda de una actualización histórica, la estructuración de las dimensiones temporales se conjuga con lo social, dando lugar a conflictos teórico-políticos. La intervención de usos del pasado, que disponen de vivencias y recuerdos colectivos, vuelve nuestro tiempo pretérito un campo de batalla. Así, los modos de construcción del conocimiento histórico se ubican en el centro de la escena, despertando disputas por el sentido del pasado y las formas de acceder a él. A su vez, las diversas interacciones entre historia y memoria y memoria y olvido estructuran tanto nuestro espacio de experiencias como nuestro horizonte de expectativas, forjando distintas perspectivas para el futuro y modos de narrar el pasado. Este *dossier* es un llamado a reflexionar nuevamente sobre los conceptos clásicos y reversionados de la filosofía de la historia, tales como rememoración, experiencia, aceleración, prognosis y estratos del tiempo, entre otros, a efectos de alumbrar la potencia contemporánea, la politicidad, la agencia y las posibilidades para la movilización que presenta la historia.

Los artículos que aquí presentamos siguen esas líneas disparadoras. El primero de ellos, a cargo de Marco Antonio Samaniego, constituye una reflexión de carácter situado que se interesa por ciertas tergiversaciones de las narrativas de los llamados “precursores” de la Revolución Mexicana (especialmente de los escritos de Enrique Flores Magón) a la hora de construir una “memoria funcional” y asimismo de diseñar las postrimerías de la Revolución. A estos efectos, Samaniego recurre a las obras de

los autores que más reflexionaron sobre los usos del pasado, entre ellos: Paul Ricoeur, Dominick LaCapra, Enzo Traverso y Elizabeth Jelin. Finalmente, el autor observa con lucidez las estrategias de apropiación de las tesis anarquistas de Flores Magón.

El texto de Jerry Burkette propone un recorrido por la relación entre historiografía y apocalipsis, más allá de sus antecedentes religiosos. El autor analiza las narrativas apocalípticas por medio de ejemplos —entre los cuales se destaca el tema del colonialismo— y perspectivas teóricas, acudiendo a las obras de David Scott, Michael Löwith y Antoni Liakos, entre otros. Allí el *telos* se vuelve un protagonista fundamental en la dimensión del futuro que define, en gran medida, las expectativas sobre posibles finales en las historias. El concepto de teodicea y la performatividad de la retórica apocalíptica muestran una direccionalidad no solo hacia los finales, sino también hacia los inicios de las historias. A lo largo de este recorrido, Burkette logra mostrar una intencionalidad en el orden profético que, junto con el vector del progreso, cobra una enorme vigencia.

Por su parte, Félix Raúl Martínez Cleves se concentra en la obra de Bernard Stiegler para revelar en ella una filosofía de la historia vinculada a una filosofía de la técnica. La preocupación por la memoria y la vida lleva al autor a realizar una articulación entre farmacología e historia que atraviesa una investigación sobre la gramatización. En este artículo, Martínez logra encarar estos controvertidos temas concentrándose en la figura del Antropoceno. Las preguntas sobre la relación entre la historia, la bioética y la organología, en un contexto neoliberal, ponen el foco en los desafíos que presenta la sociedad de la información. Este recorrido lo emprende visitando los aportes de una serie variopinta de autores, como Kranzberg, Watson, Deleuze y Guattari y Derrida, que enriquecen el análisis aquí presentado.

Un exhaustivo trabajo de Anderson Almeida vuelve sobre cuestiones fundamentales para los estudios de la memoria. El autor relata un hecho llamativo a los fines de este *dossier*. En 2018, el libro *Meninos sem pátria* (1981), de Luiz Puntel, fue objeto del escarnio público al ser señalado por padres y madres de escuelas de Río de Janeiro como apologista del comunismo. Almeida retoma las nociones ya clásicas de “trabajos de la memoria”, de Elizabeth Jelin; de “lugares de la memoria”, de Pierre Nora; y de “memoria colectiva”, de Maurice Halbwachs, para preguntarse: ¿de qué se trata este escándalo tardío? ¿Qué objetos vinculan ese libro con un presente que se torna dictatorial? ¿De qué modo expresa ese hecho toda una renovada legitimación histórica del último golpe militar en Brasil?

Inspiradas por sucesos populares de reciente emergencia en América Latina, Natalia Taccetta y Daniela Losiggio exploran muy profundamente las aristas de la

noción de revuelta (*uprising*) tanto en el pensamiento político y estético como en la filosofía de la historia. Las autoras proponen una tesis original: si bien el concepto de revuelta se asocia tradicionalmente a las nociones de revolución y crisis, tiene una especificidad vinculada a la temporalidad y los afectos. La revuelta, por un lado, implica una suspensión del tiempo histórico que permite una reorganización de la normalidad política. Por el otro, expresa una tensión entre razón y pasiones que permite revisar la idea de los levantamientos como tumultos irreflexivos. Para dar forma a esta tesis, Taccetta y Losiggio indagan en las obras de un extenso corpus bibliográfico que va de Walter Benjamin, Aby Warburg y Reinhart Koselleck hasta los recientes trabajos de Georges Didi-Huberman, Judith Butler, Elsa Dorlin, Jacques Rancière y Nelly Richard.

En un sentido cercano a este, también el trabajo de Ludmila Fuks busca pensar la relación entre memoria, pasado y narrativas históricas. En clave benjaminiana, Fuks indaga sobre las posibilidades para un estudio del pasado que —justamente— no dé “nada por perdido”. Audazmente, la autora muestra que el principio metodológico del montaje para la construcción del conocimiento histórico sigue teniendo vigencia. Y lo hace partiendo del análisis del poemario argentino *Deuda & literatura*, de Omar Chauvié (2017). El/la lector/a que quiera introducirse en la obra de Walter Benjamin encontrará en este artículo una minuciosa presentación de textos clave y complejos del autor alemán, tales como “El autor como productor”, “Calle de dirección única”, el célebre *Das Passagen-Werk* y las tesis *Sobre el concepto de historia*, entre otros.

El tema de la actualización ocupa el centro de la problematización planteada en el artículo de Mayra de Souza Marques, junto con una fuerte preocupación por la democratización de la historia, el debilitamiento de la agencia y la dimensión del futuro. El texto ofrece un análisis de estas cuestiones por medio de dos vías: la virtualización y el uso de la tecnología para la preservación de los acervos históricos en los museos y los debates sobre el emplazamiento de los memoriales en el espacio público. Para abordar el primer punto, la autora examina algunos ejemplos del tránsito de lo analógico a lo digital, asumiendo que para todos los casos existen tanto ventajas como posibles riesgos. En el caso de los monumentos que suscitan grandes controversias por enaltecer figuras que no encajan con los valores socialmente vigentes, la conclusión a la que llega la autora reclama mayor discusión, sino aferrarse a una solución apriorística.

El artículo de Lucila Svampa pone en juego la relación entre historia y espacio partiendo del pensamiento de Reinhart Koselleck. Las reflexiones que el maestro de la historia conceptual dedica al tema, en un artículo titulado *Raum und Geschichte*, se ubican en sus cavilaciones sobre la teoría de los tiempos históricos. A esto se le suma, en el artículo, un trabajo sobre conceptos que contienen connotaciones

espaciales, como *Zeitschichten* (estratos del tiempo), *Erfahrungsraum* (espacio de experiencia), *Standortbindung* (conexión con la ubicación), *Erwartungshorizont* (horizonte de expectativas) y *Utopie* (utopía). Todos ellos describen órdenes en que los acontecimientos tienen lugar o pueden tener lugar, apuntando, de esa forma, a las condiciones históricas en las que los conceptos, actores y acontecimientos emergen, se mueven y se extinguen. En este contexto, la autora descubre un trabajo sobre la naturaleza conflictiva del tiempo histórico, que mantiene una relación ambivalente con la cronología.

En un sentido en el que reverberan las polémicas tesis de Benjamin sobre la acción póstuma de los vencidos, Diego Quirim se centra en la teoría del actor-red de Bruno Latour para pensar la agencia como “multitemporal” o —también— “tanatoagencias”. Quirim observa el episodio del traslado de la momia de Ramsés II desde el Museo de El Cairo hasta París en el año 1976 (traslado que, en distintas ocasiones, describe Latour) y esto le permite pensar no solo en los modos mediante los cuales los muertos —de algún modo— siguen actuando en el presente, sino también en el modo en que el presente puede modificar el pasado mediante anacronismos (que deben ser explicitados como tales). Por cierto, esta propuesta le permite realizar una crítica a la dimensión lineal del tiempo, así como proponer una arista metodológica para los estudios historiográficos.

En suma, esta breve descripción sobre el *dossier* demuestra la importancia del tema propuesto. La relación entre los acontecimientos históricos y los modos en que estos son recuperados tiene un gran impacto tanto en el ámbito académico como en las discusiones públicas sobre las conmemoraciones. Los debates memoriales, el estatuto del archivo, la actualización del pasado, la estructura de la temporalidad, la crisis histórica, los afectos políticos, los desafíos de las narrativas y el montaje son algunos de los temas vertebradores de este *dossier*. En plena sintonía con ellos fueron concebidos los artículos, que proporcionan insumos claves para el análisis de la conmemoración y cuyos aportes podríamos resumir en tres grandes ejes. En primer lugar, reconocemos la existencia de algunos interrogantes a la hora de reflexionar sobre los criterios en los que se debe basar la tarea de la reactualización del pasado. Si bien muchos escritores proponen una mutación en el punto de vista a partir del cual que se construye la historia —un cambio que apunte, por ejemplo, a la mirada de los vencidos o que permita recuperar las expectativas de los oprimidos, para parafrasear a Benjamin—, persiste la necesidad de enfrentar —o por qué no, reformular— los puntapiés que deben guiar tal elaboración. En otros casos, prevalecen preguntas en torno a los buenos usos de la historia que demandan fundamentación si se quiere trasladar ese discernimiento a otras situaciones históricas o bien si se quiere discutir el estatuto de esos juicios.

En segundo lugar, emerge la importancia del abandono de la visión teleológica de la historia. Esto en relación a cómo las conceptualizaciones de la historia que prescindan de un registro objetivo del conocimiento del pasado producen, reflejan o acompañan la configuración de determinadas cartografías que señalan un camino para la acción política. La discusión sobre una posible linealidad en la historia —afín al *telos* y a la noción de finalidad— plantea preguntas acuciantes en torno a las críticas al vector del progreso, pero también en torno a la agencia. De no existir un modo particular de concebir la razón de ser de la historia, de no existir un significado cabal que oriente nuestro devenir, ¿es posible sortear el riesgo de una inclinación nihilista? Esto nos llevará al segundo objetivo, que se enfocará en la caracterización de la tarea de la reactualización del pasado. Allí intentaremos dar con una articulación entre esta y las formas del conocimiento: ¿son las categorías especulativas de la historia un insumo importante para la puesta en marcha de una rememoración? ¿Es posible establecer criterios que deberían guiar tal tarea?

En tercer lugar, se encuentra la caracterización de la tarea de quienes investigamos el pasado. ¿Qué rol adquiere el historiador, cuál será el del filósofo de la historia? ¿Son las categorías especulativas de la historia un insumo importante para la puesta en marcha de una rememoración? ¿Es posible establecer criterios que deberían guiar tal tarea? Allí se inmiscuyen preguntas en torno a las diferentes formas del conocimiento y de acceso al pasado que busquen indagar sobre él sin pretender acceder a lo que realmente sucedió, como señalaba Leopold von Ranke, ni tampoco arrojarlo al riesgo de una manipulación. Como dice Nietzsche en un pasaje citado por Walter Benjamin en sus tesis sobre la historia: «Necesitamos historia, pero la necesitamos de una manera distinta a como la necesita el holgazán mal criado en el jardín del saber».

REFERENCIAS

ALMEIDA, Anderson da Silva. Meninos sem Pátria: ditadura, literatura e os trabalhos da memória entre ficção e realidade (1981/2018). **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 15, n. 39, p. 103-132, 2022. DOI: 10.15848/hh.v15i39.1874. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/index>. Acesso em: 30 mai. 2022.

BURKETTE JR, Jerry W. Historiography and apocalypse: an intimate relationship? **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro

Preto, v. 15, n. 39, p. 55-76, 2022. DOI: 10.15848/hh.v15i39.1863. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/index>. Acesso em: 30 mai. 2022.

CLEVES, Félix Raúl Martínez. La farmacia de Bernard Stiegler: pensar la memoria y abrir la historia para que la vida merezca ser vivida. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 15, n. 39, p. 77-101, 2022. DOI: 10.15848/hh.v15i39.1873. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/index>. Acesso em: 30 mai. 2022.

FUKS, Ludmila. ¿Qué tipo de conocimiento histórico podemos construir? Montaje, técnica y poética en la obra de Walter Benjamin. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 15, n. 39, p. 155-178, 2022. DOI: 10.15848/hh.v15i39.1882. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/index>. Acesso em: 30 mai. 2022.

LÓPEZ, Marco Antonio Samaniego. Ganar la memoria, historiar las memorias: Enrique Flores Magón como constructor de un pasado vívido y transformado. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 15, n. 39, p. 27-54, 2022. DOI: 10.15848/hh.v15i39.1862. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/index>. Acesso em: 30 mai. 2022.

MARQUES, Mayra de Souza. A atualização histórica como ação contra-atualista: museus e monumentos entre a recordação e o esquecimento no Brasil contemporâneo. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 15, n. 39, p. 179-202, 2022. DOI: 10.15848/hh.v15i39.1883. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/index>. Acesso em: 30 mai. 2022.

QUIRIM, Diogo. A agência dos mortos na teoria ator-rede a partir da descrição do traslado da múmia de Ramsés II em Bruno Latour. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 15, n. 39, p. 229-258, 2022. DOI: 10.15848/hh.v15i39.1889. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/index>. Acesso em: 30 mai. 2022.

SVAMPA, Lucila. Towards conflicting chronologies: a topographic insight following Reinhart Koselleck's work. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 15, n. 39, p. 203-228, 2022. DOI: 10.15848/hh.v15i39.1886. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/index>. Acesso em: 30 mai. 2022.

TACETTA, Natalia; LOSIGGIO, Daniela. Historical time and Latin American uprising: on suspension as a critical moment. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 15, n. 39, p. 133-154, 2022. DOI: 10.15848/hh.v15i39.1877. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/index>. Acesso em: 30 mai. 2022.

INFORMACIÓN ADICIONAL

BIOGRAFÍA ACADÉMICA

Elías José Palti es doctor en historia de la Universidad de California en Berkeley. Realizó estudios postdoctorales en El Colegio de México y la Universidad de Harvard. Actualmente se desempeña como docente en la Universidad Nacional de Quilmes y en la Universidad de Buenos Aires y como investigador del CONICET, Argentina. Artículos suyos han aparecido en revistas especializadas y libros de 21 países (Alemania, Argentina, Australia, Brasil, Chile, China, Colombia, Costa Rica, Ecuador, España, Estados Unidos, Finlandia, Francia, Guatemala, Inglaterra, Israel, México, Paraguay, Perú, Suecia y Turquía), en seis distintos idiomas (chino, español, francés, inglés, portugués y turco). Es además autor, entre otros libros, de *La nación como problema. Los historiadores y la "cuestión nacional"* (2003), *Verdades y saberes del marxismo. Reacciones de una tradición política ante su "crisis"* (2005) y *An Archaeology of the Political Regimes of Power from the Seventeenth Century to the Present* (2017). Es miembro del comité editorial de *Prismas. Revista de Historia Intelectual* y el *Journal of the History of Ideas*. En 2009 recibió la *Guggenheim Fellowship* y en 2021 el premio "Pensamiento de América "Leopoldo Zea", otorgado por el *Instituto Panamericano de Geografía e Historia*, organismo especializado de la *Organización de Estados Americanos (OEA)*, entre otras distinciones. Desde 2016 se desempeña como director del *Centro de Historia Intelectual* de la Universidad Nacional de Quilmes y durante el periodo 2020-2021 como director de la Maestría en Historia Intelectual en la misma Universidad.

Daniela Losiggio es doctora en Ciencias Sociales por la Universidad de Buenos Aires (UBA). Además de enseñar Teorías sobre el Poder en la UBA, imparte el curso de Políticas Públicas y Derechos Humanos en la Universidad Nacional Arturo Jauretche (UNAJ), donde también es jefa del Área de Género, Diversidad y Derechos Humanos. Es investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).

Lucila Svampa es investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), en el Instituto Gino Germani y profesora de Filosofía en la Universidad de Buenos Aires. Es doctora en Ciencias Sociales (Universidad de Buenos Aires) y realizó un postdoctorado en Filosofía (FFyL-UBA). Fue becaria del DAAD (2014 y 2017) y ahora es becaria Alexander von

Humboldt. Publicó artículos en Res Publica, Cuadernos de Filosofía y Daimon, entre otras revistas. También publicó La historia en disputa. Memoria, olvido y usos del pasado (Prometeo, 2016) y el recopilatorio ¿Qué hay de política en la filosofía? Ocho ensayos (Colección CLACSO-IIGG, 2018).

FINANCIACIÓN

No se aplica.

CONFLICTO DE INTERESES

Nenhum conflito de interesses ha sido declarado.

APROBACIÓN DEL COMITÉ DE ÉTICA

No se aplica.

PREPRINT

La presentación no es un preprint.

DISPONIBILIDAD DE DATOS DE INVESTIGACIÓN Y OTROS MATERIALES

No se aplica.

EDITORES RESPONSABLES

Flávia Varella – Editor jefe

João Rodolfo Munhoz Ohara – Editor ejecutivo

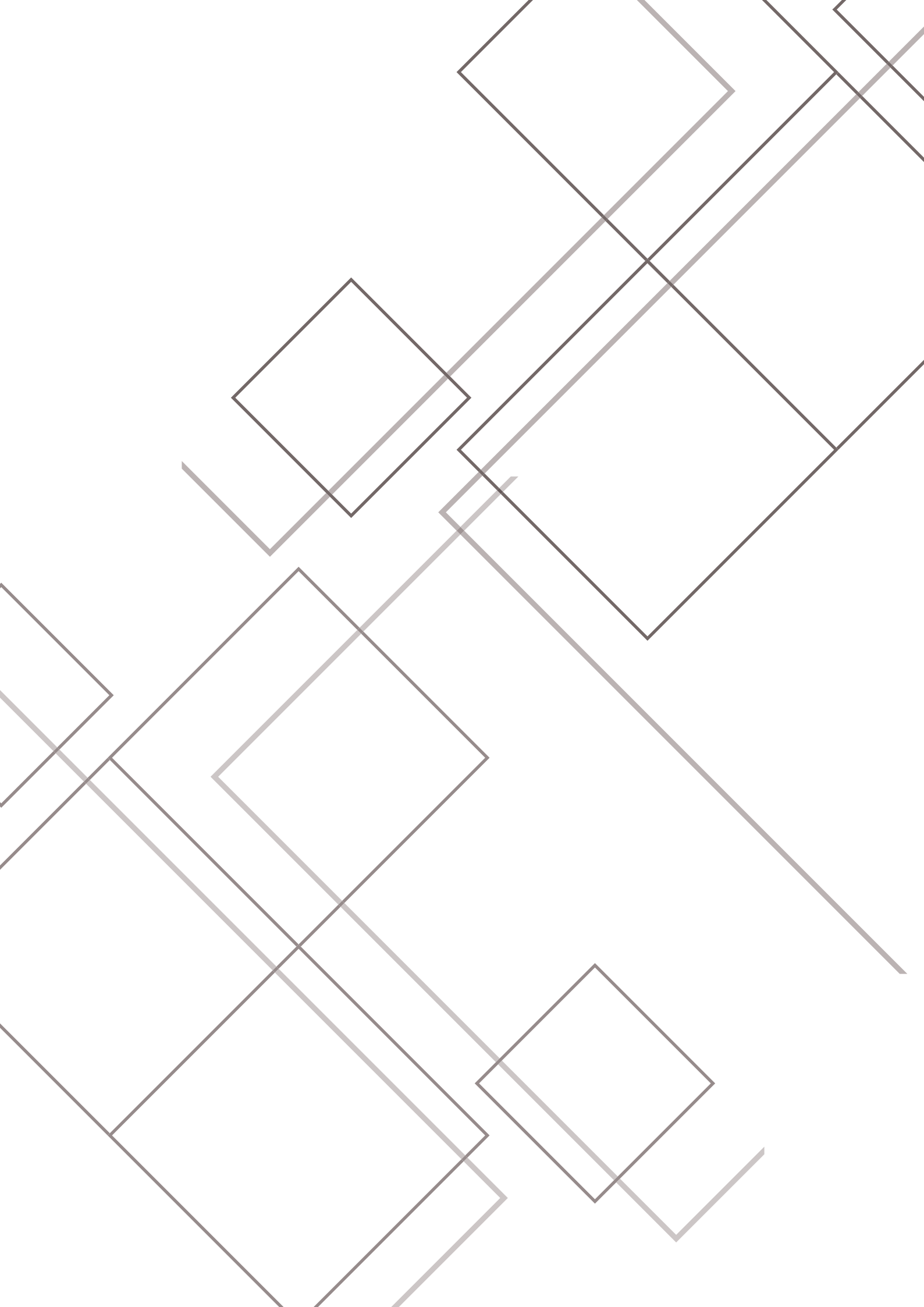
DERECHOS DE AUTOR

Copyright © 2022 Elías Palti, Daniela Losiggio y Lucila Svampa.

LICENCIA

Esta es una presentación distribuida en Acceso Abierto bajo los términos de [Creative Commons Atribución 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





Ganar la memoria, historiar las memorias: Enrique Flores Magón como constructor de un pasado vívido y transformado

Gaining memory, historicizing memories: Enrique Flores Magón
as builder of a vivid and transformed past

Marco Antonio Samaniego López ^a

samaniego@uabc.edu.mx

<https://orcid.org/0000-0003-4558-2342> 

^a Universidad Autónoma de Baja California, Instituto de
Investigaciones Históricas, Tijuana, Baja California, México

RESUMEN

Este artículo se inscribe en la discusión sobre el papel del actor/escritor como punto de partida para la construcción de un discurso y sus implicaciones en los usos del pasado y en los trabajos abocados a generar una memoria funcional. A partir de la comparación de los textos de Enrique Flores Magón, se demuestra cómo se modificó la lectura sobre la lucha anarquista para presentarla como capitalista y obtener un reconocimiento de sus actores como precursores sociales de la Revolución mexicana. Para sustentar la propuesta, nos basamos en autores que han abordado el tema de las memorias, como Paul Ricoeur, Dominick LaCapra, Enzo Traverso y Elizabeth Jelin, entre otros. Buscamos, así, explicar el uso de la memoria que impactó la historiografía y constituyó la categoría histórica de los precursores, eliminando el registro de la lucha contra el capitalismo, el Estado, la propiedad privada y toda forma de creencia religiosa. Crear una memoria funcional permitió, en efecto, inscribirse en la teleología de la Revolución mexicana, pero una contraria a los fines de los anarquistas.

PALABRAS CLAVE

Memorias. Precursores. Revolución mexicana.

ABSTRACT

This article engages the discussion about the role of the actor/writer as the starting point for the construction of a discourse and its implications in the uses of the past and in texts endeavoring to create a working memory. Based on a comparison of the texts of Enrique Flores Magón, it is shown how the interpretation of the anarchist struggle was transformed into a capitalist fight in order to achieve recognition of its actors as social precursors of the Mexican revolution. To support this argument, we rely on authors who have addressed the subject of memories, such as Paul Ricoeur, Dominick LaCapra, Enzo Traverso and Elizabeth Jelin, among others. We thus seek to explain the use of memory as it impacts historiography and constitutes the historical category of the precursors, extinguishing the record of the fight against capitalism, the state, private property, and all forms of religious belief. The creation of a working memory made possible its inscription in the teleology of the Mexican revolution, but at the cost of the aims of the anarchists.

KEYWORDS

Memories. Precursors. Mexican revolution.

Introducción

Este escrito se enmarca en la discusión sobre el papel del actor/escritor como punto de partida para la construcción de un discurso y sus implicaciones en los usos del pasado y en los trabajos que apuntan a generar una memoria funcional. La elección de la figura de Enrique Flores Magón se debió a la relación que ese periodista logró establecer entre el inicio de la lucha contra Porfirio Díaz y los discursos de la posrevolución, en los que insertó una narrativa por medio de la cual modificó la interpretación de la actuación de un grupo de anarquistas que luchaban contra la propiedad privada, el Estado, así como contra cualquier creencia religiosa, para presentar la acción revolucionaria de ese grupo dentro de una continuidad en la que ocuparían el lugar de “precursores sociales de la Revolución mexicana” que habían luchado por mantener el capitalismo, la ley y el gobierno.

La disputa por la calidad de precursores, o aun de precursor, encabezada por Enrique Flores Magón, se inscribe en la disputa por el pasado y se instituye por medio de su acceso a la interpretación de un grupo de hombres y mujeres que, bajo la sigla del Partido Liberal Mexicano (PLM), quedaron unidos bajo una categoría histórica que es resultado de esa transformación operada por Flores Magón: la de los precursores, término al que podemos agregar otros, como “los magonistas”, “los floresmagonistas”, “los hermanos Flores Magón”, todos fundados en el supuesto de que los miembros del PLM estaban de acuerdo en cuanto al sentido de la lucha revolucionaria. La construcción de ese supuesto fue, en efecto, el logro de Enrique Flores Magón y otros personajes que habían participado en movimientos armados en 1906 y 1908 y quienes, en la década de 1930, bajo el amparo del gobierno, lograron obtener el reconocimiento de haber sido los primeros que se declararon en lucha contra Porfirio Díaz, por lo cual —según ellos— merecían ser atendidos en sus demandas de orden social. Esto implicó que el anarquismo, como ideología que habían declarado abiertamente entre 1910 y 1922, fuera desplazado intencionalmente por Enrique Flores Magón para posibilitar la proclamación de este grupo de hombres como el de los primeros en luchar contra el dictador (SAMANIEGO, 2019, p. 193-218). En los años siguientes, autores como Charles C. Cumberland (1942), Peter Gerhard (1946), Mario Gill (1955), Florencio Barrera (1955), Lowell L. Blaisdell (1962), Eduardo Blanquel (1964), Jesús Silva Herzog (1960), Armando Bartra (1985), François Xavier-Guerra (1988), Lawrence Taylor (1991), Ward (1992) y muchos otros observan su actuación dentro de los marcos de unos hombres que obedecen a Ricardo Flores Magón, supuesto autor de las ideas sociales que se plasmaron en la Constitución de 1917. Si bien la palabra “anarquismo” sí aparece vinculada a ellos, también se los menciona como socialistas, demócratas, anarcosindicalistas, reformistas, utopistas o

soñadores. El hecho de que se mencione la palabra “anarquismo” no significa que sea interpretada o situada en su sentido de prognosis, es decir, como un *telos* que sería posible lograr mediante la acción revolucionaria que ellos pretendían haber iniciado (KOSELLECK, 2003, p. 54). Este desplazamiento del anarquismo como centro de la acción revolucionaria es lo que permitió a los precursores de la década de 1930 presentarse como tales, como los iniciadores del proceso revolucionario triunfante y exitoso que debía devolver algo a los iniciadores que había luchado por la patria.

Como apunta Elizabeth Jelin (2012), la memoria social se produce de la mano de agentes que intentan materializar el sentido del pasado. Los monumentos, museos o escritos son formas en las que se representa dicha posibilidad. Cambiar la narrativa por medio de los precursores representó para estos la posibilidad de crear una memoria funcional y de ubicarse en un futuro en los marcos de la continuidad de la revolución. Paul Ricoeur (1999) señala que el pasado ya pasó, pero que el futuro abierto, incierto, permite la reinterpretación. Es decir, nuestro artículo trata de un pasado activo que, enmarcado por agentes sociales que habían tomado parte en la lucha contra Díaz, fue objeto de otras interpretaciones por medio de las cuales se construyó una narrativa que logró inscribirse en la línea teleológica del Estado posrevolucionario.

Señala Ricoeur:

Los hechos son imborrables y no puede deshacerse lo que se ha hecho, ni hacer que lo que ha sucedido no suceda, el sentido de lo que pasó, por el contrario, no está fijado de una vez por todas. Además de que los acontecimientos del pasado pueden interpretarse de otra manera, la carga moral vinculada a la relación de deuda respecto al pasado puede incrementarse o rebajarse, según tengan primacía la acusación, que encierra al culpable en el sentimiento doloroso de lo irreversible, o el perdón, que abre la perspectiva de la exención de la deuda, que equivale a una conversión del propio sentido del pasado. Podemos considerar este fenómeno de la reinterpretación tanto en el plano moral como en el del simple relato, como un caso de acción retroactiva de la intencionalidad del futuro sobre la aprehensión del pasado (RICOEUR, 1999, p. 49).

¿Por qué era importante desplazar el anarquismo? El Estado, el principal enemigo de los anarquistas, reconoce a los patriotas y a aquellos que luchan por el territorio de la nación. El comunismo anárquico es necesariamente contrario al sentimiento de patria. ¿Cómo crear olvido ante la evidencia que produjeron en *Regeneración* entre 1910 y 1918? Enrique Flores Magón acudió a la patria, a los hombres que habían luchado

en 1906 y 1908, así como al Programa del Partido Liberal Mexicano de julio de 1906. Reconocer en la idea que habían expuesto en esos años un delito de traición a la patria le habría cerrado no solo sus posibilidades personales de desarrollo, sino la de todos sus familiares —siete hijos con dos compañeras diferentes—, cuyo horizonte de expectativa podría haberse visto limitado o incluso cerrado. Promover el olvido le permitió articular un discurso, desarrollar actividad y destacar las ideas en contra de las cuales había escrito y actuado durante dos décadas. Queda patente, así, el uso deliberado del olvido señalado por Ricoeur: era necesario desplazar y, por tanto, aplicar una estrategia. El relato, “en sus operaciones de reconfiguración, mezcla el olvido con la memoria”. Por ello, la selección de la memoria pasa por la selección del recuerdo (RICOEUR, 1999, p. 40). En este texto, analizaremos el texto “Los últimos veinte años”, escrito por Enrique Flores Magón en 1931, documento en el que resulta patente el cambio de narrativa y que influyó para que historiadores de años posteriores resignificaran el motivo de lucha revolucionaria de los anarquistas del PLM (FLORES MAGÓN, E., 2019, p. 8-79).

Nuestro orden de exposición es el siguiente. A partir de la idea de Traverso (2007) sobre las memorias fuertes y débiles, destacamos la paradoja de que, para crear la memoria fuerte, fue necesario tratar de eliminar la débil, en la que los ácratas realizan sus planteamientos revolucionarios; así como una memoria local, en el Distrito Norte de la Baja California, también débil, en la que se acusa a los Flores Magón de haber intentado formar una república independiente y a Flores Magón, de ser un “filibustero”. Posteriormente, señalamos que la construcción de un lugar de memoria, como lo es la tumba de Ricardo Flores Magón, no es un acto de reconocimiento, sino de transformación, un acto que no ilustra su lucha revolucionaria, sino que la ubica en una teleología de la posrevolución, con sentido de patria, al lado de sus enemigos.

Posteriormente mostramos cómo la memoria sobre la Revolución fue construida por los actores del proceso armado, siendo el planteamiento de Enrique funcional, dado que estaba acorde con la teleología que demostraba los males del tirano, pero no los del capitalismo, el Estado y la religión. Los historiadores profesionales mantuvieron ese discurso legitimador. En el apartado siguiente, se presentan evidencias de cómo Enrique Flores Magón produjo textos, en diferentes momentos, en los que se atribuía a la Revolución finalidades distintas, confrontadas. Destacamos que la lucha por la nueva humanidad de los anarquistas era el objetivo en el periodo de 1901 a 1918 y que esos consideraban un remedio menor, inútil, las reformas sociales que se abordaron en varios proyectos, incluida la Constitución de 1917. Finalmente, retomamos la idea de Dominick LaCapra en el sentido de que historia y memoria son complementarias, más que antagónicas, para demostrar que el fundamento de “los precursores”, o de los “precursores sociales de la Revolución mexicana”, es un producto de esa relación

en la que un actor y productor de memoria, como lo fue Enrique Flores Magón, logró construirse en un espacio de la teleología revolucionaria sacrificando la tesis anarquista, pero abriendo un horizonte de posibilidad que creó lo que denominamos una memoria funcional, activa, con reconocimientos y con un lugar en la historiografía mexicana e incluso como parte de las referencias a la construcción de las izquierdas en Latinoamérica (RAMA; CAPPELLETTI, 1990, p. 183-190).

Memoria fuerte, memoria débil: una paradoja

Construir una memoria que impacte en la historiografía y obtenga el “reconocimiento” del Estado no puede ser obra de un individuo. Sobre todo porque, en el caso que nos ocupa, el resultado fue eliminar una estrategia y dejar de lado alrededor de 270 ejemplares tanto de *Revolución* (1907-1908) como de *Regeneración* (1910-1918). Sin embargo, los ácratas del PLM y en particular el nombre de Ricardo Flores Magón se convirtieron en lo que Enzo Traverso (2007, p. 48-60) llama una memoria fuerte. El precursor o los precursores se imponen sobre una memoria débil, regional, en la que se acusa a los hermanos Flores Magón de haber participado en una acción de orden filibustero. Esta acusación parte de una zona fronteriza con Estados Unidos, el Distrito Norte de la Baja California —actual estado de Baja California—, donde las inversiones de empresarios y del gobierno federal de Estados Unidos son articuladoras de obras que cambiaron de manera permanente el uso y la apropiación del espacio, sobre todo en virtud de obras de irrigación y del tendido de vías de ferrocarril. Se trata de un área en la que el tema de la posible anexión al vecino del norte era planteado por empresarios, agricultores, ingenieros, periodistas y funcionarios de diversos niveles. A finales de febrero y principios de marzo de 1911, la mayoría de la población del Distrito tomó las armas o apoyó a quienes lo hicieron para defenderse de “filibusteros”, término de uso común en esa época para designar a quienes pretendían invadir otro país (SAMANIEGO, 2008, p. 250-283).

La acusación es de suma importancia en el contexto mexicano y particularmente en la relación con Estados Unidos. La guerra de 1846-1848, así como los diversos intentos filibusteros de las décadas siguientes, habían generado un lenguaje y referencias a la heroicidad de los habitantes del distrito, en particular por su lucha contra William Walker en 1853-1854. Existen registros que permiten indicar que hubo una memoria regional sobre dicha invasión. José María Larroque, uno de los llamados héroes de 1911, octogenario que murió en combate a finales de febrero, se refirió a los extranjeros que participaron en el movimiento como “los filibusteros actuales”. Cabe señalar que ello no implica que realmente lo fueran, pero el que uno de los hombres que influyeron en ello lo

mencionara de tal forma da cuenta de la existencia de esa memoria. Larroque, militar y funcionario desde la década de 1860, había conocido numerosas especulaciones sobre una posible invasión estadounidense.

Para los anarquistas en general y, en lo específico, para los del PLM, la patria era el mundo entero. Las banderas nacionales no eran para ellos más que un trapo y uno de los sentimientos que consideraban necesario eliminar era el del patriotismo. El amor por la tierra en la que se nace era natural, pero no así el amor a la patria, ese invento burgués que servía para mantener la dominación y la explotación. Como apuntó Enrique Flores Magón en la nota “¿Mueran los gringos? ino, mueran los ricos!”, en *Regeneración*, el 13 de junio de 1914,

enseñados los proletarios desde pequeños a considerar como emblema de honor un trapo cualquiera teñido de determinados colores, y a matar y ser muerto por defenderlo; envenenados por las absurdas teorías de la prensa capitalista, tendencias todas a fomentar el odio entre razas, para tener a los proletarios divididos y debilitados (FLORES MAGÓN, 1914, n. p.).

Así, los sentimientos patrióticos eran, para los anarquistas, una farsa fomentada por la burguesía para dividir a los trabajadores, los únicos productores de la riqueza social. Tres décadas después, en el escenario de la Segunda Guerra Mundial, Enrique Flores Magón apelaba a la defensa de la patria por el enemigo que amenazaba al mundo, el nacionalsocialismo. Llamó a sus antiguos correligionarios a unirse en contra del enemigo: “Solo así aseguraremos un brillante futuro para nuestro querido México, a fin de que se convierta en una verdadera patria para todos” (FLORES MAGÓN, 1945, p. 11).

En *Regeneración* (1900-1906) y en *Revolución* (1907-1908), se aludió a la patria en repetidas ocasiones, tanto por anarquistas como por liberales. Por ello, las citas a la patria son recurrentes, sobre todo cuando, en 1904, se fueron a Estados Unidos. Esto dio origen a la idea de que se había procesado una transformación hacia el anarquismo en dicho país, aunque existen evidencias claras de que Ricardo, Enrique y Librado Rivera ya eran anarquistas desde que residían en la ciudad de México (SAMANIEGO, 2020, p. 5-14). En efecto, Enrique Flores Magón, por ejemplo, al referirse a ese período, indicó en 1925: “Fue para nosotros penoso tener que ocultar nuestra identidad anarquista y concretar nuestros escritos arengas patrióticas que no sentíamos y ser políticos cuando abominábamos la política” (FLORES MAGÓN, 1925, p. 2). Un lustro después, en 1931, Enrique escribió el texto “Los últimos veinte años”, en el que alude a los liberales y proclama que son los precursores sociales de la Revolución mexicana; cuestionó el

liderazgo de Madero e indicó que las reformas de la Constitución de 1917 eran la meta de los ácratas del PLM. Formular y consolidar la memoria fuerte requería borrar la lucha anarquista, es decir volverla débil y presentarse como patriotas que habían luchado para terminar con el tirano Porfirio Díaz. De esa forma, Flores Magón cambió el sentido de su actuación en el periodo de 1901 a 1918 e inició una memoria social desde las instituciones del Estado, ese enemigo contra el que se debía luchar hasta la muerte. Así, la memoria fuerte se construyó sobre dos memorias débiles: la anarquista, una, y la regional mencionada, la otra. La paradoja es que las tres tenían una parte de verdad y, por lo tanto, una condición de olvido para subsistir.

Enrique Flores Magón desde un lugar de memoria

Pierre Nora destaca la diferencia entre memoria e historia. La primera estaría sujeta a la acción de grupos en constante cambio, abierta a la dialéctica del recuerdo y de la amnesia inconsciente en sus deformaciones sucesivas y, por lo tanto, sería vulnerable a diversas utilidades. La historia, con una lógica sustentada en evidencias, como representación del pasado, incompleta y problemática, se confrontaría a las memorias, dado que resquebrajaría la idea constituida por grupos sociales que consideran detentar el derecho a establecer e imponer su visión sobre los procesos (NORA, 1984, p. 24-25). Maurice Halbwachs (1925), el autor más citado sobre el tema, planteó que aunque la memoria sea individual, la acción social la reconstituye en grupos espacial y temporalmente situados que, en referentes sociales específicos, le dan un sentido a sus experiencias. Halbwachs indicó que el pasado no podía ser recordado a voluntad, ya que su evocación implicaba procesos de selección a partir de los intereses y valores del presente. Es bajo estas premisas que debemos considerar la convocatoria de Enrique Flores Magón a los compañeros liberales de los movimientos armados de 1906 y 1908 a ayudarlo a escribir la historia del PLM en base al Programa del Partido Liberal de julio de 1906. No llamó ni mencionó a los anarquistas italianos que los habían acompañado durante largos periodos, como Ludovico Caminita o los hermanos Cravello. Tampoco mencionó la relación con Emma Goldman o Luigi Galleani, destacados ácratas con los que se habían articulado y confrontado en varios momentos.

Entre 1911 y 1918, en numerosas ocasiones los anarquistas del PLM llamaron al pueblo estadounidense y a los ácratas del mundo a sumarse a la lucha armada. El 13 de mayo de 1911, Ricardo le escribió al anarquista español Pedro Esteve:

urge que vengan a la Baja California muchos anarquistas de todas partes del mundo para que apoyen la expropiación de la tierra y de la maquinaria. Hay en la Baja California tierras preciosas, minas muy ricas y puertos magníficos. En manos de los libertarios la Baja California se sacarán de ella elementos bastantes para llevar la revolución a todo México y aún al mundo entero, porque es muy grande la península y muy rica; pero está muy poco poblada (ESTEVE, 1911, p. 1).

Es decir, la memoria regional aludida, débil, no fue un acto para “desprestigiar” como se indica frecuentemente. Construir la memoria fuerte, nacionalista, patriota, reformista o socialista y democrática, implicó relacionarse con los liberales de 1900-1910 y resignificar palabras como “revolución social”, “precursores”, “magonismo” o “hermanos Flores Magón”.

Al comienzo de su escrito redactado a inicios de 1931, “Los últimos veinte años”, Enrique señaló que se trataba de “memorias de un viejo revolucionario en defensa del Partido Liberal Mexicano, iniciador de la Revolución Social Mexicana” (FLORES MAGÓN, 1931, p. 11). Con esta afirmación, además de legitimar la Revolución como un triunfo, inició una larga tradición de modificar el sentido de “revolución social” y unirla a los cambios plasmados en el artículo 123 de la Constitución de 1917, donde se abordan los temas laborales y agrarios. Para los anarquistas del periodo de 1901 a 1918, la revolución social estaba relacionada con la revolución mundial, el fin del capitalismo y el llamado constante a todos los trabajadores a sumarse a la gran lucha que se inició en México, pero que pronto trastocaría todo el orbe. (DE PÍO ARAUJO, 1912, p. 1; FLORES MAGÓN, R., 1914, p. 1; FLORES MAGÓN, E., 1914a, p. 1). La gran revolución social que se desarrollaba sería, así, la última que habría, dado que culminaría con el sol de la anarquía en todo el planeta.

Sin embargo, en 1931, Enrique se presentó como socialista y demócrata. Afirmó que el socialismo libertario había sido la ideología que su grupo y él no habían querido expresar públicamente porque el pueblo se espantaba ante dicho concepto. Apuntó: “nuestra verdadera filiación era los socialistas revolucionarios, izquierdistas” (FLORES MAGÓN, 1931, p. 45). De esa declarada membresía en el socialismo deriva su escrito sobre los temas de orden social ya mencionados, ligado al programa del julio de 1906. Sin embargo, en *Regeneración* (1910-1918), abundan los ataques a los socialistas y se cuestiona repetidamente su falta de apoyo. Ricardo Flores Magón, en abril de 1912, señaló que el socialismo era conservador, era el clavo ardiendo del que se agarraba la burguesía porque con ellos nada cambiaba, dado que se mantenía la autoridad y el gobierno: “Naturalmente que los burgueses prefieren el socialismo por la disciplina,

por la reglamentación, por el autoritarismo. Mas los que queremos la libertad entera, deseamos la sociedad libre basada en el respeto y el apoyo mutuos: la sociedad comunista” (FLORES MAGÓN, 1912, p. 1).

En concordancia con ello, Enrique no dudaba en tachar a los socialistas de autoritarios, porque, según él, mantenían la idea de que podían disponer de la vida de los demás, “como pasa con las pobres borregadas socialistas autoritarias”. Los socialistas todavía creían que la solución estaba en los gobiernos (FLORES MAGÓN, 1912, p. 2). Habría sido debido a ello (aun en la versión de Flores Magón) que se confrontaron constantemente con Eugene Debs, Job Harriman, Víctor Berger y John Kenneth Turner, quienes habían colaborado con ellos entre 1907 y 1911.

En su escrito de 1931, ¿cuántas veces Flores Magón alude al comunismo anárquico contra todo gobierno, burguesía y clero? ¿Cuándo indica la relación con los anarquistas europeos o con los italianos que radicaban en Estados Unidos y en quiénes tuvieron centrada su atención? La respuesta es que nunca se menciona el comunismo anárquico y que en una sola ocasión se menciona relación con anarquistas, en un contexto de unidad con socialistas miembros de la unión Industrial Workers of the World o sindicalistas.

En *Regeneración*, en repetidas ocasiones, se aseguró que, en México, la Revolución iba estableciendo el comunismo y se llamaba al pueblo estadounidense a levantarse en armas para terminar con el capitalismo. Antonio de Pío Araujo, en julio de 1912, así como en muchas otras ocasiones, publicó que los rebeldes llevaban la cultura y “los principios del comunismo en las conciencias de los pueblos atemorizados por el fraile y el cacique” (ARAUJO, 1912, p. 1). Cabe señalar que, de Pío Araujo, el 13 de mayo de 1911, declaró al poblado fronterizo de Tijuana el lugar en el que ya se había instalado el comunismo. También, refiriéndose a los campesinos de Morelos, en 1913-1914, aludía a los camaradas comunistas.

¿Cuál fue el logro inmediato de Enrique Flores Magón? Si, en 1925, en *La protesta* de Argentina publicó su último texto anarquista, en 1931 empezó a conformar un grupo para proceder a la identificación de los precursores de la Revolución. En los años siguientes, surgieron varias organizaciones en las que fue figura central, acompañado de personajes como Jenaro Amezcua, Teodoro Hernández, Antonio Díaz Soto y Gama y algunos otros. Camilo Arriaga y Antonio I. Villareal, que se confrontaron con Ricardo en varias ocasiones, no aparecen en torno a Enrique. Los precursores se afiliaron al Partido Nacional Revolucionario y Enrique tuvo relación directa con Lázaro Cárdenas, así como con funcionarios a los que solicitó ayuda para los familiares de los precursores, incluso para él y sus hijos. Además, solicitó formalmente el reconocimiento para su hermano

Ricardo. En 1944, con Manuel Ávila Camacho como presidente, los restos de Ricardo fueron trasladados a la Rotonda de los Hombres Ilustres. Enrique, el mismo hombre que, en 1915, publicaba que por ninguna razón debía negociarse con los políticos, alabó a Ávila Camacho afirmando que lo consideraba un gran presidente. La tumba de su hermano se constituyó en un lugar de memoria que, lejos de operar como reconocimiento, transformaba el pasado de hombres y mujeres que se habían organizado en torno al PLM —anarquistas y liberales— y que, en su convivencia, siempre conflictiva, habían tenido horizontes de expectativa revolucionaria confrontados.

En torno a esos eventos, dos historiadores estadounidenses, Charles C. Cumberland (1942) y Peter Gerhard (1946), al abordar el tema del PLM dieron continuidad a lo afirmado por Enrique Flores Magón al indicar que Ricardo era el autor del Programa de julio de 1906 y que el movimiento armado en Baja California había sido organizado por el socialismo, constituyendo un movimiento enfocado solo en la península, como si se tratara de un evento aislado y “curioso”. No podemos afirmar que leyeron el escrito de Enrique, pero resulta evidente que no revisaron (por diversas razones) los escritos de una década reunidos en *Regeneración*. En sus planteamientos, no aparece la revolución mundial como objetivo ni se menciona que, para ellos, la patria carecía de significado ante los eventos que anunciaron repetidamente: la desaparición de la burguesía y de toda forma de gobierno y autoridad, así como de toda y cualquier creencia religiosa. En la década de 1950, otros autores hablaron del supuesto socialismo y, en base a ello, llegaron a conclusiones acordes con lo planteado por Enrique Flores Magón (MARTÍNEZ, 1958, p. 10-25).

Una memoria sin historiadores

Javier Garciadiego (2021) destaca que, para la década de 1950, quienes se habían ocupado de la historia de la Revolución mexicana eran muy pocos, además de que carecían de la formación profesional de historiadores. Eran periodistas, novelistas, participantes del movimiento en sus diversas modalidades, militares o políticos, así como antiguos porfiristas que cuestionaban el resultado del movimiento armado. Fueron participantes activos los que apuntalaron la interpretación de una historia que se relacionaba directamente con la vida política. En 1953, se fundó el Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana (INERHM), como órgano de la Secretaría de Gobernación, con el cometido de ser una instancia de consulta, no con fines propiamente académicos.

La primera obra que se publicó, a sugerencia de uno de los miembros del consejo, Antonio Díaz Soto y Gama, fue la de Florencio Barrera, *Historia de la Revolución Mexicana: la etapa precursora*, obra en la que el autor menciona la participación del propio Soto y Gama, escasa, en términos comparativos, en los años 1900-1910, y en la cual se critica la actuación de Ricardo Flores Magón por haberse desviado hacia el anarquismo. Apunta el autor: “desgraciadamente, en 1908, Ricardo Flores Magón, seguido de su hermano Enrique, de Librado Rivera y algunos otros, se consagró de lleno a los ideales anarquistas intentando dar ese matiz ideológico a la lucha revolucionaria de México” (BARRERA, 1955, p. 23). Así, se exaltaba a los precursores, pero se menciona un elemento que repetidamente se acompaña de cierto resquemor: los precursores eran anarquistas. Sin embargo, según el Programa de julio de 1906, ya ubicado oficialmente una década atrás, los precursores era una supuesta unidad que, en la propia narrativa de Barrera, se resquebrajaba.

Así, el anarquismo fue abordado sin que se profundizara en cuanto a su significado. Como apunta Barrera, Ricardo “intentaba darle ese matiz ideológico a la lucha revolucionaria de México” (BARRERA, 1955, p. 23). Sin embargo, los ácratas del PLM no se limitaban a ello e intentaban, desde Los Ángeles, California, levantar a todo el proletariado en contra de los tres monstruos de la humanidad: gobierno, capital y clero, sin importar nacionalidades o fronteras. La inclusión condicionada está siempre presente en autores como José Mancisidor (1958), Jesús Silva Herzog (1960), o José C. Valadés (1960), por mencionar a algunos de los que abordan el tema del Programa de 1906, atacado y cambiado en su totalidad por los ácratas del PLM desde antes de su publicación (SAMANIEGO, 2020, p. 1-36). Todos ellos, al mencionar el anarquismo, lo dejan de lado y sujeto a las aportaciones a la Constitución de 1917. Y todos corroboran lo señalado por Garciadiego: fueron militantes de alguna facción, periodistas, novelistas, que, junto con otros, polemizaron sobre los eventos con pasión. Para el caso de los anarquistas del PLM, con escasas evidencias documentales y siguiendo el patrón establecido por Enrique Flores Magón en 1931: socialistas, demócratas, reformistas y con el Programa de julio de 1906 bajo el brazo, ligados al artículo 123 constitucional.

¿Se ha constituido un régimen de historicidad a la manera planteada por François Hartog? El concepto de regímenes de historicidad es utilizado por el autor como la expresión de un orden dominante del tiempo que se entreteje a partir de diferentes regímenes de temporalidad. Se trata, así, una manera de traducir y organizar las experiencias del tiempo y darles sentido. Por ello, el presentismo canibalizador presupone que todo se debe regir por su experiencia y, con ese marco de referencia, se observa el pasado con el ánimo de explicarlo en función del momento en el que se escribe (HARTOG, 2007, p. 17).

La respuesta a la pregunta que abre el párrafo anterior es afirmativa, pero está condicionada por el anarquismo. ¿Por qué? La memoria fuerte, lograda por Enrique Flores Magón, fue y sigue siendo cuestionada constantemente. A pesar del supuesto reconocimiento sustentado en la presentación de los precursores sociales de la Revolución como socialistas y demócratas, el nombre de Ricardo no deja de ser utilizado en un doble sentido. Se le ubica como un revolucionario que nunca abandonó sus ideas, pero que fue un amargado (RAAT, 1988, p. 12-15); como un mal administrador y pésimo organizador (BLAISDELL, 1962, p. 53; 83-87); como un obcecado e intransigente (BARRERA, 1955, p. 299-300), un miedoso (TAYLOR, 1991, p. 114), irracional (BLANQUEL, 2008, p. 80-89), débil ideológicamente y alejado de la realidad (BARTRA, 1985, p. 13-19); o, aun, como se apunta en una obra reciente, como un inflexible, incontinente, resentido, agresivo, violento y sañudo (LOMNITZ, 2016, p. 478; 500; 522; 526; 581).

Dicho de otra manera, el Estado supuestamente reconoció a Ricardo y a los precursores, pero el cuestionamiento a su actuación se mantuvo. Se da el nombre de Ricardo a escuelas, sindicatos, ejidos o calles, pero siempre se hace referencia a él con alabanzas basadas en la relación construida por Enrique. Se construyó una memoria fuerte que minimizó la verdadera propuesta anarquista, que rechazaba patrias y banderas nacionales, pero no por eso desapareció la débil, la que emerge y contradice la construcción en la que Enrique jugó un papel central después de 1931.

¿Se le otorga un perdón por haber sido anarquista? La tumba de Ricardo Flores Magón no ilustra su ideología "por una lucha intransigente por la justicia social". No se indica en su epitafio que, para él, Estado, burguesía y clero debían desaparecer para lograr la verdadera libertad. El lugar de memoria trasgrede la lucha del aludido y lo coloca en el régimen de historicidad que se construye desde el enemigo: el Estado; y lo coloca a su servicio como prueba de la legitimidad de la lucha del pueblo contra Porfirio Díaz. En los términos de Ricoeur, se trataría en este caso de un olvido activo, "no al de los hechos, realmente indelebles, sino al olvido de su sentido presente y futuro" (RICOEUR, 1999, p. 69). Es un Ricardo que funciona para el gobierno que, en el contexto de la Segunda Guerra Mundial, permite la unidad nacional y que se constituye como memoria fuerte, activa, en la que los precursores son portavoces del mensaje de que todos acudan al llamado de la patria en su calidad de precursores que lo dejaron todo por un futuro mejor que ya habría llegado con los gobiernos revolucionarios.

En la década siguiente, la naciente historiografía de la Revolución mexicana llegó para ratificar el fruto ya maduro, señalando a los precursores sociales como los inspiradores de las reformas constitucionales en beneficio de los trabajadores. Pero

Revolución (1907) y *Regeneración*, la anarquista de 1910 a 1918 son una amenaza a esa memoria funcional.

Dos memorias con horizontes de expectativa diferentes

Las referencias en contra de la burguesía, la autoridad y el clero no predominan, pero sí aparecen entre 1904 y 1906. En 1907, en *Revolución*, editado en Los Ángeles, California, se afirmaba que la propiedad privada era el enemigo. Con mucho mayor espacio, se acudió a la tradición liberal y a las propuestas democráticas y nacionalistas en la propia *Regeneración* y en *Revolución* y también en escritos que se publicaron en otros semanarios, como *El Hijo del Ahuizote* o *El Colmillo Público*. Sintetizamos lo anterior al apuntar que existía un doble discurso alternativo; es decir, se promovía la revolución de corte liberal sin indicar que, para los anarquistas, la idea era iniciar el movimiento armado, realizar expropiaciones de la tierra y de todos los medios de producción. Lo publicado entre 1900 y 1906 es el sustento de la discursividad planteada a partir de 1931. Las principales plumas son las de Ricardo Flores Magón, Juan Sarabia y Antonio I. Villareal. Sin embargo, en los escritos privados de Ricardo, que las autoridades estadounidenses y mexicanas hicieron públicos al conocer el tema ácrata desde 1906, el anarquismo se presenta como un factor persecutorio que se reafirmó a partir de 1908. Enrique Flores Magón llamó “enfermos” a los burgueses que formaban parte de la Junta en 1908, en alusión directa a Manuel Sarabia y Antonio I. Villareal (FLORES MAGÓN, R., 1989, p. 372). ¿Con qué intención se destaca este aspecto? Para mostrar que los anarquistas del PLM tenían entre sí una forma de comunicación, dado que el horizonte de expectativa del proceso revolucionario que impulsaban era distinto al de los liberales, los que sí querían llegar al poder y realizar las reformas planteadas en el Programa de julio de 1906. Así, por ejemplo, el Programa del Partido Liberal Mexicano, cuya redacción final fue de Juan Sarabia, indica:

Todo partido político que lucha por alcanzar influencia efectiva en la dirección de los negocios públicos de su país está obligado a declarar ante el pueblo, en forma clara y precisa, cuáles son los ideales porque lucha y cuál el programa que se propone llevar a la práctica, en caso de ser favorecido por la victoria”. Claramente, señalan aspirar llegar al poder o a ser parte de este (SARABIA, 1906, n. p.).

Así, la memoria a la que alude Enrique Flores Magón en 1931 es la de los liberales, es decir, los enfermos de 1908, los burgueses de la Junta. Varios de ellos, como

Villareal, Manuel Sarabia o el mismo Juan Sarabia, principal autor del Programa de 1906, se relacionaron con socialistas estadounidenses; incluso, por un breve tiempo, se intentó extender el Partido Socialista Americano a México. Un mexicano, miembro de dicho partido, nacido en Naco, Sonora, Simón Berthold Chacón, fue quien declaró que pretendía formar una república socialista en Baja California. A pesar de las sobradas evidencias de este fenómeno, muchos autores evaden tratar el tema (DUFFY, 1960).¹

Sin embargo, no se puede afirmar que antes de 1911 Enrique Flores Magón publicara de manera permanente en *Regeneración*. En cambio, con el inicio de las acciones armadas en México y, sobre todo, desde la certeza de que llegarían los anarquistas italianos más conocidos en Estados Unidos (como eran los de Paterson, Nueva Jersey), Enrique, Ricardo y Antonio de Pío Araujo escribieron numerosos textos con un horizonte de expectativa: la revolución mundial había iniciado. El fin del capitalismo estaba cerca y el pueblo mexicano era un ejemplo para la humanidad por la expropiación de todos los medios de producción que ya se estaba realizando. El único final posible era el sol de la anarquía alumbrando todo el mundo. Por lo tanto, llamar al proletariado de Europa, Estados Unidos y Centroamérica (no se alude a Sudamérica en lo específico), particularmente a los dos primeros, se volvió una constante. Era la revolución imparables de los proletarios en contra de la burguesía, el capital y el clero (SAMANIEGO, 2021, p. 247-255).

Francisca J. Mendoza, William C. Owen, Juan Francisco Moncaleano, Rafael Romero Palacios y, sobre todo, Antonio de Pío Araujo, fueron autores de numerosos textos que coinciden en esta observación: la revolución en México ya era anarquista, el comunismo se establecía de forma incontenible y era el ejemplo para seguir por los trabajadores del mundo entero. Ludovico Caminita y los hermanos Cravello, en *Regeneración sessione italiana*, también lo indicaron de agosto a diciembre de 1911. Todos ellos tuvieron conflictos entre sí entre 1912 y 1915, aunque el contacto con Caminita y los Cravello se mantuvo. Estos personajes, participantes de la memoria débil, no aparecen en 1931. Para construir su memoria, Enrique acudió a los liberales, no a los anarquistas, que amenazaban la teleología del triunfo revolucionario.

Enrique Flores Magón fue enfático en sus escritos de 1911 a 1917: la guerra contra los tres monstruos de la humanidad era a muerte y en ella no habría lugar para burgueses, funcionarios o clero. Los ricos eran arrasados en las haciendas y fábricas. En marzo

¹ Son varios los autores que eluden el tema. Citamos el caso de Ethel Duffy porque se presenta como testigo de eventos en los que no participó, dejando clara evidencia de ello en su libro. Su obra fue patrocinada por el gobierno. No fue anarquista.

de 1912, Enrique afirmaba que la estúpida sociedad burguesa alentaba a los esbirros y que esa táctica iría a recrudecer los odios y, entonces, “no digo que solamente los niños y las mujeres de los burgueses y sus sostenedores serán masacrados por los proletarios enfurecidos, sino que hasta los fetos de esa canalla serán descuartizados”. Los burgueses se lo buscaban, apuntó Enrique: “exterminio quieren y exterminio tendrán. Ellos precipitan la venida del 93 de Francia, ¡Bienvenido !i Viva la revolución social!”. No había tregua con nadie que quisiera ser gobernante porque todo gobierno era malo por el solo hecho de ser gobierno.

Prognosis: la nueva humanidad

Reinhart Koselleck (1993) es uno de los autores más conocidos entre los que abordan la idea de la aceleración del tiempo, la revolución y la prognosis. El tiempo acelerado es la condición generada por la ilustración, en la que el nuevo tiempo se promete en la relación con el futuro. El tiempo es relación futuro-pasado porque en todo presente existen tensiones sobre el horizonte de expectativa. Los actores aceleran el *telos*, es decir, el sentido de la acción humana que tiene un final y cuya llegada, por lo tanto, los individuos tendrían la capacidad de acelerar. La acción es el centro y el sentido está dado por la condición de posibilidad que se ofrece en el futuro.

La prognosis inserta el pasado en el futuro, es decir, el pronóstico provoca la acción en el presente (KOSELLECK, 2003, p. 67-69). Los ácratas del PLM se conciben en esa dimensión. Su intervención buscaba acelerar el tiempo y provocar lo inevitable: el mundo sin gobiernos y el reparto en común de toda la riqueza social. Por lo tanto, el futuro con los trabajadores dueños de todo, sin distinción de nacionalidades, patrias o banderas, con un mundo de amor, igualdad y respeto, requería terminar con los culpables de la tragedia mundial.

Los anarquistas en general acudieron al pasado idealizado o a las prácticas de ciertas especies (como las abejas) para demostrar que era la ayuda mutua, no el capitalismo con todas sus implicaciones —explotación, miseria, prostitución, abuso, privilegio— lo que resolvería el futuro de la humanidad. La certeza era la de que, en dos o tres años —cinco, en otras referencias— se viviría en común, sin propiedad privada, leyes ni los absurdos de la religión, mantenedora de la idea de la existencia de una vida en el más allá. La explotación capitalista, basada en la propiedad privada, era la razón de existir de todos los gobiernos, que, apoyados en la religión o el patriotismo, sostenían un sistema de opresión. Si bien existieron otras posturas y autores anarquistas de finales

del siglo XIX y principios del XX, para situar a los ácratas del PLM, consideramos que esta es una descripción de lo que se publicó de 1910 a 1918.

A la pregunta de por qué los anarquistas del PLM permanecieron en Los Ángeles, California, se responde con frecuencia que quedaron fuera de las corrientes revolucionarias, perdidos en su anarquismo, por supuestamente no haber entendido la realidad mexicana; y, sobre todo, se acude a la idea de que Ricardo Flores Magón se quedó solo. Aquí sostenemos que permanecieron en dicha ciudad porque el objetivo era la revolución mundial, provocar la participación del pueblo estadounidense y europeo, dado que la anarquía era el único final concebido. Con la afirmación de que se realizaban las expropiaciones en México se buscaba generar la idea de que el futuro estaba en el presente, era legítimo, alcanzable y posible. La amenaza de invasión era bienvenida porque, como apuntó Ricardo en febrero de 1912,

las potencias europeas, cuyos súbditos están siendo despojados de las riquezas que pudieron amasar explotando al proletariado mexicano, ejercerán tal presión sobre el Gobierno americano, que al fin la intervención será un hecho, aunque no efectuada por los Estados Unidos solamente, pues no cuenta esta nación con recursos suficientes para llevar a cabo una obra de esa naturaleza, sino por la acción combina [sic] de todas las potencias; pero entonces, la Revolución Social estallará en Europa; el proletariado europeo se levantará indignado contra sus gobiernos y el mundo entero será una sola lumbre, recorriendo por primera vez, con el orgullo de ser pisado por hombres, la órbita por la que por siglos y siglos arrastrara solamente una humanidad sumisa y vil (FLORES MAGÓN, R., 1912, p. 1).

Su acción por medio de *Regeneración* se proponía provocar la acción revolucionaria para que no hubiera leyes, gobernantes ni sacerdotes. En cambio, todos estarían en posesión de todo, sin diferencias de clase, raza o nacionalidad.

En 1931, en "Los últimos veinte años", Enrique se centró en fijar otra memoria, la de los primeros años de *Regeneración*, *El Colmillo Público*, *El hijo del Ahuizote*, donde la patria era el referente y Porfirio Díaz, el enemigo. Basándose en estos postulados, estableció una continuidad que funcionaba para la construcción teleológica de la Revolución mexicana y en la cual unos precursores lo habrían sacrificado todo por los mexicanos, dejando como legado el Programa de 1906 como base de las reformas sociales de la Constitución de 1917.

La amenaza como productora de memoria

En 1925, Enrique Flores Magón se molestó por la aparición del libro *Ricardo Flores Magón: apóstol de la revolución mexicana*, escrito por Diego Abad de Santillán. Al inicio de su texto, publicado en *La Protesta*, indicó que “entrar en pormenores de los pequeños errores que he encontrado, sería hacer interminable esta carta” (FLORES MAGÓN, E., 1925). Posteriormente, aligeró sus comentarios a la obra de Santillán. Enrique en varias ocasiones narró la vida al interior del PLM, asumiendo, desde 1912, que ellos, y no los liberales, era el partido. Bajo la rúbrica de “inédito”, publicada en varios ejemplares de *Regeneración* por el director Rafael Romero Palacios, al inicio de su encarcelamiento de mediados de 1912, construyó una narrativa de sus acciones y sus encarcelamientos. En 1931, la narrativa era otra: en ella, ya no se mencionaba la estrategia de los anarquistas del PLM y la narrativa se ubicaba en lo que era funcional para el Estado revolucionario y para un conjunto de hombres que, como liberales y contrarios al anarquismo, se consideraban con el derecho de ser reconocidos por su lucha contra Díaz.

En ese lapso, Enrique volvió a tener relación con su hermano mayor, Jesús —quien se proclamó el precursor en 1911—, reconocido abogado que había construido un capital que, al parecer, era significativo.² En 1930, los agricultores, rancheros e indígenas que habían luchado en Baja California, animados por la idea de que se trataba de una invasión de Estados Unidos o bien para formar una república socialista —o contra los llamados filibusteros—, fueron reconocidos por el Senado de la república por sus acciones que fueron consideradas heroicas. De igual forma, Luis Manuel Rojas, activo personaje que fuera parte de la lucha maderista y posteriormente participara en la elaboración de la Constitución de 1917, publicó que Ricardo y Enrique Flores Magón eran comunistas. Tanto el reconocimiento a los residentes de Baja California como lo publicado por Rojas provocaron la redacción y publicación de “Los últimos veinte años” (FLORES MAGÓN, E., 1931).

Así, el comunismo, que se consideró como prognosis de la revolución, fue un *telos* revolucionario que Enrique eliminó a partir de 1931 para construirse como parte fundamental de la revolución, que había tenido una ideología social desde antes de empezar con el Programa de julio de 1906. De igual forma, los también autores que dejaron huella de la otra memoria, la débil —que, por un breve momento, estuvo cerca

² Jesús Flores Magón se proclamó el precursor y patrocinó la edición de *Regeneración* en la ciudad de México entre agosto y diciembre de 1911. Los directores, Juan Sarabia y Antonio I. Villareal, acusaron de filibustero y peligroso anarquista a Ricardo. Es decir, Jesús también destacó, en 1911, el tema del filibusterismo de sus hermanos.

de ser reconocida por el lugar de memoria que significa el Senado de la república—, no tuvieron el espacio para constituirla como fuerte a pesar de que los representantes locales del naciente Partido Nacional Revolucionario —los hermanos José María y Julio Dávila— lo hubieran intentado. Uno de ellos, el testigo y funcionario del gobierno del distrito Enrique Aldrete, como autor de un informe firmado en febrero de 1912, indicó que Ricardo Flores Magón era anarquista (ALDRETE, 1958). Pero, sobre todo, Rómulo Velasco Ceballos, como parte de las acciones del gobernador Esteban Cantú para demostrar al presidente de México Venustiano Carranza que él no pretendía anexar la Baja California a Estados Unidos, patrocinó la escritura del libro *¿Se apoderará Estados Unidos de América de la Baja California? La invasión filibustera de 1911*. El libro fue publicado en 1920, cuando Esteban Cantú ya había sido destituido del cargo de gobernador, pero, una década después, fue la base para demostrar que los habitantes de Baja California merecían un reconocimiento como patriotas.

¿Qué se publicaba en *Regeneración* en febrero de 1912, cuando Aldrete indicaba que los hermanos Flores Magón eran anarquistas? Como se puede advertir claramente en la cita inmediata anterior, Ricardo llamaba a todos los proletarios a sumarse a una revolución que culminaría con una nueva humanidad, por lo que la intervención extranjera, más que un problema, serviría como detonante de la revolución mundial. ¿Dónde estaban los hermanos Flores Magón en 1919-1920, cuando se publicó la obra del oaxaqueño Velasco Ceballos? Para ese momento, confrontados entre sí, pero los dos en la misma cárcel, como parte de los efectos del temor rojo que provocara que socialistas y anarquistas fueran perseguidos (LOMNITZ, 2016, p. 615-616). El fiscal general de Estados Unidos, Mitchell Palmer, destacó ante un comité del Senado de dicho país, que Enrique era uno de los anarquistas más peligrosos. El fiscal destacó a Enrique junto a Ludovico Caminita, Francis Widmar, Emma Goldman, Alexander Berkman y Luigi Galleani, con quienes, efectivamente, había colaborado (UNITED STATES GOVERNMENT, 1920, p. 8-10). Caminita y Enrique pusieron el mismo nombre a sus respectivos hijos, Demófilo, cuando trabajaron juntos en Los Ángeles y editaban *Regeneración* en español e italiano.³ Cabe señalar que, en el contexto de las persecuciones, Caminita testificó en contra de Galleani a cambio de no ser extraditado a Italia (ZIMMER, 2015, p. 156).

Es decir, los “culpables” de la acusación de inventar la tesis de que Ricardo no era un patriota escribieron sus textos cuando el tema del anarquismo aun estaba vigente. Ninguno de los dos hermanos había negado su filiación ácrata y sus escritos tenían como base precisamente los textos de Ricardo y Enrique, quienes, junto con Antonio de Pío Araujo y Filippo Perrone, habían declarado el comunismo en el poblado fronterizo

³ El hijo de Enrique falleció a los pocos meses de haber nacido. Era su tercer hijo con Paula Carmona.

de Tijuana y habían llamado a extranjeros a poblar la Baja California —y, en 1914, todo México— para demostrar que la revolución en México era el fin del capitalismo, la propiedad privada y toda forma de creencia religiosa (SAMANIEGO, 2017, p. 1130-1145). De 1931 en adelante, producir el olvido era la única forma de borrar lo que efectivamente habían propuesto y la memoria fuerte creó dos débiles para legitimar el Estado, consagrando a Ricardo como el ideólogo de una revolución que nunca tuvo como fin terminar con el gobierno.

Hacer historia de la memoria

Dominick LaCapra cuestiona la validez de la separación que hace Pierre Nora entre historia y memoria. Plantea que, si bien no son idénticas, la memoria es parte fundamental del quehacer histórico. Apunta que “aún con sus falsificaciones, represiones, desplazamientos, y negaciones, la memoria puede llegar a ser informativa” (LACAPRA, 2009, p. 33). Es en la asimilación y la recepción donde la angustia de los participantes del acontecimiento actúa y genera un efecto. La historia, si desplaza la acción de la memoria, cierra el tema y clausura la atención, fija el pasado y, como consecuencia, el interés se pierde. Por ello, si bien la relación entre historia y memoria es suplementaria, ambas se cuestionan mutuamente: la memoria aporta sentimientos y detalles, cualidades de lo que sucede; la historia pone a prueba la memoria y, si bien pretende el conocimiento del objeto, es también un factor de una memoria diferente a la cual se accede como efecto de la representación (LACAPRA, 2009, p. 34).

Así, la línea de interpretación que se construyó en “Los últimos veinte años” ratificó la construcción de un grupo que luchaba por una revolución con reformas en los marcos del capitalismo, por la patria y el Estado, por las reformas sociales que se plasmaron en la Constitución de 1917. Enrique Flores Magón incidió directamente en la teleología de la revolución que no quiso hasta 1925 y colocó el nombre de Ricardo y el suyo en menor medida entre los de los próceres de la patria, aunque la prognosis que los había motivado a organizarse, ser encarcelados, golpeados y, en su caso, a perder a su primera familia, quedara como una memoria débil que amenazaba la memoria funcional desde la cual los hermanos Flores Magón pasaron a generar admiración, respeto y añoranza revolucionaria. Un movimiento que debió tener continuidad ante los tiranos que llegaron después y se apropiaron de lo que no era suyo. El pueblo en armas, con sus luchas legítimas, retoma el nombre de Ricardo como capitalista, reformista, socialista, demócrata, soñador, utopista, y reactiva una memoria social que permanece alejada de la propuesta que defendió hasta el último día de su vida: sin gobiernos inútiles, sin funcionarios y políticos, sin el clero mentiroso que deforma la realidad y promete un cielo inexistente.

¿Qué papel juegan en esa relación historia-memoria artefactos como el presente, construido desde una postura de historiador profesional que cumple con los rigores propios de una actividad de representación del pasado y que pretende, desde el canon formal, plantear una explicación de la historia de la memoria? Como apunta Ricoeur (1999, p. 105), las huellas del pasado no constituyen memoria, solo la actividad produce memoria y, por lo tanto, obliga a dialogar sobre un momento traumático que, evocado en el presente, genera la ruptura de un discurso que se ha constituido en memoria social, que se formaliza en parte de la construcción de la nación y, por ende, de los héroes que son base sustancial de las evocaciones de orden político que justifican y legitiman el actuar. La existencia de una memoria social fuerte implica actos de supresión de otras memorias que no son débiles en virtud de su carencia de “verdad”, sino por el espacio en el que se reproducen, que hace que no lleguen, por ejemplo, a los libros de texto, difusores de una idea de historia que comunica una intencionalidad. Esas memorias permanecen débiles por el tipo de actividad al que están sujetas, en ámbitos de comunicación limitados, no porque carezcan de sustento en base a evidencias, sino porque existe una acción, en este caso de Estado, que, una vez constituida, la fortalece por medio de los museos, libros, nombres de calles o plazas, legitimando, paradójicamente, con silencios, la verdadera pretensión de los sujetos de los que habla.

Las memorias débiles, el anarquismo contrario a la patria, la religión y la ley o lo sucedido en la frontera limítrofe con Estados Unidos son relegados a un silencio indispensable para que la memoria funcional actúe y perpetúe la tesis de unos precursores que, unidos por el pasado, representan un baluarte. Los precursores, si presentados con sus divisiones y proyectos contrapuestos, amenazarían una tradición que altera la teleología revolucionaria, que centra su atención en los errores y excesos de Porfirio Díaz y, por lo tanto, legitima las carencias del régimen posrevolucionario.

Enrique Flores Magón, desde su postura como actor y testigo —y a pesar de su textualidad contrapuesta entre 1901-1925 y 1931 en adelante—, tuvo la capacidad de reconfigurar el pasado e incidir en la construcción del Estado nación al generar una narrativa sobre los héroes que habrían luchado contra el tirano y construir la memoria débil sobre el anarquismo contrario a los valores promovidos por el gobierno. Su propia acción actuó en una doble dimensión: la de organizar la memoria sobre los precursores liberales, buscar reconocimientos y, en algunos casos, ayudas económicas o empleos; y al mismo tiempo, con sus compañeros liberales de 1906 o 1908, sin los anarquistas, lograr que socialmente no se conociera un pasado que buscaba redimir a la humanidad completa, pero que, por su centralidad contraria a la nación, debía someterse a los varios olvidos. Es decir, no se trataba solamente de promover el olvido de lo sucedido en el límite fronterizo, sino de su propia discursividad. Como lo apuntó en “Los últimos

veinte años”, lo ahí escrito comprende “solo el periodo de 1900 a principios de 1911. Para lo que deseo probar no necesito más” (FLORES MAGÓN, E., 2019, p. 78). Avanzar significaba activar sus propios escritos, donde él cumplía el rol de acelerador del tiempo hacia una nueva humanidad sin patrias ni banderas nacionales.

Su postura apela al derecho a la legitimidad indicado por Ricoeur (1999, p. 40), dada su presencia y su innegable actividad en su doble condición de actor y narrador que, como testigo, se declara poseedor de los secretos de “un grupo” inexistente en realidad, pero que, en un contexto de construcción de la nación revolucionaria, se presenta como el de aquellos que habrían planeado y acelerado un proceso en una dirección: las reformas sociales plasmadas en la Constitución.

Conclusión

La historia y la memoria, como apunta LaCapra (2009, p. 34-35), son complementarias a pesar de que su ámbito de legitimidad es siempre puesto en discusión entre los actores y los historiadores. Se trata de una tensión que, a pesar de la distancia que sugiere la separación lingüística, es parte de la construcción del discurso historiográfico que desempeña una función social en la constitución de todo régimen. Los hombres que lucharon en contra de Porfirio Díaz eran funcionales con su lenguaje, su crítica y su historia de persecuciones y encarcelamientos. El tirano mostraba su perversidad contra unos hombres y mujeres que se atrevieron a soñar.

Construir la memoria fuerte, de Estado, implicó cambiar el sujeto de atención para elaborar una memoria funcional, activa, que se presentara digna de ser recordada. ¿Era la de la lucha contra la propiedad privada, toda autoridad y forma de creencia religiosa, en particular el catolicismo, la narrativa de acceso que habilitaría la inserción en los gobiernos posrevolucionarios? La respuesta, ciertamente, es negativa. Construir la memoria funcional fue posible por la legitimidad que tuvo Enrique Flores Magón, quien, como testigo, se presentó como el eje articulador de todos aquellos que, previamente a 1911, se habían confrontado con el gobierno de Porfirio Díaz. Ricardo Flores Magón con vida y con su lógica anarquista hubiera sido un obstáculo para tal condición. Los muertos sirven a los vivos para poder ubicar los espacios de silencio, lo que se reprime o se oculta deliberadamente.

Utilizar el concepto de memoria funcional conlleva la intención de destacar el encadenamiento del tiempo entre el pasado —la memoria/verdad a la que se alude— y el futuro de incertidumbre, dado que las memorias débiles eran una amenaza debido a

las implicaciones de los propios escritos de Enrique. Su nombre al calce en numerosos escritos publicados en *Regeneración* de 1911 a 1918 —o su texto de 1925— era la evidencia de “otra” verdad, contraria al régimen de historicidad al cual se apegaba la tendencia de su presente en las décadas de 1930 y 1940. Fue una memoria que se fortaleció por la historia académica de años posteriores, que consagró, en el año 2000, con su llegada el muro de honor de la Cámara de Diputados, el nombre de Ricardo Flores Magón, el hombre que supo conocer el pueblo desde sus entrañas indígenas y que dio las ideas sociales que movieron a millones de personas en el proceso revolucionario. Así, los enemigos de los anarquistas lo reconocen, lo alaban y veneran para sostener el régimen de historicidad que cambió la prognosis de la revolución mundial, esa que terminaría con el capitalismo, con senadores y diputados —la polilla, como los llama—, con la propiedad privada y toda forma de creencia religiosa. Una memoria funcional resultado de la acción, el momento y la necesidad de recordar a quienes legitiman el presente aunque el pasado representado fuera otro; pero que, en términos sociales, configuró una base a la que la historiografía de los años siguientes mantuvo siempre con un asterisco, dejando la palabra “anarquismo” sin significante.

REFERENCIAS

ABAD DE SANTILLÁN, Diego. **Ricardo Flores Magón: apóstol de la revolución mexicana.** Ciudad de México: Grupo Cultural Ricardo Flores Magón, 1925.

ALDRETE, Enrique. **Baja California Heroica: episodios de la invasión filibustera magonista de 1911** narrados el Dr. Enrique Aldrete testigo presencial, [s.e]), 1958.

BARTRA, Armando. **Introducción a Regeneración, 1900-1918: la corriente más radical de la revolución mexicana de 1910 a través de su periódico de combate.** Ciudad de México: Editorial Era, 1985.

BARRERA FUENTES, Florencio. **Historia de la Revolución Mexicana: la etapa precursora.** Ciudad de México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana, 1955.

BLAISDELL, Lowell L. **The Desert Revolution.** Baja California, 1911. Madison: The University of Wisconsin Press, 1962.

BLANQUEL, Eduardo. El Anarco-magonismo. **Historia Mexicana**, Ciudad de México, v. 13, n. 3, p. 394-427, 1964.

CUMBERLAND, Charles. C. Precursors of the Mexican Revolution of 1910. **The Hispanic American Historical Review**, Durham, v. 22, n. 2, p. 344-356, 1942.

DE PÍO ARAUJO, Antonio. La revolución social en México. **Regeneración**, Los Ángeles, 27 julio 1912, p. 1.

DUFFY, Ethel. **Ricardo Flores Magón y el Partido Liberal Mexicano**. Morelia, Michoacán: Editorial Erandi, 1960.

ESTEVE, Pedro. **Reflexiones sobre el movimiento revolucionario en México**, 1911. Disponible em: https://www.antorcha.net/biblioteca_virtual/politica/reflexiones/1.html

FLORES MAGÒN, Enrique. ¿Mueran los gringos...? No: ¡mueran los ricos! **Regeneración**, Los Ángeles, 13 de junio de 1914b, p. 5.

FLORES MAGÒN, Enrique. Alocución en Amezcua, Jenaro, *In*: FLORES MAGÓN, E. **¿Quién es Flores Magón y cuál es su obra?** Ciudad de México, Editorial Avance, 1945.

FLORES MAGÒN, Enrique. Los últimos veinte años. *In*: MAGÓN, Diego F. (org.). **Antología de Testimonios de Precursores de la Revolución Mexicana**. Ciudad de México: H. Consejo Editorial de la Cámara de Diputados, 2019, p. 11-79.

FLORES MAGÒN, Enrique. Revolucionarias. **Regeneración**, Los Ángeles, 2 de marzo de 1912, p. 2.

FLORES MAGÒN, Enrique. Aclaraciones a la vida y obra de Ricardo Flores Magón. **La Protesta**, Buenos Aires, 30 de marzo de 1925, p. 2.

FLORES MAGÓN, Enrique. Idea y acción. **Regeneración**, Los Ángeles, 4 abril 1914a, p. 1.

FLORES MAGÒN, Ricardo. **Correspondencia (1904-1912)**: recopilación e introducción de Jacinto Barrera Bassols. Universidad Autónoma de Puebla: México, 1989.

FLORES MAGÒN, Ricardo, a Pedro Esteve, 13 de mayo de 1911. **Archivo electrónico Ricardo Flores Magón**. Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1911-27.

Disponible en: <http://archivomagon.net/obras-completas/correspondencia-1899-1922/c-1911/cor324/>.

FLORES MAGÓN, Ricardo. ¿Ya no habrá intervención?. **Regeneración**, Los Ángeles, 17 de febrero de 1912. p. 1.

FLORES MAGÓN, Ricardo. Orientación de la revolución mexicana. **Regeneración**, Los Ángeles, 21 febrero 1914, p. 1.

GARCIADIEGO, Javier. La revolución Mexicana: el reto de la historia reciente. **Historia Mexicana**, Ciudad de México, LXXI, 1, p. 249-269, 2021.

GERHARD, Peter. The socialist invasion in Lower California, 1911. **Pacific Historical Review**, Portland, v. 15. n. 3, p. 295-304, 1946.

GILL, Mario. Turner, Flores Magón y los filibusteros, **Historia Mexicana**, Ciudad de México, v. 5, n. 4, 1956, p. 642-643.

GUERRA, François-Xavier. **México: del antiguo régimen a la Revolución**, Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

HARTOG, François. **Regímenes de historicidad: presentismo y experiencias del tiempo**. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **Les Cadres Sociaux de la Mémoire**. Paris: Librairie Félix Alcan, 1925.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Aceleración, prognosis y secularización**. Valencia: Pre-textos, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro-pasado: para una semántica de los tiempos históricos**, Barcelona: Paidós, 1993.

LACAPRA, Dominick. **Historia y memoria después de Auschwitz**. Buenos Aires: Prometeo, Libros, 2009.

MANCISIDOR, José. **Historia de la Revolución Mexicana**. Ciudad de México: Editores Mexicanos Unidos, 1959.

MARTÍNEZ, Pablo L. **El magonismo en Baja California (documentos)**. Mexicali, Editorial Baja California, 1958.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**, París: Gallimard. 1984.

PÌO ARAUJO, Antonio de. La revolución social en México. **Regeneración**, Los Ángeles, 27 de julio de 1912, p. 1.

RAMA, Carlos; CAPPELLETTI, Ángel. **El anarquismo en América Latina**. Caracas: Biblioteca, Ayacucho, 1990.

RICOEUR, Paul. **La lectura del tiempo pasado: memoria y olvido**, Madrid: Arrecife, 1999.

RICOEUR, Paul. **La memoria, la historia, el olvido**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

SAMANIEGO, Marco Antonio. **Nacionalismo y Revolución: los acontecimientos de 1911 en Baja California**. Tijuana, Baja California: Universidad Autónoma de Baja California – Consejo Nacional para la Cultura y las Artes – Centro Cultural Tijuana, 2008.

SAMANIEGO, Marco Antonio. El poblado fronterizo de Tijuana, Emiliano Zapata y la revolución da tavolino. **Historia Mexicana**, LXVI. n. 3, p. 1123-1175, 2017

SAMANIEGO, Marco Antonio. Enrique Flores Magón vs Enrique Flores Magón. **Relaciones: Estudios de Historia y Sociedad**, v. 40, n. 59, p. 193-218, 2019.

SAMANIEGO, Marco Antonio. En contra del programa del Partido Liberal Mexicano: los anarquistas del PLM. **Secuencia: Revista de historia y ciencias sociales**. n. 107, p. 1-36, 2020.

SAMANIEGO, Marco Antonio. Precursores de la revolución mundial, **Revista de Historia de América**, n. 160, p. 241-274, 2021.

SILVA HERZOG, Jesús. **Breve historia de la revolución mexicana**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1960.

TAYLOR, Lawrence. **La campaña magonista de 1911 en Baja California.** Tijuana, Baja California: El Colegio de la Frontera Norte, 1991.

TRAVERSO, Enzo, **El pasado, instrucciones de uso:** historia, memoria, política. Madrid: Marcial Pons, 2007.

UNITED STATES SENATE. **Hearings before the committee of rules.** Government Printing Office, 66 congress, 1920.

VELASCO CEBALLOS, Rómulo. **¿Se apoderará Estados Unidos de América de Baja California?** La invasión filibustera de 1911, México, 1920.

WARD, Albro. **Always a rebel:** Ricardo Flores Magón and the Mexican revolution, Forth Worth: Texan Christian University Press, 1992.

ZIMMER, Kenyon. **Immigrants against the State:** Yiddish and Italian Anarchism in America, Chicago: University of Illinois, 2015.

INFORMACIÓN ADICIONAL

BIOGRAFÍA ACADÉMICA

Doctor en Historia por el Colegio de México. Su tesis doctoral, *Los ríos internacionales entre México y Estados Unidos*, fue galardonada como la mejor tesis en el año 2004 por la Academia Mexicana de Ciencias. Coordinador de la obra *Ensenada, nuevas aportaciones para su historia*, así como del guion museográfico del Museo de las Californias. Recibió el premio nacional de investigación histórica Atanasio G. Saravia en 1997. Autor del libro *Nacionalismo y Revolución: los acontecimientos de 1911 en Baja California*. Como director del Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Autónoma de Baja California (UABC), coordinó y elaboró el proyecto de maestría y doctorado en Historia que forma parte del Padrón Nacional de Posgrados de Calidad (PNPC). Ha publicado más de 60 artículos en revistas nacionales e internacionales y capítulos de libros sobre temas relacionados a la frontera México-Estados Unidos, particularmente sobre movimientos sociales, cuencas internacionales y medio ambiente. Fue director del Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Autónoma de Baja California en dos periodos, 1996-1999 y 2007-2011.

DIRECCIÓN PARA CORRESPONDENCIA

Calzada Universidad #14418, Parque Industrial Internacional Tijuana, Baja California, México. C.P. 22424.

FINANCIACIÓN

Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Autónoma de Baja California.

CONFLICTO DE INTERESES

Sin conflicto de interés declarado.

APROBACIÓN DEL COMITÉ DE ÉTICA

No se aplica.

MÉTODO DE EVALUACIÓN

Sistema doble ciego de revisión por pares.

PREPRINT

El artículo no es un preprint.

DISPONIBILIDAD DE DATOS DE INVESTIGACIÓN Y OTROS MATERIALES

El contenido que subyace al artículo se encuentra en él.

EDITORES RESPONSABLES

Flávia Varella – Editor jefe

João Rodolfo Munhoz Ohara – Editor ejecutivo

DERECHOS DE AUTOR

Copyright © 2022 Marco Antonio Samaniego López.

LICENCIA

Este es un artículo distribuido en Acceso Abierto bajo los términos de [Creative Commons Atribución 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



HISTORIA DE REVISIÓN POR PARES

Fecha de envío: 15 de agosto de 2021

Fecha de modificación: 6 de diciembre de 2021

Fecha de modificación: 22 de diciembre de 2021

Fecha de aprobación: 3 de enero de 2022

Historiography and apocalypse: an intimate relationship?

Jerry W. Burkette, Jr. ^a

burkette@vt.edu

<https://orcid.org/0000-0002-6133-646X> 

^a Virginia Tech University, Department of Social, Political, Ethical, and Cultural Thought, Blacksburg, VA, United States of America

ABSTRACT

Apocalypse, often evoking images of fiery judgments and cataclysmic endings, is situated within religious, perhaps especially Christian, traditions. Recent literature analyzing how apocalyptic narratives are leveraged within religious contexts, especially stories of conquest, has emphasized facets of this role, both rhetorically and logically, in their construction and framing. I investigate several of these, in addition to a contemporary, secular example, to show how apocalyptic logic is leveraged within them. Specifically, the discursive and aesthetic constituents of these narratives appear connected to teleologies emplotted within a story-telling framework of prophecy-cum-apocalypse. I argue that this relationship is instrumental as it gives meaning to these stories, *as histories*. Apocalypse's function within historicity has been recognized by such authors as Daniel Reff, Antonis Liakos, and Stephen O'Leary, and my argument leverages their important insights while going beyond them to suggest that apocalyptic historicity trades as much in beginnings as it does in endings, allowing for a more thorough, indeed intimate, integration of prophetic elements within historical narratives.

KEYWORDS

Apocalypse. Historical agency. Narrative logic.

Introduction

The concept of apocalypse is clearly present within religious, perhaps especially Christian, traditions. Images of fiery judgements and cataclysmic endings are often leveraged to support versions of prophetic fulfillment within narratives of religious conquest. Given its overtly religious connotation in common usage, it might seem odd to claim that apocalyptic form *and content* is integral to historicity as a discipline. I will argue that this is, in fact, the case. Indeed, the 'prophetic' is not limited to Abrahamic monotheism or any future-oriented, mystical or mythological viewpoint. Apocalyptic logic turns out to be performative within diverse genres of historical narrative as an effective tool, or technology, for crafting histories. The specific terms used to describe any apocalypse are then epiphenomenal to the primary goal of crystallizing the account in question by targeting a certain purpose fulfilled using contextualized referents. Put another way, prophetic elements within a history are situated and described from various temporal vantage points that textually look back, highlighting their synthetic role as meaning-makers for religious and secular histories (LÖWITZ, 1949, p. 1-19).¹ Indeed, the importance of apocalyptic references within various histories has been noted by such authors as Antonis Liakos (2007), Daniel Reff (2005), and Stephen O'Leary (1994). I will situate my argument in comparison to theirs in what follows. For now, it is enough to say that I will unpack even more temporally and contextually flexible emplotments of apocalyptic logic in these types of contexts.

Historical analysis is constrained, normatively and aesthetically, by the range of possible teli permitted. By normatively, I refer to the ways in which the set of possible instantiations of a candidate history are bounded by the obtaining social-political and, of course, cultural, constructs of power. By aesthetically, I mean the modalities of media available for a history's transcription, representation, and propagation.² This is akin to what Koselleck (1985, p. 267-288) proposes when explaining his idea of *Begriffsgeschichte*.³ He describes this conceptual framework as historical "horizons of expectation," positing the necessity of constituent indicators within any history, pointing towards – either looking back or forward from multiple candidate temporalities – an unveiling of that history's culmination or beginning – where these unveilings are modally

¹ I refer here to his "modern" histories. This is over and against what he terms "ancient" histories, which feature a cyclical (and inescapable) form and function to their narratives.

² There is much more to say about aesthetic valences within historical narratives as either limiting or reinforcing their form and content. While I reference these in what follows, I cannot here attempt a complete analysis of the role of 'the aesthetic.'

³ Or conceptual history. See also Koselleck's commentary on "historical time" (1985, p. 5-12) in which he uses religiously apocalyptic terms to introduce his project.

enclosed, meaning that histories purport to narrate 'what happened' as no longer open to alternate conditions of possibility whether or not the history in question refers to events as apocalyptic. This reasoning generates questions concerning the centrality of control within historical narrative and how to parse strategies wielded to gain and keep that position of power. For example, whose expectations do these horizons presage, and how, or by whom, are the boundaries of possible endings or beginnings within these histories delimited?

I will examine a selection of examples below in order to shed some light on possible answers to these queries.⁴ This will be the focus of my initial two sections. My choice of examples, although quite varied, is intentional. My objective will be to examine what I am calling 'apocalyptic logic' occurring within disparate examples that range across religious, secular, ancient, and contemporary historical writing. I begin with a confrontation of apocalyptic themes within a framework of conquest. This example will contrast the ways in which apocalypse can be deployed in a temporally flexible way dependent on the viewpoint, or discursive space, in which it occurs. My second example aims to unpack how layers of apocalypses, or unveilings, can be wielded to situate a narration-become-history during the process of writing that history. My final example is entirely secular, and contemporary, in nature. I include it to show how current historical analysis and/or methodology uses the same tools or technologies in its construction. Following these, I turn to a more detailed description of what the concept of apocalypse refers to in these contexts. It turns out that it is an aesthetic-cum-discursive *construction* created to support those historical narratives. Liakos describes this phenomenon as the necessity of identifying a future within a past for that past to become a history (2007, p. 7; 20-21; 54-55). More formally, apocalypse is instantiated within a narrative mechanism of prophecy and its subsequent fulfillment. These elements are then constitutively inserted within histories in the service of an intentional, carefully selected purpose. Alison McQueen, analyzing Macchiavelli's frame of reference when looking at historical, and future, events through a political lens, puts it this way:

The "great variability of things [...] beyond human conjecture" in Machiavelli's own times seems to call not for a prudent prince but for a prophet. Such a man seeks not to render the apparent contingency of the [*sic*] world

⁴ These certainly do not exhaust the candidates available for analysis. The choice to deploy them is based on the ways in which they lend themselves to being extended to other contexts of analysis across historical and philosophical disciplines.

intelligible, but to discern in it signs of prophetic importance and endow it with a deeper meaning (MCQUEEN, 2018, p. 96).

Hayden White, while explaining both how and why *all* historical narrative is allegorical – literally saying one thing and meaning something else, posits the importance of *allegoresis* as a method for representing plot types such as comedies, tragedies, and farces (WHITE, 1987, p. 45-46). In the words of his title, the form of historical narrative chosen inculcates content into the history being created. Apocalyptic logic clarifies the reciprocal causal vectors of form *and* historical content within historiography. I agree, of course, that the form certainly inserts content of its own, as White compellingly argues. Yet the content itself is often, perhaps nearly always, prophetically arranged such as to entail a certain telos or, less restrictively, bind the story to a selected range of permitted teli. This is the case regardless of the genre of ‘form’ chosen. Thus tragedies, comedies, farces, and many other plot types might, and I would argue tend to, leverage the same apocalyptic structure. This is in contrast to the view that tragedies offer a more appropriate way in which to re-interpret certain histories, compared to romances in the case of post-colonialism (e.g., SCOTT, 2004, p. 7-14).

Histories create and then deploy a discursive, present and/or future, space emplotted within a story referenced to a specific context and its actors. This mechanism, framing a linearly conceived telos-as-apocalypse, requires a set of prophetic indicators culminating in an unveiling for historical narrative to have meaning and be recognizable as a history. David Scott, while critiquing postcolonial historiographical motivations, asks questions about what kind of present these pasts were being asked to illuminate as well as what hopes and expectations they were supposed to provide (2004, p. 3). I will say a bit more about Scott’s work in my conclusion; however, the idea of a past being called upon to illuminate the present with the goal of potentializing selected horizons of expectation seems correct. It also confirms the importance of apocalyptic narrative within historiography as I am exploring it here.

Indeed, the Greek root of the term “apocalypse” is ἀποκάλυψη, or *apokalupsis*. This refers to an uncovering or disclosure of truth. Another primary meaning points to the revealing of knowledge that might have been hidden previously. Any restriction of the efficacy of apocalypses to religious histories thus seems mistaken. Clear cases of this phenomenon, for example, can be found within conquest-related naming events, to include origin stories in the conquest of the New World and the chronicles of the First Crusade. I will demonstrate how these, deployed in the service of identificational and teleological fulfillment, put the *control* of history front

and center. I then conclude by considering apocalyptic themes alongside certain notions of progress, arguing that apocalypse remains central to secular histories in Löwith's sense when tracing *any* historical progression towards an erstwhile 'better' state of affairs (LÖWITH, 1949, p. 1-19).

New World and Crusade 'apocalypses'

The first bad omen: Ten years before the Spaniards first came here, a bad omen appeared in the sky. It was like a flaming ear of corn, or a fiery signal, or the blaze of daybreak; it seemed to bleed fire, drop by drop, like a wound in the sky. [...] The second bad omen: The temple of Huitzilopochtli burst into flames. It is thought that no one set it afire, that it burned down of its own accord. [...] The sixth bad omen: The people heard a weeping woman night after night. She passed by in the middle of the night, wailing and crying out in a loud voice, 'My children, we must flee far away from this city!' (LEÓN-PORTILLA, 1962, p. 4-6).

These are samples of the omens described by Bernardino de Sahagún's students in the (1555, rev. 1585) *Florentine Codex*, purportedly a narrative of conquest as told by the conquered Aztecs of Tenochtitlan.⁵ That the omens are apocalyptic in form and content is obvious; however, when examined in light of their narrative function, foretelling conquest, their purpose becomes clearer. They are prophecies fulfilled by Cortez' arrival and subsequent destruction of Tenochtitlan (and the eclipse of the god Huitzilopochtli). While it is true that de Sahagún's native informants might have told their subaltern story of defeat neither willingly nor completely truthfully, this only serves to confirm the purpose of (and *desire to control*) the narrative construction of the conquest as *foreshadowed by previously observed portents* of that event (e.g., TOWNSEND, 2003, 659-687). The Aztec narrative can be interpreted historiographically as confronting a competing, Spanish alternative in the hopes of salvaging a vestige of historical agency for the Mexica civilization. The method chosen for this confrontation is fascinatingly apocalyptic in form.

For their part, Spanish accounts of New Spain's conquest are emplotted as constitutive within a grander narrative of the 'kingdom of God.' This way of putting the idea is not strictly correct, in that this latter *topos*, interpreted within the mission of Christian

⁵ León-Portilla uses this codex as his primary source when translating his (1962) account of the conquest of Tenochtitlan. In the second half of his book (and at the beginning of chapters), he summarizes the roles comparative codices played in his research.

Empire, served as rich philosophical grist for the mill of *all* European politico-theological thought (ADORNO, 2007; CAÑIZARES-ESGUERRA, 2001; CARACCIOLI, 2021). Much of the motivation to propose competing narratives of both conquest and governance can be characterized as an attempt to dictate the course of 'New World' history (e.g., ADORNO, 2007; CARACCIOLI, 2018). In short, the objective was to control it by framing narratives to align them with certain concepts of progress referenced to imperial Christianity. Victory in the battle to control the narrative *in the Old World* was necessary (if perhaps not entirely sufficient) to extend that hegemony to the New World.

Another example of this literary conflict is the history of Bernal Díaz written as a first-person account between 1551 and 1584. From the self-avowed perspective of an eyewitness and appealing to juridical norms as supporting his ability to write a 'true' history, Díaz directly engages contemporaneous historical narratives with the objective of wresting control of that narrative away from external perspectives (ADORNO, 2007, p. 148-189). While motivated by the desire to defend *encomienda* as a just reward for deeds performed in the king's service, the way in which his history closes is enlightening. As Adorno puts it:

His effort to move from the autobiographical and self-referential *relación*, to the illusion of the extra referential *probanza* reveals that the stakes involved were higher than his own self-interest. [...] His objective to save the glory of the conquests for posterity was an ever more pressing need as the 1550s and 1560s passed (ADORNO, 2007, p. 179).

Díaz' *Historia verdadera* confronts extant historical narratives, providing an example of this clash over how to cash out the 'punch line' for the story in question. He notably appeals to religiously apocalyptic (in this case *salvific*) frames of reference (justifying deeds during the conquest) when responding to both Sepúlveda and Las Casas (ADORNO, 2007, p. 153-154; 158-164).

Apocalyptic logic has also been emplotted in a temporally-layered fashion to justify current, and ongoing, events against a tapestry of both already-fulfilled and yet-to-be-fulfilled prophecy. One example of this phenomenon would be Robert the Monk's sermon-as-history of the First Crusade. His *Historia Iherosolimitana* overtly wields biblical scripture as furnishing prophetic constituents inserted within the events of the First Crusade culminating in the conquest of Jerusalem. He references Old and New Testament prophets (and other scriptural authors) as providing authoritative confirmation of the divine foreknowledge and sanction of that campaign. These are

clearly identified as fulfilled, *and not-yet-fulfilled*, prophecy, leading to Jerusalem's fall and its explanation alongside Biblical events (ROBERT THE MONK, 2005, p. 199-214). Perhaps even more revealing, he fixes the locus of the crusade as originating within scripture, going over and above biblical events to have greater import than all but the crucifixion:

These [Old and New Testament historians] show how pleasing it is to God that an account should be written for the faithful of any miraculous deed he has brought to pass on earth *which had been part of his plan from the beginning of time*. And indeed since the creation of the world what more miraculous undertaking has there been (other than the mystery of the Redeeming Cross) that what was achieved in our time by this journey of our people to Jerusalem (ROBERT THE MONK, 2005, p. 77).

This is a clear example of how apocalyptic logic functions within beginnings as well as endings. Robert's language of apocalypse, which includes "*terminus*" in this case, turns out to be epiphenomenal to the telos of historiographical hegemony of the discursive, normative space he creates here.⁶ His history is also not solely for contemporaneous audiences, as he claims that it "deserves to be publicized through a faithful account for future generations" (2005, p. 77). To achieve this present and future control of history, the *auctoritas* of the biblical canon is used to both justify and give meaning to the First Crusade as divinely pre-ordained and on par with holy writ. As just one example of this mechanism, his stylization of Kerbogha's mother's speech leans heavily on the Biblical books of Deuteronomy, Exodus, Numbers, and Psalms as providing its content, significance, and justification (ROBERT THE MONK, 2005, p. 153-157).

Put another way, the aesthetic 'clothing' of Robert's argument serves to create a historiographical space which reifies both the authoritative and justificatory arguments he deploys. Crucially, these aesthetic elements (namely: its apocalyptic trappings) are tools in the hand of that requisite history's translator-cum-historian. They are, at bottom, merely instrumental to its construction. The central issue is historical control (in the sense of freezing a narrative's allowed meaning), and the agency exercised to gain and maintain that control is found not in any specific instantiation of aesthetically apocalyptic language or its prophetic constituents but firmly in the hands (words? painting? sculpture?) of the historian qua historiographer. Put differently, the historiographical telos becomes the eschaton for that history in the form of a prophesied apocalypse.

⁶ See Rubenstein (2016, 159-160) for the ways in which Urban II's appeal at Clermont traded on this concept.

Here we can begin to see the scope of the aesthetic regarding its application within historiographical contexts.⁷

The mechanism of apocalypse can thus be decoupled from any exclusive relationship with any particular religious framework. It can, instead, reside within *any* historian's toolkit for constructing historical narratives as an agential exercise in identificational autonomy. In a secular, and contemporary, piece Patrick Iber opines on the mission of history within academia. He is specifically concerned with how historians should comport themselves within a culture obsessed with 'fake' news. The way in which he frames the historians' task is enlightening, especially given the privileged levels of agency she enjoys when crafting any historical narrative:

Learning about history, and learning to reason historically, may indeed affect the politics of our readers and students. We needn't apologize for this. Part of the value of our discipline should be that it produces the foundations of *better* social understanding. It should not only be a burden. *Better* historical understanding may tear down political myths, but it can also offer the *possibility of restorative justice*. We should insist that historical knowledge is an important *ingredient of democratic citizenship* (IBER, 2018, p. 5, emphases mine).

The telos of linear progress, seen as 'better' social and historical understanding, the "possibility of restorative justice," and embodying what it is to be a 'democratic citizen,' permeates this passage. Recall that this is an argument for how historians *should* act. It is a normative claim about the discipline, and it thus rests on a reified concept of progress leading to a better state of affairs in the future. Insofar as this approach to doing history putatively situates past and current facts emplotted within a narrative leading to (possible) future fulfillment, it again trades on the same logic I am exploring throughout this paper.

What is even more striking in this secular example is the temporal perspective Iber's situation of the actor and apocalypse takes here. This is a full-throated call for contemporary action in the form of specific perspectives supporting certain results. A historian's *moral* duty, then, consists (at least partly) in prioritized actions *that become prophetic* within a narrative leading to a set of apocalyptic teli. This is, as I argued earlier,

⁷ See Michelle-Rolph Trouillot (1996, p. 44-68) for how memorials and monuments 'mention' certain events/actors while silencing others. See also Canizares-Esguerra (2001, p. 266-338) for how Mexican material culture was instrumental to competing narratives.

very similar to what Robert the Monk was doing in his *Historia*. Contemporary events are emplotted such that they become either prophetic or lead to prophecy fulfillment. Indeed, recognizing the temporal flexibility of apocalyptic logic seems central to a comparative analysis of different narratives about similar time frames (e.g., GABRIELE, 2016, p. 304-307).

This demonstrates how the logic of apocalypse, instantiated by situating prophetic elements that are then fulfilled in a way that culminates in a chosen telos for that account, is fundamental within historicity, both religious and secular. Iber's example is even more intriguing for an extremely nuanced employment of this technology, as compared to erstwhile 'Armageddons.' It further demonstrates that historiographical perspectives stemming from and/or supporting a particular vision of progress, religious or not, tend to leverage an apocalyptic technological framework in their construction. This also is a clue, as I will briefly mention in my conclusion, as to how this historiographical technology can be used as effectively in accounts purporting to unveil utopias as often as it supports 'end of the world' imaginaries.

This should be sufficient to demonstrate how the logic of apocalypse can give meaning to, and control, a history's content and objectives. That prophetic elements within them are often couched such as to be easily recognizable to both historical actors and intended audiences is thus unsurprising. Indeed, these narratives tend to be inherently political as well, in that they crystallize any given interpretation of the past such as to normatively close the allowed (or permissible) ends/futures of those histories. In the next section, I explore a more fine-grained description of the concept of apocalypse within history, seen within the role of naming and origin events along with end-of-history characterizations.

Apocalypse: Creating, naming, and changing from alternate perspectives

Peru as a name and as a social fact...does not appear modestly or imperceptibly... [She] was...born of blood and tears in an abyss of history, with a loud crash that shook the world (BASADRE, 1947, p. 104-105).

It seems natural to associate apocalypse with a kind of death. There is a timbre of finality in the word, perhaps akin to a recognition that certain possibilities are closed. Its instantiation within physical death is undeniable, on a communal or personal scale. In *Plagues, Priests, and Demons* (2005), Daniel Reff analyzes the ways in which

Christianity co-opted certain disease epidemics in order to construct, and then control, new discursive spaces. His focus is exemplary as it not only provides a clear case of the instrumentality of apocalypse but also sheds light on how the concept can be defined in these contexts.

Reff's work does not fit neatly within the historian's guild. In this case, he makes an ethnographical intervention proposing a way of parsing causal valences constitutive within Christianity's rise to (western) religious hegemony. Reff's analysis (2017, p. 16-34) might better be described as ethno-political, in that his thesis and argument center on a comparative analysis of Old and New Worlds, showcasing the ways in which Christianity manipulated tragedy in order to situate those physical events within a metaphysical context (tied to a certain ontology). It is hard to imagine a clearer example of the instrumentality of apocalypse, both personal and corporate, deployed to create and control (religiously-cum-politically) contemporary and historical discourse for social construction purposes. Despite this disciplinary breadth, his use of apocalypse (as disease leading to widespread death) is uniquely instructive as it highlights the impact 'on the ground' of this mechanism, both contemporarily to historical actors and structurally within histories. In this, Reff reminds us that "real things happen to real people" in history (REFF, 2017, p. 14).

In this work, he looks specifically at certain disease outbreaks that caused widespread death and upended extant socio-economic structures (REFF, 2005, p. 35-205). These events exposed the latter's inability to cope with these epidemics. The Church, represented here by its Mendicant and Jesuit orders, stepped into the gap created by these events to construct a discursive and aesthetic space normed not only by physical realities but by *metaphysical* logics and ontologies. These provided both meaning and purpose (definition and telos) to individuals and communities (and entire continents) for these widespread 'death events.' Importantly, the apocalyptic logic leveraged to provide epistemological support and ontological justification for the epidemics controlled historical discourse in these ethnographic contexts for both contemporary actors and their translators-cum-historians to follow.

Though ostensibly about disease and death, this analysis reveals the inherent processes of creation, naming, and change within apocalyptic discourse. Providing a comprehensible reason for these epidemics required creation on both physical and metaphysical levels of existence. Creation necessitates the subsequent naming event for the thing(s) created including, importantly, *renaming* of *recreated* entities. It is no accident that the author of Genesis describes one of Adam's first acts as that of naming the things within creation (GENESIS 2:19-20, ESV). Change, entailed within

the processes of creation and naming, follows incontestably. As a result, *any change involving a significant epistemological and/or ontological shift* such that either historical actor or historian interpret it as impacting the former or the latter's worldview can be defined as apocalyptic. I think it fitting that the term's original interpretation (which is, as a reminder, *apokálypsis*) is that of an unveiling or uncovering, a *revealing of knowledge*. What is (re)creation or construction of ontological existences and their associated epistemologies if not a revealing of knowledge? And what does history purport to do?

Liakos (2007, p. 21) has argued that this knowledge revealed within respective narrative histories includes, as a central ingredient, visions of the future. This is what I am referring to as the 'prophetic' emplotted within those past events *as referenced to idealized imaginings within them*. As he puts it, "From this point of view [the horizon of long-term social expectations in writing history], ideas about the future are part of the deep structure of which *forms our understanding of what is historical thinking*" (LIAKOS, 2007, p. 21, emphases mine). He also argues that idealized concepts of the future have to be emplaced within historical narrative for that narrative *to be a history*. It is a narrative with a plot, 'fall and salvation; desperation and hope' (LIAKOS, 2007, p. 22). It thus embodies a stylistically *messianic* narrative trope—one that contributes to the content of history together with its explanation. Indeed, he aptly notes that this way of describing the phenomenon originates with Walter Benjamin, in that messianic valences permeate historicity (1940, XVII, A-B). This perspective also aligns with Agamben (2005) in his formulation of the future-within-the-past constituent necessary to historical narrative.

Apocalypse, as a historiographical technology, is intimately connected to crafting histories, both during those narratives' creation and their deployment as histories, in order to give them meaning and make it comprehensible to both historical actors (whose actions, words, and artifacts form the corpus of Trouillot's "historicity 1") and historiographers (re-constructing constituents of "historicity 1" into "historicity 2").⁸ The results are future-within-the-past stories, constructing frameworks for those histories' empirical and interpretive elements.

This methodology can be highlighted within a series of questions. What is needed to: 1) make a history *accessible* to both actor and eventual reader/hearer; 2) situate

⁸ See Trouillot (1995, p. 2, 22-29, 106, 115) "Historicity 1" refers to empirical fact (for him, "social process"), personifying what has happened of past necessity. "Historicity 2" refers to the ways in which the first variety is interpreted by the second.

the resultant narrative in a *recognizable* context; 3) fix the story's loci, both physical and 'spiritual;' 4) identify the history's topoi, reifying what counts as being 'important' and included; 5) connect with recognized and comprehensible ontologies and the epistemological frameworks that accompany them—in short, how to connect the history with an understood worldview; and 6) crucially, situate the narrative such that actor, translator, and consumer resonate with a central *identificational* valence? I will focus in what follows on this last question, as the previous five have been briefly addressed within the examples canvassed earlier. This concern, that of locating and fixing identities within historical narratives, highlights the *temporal flexibility* of apocalypses manipulated within historiography. It will additionally help clarify the methodologies of creation and naming as historical changes-cum-apocalypses.

Thurner (2009, p. 46-49) refers to these moments of apocalypse, these blendings of death and rebirth, as *naming* or origin events. They are 'abysses,' moments in time that concatenate present identities such that a space of "immediate non-being" is opened. Thurner uses three terms to describe this process. The first is the "abysmal event," which he characterizes as the ontological fissure, or destructuring, of what existed prior to this concatenation. The second he refers to as the "baptismal event." We should note here that in Catholic liturgy, baptism is coincident with naming the infant or convert. During this phase, the historian 'christens' the historical subject, creating a new ontological and epistemological framework for it. The final phase is the "inaugural performance" of the newly (re)created subject within the myth-making apparatus of apocalypse. The ontological erasure of a new naming event results in a vacuum, one that requires filling in terms that justify and explain it to actors, historians, and future readers of these histories. The opening epigraph of this section describes the implosion of former existences combined in a 'bloody' rebirth of new ones. The described historical seam, like a spatial black hole, creates vacant interstices that are opportunities to construct *different* narratives, stories that prophesy and then bring to fulfillment their requisite apocalypses. For pre-existent and subsequent narratives to have meaning for their intended audiences, the abysses revealed within these creation-cum-naming events must be situated as telos and eschaton. If we grant that a narrative requires a beginning, middle, and end to be a 'story,' then what I am describing here seems to be beginnings and endings created and then named by contested discursive space comprising the 'middle' of these narratives.

While intended as a critique, Furet's (1981, p. 1-17; 36-46; 195) attempt to downgrade the nationally internal significance of the French Revolution showcases the function of these naming events in the way Thurner describes them. While arguing against any unique significance given by the French nation to the revolution as an

origin event for the republic, he notes the ways in which its deployment as apocalyptic fulfillment played out within national discourse as prophecy when applied to extra-national revolutionary events such as the Bolshevik revolution. Particularly revealing is his statement that “The postulate that ‘what actually happened’ did so of necessity is a classic retrospective illusion of historical consciousness, which sees the past as a field of possibilities within which ‘what actually happened’ appears *ex post facto* as the only future for that past” (FURET, 1981, p. 19). His reconstruction of events during the preceding century frames these such that they prophetically indicate the coming upheaval. He then situates them within a narrative for which revolution is both *telos* and *eschaton*. The fact that he bristles at Gallic insistence on reifying the event as the moment of creation-cum-identity for the French Republic only confirms Thurner’s conclusion. The naming event constituted the immediate non-being of the pre-existing French state, a vacuum that demanded filling in a manner such that *looking back* on the event as both *apocalypse and genesis* generated prophetic constituents within the story that then continued to have identificational significance after the event. These follow-on prophecies continue to define French democracy. Furét rails at these processes in vain. Their course winds up being predictable given the identificational valences required within historical narratives for them to have meaning *as histories*.

All of this highlights the importance of temporal flexibility within any historiographical *telos*-framing/limiting technology. Matthew Gabriele (2016, p. 308) has recently examined the significance of verb tenses used in crusade histories. He clarifies how Robert the Monk subtly altered prophetic scripture such that foretold events (i.e., the holy sepulchre’s glorification mentioned in Isaiah 11:10) were transformed into already fulfilled, and thus apocalyptic, events.

Specifically, the tomb’s spiritual condition could be expressed by a juxtaposition of its *eternal* state—one of being always-already glorified as a result of Christ’s resurrection—with a temporal state that interpreted the futurity in Isaiah’s account as having been accomplished in a *re*-glorification of that tomb (GABRIELLE, 2016, p. 307-310). This temporal flexibility allowed Robert to situate the events of the First Crusade within historical *and* ongoing narrative both reifying recent events as physically-cum-metaphysically significant as well as giving them a specific and understandable meaning. Able to be flexibly emplotted in time as apocalypses, they could be wielded either as a canonization of their contents or a prophetic call to energize new ones. Sweetenham, in her introductory chapter to Robert the Monk’s history, also seems to argue for this kind of narrative emplacement strategy (SWEETENHAM, 2005, p. 4-8).

It should be clear that I am resisting the notion that prophecy and apocalypse are best seen from the perspective of 'looking back' at the events in question accessed through source data, to include translational impurities. This is, I think, mistaken. A temporal perspective of 'looking forward' to apocalypse and situating current events as prophetically positioned to culminate in that 'future-past' seems indispensable to both religious and secular histories. This is, of course, if there is even such a thing as secular history. Löwith (1949, p. 201-203) claims that all secular history is theological in form, perhaps even more fundamentally as it divorces itself from theological content. That Robert's text is identified as a historical 'sermon' probably does not seem strange, not least for his parochial position and role in the events chronicled. Yet if I am right, *many more histories* might also be sermons, complete with holy text and prophesied apocalypses even in the case of secular narratives. Does all history qua historiography then reduce to all and only *religious* historiography? In my conclusion to follow, I offer some thoughts on this perhaps shocking suggestion.

Conclusion: Is all history religious history?

If notions of progress inhere within modern histories as essential to their form, then these histories *just are* apocalyptic. Löwith (1949, p. 1-20; 191-203), for one, would seem to argue for this as well. The subjects and 'endings' of these accounts are the apocalypses in question, and their constitutive events turn out to be prophetically indicative of their instantiations. A contextualized interpretation is thus expressed using referents with which the intended audience, to include its historical actors, is familiar. Amerindians, writing the history of their conquest under the gaze of evangelizing friars, deployed images and concepts unique to their culture and history within omens fulfilled by Cortez' conquest seizing, at least for a brief moment, control of that narrative within a prophetic, and certainly apocalyptic, framework. Robert, 'perfecting' the *Gesta Francorum*, clothed his history in the trappings of fulfilled scriptural prophecy, forging links between holy writ, past Crusade events, and possible future campaigns. The terms and language used in specific scenarios turn out to be epiphenomenal at best. They become window dressing for the causally efficacious aspects of the narrative. These are the aesthetic elements created or repurposed to serve the goal of *binding* a given history to a certain telos or teli. This effort selects and organizes certain prophecies that, when fulfilled, result in the selected, apocalyptic telos' fulfillment. As Gabriele (2016, p. 306) stresses, even though individual prophecies might fail due to future contingencies, apocalypse remains inevitable.

Thus far, my argument and Löwith's seem similar. He goes on, however, to lump both religious and secular history together as one and the same project. In his words:

It is also within this teleological, or rather eschatological, scheme of the historical process that history became 'universal'; for its universality does not depend merely on the belief in one universal God but on his giving unity to the history of mankind by directing it toward a final purpose. When II Isaiah describes the future glory of the new Jerusalem, his religious futurism and nationalism are actually teleological universalism. 'Mankind,' however, has not existed in the historical past, nor can it exist in any present. It is an idea and an ideal of the future, the necessary horizon for the eschatological concept of history and its universality. We of today, concerned with the unity of universal history and with its progress toward an ultimate goal or at least toward a 'better world,' are still in the line of prophetic and messianic monotheism; we are still Jews and Christians (LÖWITH, 1949, p. 18-19).

On this view, all modern history reduces to monotheistic history. As a reminder, Löwith distinguishes the latter from Christianity. In his view, to the extent that a Christian worldview stops current time in the form of the 'last times,' it does not subscribe to a linear characterization of history. I think this reduction is too quick. I agree that apocalypse functions as a crucial arbiter in support of any narrative of progress. Yet I see two problems resulting from a conflation of secular and religious history, one being parochial and the other more substantive.

The parochial concern centers on the import of Augustinian historical theory and its ramifications for human action in the earthly city while awaiting the city of God. I am not convinced that 'true' Christianity cannot inhabit the discursive space of modern historiography without abandoning notions of progress. This seems to be what Löwith is arguing in the case of specifically Christian history. This is, for him, incompatible with a linear conception of history and as such, commonly understood notions of progress are hard to reconcile with a Christian worldview. Augustine would not agree with this characterization, given his emphasis on the comportment of heavenly citizens while living within the earthly city (1951, p. 514). This may seem to be merely a theological debate, but it has larger ramifications, specifically as they pertain to efforts aimed at achieving a more just society in the here and now. Be that as it may, I cannot comment further on this worry here.

We can gloss the more substantive concern in philosophical terms. That histories of all types rely on epistemological boundaries enclosing the acceptable interpretations of

their events is obvious. Fixing the locus of any difference in those terms seems mistaken. Religious and secular narratives, to the extent that they deploy theological supports to construct their histories, then reduce to one-and-the-same kind of epistemological effort. To gesture at where I part ways with Löwith in this matter, I think a fundamental difference exists in the recognized, or allowed, *ontologies* in their respective accounts. Religious historiography must allow an ontological set that goes over and above that of its secular counterpart. As such it remains importantly different. Insofar as these ends and/or beginnings are not merely epistemological claims about better or worse states of affairs, the cosmic stakes seem much higher for religious histories.

Finally, I think it also fitting to consider O'Leary's monograph tracing the rhetorical role of apocalypse *as performative* within historical discourse. The form this performativity takes, according to him, is that of constructing a theodicy that explains and justifies the existence of evil. This requires rhetorical-cum-historical discourse to play a prophetic role, one that not only identifies prescient constituents within the past and present that predict a vindicating futurity but also constructs those elements so that they fit the appropriate description needed. This is cashed out in two ways, the first being that apocalypse is a mythical and rhetorical solution to the problem of evil, and the second that this purpose is accomplished through constructions of temporality (O'LEARY, 1994, p. 14-15). For O'Leary, apocalypse is situated, "not as text embodying archetypal and timeless formal principles, but as an event '*alive in its present,*' attempting to discover how it influences, and is influenced by, the discursive practices that surround it" (1994, p. 14-15 *apud* PEPPER, 1970, p. 232) Note that this present seems to indicate the time in which the discourse in question is crafted, tying it to historical narrative and its control.

O'Leary's analysis is also similar to my argument in that it allows for the temporality of any apocalypse to be tailored to the history for which it provides both telos and eschaton. I agree that apocalypse is *instrumental* within history; we both see its role as performative, an effective tool in the historian's toolkit giving her narrative contextualized meaning. This granted, his account differs in its construction of apocalypse as being primarily about evil, specifically in its instantiation *as redemption*. While he is certainly correct that apocalypses can be seen as theodicies justifying historical means, my argument has demonstrated that apocalyptic logic, leveraged as a historical, narrative-creation technology, trades as much in beginnings as it does in endings.

The performativity of apocalypse can thus be equally applied to histories emplotting concepts of progress (or, as I mentioned earlier, perhaps even utopia) towards better states of affairs. If I am right, the term refers as often to triumphalist interpretations as it does to disastrous ones, resulting in characterizations of the 'end of history' being

mapped to both these predicates. Indeed, from a certain perspective O'Leary himself might permit this construction. In his conclusion, he argues for a "deliteralization" of apocalyptic rhetoric in religious discourse and presses for historians and theologians to reopen a dialogue decoupling narratives of progress from literally-interpreted, cataclysmic endings "putting the world right" (O'LEARY, 1994, p. 218-224). Thus he gestures at the possibility for apocalypses to be instantiated as both endings and beginnings in symbolic terms.

As a parting thought, which must await future development, consider that triumph seems to entail the defeat, or *conquest*, of a competitor. It follows then that histories tend to rely, in varying degrees, on a foundation of conquest. They are vested with a motive to control their narratives and the subjects and events within them. Scott (2004, p. 19; 208s) makes a profound insight in this vein when he recategorizes subaltern protagonists in post and anticolonial histories as "conscripts of modernity". I want to go further and say that the 'losers' more generally within any history, either as its actors or erstwhile scribes, are conscripts *not only of modernity but of historiographical form/content simpliciter*, at least in those histories leveraging apocalyptic logic as narrative technology. Whether or not tragedy's form winds up being more appropriate than romance for narratives of conquest turns out to be orthogonal to the observation that both trade in the limitation of potential teleologies for the stories in question. Scott himself alludes to this when he concludes his monograph by noting that our visions of alternate futures have to be "tempered by the remembrance of his (Toussaint's) example" (SCOTT, 2004, p. 221). Any such framing of historical possibilities necessarily *limits* their realizable tropes and thus plays a normative role pre and pro-scribing what can be considered 'accurate' histories. Put differently, it unveils and then enforces borders for *truth*.

Guyatri Chakravorty Spivak describes this privileging or curtailing of certain actors' historical agency like this: "This is not to describe 'the way things really were' [...]. It is, rather, to offer an account of how an explanation and narrative of reality was established as the normative one" (CHAKRAVORTY, 1988, p. 43). Ranajit Guha also offers a delicately nuanced analysis of how these power dynamics play out, noting that when both writing national history, *and casting visions for its future*, the primacy of elitists' (both Indian and British) visions resulted in a "historic failure of the nation to come to its own" (GUHA, 1982, p. 8). This failure, put in the terms of my analysis, can be represented as a hegemonic insistence on *not* unveiling what Guha refers to as an authentic version of the Indian nation. An elitist telos, restricted to a certain historical hermeneutic, limited the ways in which prophetic visions of India's colonial and post-colonial future imaginaries could be expressed. Unsurprisingly, the scope of the hegemony created and sustained within such crystallized histories must then

extend into the future. Recognizing this dynamic seems central to parsing a historical narrative's motivation and unveiling its meaning in any context.

REFERENCES

ADORNO, Rolena. **The Polemics of Possession in Spanish American Narrative**. New Haven: Yale University, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. **La Potenza del Pensiero**. Vicenza: Neri Pozza, 2005.

AUGUSTINE, of Hippo, Saint. **The City of God** (*De civitas Dei*). In: **The Great Books**, vol. 18, Encyclopedia Britannica. Transl. Marcus Dodds. Chicago, IL: Chicago University Press, 1951. p. 129-620.

BASADRE, Jorge. **Meditaciones sobre el destino histórico del Perú**. Lima: Huascarán, 1947.

BENJAMIN, Walter. **On the Concept of History**. Transl. Dennis Redmond. 2005 [1940].

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. **How to Write the History of the New World**. Palo Alto: Stanford University Press, 2001.

CARACCIOLI, Mauro. A Problem from Hell: natural history, empire, and the devil in the New World. **Contemporary Political Theory**, v. 17, p. 437-458, 2018.

CARACCIOLI, Mauro. **Writing the New World: The Politics of Natural History in the Early Spanish Empire**. Gainesville, University of Florida Press, 2021.

COHEN-APONTE, Ananda. **Heaven, Hell, and Everything in Between: murals of the Colonial Andes**. Austin: University of Texas Press, 2016.

FURÉT, François. **Interpreting the French Revolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GABRIELLE, Matthew. From Prophecy to Apocalypse, **Journal of Medieval History**, London, v. 42, n. 3, p. 304-316, 2016.

GUHA, Ranajit. On Some Aspects of the Historiography of Colonial India. In: GUHA, Rajanit; CHAKRAVORTY, Gayatri. **Selected Subaltern Studies**. Oxford/New York: Oxford University Press, 1982. p. 1-8.

IBER, Patrick. History in an Age of Fake News. **The Chronicle of Higher Education**. Online, 2018. Available at: <https://bit.ly/3CWoMbQ> . Accessed in: April 30, 2019

KOSELLECK, Reinhart. **Futures Past**. Boston: MIT Press, 1985.

LIAKOS, Antonis. Utopian and historical thinking: interplays and transferences. **Historein**, Athens v. 7, p. 20-57, 2007.

LIAKOS, Antonis. **Apocalypse, Utopia, and History**. Polis: Athens, 2011.

LÖWITH, Karl. **Meaning in History**. Chicago: University of Chicago Press, 1949.

MCQUEEN, Alison. **Political Realism in Apocalyptic Times**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

O'LEARY, Stephen. **Arguing the Apocalypse**: a theory of millennial rhetoric. Oxford: Oxford University Press, 1994.

PEPPER, Stephen. **World Hypotheses**. Berkeley, California: University of California Press, 1970.

PORTILLA, Miguel Leon. **Broken Spears**: the Aztec Account of Mexico. Boston: Beacon Press, 1962.

REFF, Daniel. **Plagues, priests, and demons**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

ROBERT THE MONK. **Historia Iherosolimitana**. Transl. by Carol Sweetenham. Abingdon: Routledge, 2005.

RUBENSTEIN, Jay. Crusade and Apocalypse: History and the Last Days. **Quaestiones Medii Aevi Novae**, Frankfurt, v. 21, p. 159-188, 2016.

SCOTT, David. **Conscripts of Modernity**: the Tragedy of Colonial Enlightenment. Durham: Duke University Press, 2004.

SERWER, Adam. The Myth of the Kindly General Lee. **The Atlantic**. Online, 2017. Available at: <https://bit.ly/3k4sTu3> . Accessed in: April 25, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the Subaltern Speak? **Die Philosophin**, Charlottesville, v. 14, n. 27, p. 42-58, 1988.

THURNER, Mark. The Founding Abyss of Colonial History: or 'The Origin and Principle of the Name of Peru. **History and Theory**, Middletown, v. 48, n. 1, p. 44-62, 2009.

TOWNSEND, Camilla. Burying the White Gods: New Perspectives on the Conquest of Mexico. **American Historical Review**, Oxford, v. 108, n. 3, p. 659-687, 2003.

TROUILLOT, Michelle Rolph. **Silencing the Past**. Boston: Beacon Press, 1995.

WHITE, Hayden. **The Content of the Form: narrative discourse and historical representation**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1987.

ADDITIONAL INFORMATION

ACADEMIC BIOGRAPHY

Jerry "Jay" Burkette is the former associate professor of naval science at Virginia Tech. He completed his Ph.D. in Social, Political, Ethical and Cultural Thought at the same institution while instructing for the History and Philosophy Departments. His research focuses on cultural issues and how they intersect with ethical inquiry and historiographical theory. He has been awarded a Certificate of Teaching Excellence at Virginia Tech, and has published a number of articles in peer-reviewed journals whose remit spans qualitative research, political theory, interdisciplinary humanities research, and historiography.

CORRESPONDENCE ADDRESS

415 Major Williams Hall, Blacksburg, VA 24061, United States of America.

FUNDING

Not applicable.

ACKNOWLEDGMENT

I wish to express my sincere appreciation to Mauro Caraccioli, Molly Todd, Emily Bianchi, Maddie Tepper, Matthew Gabriele, Robert Myers, Anna Zeide, a panel of respondents at the 2021 Bertoti Innovative Perspectives in History Conference at Virginia Tech, and two anonymous referees for their helpful suggestions and penetrating comments on previous versions of this manuscript.

COMPETING INTERESTS

No conflict of interest has been declared.

ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

EVALUATION METHOD

Double-blind peer review.

PREPRINTS

The article is not a preprint.

AVAILABILITY OF RESEARCH DATA AND OTHER MATERIALS

The underlying contents of the article are contained therein.

EDITORS

Flávia Varella – Editor-in-chief

João Rodolfo Munhoz Ohara – Executive editor

COPYRIGHT

Copyright © 2022 Jerry W. Burkette, Jr.

LICENSE

This is an article distributed in Open Access under the terms of the [License Creative Commons Attribution 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



PEER REVIEW HISTORY

Submission date: August 17, 2021

Modification date: November 23, 2021

Approval date: February 2, 2022

La farmacia de Bernard Stiegler: pensar la memoria y abrir la historia para que la vida merezca ser vivida

Bernard Stiegler's pharmacy: think memory and open history so that life is worth living

Félix Raúl Martínez Cleves ^a

frmartinez@ut.edu.co

<https://orcid.org/0000-0003-0347-3199> 

^a Universidad del Tolima, Facultad de Ciencias Humanas y Artes, Ibagué, Tolima, Colombia

RESUMEN

En este artículo se busca hacer evidente una filosofía de la historia que se desprende del pensamiento de Bernard Stiegler (1952-2020). El autor francés no lo planteó explícitamente, pero en su obra insistió en que la historia de la humanidad es una historia técnica de la memoria. Apuntándose a la coherencia de lo propuesto aquí, este texto se orienta desde la perspectiva de la filosofía de la técnica, a la que tanto Stiegler como los grupos Ars Industrialis y Colectivo Internación, en los cuales trabajó, han contribuido ampliamente mediante planteamientos que, recientemente, se han sintetizado en la obra *Bifurquer* (2020). Por ello, este documento es también una invitación a pensar la memoria con y desde la técnica como una vía para la búsqueda de respuestas a los problemas del mundo actual. En síntesis, concebir la historia como una farmacología y una terapéutica para, lejos de plantear una teleología, contribuir a una repolitización de la memoria.

PALABRAS CLAVE

Memoria. Técnica. Antropoceno.

ABSTRACT

This article aims to evidence a philosophy of history based on Bernard Stiegler's (1952-2020) thought. The French author did not explicitly state this, but in his work he insisted on the idea that the history of humanity is a technical history of memory. Seeking coherence with what is proposed here, this text is oriented from the perspective of the philosophy of technique, to which both Stiegler and the groups Ars Industrialis and Internation Collective, in which he worked, have contributed extensively, and whose approaches have recently been synthesized in the work *Bifurquer* (2020). Thus, this paper is also an invitation to think about memory with and from the technique, in order to find answers to the problems of today's world. In summary, to conceive history as a pharmacology and a therapeutics, which, far from proposing a teleology, contributes to a re-politicization of memory.

KEYWORDS

Memory. Technique. Anthropocene.

Idea de la historia

Bernard Stiegler ha sostenido que la historia de la humanidad es la historia de los *shocks* técnicos (STIEGLER, 2015a). Alude así a toda una historia técnica de la memoria, que el autor francés denominó gramatización, consistente en la discretización y formalización de los comportamientos humanos; en otras palabras, un largo proceso de exteriorización de la memoria manifiesta en y con los objetos técnicos.¹ Stiegler, caminando más allá de Edmund Husserl, considera que, además de las retenciones primaria (o memoria filogenética) y secundaria (o memoria epigenética), es fundamental para los seres humanos la retención terciaria (o memoria epifilogenética), que justamente es posible gracias al conjunto de relaciones con los objetos técnicos de cualquier tipo.

Empero, Stiegler advirtió muy temprano en su obra que ha tenido lugar un olvido de la técnica (STIEGLER, 2002a, 2002b). Un olvido, que entre otras cosas, nos ha conducido a una *éphoke* de desorientación, ya que, al tachar el hecho de que todo objeto técnico es una forma de memoria —específicamente del orden de la retención terciaria—, quedamos expuestos a una tontería sistémica que termina por dejarnos sin respuesta respecto del ahora, de este *shock* por el que atravesamos. Y ello ocurre porque omitimos aquella comprensión —suscitada por Platón en *Fedro* a propósito de la doble condición de la técnica, en particular respecto de la tecnología de la escritura— de que estamos ante un *fármakon*, en la medida en que la técnica posee esa doble condición que se tensa entre cura y veneno. El olvido de la técnica solamente deja fluir el lado tóxico y nos pone ante una tachadura de la memoria.

Entonces, asistimos a un olvido de la vida que, hecha memoria, continúa en la técnica; no en vano, el tiempo, como lo vivimos, es producto de nuestra relación con los objetos técnicos (STIEGLER, 2002a). Y la historia es precisamente una de esas formas de retención terciaria, que, según la advertencia de Stiegler, está constituida de acontecimientos; ya que, como lo señaló Derrida, es allí —en el acontecimiento— donde el porvenir es posible ante la capacidad de invención más allá de las programaciones sucedidas en diferentes *éphokes* y en el marco de procesos múltiples de gramatización. La insistencia de Stiegler en construir respuestas para el mundo que nos ha correspondido

¹ La importancia otorgada al objeto técnico por Stiegler deriva —entre otras influencias— de su amplia lectura de la obra de Donald Winnicott, a partir de la cual el autor francés indica que “el objeto transicional es el primer fármakon” (STIEGLER, 2015b, p. 27); un objeto que es exterior, exosomático, hipomnesis con la cual podemos construir tanto una relación sana como una venenosa. Y para que resulte lo primero —es decir, una relación sana—, se necesita, como lo advierte Winnicott a un alguien que, actuando como madre, enseñe al bebé a separarse de ese objeto para poder entrar a espacios transicionales, como la escuela o las obras de arte. Ese alguien deberá obrar por medio de un cuidar que es un pensar en la medida que implica estar pendiente, lo cual se expresa, entre otras cosas, en el preguntar.

vivir, más allá de las torres de marfil (pero cuidándose de las formas de industria cultural adquiridas en los espacios universitarios y académicos en muchos lugares del planeta), le hace valerse de una genealogía. De este modo, la apuesta temporal stiegleriana, inspirada, entre otras fuentes, en Nietzsche, persigue los orígenes de los *shocks* y sus respectivos impactos en las configuraciones de una *éphoke*.

No estamos refiriendo una línea que asemeje la perspectiva temporal de Newton, impresa a su vez en la modernidad, pues el pensamiento de Stiegler busca justamente ir en un sentido distinto al de las epistemologías de rastro newtoniano, consideradas entrópicas. Como bien lo advierte Vignola (2020, p. 4), siguiendo a Stiegler, “el origen de la humanidad es técnico”. Y deberíamos aclarar que ese “origen” no significa un punto de partida estable, siendo más bien parecido al de Walter Benjamin en la medida que, como un torbellino, nos lanza a orígenes múltiples que entrecruzan procesos. De hecho, en Stiegler, no existe una historia de la técnica en singular, sino una pluralidad de historias de la técnica, en la cual se nota que estamos “constituidos por ella —la técnica— al mismo tiempo” (NASSIF, 2012, n. p.).

Por eso mismo, Stiegler considera la posibilidad de regresión (STIEGLER, 2018a), un ir y venir, en la medida que esto hace evidentes procesos que se sintetizan en el Antropoceno. En otras palabras, la comprensión de esta *éphoke* caracterizada por la conducción hacia la destrucción de la vida —la entropía— se manifiesta, entre otras cosas, en una descomposición de nuestra matriz temporal asociada a la sincronía y la diacronía, pues, al habitar un mundo de “hiper-sincronización” y una “particularización de lo singular”, la posibilidad de la diversidad es eliminada por la singularización fabricada desde y por máquinas en medio de una gubernamentalidad algorítmica. Y es que, como lo ha mostrado ampliamente Berardi, la red y los objetos digitales nos hacen suponer una infinitud que, en realidad, no es nada más que una profunda aceleración de nuestra finitud manifiesta constantemente en la vida cotidiana (BERARDI, 2009; 2019).

Por lo anterior, Stiegler y sus compañeros, en esa reciente síntesis, propia de la iniciativa de investigación contributiva, sostuvieron la relevancia de las localidades en el fortalecimiento de apuestas diacrónicas y, especialmente, sincrónicas (STIEGLER; VIGNOLA; AZAR, 2020). Esto no supone una negación de la posibilidad de comprensiones estructurales, sino la comprensión de que el estructuralismo y, en particular, el postestructuralismo terminaron construyendo, en medio de una hiperindustrialización que ha incrementado la estandarización de la cultura, un notable pesimismo tras Mayo de 1968. En un sentido parecido, Luc Ferry ha sostenido que asistimos a una época en la cual la ignorancia reina como negación a saber, a conocer, la misma que permea

desde los intelectuales hasta quienes administran los gobiernos en diferentes instancias (FERRY, 2017).

Por eso mismo, no sobra indicar que esta idea de la historia que se busca derivar del pensamiento de Bernard Stiegler está más cerca de una filosofía de la historia que de ciertas tendencias, corrientes o campos de saber que, como ha mostrado François Dosse (2006), son “espacios de investigación”, dada su pluralidad, y que también, contrariamente a lo que piensa el mismo Dosse y hasta Chartier (2002), en varios casos, se trata de intentos de monopolio disciplinar al procurar cada una de ellas presentarse como la “más” relevante. Un ejemplo asociado, dada su relación con la tecnología, es el que sintetizó Melvin Kranzberg, quien buscó separarse del determinismo tecnológico, al cual muchas veces asoció con doctrinas filosóficas. Si bien este autor no profundizó en el pensamiento sobre la técnica, sí estableció, contradictoriamente, leyes;² leyes que llevan su nombre y que se aproximan, además de a otras perspectivas, al estructuralismo braudeliano. De hecho, una de sus leyes se parece a cierto postulado de Fernand Braudel según el cual la historia sería la reina de las ciencias sociales. Desde la perspectiva de Kranzberg, eso implicaba afirmar que la historia de la tecnología es la más importante de todas las historias posibles, siendo deber de los otros campos reconocerlo así.

Aunque Kranzberg creyó que la tecnología es algo profundamente humano y, en ese sentido, supuso que los historiadores de la tecnología podrían contribuir en la construcción de futuro, su determinismo encubierto le impidió pensar la técnica. Stiegler mostró cómo al reflexionar respecto de la técnica, pero también con ella, nos ponemos ante la memoria y, a su vez, nos confrontamos a variadas implicaciones políticas y económicas, así como a posibilidades desde la cultura, la sociedad y la ciencia.

Por su parte, Peter Watson, otro caso ejemplar, esta vez en la denominada historia de las ideas, concentra sus esfuerzos en la modernidad, sus respectivas transformaciones y, en particular, en las convergencias para la resolución de problemas contemporáneos. Por eso, pone de manifiesto esos ríos de ciencia que se hicieron caudalosos durante el siglo XX, en medio de la tensión entre el horror y algunas de las más grandes ideas de la historia de la humanidad. Varias de sus ideas respecto de la historia coinciden en llamar la atención hacia la necesidad de que existan “grandes” hombres para que se produzcan los acontecimientos más relevantes, pero señala que esa dependencia está

² Las leyes de Kranzberg son: la tecnología no es ni buena ni mala, es neutra; la invención es la madre de la necesidad; la tecnología se manifiesta en paquetes grandes y pequeños; la tecnología puede ser un elemento primordial en muchos asuntos públicos, pero los factores no técnicos tienen prioridad en las decisiones de política tecnológica; la historia de la tecnología es la más importante de todas las historias posibles; la tecnología es una actividad muy humana y también lo es la historia de la tecnología.

determinada, cada vez más, por la ciencia. Pero Watson, distanciándose de Kransberg, niega la existencia de un programa determinado o de alguna dirección concreta, cosa que también rechazó Stiegler al plantear cómo el proceso de gramatización ha gestado, entre otras cosas, una proletarización. De hecho, Watson cree en un futuro abierto, basado en una autoridad moral de la ciencia y la intelectualidad, punto en el cual, precisamente, Stiegler radica su interés de análisis con lo que llama la “tontería sistémica”.

No en vano, Watson, profundamente seducido por los “tanques de pensamiento”, insiste en fórmulas que apuntan a que se comprendan los avances tecnológicos como llanas derivaciones de la ciencia. Y, si bien Watson reconoce la constitución filosófica de esa ciencia, al igual de Kranzberg, no cuestiona la necesidad de pensar la técnica y prefiere observarla desde su condición acumulativa, aspecto que, según el mismo Watson —siguiendo los trabajos de John Brockman—, ha terminado por generar en el siglo XX la “tercera cultura”, en la cual y hasta la actualidad, son los físicos y biólogos los que filosofan. En este sentido, muy apartado del punto de vista de Stiegler, quien ve en la universidad un ámbito alimentado por la fatalidad intelectual, Watson reconoce los claustros universitarios como epicentro de un trasegar hacia delante de las ideas. El autor llega a pronosticar una ruptura que se avecinaría y que conduciría más allá de la ciencia misma. Sin duda, una posición muy distante a la de Stiegler cuando plantea que esas interrupciones (de pensamiento) se leen como *shocks* y nutren la tontería sistémica, contribuyendo, a su vez, activamente a lo que llama *proletarización*.

Gramatización

“La gramatización es *irreductiblemente* farmacológica [...]”.
Bernard Stiegler. *Para una nueva crítica de la economía política*,
2016a, p. 57.

La historia técnica de la memoria es lo constitutivo de lo que se llama gramatización, que, como lo mostró Stiegler, ha implicado un proceso de proletarización, es decir, de una forma de manifestación del proceso de desindividuation (al que ya había referido Gilbert Simondon), donde el saber se pierde, causando un cortocircuito en la transindividuation. Stiegler dirá que,

el proletariado es el actor económico que carece de saber porque carece de memoria: su memoria ha pasado a la máquina reproductora de los gestos que ese proletario ya no tiene necesidad de saber hacer: simplemente debe

estar al servicio de la máquina reproductiva y así es como se convierte en un siervo (STIEGLER, 2016b, p. 48).

Esta pérdida de saberes, promovida por la exteriorización de los contenidos de la memoria sin interiorización alguna —interiorización que es fundamental para el desarrollo del conocimiento—, nos conduce al sometimiento, a una tontería sistémica, según lo reitera el autor francés. Tal y como se indicó antes, en el proceso de gramatización se constituye la externalización de la memoria, en tanto la fabricación de esos soportes. Así es que, en el marco de la retención terciaria, se hace manifiesta nuestra activa relación con los objetos técnicos. Pero no existe una única historia técnica de la memoria, como ya se anotó y según lo advirtió reiteradamente Stiegler.

La gramatización es en sí misma, sostuvo Stiegler, un *fármakon*, ya que puede permitir o restringir el desarrollo de la individuación y seguido de transindividuación, pero es inevitable enfrentarnos con ello, ya que requerimos de la exteriorización de la memoria para gestar y mantener nuestro proceso histórico de hominización, que comprende desde las imágenes gestadas en las cavernas, pasando por la oralidad y la escritura, hasta los distintos usos de la informática y sus implicaciones en la retención terciaria (HUI, 2020; STIEGLER, 2002a). Ahora bien, dada la condición de *fármakon*, podemos incrementar la tontería sistémica y la proletarización, es decir, su versión tóxica; pero también podemos concebir la tecnodiversidad como una forma de reconocimiento de las localidades (y sus diversidades) que opera un contrapeso con respecto a las restricciones singulares que conlleva el Antropoceno.

De allí que el dar cuenta del proceso de gramatización le signifique a la historia un llamado metódico y metodológico, el cual no puede limitarse a usos parciales de “fuentes” o “archivos” con algunas características respecto de sus soportes. Yuk Hui, en la perspectiva de Stiegler, ha sostenido que la tecnodiversidad trae consigo un renovado proceso de descolonización. Y esto es así no solo porque existen renovados procesos de colonización, como, por ejemplo, la silicolonización (SADIN, 2018a, 2020a, 2020b), ampliamente dependiente de lo que se conoce como la “ideología californiana” (BARBROOK; CAMERON, 1995), que amenaza desde el interior muchas formas de hacer la historia —por ejemplo, la denominada historia digital— sin merecer siquiera una postura crítica. La tecnodiversidad, en la medida en que manifiesta el ámbito curativo del *fármakon*, nos interpela de forma multidisciplinar con epistemologías alternativas; y, como se anotó antes, esto nos enfrenta a nuestras propias ideas del tiempo, muchas de ellas caducas y entrópicas.

Cuando señalamos que la forma temporal habitual utilizada en la historia es entrópica, lo decimos porque, como lo pensó Stiegler, el colectivo *Ars Industrialis* y, más recientemente, el Colectivo Internación, uno de esos procesos de gramatización se radicó en una epistemología que, originada en el pensamiento de Newton y de otros autores, gestaba una idea del tiempo notablemente dependiente de la entropía. Es por esto que plantear la historia desde la perspectiva de Stiegler comporta un poderoso componente ético que conlleva interrogarse por posibles vías para hacer frente a la destrucción. De allí que se haya advertido sobre la importante tarea de repolitizar la memoria, partiéndose del reconocimiento del recordar como una tarea ética que hoy hemos dejado justamente a las máquinas (HUNYADI, 2020; MARTÍNEZ, 2022). Se trata de un hacer memoria que, por medio de la comprensión de los procesos de gramatización, conduzca a una recuperación temporal. Y, como se deduce de lo expuesto hasta aquí, esto no es posible, desde la perspectiva de Stiegler, si no diversificamos las fuentes y los archivos, pero, sobretudo, las epistemologías y, con ellas, las ideas sobre el tiempo. Esta sería una de las formas de contribuir a la lucha contra la tontería sistémica, lucha que Stiegler lideró ampliamente a lo largo de su vida y por medio de su obra. Así, el *shock* actual puede constituirse en una oportunidad para la des-proletarización o, por el contrario, en un encantamiento producido por los sonidos de las sirenas contemporáneas de corte transhumanista y posthumanista (en sus versiones más reaccionarias).

Es por ello que Stiegler señala que, al dar cuenta de la gramatización, podemos atender a una historia que, con diversas y cruzadas *éphokes* tecnológicas, comprenda que sus preocupaciones identitarias y de corte decimonónico no le permiten observar las suspensiones o las interrupciones, que, a su vez, nos lanzan a una pluralización del origen. En este sentido, ya se había notado el trabajo genealógico, el cual nos conduce a enfrentar la tontería sistémica, que contribuye activamente a la entropía del Antropoceno. Por eso, Stiegler creyó, entre otras posibilidades, que la forma de contención de semejante destrucción, de esa tan poderosa descomposición temporal, radicaba en lo que llamó la negentropía (STIEGLER, 2018b).³ Pensar y luchar es inventar a partir de la comprensión de nuestras relaciones con los objetos técnicos, que son memoria, y de sus consecuencias para la transformación de los regímenes temporales.

³ La negentropía se constituye de singularidades, que, distantes de las soledades producidas por las industrias culturales y de la singularidad posthumanista, se nutren de la individuación a favor de la transindividuación.

Tontería sistémica

Stiegler fue enfático al advertir que asistimos a una época de desorientación. A un mundo en el cual, por lo menos desde la década de 1970, la miseria simbólica contribuye activamente a la “tontería sistémica”: todo un desencantamiento del mundo en el que ya no hay tiempo para pensar, mientras el deseo se reduce a necesidades sujetas al consumo. Se trata aquí de toda una ausencia de marco epistémico. Y dado el crecimiento de la entropía en las últimas décadas, Stiegler y quienes dialogan con él buscan justamente concentrar sus intereses en este espacio temporal: la historia reciente. Y más: dada la intensificación del agotamiento del modelo de desarrollo develado con mayor contundencia en el marco de la pandemia que todavía no concluye, esa tontería no es para Stiegler una forma de animalidad en el sentido de Derrida (2010, 2011), sino que estaría más próxima a los planteamientos de Deleuze y Guattari.⁴

Por eso, esa tontería debe buscarse en nosotros,⁵ ya que “resulta de la destrucción de los circuitos de transindividuación” (STIEGLER, 2015b, p. 261). Y esta pesquisa en sí y para sí mismo radica, también, en la desindividuación que gesta un cortocircuito en la transindividuación. Entonces, nos dejamos someter a nuestras pulsiones, situación que, justamente, imposibilita la individuación al impedir el deseo, porque, como lo advirtió Freud —en “El Yo y el Ello” (1923)—, este último —el deseo— es una forma de inversión en la vida, los entornos o la sociedad. Pero el deseo se verá afectado por la destrucción perpetrada por las industrias culturales, que gestan miserias, entre las que se cuenta la simbólica (STIEGLER, 2003, 2014). Se opera toda una corrosión del pensamiento, en el ámbito de la cual la fractura de los valores contribuye activamente a favor de los impedimentos que mencionamos y que dificultan la lucha contra la entropía. Asistimos a una sociedad que niega el cuidar (y, con ello, el pensar)⁶ y que, hoy, tiene

⁴ Para Deleuze y Guattari (2002), si bien la animalidad debe extraerse de las formas de antropomorfismos, propios de binarismos, debe situarse en el marco del devenir a partir de la relación entre cuerpo y organismo. Se trata, así, de un interesante andamiaje alimentado por la etología, en particular por los asuntos relacionados a los afectos y los lazos edificados entre cuerpos. Pero, yendo más lejos, no se reduce la vida a un tipo de sustrato orgánico, sino a una tensión de variadas fuerzas que, justamente, como lo señala Stiegler, constituyen saberes que nutren la tontería sistémica.

⁵ Guattari nos recuerda que “el fascismo, como el deseo, está esparcido por todas partes, en pedazos separados, dentro de todo el ámbito social; se cristaliza en un lugar u otro dependiendo de las relaciones de fuerza” (GUATTARI, 2007, p. 171). Por eso, el mismo Guattari nos incentiva a interrogarnos sobre si cada uno de nosotros no seríamos “portadores de este microfascismo” (GUATTARI, 2007, p. 287).

⁶ Stiegler dirá: “Réinterpréter ainsi l’histoire de la philosophie, et comme figures successives d’une ontothéologie qui, pour Nietzsche, exprime les variations de ce processus qu’est le nihilisme comme généalogie de la morale, c’est savoir distinguer un problème d’une question : le problème est ce que provoque un choc exosomatique, et la question est ce qui tente d’en prendre soin – où panser s’appelle penser.” (STIEGLER, 2018a, p. 71).

forma de gubernamentalidad algorítmica (STIEGLER, 2016a, 2018a; VIGNOLA, 2020),⁷ ya que, relacionando órganos —biológicos, artificiales y sociales—, gesta un nihilismo (organológico) en el cual las prescripciones y el dopaje están a la orden del día.

Bien se expresó en el “Manifiesto Ars Industrialis”, en 2005 que,

la fabricación industrial del deseo, que es posible gracias a las tecnologías de la información y de la comunicación, consiste en categorizar las singularidades, es decir, en hacer calculable lo que, siendo incomparable (lo singular, por esencia, es lo que no puede compararse con nada), es irreductiblemente incalculable. Por tanto, las singularidades no son, en modo alguno, lo que elude la técnica o el cálculo, sino lo que se constituye, por el contrario, mediante la práctica de las técnicas, de las tecnologías y del cálculo, con el objeto de intensificar lo que no puede reducirse a lo calculable (ASSOCIATION INTERNATIONALE POUR UNE POLITIQUE INDUSTRIELLE DES TECHNOLOGIES DE L'ESPRIT, 2005, n. p.).

En una entrevista publicada el 10 de febrero de 2019 (THINKERVIEW, 2019.), Stiegler se interroga por qué es el conocimiento. El autor insiste en cuestionar la teoría de la información, la sociedad de la información y hasta la industria del conocimiento. Cuestiona en su conjunto la información como una forma de perder los saberes, ya que el conocimiento no es cognición o, por lo menos, lo que algunas academias norteamericanas han llamado cognición en función de un “mercado de cerebros” (STIEGLER, 2016a). El conocimiento se halla en artefactos artificiales y existe una transmisión entre generaciones que produce negentropía, justamente con lo que no es calculable por las computadoras. Por eso, el reto actual es pensar el saber mismo, eso que hemos perdido y nos ha conducido a la tontería sistémica. De ahí que Stiegler plantee que el saber es sabor, porque no posee la estandarización; y ese sabor resulta fundamental para enfrentar el Antropoceno, por medio de investigaciones contributivas, de comunidades de saber, en el entendido de que hay muchos saberes no limitados a los ámbitos universitarios. Se hace latente aquí una economía contributiva que pone énfasis en el cuidar, en el cuidado de sí, gestando, así, individuación.

⁷ En la “gubernamentalidad algorítmica” la vigilancia se expresa con la anticipación y modulación de comportamientos. De este modo, el futuro busca ser ejecutado por Inteligencias Artificiales, de propiedad privada, con una apuesta salvífica. Se trata, también, de un golpe poderoso a la democracia, pues se evita la socialización, se sofistican la vigilancia, se usa el extractivismo de datos hasta que se moldean las subjetividades (ROUVROY; BERNS, 2016; BARANZONI, 2020).

Rorty (1991) señaló que el liberalismo se quedó sin contendientes ni fundamentos desde la década de 1980, permitiendo que diversos autoritarismos se instalaran por todo el mundo (SCHWARZBÖCK, 2016). Mientras que las universidades, padeciendo de miseria simbólica, gracias a la hiperindustrialización, pasaron a contribuir a la destrucción de la sociedad al ponerse al servicio de esa tontería sistémica. De hecho, las universidades se constituyeron en industrias culturales que, llenas de fatalidad nutrida de pesimismo, prescribieron, junto con el marketing, los comportamientos hasta acabar con las solidaridades (STIEGLER, 2016b). Entonces, se nos impide reflexionar sobre el futuro (DERRIDA; ROUDINESCO, 2003), o se manifiesta en un antiutopismo (JAMESON, 2000), o constituye el porvenir en un artefacto más de cálculo, dejándonos impotentes (BERARDI, 2019), o sin coraje para enfrentar lo que viene (ŽIŽEK, 2018) en medio de una poderosa industria de la felicidad que, repleta de lugares comunes, dice construir el futuro (AHMED, 2019; DAVIES, 2017) cuando, en realidad, no hace más que insistir en que *no hay alternativa*.

La forma de enfrentar esta tontería sistémica es organizarla, sostuvo Stiegler (2015c). Pero las universidades, al contrario, contributivas a la toxicidad del *fármakon*, prefieren enterrar la cabeza como los avestruces en publicaciones estandarizadas que nadie lee, lo que, en el caso de la disciplina histórica, se expresa especialmente en eludir, por ejemplo, el ahora. Como bien lo señaló Stiegler (2015c, 2016b, 2018), el saber no se opone a la tontería. De hecho, estaríamos ante una reactualización de la denuncia de Sócrates respecto de los sofistas, que, apoderados de la técnica de la escritura, producían “un discurso que no es verdad, pero que es eficaz” (NASSIF, 2012). Por eso, Stiegler ilustró el fenómeno a partir de su entorno diciendo que

[...] es cierto que los teóricos de la izquierda francesa no han visto una cosa esencial: la empresa de desmoralización a la que ha conducido el hipernihilismo provocado por la revolución conservadora al inicio de los años 1980. Deleuze es la excepción, a partir de 1990, con su *Post-scriptum sobre las sociedades de control*. Estos universitarios, que no ven que la técnica constituye farmacológicamente el medio noético, son leales a la consigna marxista de los años 1960 y 1970, la lucha contra el Estado, y por ello son instrumentalizados por esta revolución conservadora que sostiene que “el Estado es el problema”. Pero con el agua de la bañera del Estado y de la Nación, se bota al bebé que es la *res publica*, la cosa pública. Ahora bien, la cosa pública es el lugar de formación de la atención y del cuidado; es decir, del deseo como inversión, es lo que la financiarización puesta en marcha por los neoconservadores ha aniquilado. Eso resulta, en nuestros días, en el *Front national* [Frente Nacional, partido de extrema derecha], en el desmoronamiento del deseo y la dominación de la pulsión (NASSIF, 2012).

Por ello, Stiegler tuerce el famoso título de una obra de Derrida, “Universidad sin condiciones”, para insistir en la necesidad de una “universidad con condiciones”, a partir de la cual se construya un contrato universal en el cual la investigación contributiva sea activamente partícipe en las respuestas frente al reciente *shock* técnico y, con ello, intervenga y aporte a una nueva economía política. Esta apuesta colaborativa mantiene lo que buscó estudiar y promover durante mucho tiempo Stiegler, la transindividuación, los circuitos de transindividuación, “que son siempre circuitos de deseo” (STIEGLER, 2014, 2015a). Se trata de todo un aprender con y del otro para evitar quedar presos de la *doxa* dominante en un momento de esta *éphoke* y, como ya ha sucedido antes, en medio de *shocks* técnicos. Como se ha advertido, lo que está en juego durante esos *shocks* es la memoria y, con ello, la vida misma, en la medida que la retención terciaria nos pertenezca o se privatice por caminos como, por ejemplo, los de las grandes compañías de informática y sus trampas para apropiarse de nuestros datos, nuestra atención y nuestros recuerdos.

Y, desde la historia, su tarea sería cuidar y, con ello, pensar. Pero pensar implica una organología y esta, a su vez, una farmacología; en síntesis, la acción. Y, por este sendero, el buscar responder a la pregunta de qué hacemos hoy. La técnica posee efectos tóxicos, pero también terapéuticos. Por eso, entre otras cosas, la técnica implica política y economía. Y, con Stiegler, hablamos de una economía que se fundamenta en el cuidado (de la casa); de allí que la técnica esté ligada al cuidado, en la medida que “una vida merece ser vivida” de acuerdo con la relación que construyamos y mantengamos con los objetos técnicos. Por eso mismo, Stiegler sostendrá que “no se trata de resistir, sino de inventar”. Y, para ello, se requiere una “filosofía de choque” que comprenda los procesos de gramatización, que busque plantear respuestas, organológica y farmacológicamente hablando. Ese *inventar* es toda una filosofía política en Stiegler que, pendiente de la historia técnica de la memoria, enfrenta la repetición, entendida esta como un déficit de memoria, y promueve soluciones epistemológicamente creativas.

Organología para investigar contributivamente

Para esta historia de la técnica de la memoria, entonces, se requiere una organología, que, en Stiegler, constituye un programa de investigación concentrado en los fenómenos de individuación. En otras palabras, “en la evolución psíquica, de grupo y la cultura”, que nos pone, sigue el mismo Stiegler, “a estudiar los individuos técnicos en su evolución” (STIEGLER, 2015a, p. 10). Todo un programa que se plantea transdisciplinario. En efecto, aunque hoy esto resuene por todos lados, lo cierto es que el afinamiento

disciplinar persiste con tal fuerza que impide notar las relaciones entre los órganos psicofisiológicos (o biológicos), órganos artificiales (o exosomáticos) y organizaciones sociales (agrupaciones humanas e instituciones). Insistiendo, la relación entre esos órganos se da por medio de la retención terciaria, cosa que “garantiza” el proceso de individuación, pero que establece vínculos del orden farmacológico entre la técnica y la entropía. Por eso, sostendrá Stiegler, la sociedad organológica es una sociedad en la cual la técnica acontece en todos lados.

Hasta ahora hemos hecho una historia que, apoyada en los órganos artificiales, se interesa por los órganos sociales, pero sin pensar técnicamente los primeros y olvidando mayoritariamente los órganos psicofisiológicos. La historia padece ese olvido de la técnica sobre el que tanto insistió Stiegler toda su vida. Para el asunto que aquí nos compete, Stiegler, en el marco de la gestación de esa investigación contributiva, no solo nos lanza a pensar una historia que se aparta del criterio identitario, sino también, desde una apuesta epistemológica, a comprender y enfrentar modelos científicos, especialmente de orden newtoniano. No en vano, dadas las transformaciones operadas, por ejemplo, en el campo del *tiempo*, todavía muchos de los trabajos históricos siguen instalados en Newton y sus usos kantianos. Esta tarea investigativa plantea enfrentar semejante toxicidad con el mismo *fármakon* en su apuesta terapéutica del orden contributivo, en la cual la variedad de saberes puede, por ejemplo, resultar de profunda utilidad para una apertura historiográfica que colabore en la lucha por la desproletarización; una desproletarización posible en los modos de vida por medio de un amplio proceso de democratización de la educación, al responder esta —la educación— a la economía, al cuidado, constituyendo los territorios en laboratorios (STIEGLER, 2015b, 2016b, 2016a; STIEGLER; VIGNOLA; AZAR, 2020).

Sin embargo, la globalización ha convertido la biosfera en tecnosfera, eliminando sistemáticamente la localidad y ocultando lo que ello significa en términos antrópicos y entrópicos. Y mientras estandariza, se tachan prácticas sociales diversas (STIEGLER; VIGNOLA; AZAR, 2020). Pensar las localidades no implica reduccionismos ni determinismos. Se trata, lejos de eso, de una respuesta y forma de lucha contra la entropía del Antropoceno que atiende a la potencia de los nichos ecológicos y, en particular, a la diversidad que se enfrenta relacional y funcionalmente con la identidad. Por eso, la localidad es pensada como un metabolismo que se funda en la diferencia —no en vano el nicho ecológico—, que radica en diálogos con otras localidades mayores y menores, con el propósito de gestar futuros plurales a partir de conocimientos compartidos (desde las localidades mismas) (STIEGLER, 2018b, 2020). De ahí que la idea de *bifurcar*, construida en el marco de esa propuesta de investigación contributiva, sea tan interesante, en la medida en que emerge de la diferencia y no de la preconstitución

identitaria ni de la entropía. Todavía se confunden las localidades y su procedencia de la internación con lo que Jameson (2000) llamó a tener precaución. De esa forma, se trata de hacer pasar lo local con la pretensión de “Disneylandia-América, que le reconstruirán a usted su propia arquitectura nativa, con más exactitud de lo que usted mismo sería capaz de hacerlo” (JAMESON, 2000, p. 174).

Este interés por las localidades procede de Marcel Mauss (1920) y su propuesta de “internación”. Allí notó Stiegler y luego el Colectivo Internación⁸ una forma de innovación del orden territorial que se comprende, en este caso, como una “farmacología de la localidad” desde la cual se gestan propuestas para dar respuesta al mundo en sus búsquedas de salir del Antropoceno, “descarbonizando” la economía y “desproletarizando” la industria (STIEGLER, 2015a, 2016a; STIEGLER; VIGNOLA; AZAR, 2020). De lo que estamos hablando es de una historia diferente a la construida habitualmente desde mediados del siglo XIX, cuando la disciplina se constituyó en deudora de una idea de nación que se edificó, a su vez, sobre la de identidad (una concepción, muy distante al planteo de Mauss respecto de la “internación”). De hecho, no debe olvidarse que la escuela mantiene hasta hoy ese apego a la historia nacional como parte del proyecto social decimonónico del Estado-Nación, sustituido durante el siglo XX por las más variadas formas de industrias culturales, que, como lo advirtió Stiegler, conforman un conjunto de acciones corto-placistas radicadas en el control de atenciones (STIEGLER, 2016a).

Farmacología

La manera para enfrentar lo que estudiamos y sabemos desde la organología es mediante una farmacología, una farmacología para el *fármakon* (STIEGLER, 2013a, 2015a) que nos permita organizar la tontería por medio de una investigación del orden contributivo (STIEGLER, 2015b, 2016a). Esto requiere que, desde, por ejemplo

⁸ El Colectivo Internación, constituido en 2018, es una transformación del colectivo *Ars Industrialis*. Respecto de este último, el mismo Stiegler decía en una entrevista que le realizó Philippe Nassif en 2012 que: “No es un partido político ni un *think-tank*, es un grupo de ciudadanos, dando por entendido que un ciudadano se cultiva y lucha. Por eso es un lugar de inteligencia compartida: uno no puede pensar todo solo. Trabajamos con juristas, filósofos, economistas, informáticos, artistas, trabajadores sociales, etc. Los psiquiatras con los que cooperamos saben que las patologías no se recuperan solamente con la psicoterapia, sino también de lo que llamamos “socioterapias”. *Ars Industrialis* intenta de esta manera repensar la universidad y, retomando un concepto de Kurt Lewin [psicólogo estadounidense, 1890-1947], poner en marcha una investigación contributiva: investigación de una acción basada en las tecnologías colaborativas.” Esta traducción fue hecha por Rodrigo Sandoval para “Filosofía Afiliada. Magazin de filosofía y pensamiento afiliado” y publicada en ese sitio web el 11 de agosto de 2020.

—y especialmente—, las universidades, se edifique un conjunto de condiciones que, buscando alimentar un contrato universal, se nutra de la gestación de conceptos. De aquí deriva la responsabilidad de las instituciones de educación superior frente a sus propias contribuciones respecto de la catástrofe cuando se refugian en sus saberes — porque tontería y saber no se excluyen (STIEGLER, 2015b)— sin ejercer función alguna en la transindividuación.

Existe una apuesta ética que, vinculada con las revaloraciones de los territorios, plantea un retorno al *ethos*, en el cual cada uno de ellos se presenta como maneras de dar respuesta a los problemas actuales, constituyendo, al mismo tiempo una recualificación de la ética. Esos problemas pueden enfrentarse colectivamente con una investigación contributiva que, con criterio organológico, plantee una terapia farmacológica, porque, como sostenía Stiegler, “pensar el *pharmakon* es hacer de esta condición trágica un asunto de terapéuticas” (NASSIF, 2012, n. p.). En este sentido, la reflexión historiográfica constituida en una de esas terapéuticas nos permitiría identificar esa historia de tantas otras historias posibles, de la técnica, de la memoria, en esa localidad y sus lazos con otras localidades. El pasado dejaría, así, de leerse como el suelo en el cual el avestruz entierra su cabeza, como un tipo de condena, para revelar su importancia como vía de comprensión de la diversidad, de la tecnodiversidad que emerge en distintos momentos.

Esta farmacología está ligada, como se sostiene en el “Manifiesto Ars Industrialis” (2005), a la comprensión de las prácticas, porque con ello podemos *cuidar* la técnica y hacer que la vida merezca ser vivida. Así, se declara el propósito de

[...] contribuir a la invención de prácticas de las tecnologías del espíritu que reconstituyan los objetos de deseo y las experiencias de la singularidad. Pensamos que el desarrollo de tales prácticas constituye una condición fundamental para un futuro pacífico y mundial de la sociedad industrial. [...] En particular, bloquea y obstruye sistemáticamente el desarrollo de prácticas sociales nuevas e inéditas, que no solo son posibles mediante el uso de esas tecnologías, sino que ellas mismas reclaman. Solo mediante dichas prácticas, y esta es nuestra tesis, tales tecnologías podrán convertirse en la base de una nueva época de la civilización, permitiendo evitar el caos que, como todos percibimos, constituye hoy en día una amenaza inminente. [...] las tecnologías industriales del espíritu reclaman nuevas prácticas, es decir, a fin de cuentas, nuevas organizaciones sociales (ASSOCIATION INTERNATIONALE POUR UNE POLITIQUE INDUSTRIELLE DES TECHNOLOGIES DE L'ESPRIT, 2005, n. p.).

Es por esto que Stiegler nos mostró que hablamos de un cuidar que va “más allá de cualquier cálculo” y en el que se entiende “que el verbo pensar significa curar” y que “esas señales, que hacen las veces de apósitos, que son otros tantos pensamientos” (STIEGLER, 2018a, p. 120). Un cuidar que implica un preocuparse. Un cuidar, un preocuparse por ese tejido, por eso exosomático, por medio de un redoblamiento *épokhal*, ante una ausencia de futuro que hoy nos invade (STIEGLER, 2018, p. 120). Este redoblamiento o repetición *épokhal* corresponde a ese primer *shock* tecnológico de una época determinada (STIEGLER, 2015b), el cual genera un cortocircuito y, luego, un buscar curar el “tejido hipomnésico” —memoria artificial— con un nuevo *fármakon*, gestando una nueva etapa de la historia de la verdad, pero que ya comporta ese *shock* sufrido. Pero este re-conocimiento es “lo que hace que una vida merezca ser vivida”, en la medida en que nos planteamos preguntas y, al hacerlo, pensamos en caminos para cuidarnos en medio de los procesos de gramatización (del capitalismo). De este modo, una época nos plantea una *crisis*, es decir, una potencia de decisión que puede resolverse tanto por la vía de la desindividuation como por la de la transindividuation.

Stiegler adopta la idea de Schrödinger de la vida como lucha contra la entropía (SCHRÖDINGER, 2015). Así, la técnica sería una forma de enfrentar precisamente esa entropía porque la técnica, al ser *fármakon*, puede contribuir tanto en la negentropía como en la entropía misma (STIEGLER, 2015c). También —siguiendo en este punto la perspectiva de Alfred Lotka, quien orientó tanto a Stiegler como al Colectivo Internación—, la manera de luchar contra la entropía es precisamente la producción de conocimiento. Y resulta ser así porque los conocimientos son evidencia en sí mismos de la condición exosomática y, con ello, de la cooperación utilizada por grupos humanos para resistirse a su propia destrucción (STIEGLER, 2018a, 2018b, 2020). Y una de esas potencias que el Colectivo Internación reconoce es el lenguaje, que, en razón de su condición exosomática, nutre los intercambios de conocimientos:

Tal punto de vista es un potencial para la bifurcación, es decir, para el surgimiento de una diferencia como lugar en el cual se produce un cambio de fase en la relación con la materia, que siempre es metabolización, generando una dimensionalidad tanto para lo singular como para lo colectivo. La localidad así concebida es el motor de la diferencia misma: no está constituida por su identidad (no la tiene: surge del defecto original —y como misterio— por la exosomatización), sino por su potencial de diferenciación (STIEGLER, 2020, p. 53).

En la localidad está la vida, insiste el Colectivo Internación en “Bifurquer”, la última obra publicada en la que participó Stiegler. En este sentido, una terapéutica⁹ histórica, además de atender a la historia técnica de la memoria, se compromete farmacológicamente con el ahora. No se trata de referir el pasado; la cuestión es hacer memoria como contribución a una economía política que plantee otros modelos apartados de la entropía, de la destrucción. Podemos decir que se trataría de una historia que, desde la investigación contributiva, reinventa la *philia* en medio de un mundo, según el mismo Stiegler, en el cual el “control de los afectos” está en el orden del día. Para ello, esta terapéutica histórica, concentrada en el *cuidar* la técnica, debe alimentarse constantemente de una tecnodiversidad, que, abierta a las localidades, repela la identidad y se encuentre con una noodiversidad, con esa inteligencia que le hace frente a la tontería sistémica.

Llegar a ser: aperturas de cierre

“¿Qué es el ser inhumano? Es el que no es capaz de prometer —no el que no es capaz de sostener su promesa sino el que es incapaz de prometer esta humanidad que no existe aún.”
Bernard Stiegler. *Lo que hace que la vida merezca ser vivida*, 2015a, p. 262.

Tenemos, siguiendo los planteamientos de Stiegler, una historia tecnodiversa que se preocupa por el *cuidar* (por el pensar) y que, por eso, estudia los objetos técnicos más allá de someras consideraciones como fuentes. Esto implica pensar la experiencia,¹⁰ porque lo que hoy está en juego es la memoria y el crecimiento de toxicidad en el *fármakon*, ampliamente identificable en la vida cotidiana. De allí que el autor sugiera una propuesta farmacológica que comprenda las localidades, que altere las programaciones realizadas en el marco del Antropoceno. Se requiere *otra* historia frente a la catástrofe que disfraza con mayor insistencia la generalización de la “democracia industrial” (STIEGLER, 2011),

⁹ Al indicar una terapéutica, Stiegler (2016b) estaba buscando referir a una composición de opuestos que, por medio de la agencia de la organología, permitiera constituir un sistema de cuidado que respondiera a los variados cortocircuitos de cada *shock* técnico. Stiegler insistirá en sostener que el *shock* producido por las tecnologías digitales no previó un sistema de cuidado, lo cual pone de manifiesto con especial relieve el lado tóxico del *fármakon*.

¹⁰ En cuanto a este punto, los avances de Ankersmit (1998) respecto de las condiciones de la experiencia histórica materializadas en las fuentes, han sido ampliamente significativos, pero requieren su superación a propósito de trabajo con el archivo y el pasado en función de una política de la memoria. Ya que hoy nos enfrentamos a la privatización de la memoria, producto de la digitalización de los recuerdos (HUI, 2020; MARTÍNEZ, 2022).

encubriendo, a su vez, una guerra mundial en la cual “las tecnologías industriales han devenido las armas de destrucción de ecosistemas, de las estructuras sociales y de los aparatos psíquicos” (STIEGLER, 201b, p. 38).

La historia podrá constituirse, si seguimos a Stiegler, en un espacio en *el cual lleguemos a ser*, un espacio que se construye pensándose lo impensado, como la técnica. En efecto, al pensarla, estaríamos cuidando la disciplina, no para encerrarla aun más, sino para distinguir entre adopción y adaptación (con Donald Winnicott), entre decisión y elección (MARTÍNEZ, 2022). Como bien advertía el pensador francés, “la adopción es la condición de la individuación del ser farmacológico, de cómo el veneno puede devenir remedio. La adaptación, que destruye los saberes farmacológicos, generaliza, al contrario, la toxicidad” (STIEGLER, 2015b, p. 259). Y todavía más cuando entendemos que el neoliberalismo, expresado en una revolución conservadora, evita la individuación y la transindividuación, jugándose por la condición adaptativa, ya que, de esa forma, evita también preguntas con toda la fuerza; mientras el pesimismo intelectual emanado desde Europa tacha nuestras posibilidades de tecnodiversidades. De aquí surge la propuesta de una ruta de llegar *a ser*, cuidándonos, pensándonos. La historia vista, entonces, como un *cuidar*, en medio de una “política de la adopción”, como la llama el autor francés, entre otras cosas, la posibilidad de una “socialización armoniosa de las tecnologías” como adopción y no adaptación (STIEGLER, 2015b, p. 260-261).

¿Estamos acaso ante una historia de impronta bioética? Como bien y ampliamente lo ha mostrado Paolo Vignola (2020), la bioética en sí misma no fue un tema abordado por Stiegler, pero, en la medida que la preocupación del autor francés fue la vida, es inevitable que el *bios* esté constantemente presente en su obra. Ahora, podemos decir con Hunyadi (2015) que las “pequeñas éticas”, expresadas, entre otras cosas, en deontologías, requieren ser superadas para cuestionar justamente lo que se nos ha impuesto. En este sentido, Stiegler pensó más en la producción de conocimiento para la lucha y en cómo ello hace la vida vivible. Y una de esas maneras —para hacer la vida más vivible— es la contienda que podemos librar por el tiempo, para contar tanto con el presente como con el futuro. Ya se hace necesario un *Otium* para la gente y, con él, una individuación colectiva (STIEGLER, 2011, 2016a)¹¹ que construya promesas, que geste humanidad.

¹¹ Con *Otium* (una voz latina asociada a ocio), Stiegler indica la necesidad de pensar *otra* economía que no se reduzca en términos de trabajo a estar empleado o desempleado, reconociendo los saberes en todas sus formas más allá del modelo de desarrollo concentrado en la industrialización y el consumo (STIEGLER, 2016b).

Reiteremos con Stiegler: pensar no es calcular; pensar es bifurcar, cambiar la visión que tenemos de las cosas, cultivando la noodiversidad, esto es, la inteligencia. Se trataría, entonces, de una historia que contribuya a las luchas contra la tontería sistémica y, en este sentido, correspondería a una historia más cercana a Nietzsche y a su preocupación por una apuesta genealógica, mediante la cual notemos síntomas sin eludir la respuesta a su pregunta sobre la utilidad de la historia para la época que nos ha correspondido vivir. Una historia que, como dijera Donna Haraway, nos lleve a “seguir con el problema”. Y esa continuación, con Stiegler, es una negentropía¹² que, alimentada con investigación contributiva desde todos lados, reitere constantemente que la “vida merece ser vivida”. Entonces, la historia puede resultar tanto una farmacología como una terapéutica, de ninguna manera otra teleología, en donde la repolitización de la memoria nos implique una organología que conduzca a revisar la gramatización, en este caso particular respecto del papel jugado por la disciplina, desde su constitución (en el siglo XIX), en función del Antropoceno.

REFERENCIAS

AHMED, Sara. **La promesa de la Felicidad**: una crítica cultural al imperativo de la alegría. Buenos Aires: Caja Negra, 2019.

ANKERSMIT, Frank A. La experiencia histórica. **Historia y grafía**, México, D.F., n. 10, p. 209-266, 1998.

ASSOCIATION INTERNATIONALE POUR UNE POLITIQUE INDUSTRIELLE DES TECHNOLOGIES DE L'ESPRIT. Manifiesto. **Ars Industrialis**. 2005. Disponible en: <https://arsindustrialis.org/node/1473> Consultado el: 19 jul. 2021.

BARANZONI, Sara. Aesthesis and Nous: Technological Approaches. **Parallax**, Leeds, v. 23, n. 2, p. 147-163, 2017.

BARANZONI, Sara. Adicción y metabolismo digital: una mirada desde la filosofía de la tecnología. **Revista Colombiana de Bioética**, Bogotá, v. 15, n. 2, p. 1-17, 2020.

¹² Stiegler (2016b) llamó ampliamente la atención respecto de no confundir el capitalismo cognitivo (caracterizado por un amplio mercado de tontos) con el ser creativo, del cual surgiría lo incalculable, esto es, una infinidad de deseo y un poderoso proceso de individuación.

BARBROOK, Richard; CAMERON, Andy. The Californian Ideology. **Mute**, Berlin, 1 Sep. 1995. Articles.

BERARDI, Franco. **Precarious Rhapsody**. London: Minor Compositions, 2009.

BERARDI, Franco. **Futurabilidad**: la era de la impotencia y el horizonte de la posibilidad. Buenos Aires: Caja Negra Editora, 2019.

CHARTIER, Roger. **El mundo como representación**: historia cultural, entre práctica y representación. Barcelona: Gedisa, 2002.

DAVIES, William. **La industria de la felicidad**: cómo el gobierno y las grandes empresas nos vendieron el bienestar. Barcelona: Malpaso, 2017.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil mesetas**: capitalismo y esquizofrenia. Valencia: Pre-Textos, 2002.

DERRIDA, Jacques. **La diseminación**. Madrid: Editorial Fundamentos, 1997.

DERRIDA, Jacques. **De la gramatología**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005.

DERRIDA, Jacques. **Seminario**: la bestia y el soberano. Buenos Aires: Manantial, 2010. v. I (2001-2002).

DERRIDA, Jacques. **Seminario**: la Bestia y el Soberano. Buenos Aires: Manantial, 2011. v. II (2002- 2003)

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Élisabeth. **¿Y mañana qué?** México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

DOSSE, François. **La marcha de las ideas**: historia de los intelectuales, historia intelectual. Valencia: Universidad de Valencia, 2006.

FERRY, Luc. **La revolución transhumanista**. Madrid: Alianza Editorial, 2017.

GUATTARI, Félix. **Chaosophy**. Los Angeles: Semiotexte, MIT Press, 2007.

HARAWAY, Donna. **Seguir con el problema**: generar parentesco en Chthuluceno. Bilbao: Consonni, 2019.

HUI, Yuk. **Fragmentar el futuro**: ensayos de tecnodiversidad. Buenos Aires: Caja Negra Editora, 2020.

HUNYADI, Mark. **La tiranía de los modos de vida**: sobre la paradoja moral de nuestro tiempo. Madrid: Cátedra, 2015.

HUNYADI, Mark. **Le temps du Posthumanisme**: un diagnostic d'époque. París: Les Belles Lettres, 2018.

HUNYADI, Mark. L'Idée d'un droit à avenir ouvert. **Revue française d'éthique appliquée**, Toulouse, v. 2, n. 10, p. 32-41, 2020.

JAMESON, Fredric. **Las semillas del tiempo**. Madrid: Trotta, 2000.

JOIGNOT, Frédéric. **Le philosophe Bernard Stiegler est mort**: deux grands entretiens pour rappeler sa pensée sur la technique, l'urgence écologique, le «care», le «psycho-pouvoir», la perte du sens de nos vies. 2020. Disponible en: <https://www.lemonde.fr/blog/fredericjoignot/2020/08/07/nous-vivons-un-extreme-desenchantement-un-entretien-avec-le-philosophe-bernard-stiegler/> Consultado el: 28 jun. 2021.

KRANZBERG, Melvin. Technology and history: Kranzberg's laws. **Technology and Culture**, Baltimore, v. 27, n. 3, p. 544-560, 1986.

LYOTARD, Jean-François. **Lo inhumano**: charlas sobre el tiempo. Buenos Aires: Manantial, 1998.

MARTÍNEZ, Félix Raúl. **Hackear la máquina**: sobre el Ahora y de cómo imaginar la educación. Fusagasugá: Centro Regional de Investigación Casa Pedagógica y Tecnológica de Fusagasugá, 2020.

MARTÍNEZ, Félix Raúl. **El tiempo en el posthumanismo**: aportes para una bioética 4.0. Bogotá: Universidad El Bosque, 2022.

NASSIF, Philippe. Entrevue. Bernard Stiegler: la prison a été ma grande maîtresse. **Philosophie Magazine**, Paris, Publié le 27 septembre 2012. Disponible en: <https://www.philomag.com/articles/bernard-stiegler-la-prison-ete-ma-grande-maitresse> Consultado el: 31 ene. 2021.

RORTY, Richard. **Contingencia, ironía, solidaridad**. Barcelona: Paidós, 1991.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Gubernamentalidad algorítmica y perspectivas de emancipación ¿La disparidad como condición de individuación a través de la relación? **Adenda Filosófica**, n. 1, p. 88-116, 2016.

SADIN, Éric. **La silicolonización del mundo**: la irresistible expansión del mundo digital. Buenos Aires: Caja Negra Editora, 2018a.

SADIN, Éric. **La humanidad aumentada**: la administración digital del mundo. Buenos Aires: Caja Negra Editora, 2018b.

SADIN, Éric. **La inteligencia artificial o el desafío del siglo**: anatomía de un antihumanismo radical. Buenos Aires: Caja Negra Editora, 2020a.

SADIN, Éric. **L'ère de l'individu tyran**: la fin d'un monde commun. París: Éditions Grasset & Fasquelle, 2020b.

SCHRÖDINGER, Erwin. **¿Qué es la vida?** Barcelona: Tusquets, 2015.

SCHWARZBÖCK, Silvia. **Los espantos**: estética y posdictadura. Buenos Aires: Las Cuarenta y El río sin orillas, 2016.

SIMONDON, Gilbert. **El modo de la existencia de los objetos técnicos**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

STIEGLER, Bernard. **La técnica y el tiempo**: el pecado de Epimeteo. Fuenterrabía: Editorial Hiru, 2002a. v. 1.

STIEGLER, Bernard. **La técnica y el tiempo, 2**: La desorientación. Fuenterrabía: Editorial Hiru, 2002b. v. 2.

STIEGLER, Bernard. **Aimer, s'aimer, nous aimer**. Du 11 septembre au 21 avril. Paris: Galilée, 2003.

STIEGLER, Bernard. **The decadence of industrial democracies**: disbelief and discredit. Cambridge, Malden: Polity Press, 2011. v. 1.

STIEGLER, Bernard. Escritura y Fármakon: entrevista a Bernard Stiegler. **Escritura e imagen**, Madrid, v. 9, p. 325-337, 2013a.

STIEGLER, Bernard. **What makes life worth living**. Cambridge: Polity Press, 2013b.

STIEGLER, Bernard. **Symbolic misery**: the Hyperindustrial Epoch. Cambridge: Polity Press, 2014. v. 1.

STIEGLER, Bernard. **Lo que hace que la vida merezca ser vivida**: de la farmacología. Traducción y presentación de Nadia Cortés. Madrid: Avarigani Editores, 2015a.

STIEGLER, Bernard. **States de shock**: stupidity and knowledge in the 21st century. Cambridge: Polity Press, 2015b.

STIEGLER, Bernard. **La société automatique**: l'avenir du travail. Paris: Fayard, 2015c. v. 1.

STIEGLER, Bernard. **Para una nueva crítica de la economía política**: sobre la miseria simbólica y el complejo económico-político del consumo. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2016a.

STIEGLER, Bernard. L'appareil noétique et sa matière grise. **Lignes**, Paris, n. 51, p. 141-167, 2016b.

STIEGLER, Bernard. **Qu'appelle-t-on penser?** L'immense regresión. Paris: Liens qui libèrent, 2018a. v. 1.

STIEGLER, Bernard. **The neganthropocene**. London: Open Humanities Press, 2018b.

STIEGLER, Bernard (ed.). **Bifurquer**: Il n'y a pas d'alternative. Paris: Les Liens qui Libèrent, 2020.

STIEGLER, Bernard; VIGNOLA, Paolo; AZAR, Mitra. Introduction. Décarbonation et déprolétarianisation. Gagner sa vie au XXI^e siècle. In: STIEGLER, Bernard; INTERNATION, Collectif (ed.). **Bifurquer. Il n'y a pas d'alternative**. Paris: Les Liens qui Libèrent, 2020, p. 21-56.

THINKERVIEW. Bernard Stiegler: mutaciones sociales, políticas, económicas. **YouTube**. 2019. Disponible en: https://www.youtube.com/watch?v=qaE_OxvHwAo Consultado el: 22 jul. 2021.

VIGNOLA, Paolo. Entre síntoma y fármakon: la organología de la moral de Bernard Stiegler. **Revista Colombiana de Bioética**, Bogotá, v. 15, n. 1, p. 1-13, 2020.

VIGNOLA, Paolo; BARANZONI, Sara. Hackear la línea abismal: por una farmacología artística descolonial en el "Capitaloceno". **Ñawi: arte diseño comunicación**, Guayaquil, v. 5, n. 2, p. 45-63, 2021.

WINNICOTT, Donald. **Realidad y juego**. Barcelona: Gedisa, 1993.

ŽIŽEK, Slavoj. **El coraje de la desesperanza**: crónicas del año en que actuamos peligrosamente. Barcelona: Anagrama, 2018.

INFORMACIÓN ADICIONAL

BIOGRAFÍA ACADÉMICA

Félix Raúl Martínez Cleves es historiador, Magíster en Filosofía Latinoamericana y Doctor en Historia. Posdoctorado en Economía, Sociedad y la Construcción del Conocimiento en el Mundo Contemporáneo; Posdoctorado en Ciencias Sociales; Posdoctorado en Bioética. Ha trabajado en el área de la gestión documental (archivística); así como en la docencia en todos los niveles de formación, en diferentes instituciones públicas y privadas. Actualmente es profesor de planta de la Universidad del Tolima (Colombia). Asimismo, ha publicado varios libros y artículos dedicados a los temas de la historia urbana, la historia regional, la teoría de la historia, los Estudios Culturales, la epistemología y enseñanza de las ciencias sociales. Se han editado algunos de sus textos en Argentina y Brasil, en dossieres latinoamericanos sobre las formas de hacer, escribir y enseñar la historia y las ciencias sociales. Actualmente, investiga sobre el posthumanismo y las formas de conocer en el mundo contemporáneo, buscando establecer caminos de diálogo entre las humanidades, las ciencias de la salud y las ciencias de la educación, especialmente.

DIRECCIÓN PARA CORRESPONDENCIA

Universidad del Tolima. Ibagué, Tolima, Colombia. Barrio Santa Helena, Parte Alta, Calle 42 No. 1-02. Facultad de Ciencias Humanas y Artes. Código Postal No. 730006299.

FINANCIACIÓN

No se aplica.

AGRADECIMIENTO

Agradezco a Sara Baranzoni, Paolo Vignola y Mark Hunyadi por nuestras conversaciones.

CONFLICTO DE INTERESES

Nenhum conflito de interesses ha sido declarado.

APROBACIÓN DEL COMITÉ DE ÉTICA

No se aplica.

MÉTODO DE EVALUACIÓN

Sistema doble ciego de revisión por pares.

PREPRINT

El artículo no es un preprint.

DISPONIBILIDAD DE DATOS DE INVESTIGACIÓN Y OTROS MATERIALES

El contenido que subyace al artículo se encuentra en él.

EDITORES RESPONSABLES

Flávia Varella – Editora jefe

João Rodolfo Munhoz Ohara – Editor ejecutivo

DERECHOS DE AUTOR

Copyright © 2022 Félix Raúl Martínez Cleves.

LICENCIA

Este es un artículo distribuido en Acceso Abierto bajo los términos de [Creative Commons Atribución 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

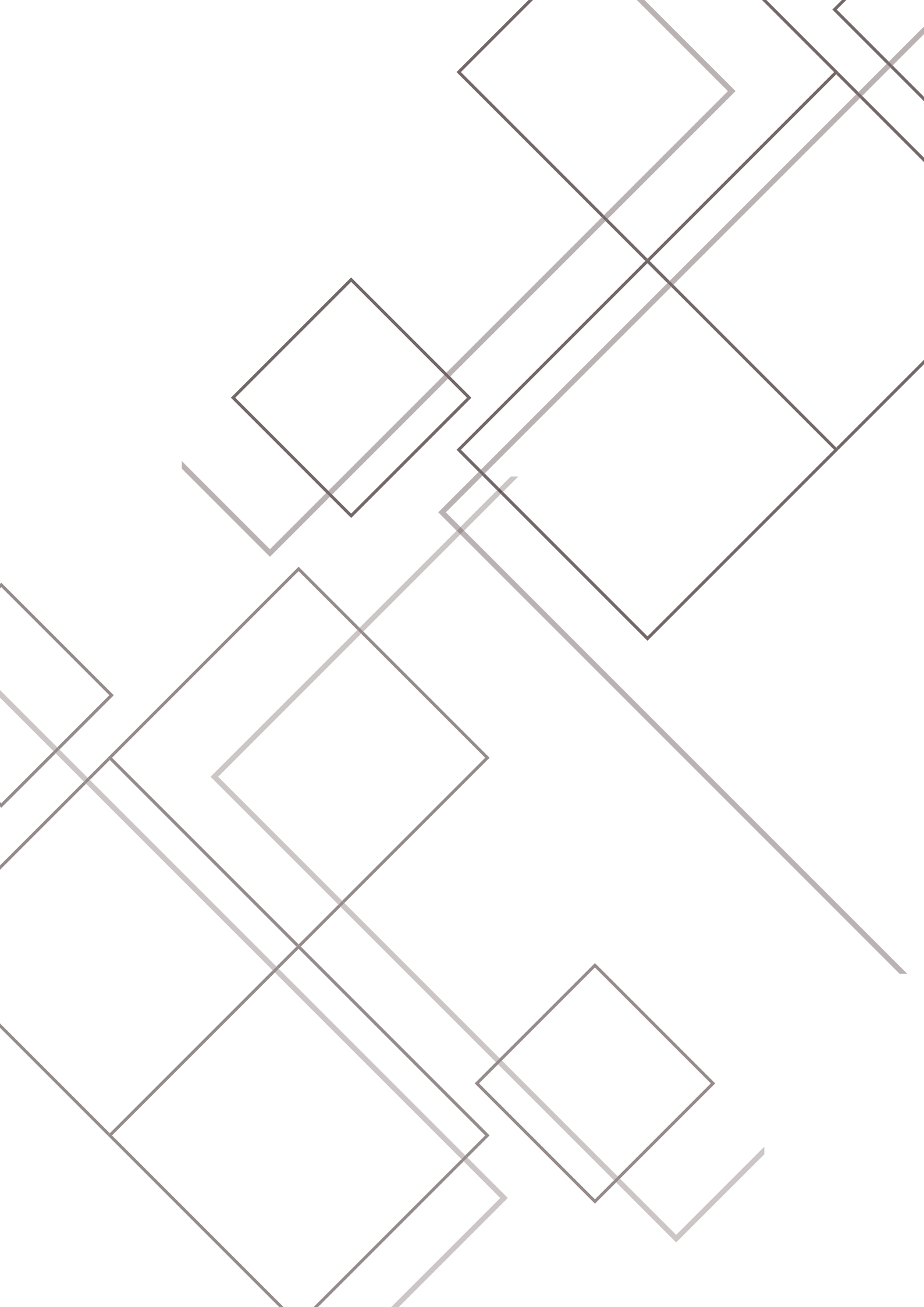


HISTORIA DE REVISIÓN POR PARES

Fecha de envío: 29 de agosto de 2021

Fecha de modificación: 6 de diciembre de 2021

Fecha de aprobación: 3 de enero de 2022



Meninos sem Pátria: ditadura, literatura e os trabalhos da memória entre ficção e realidade (1981/2018)

Meninos sem Pátria: dictatorship, literature and the works of memory between fiction and reality (1981/2018)

Anderson da Silva Almeida ^a

anderson.almeida@ichca.ufal.br

<https://orcid.org/0000-0002-8532-8851> 

^a Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Curso de História, Maceió, AL, Brasil

RESUMO

Sob a perspectiva preponderante do conceito de “trabalhos da memória”, de Elizabeth Jelin, em diálogo com “lugares de memória”, de Pierre Nora, e levantando questões sobre a pertinência ou não da categoria “memória coletiva”, de Maurice Halbwachs, este artigo problematiza os desafios de analisarmos e compreendermos um episódio recente que envolveu o livro infantojuvenil *Meninos sem Pátria*, de Luiz Puntel, obra acusada, em 2018, por pais de alunos de um tradicional colégio do Rio de Janeiro, de fazer apologia ao comunismo e de tentar doutrinar as crianças. Nesse sentido, temos como principal objetivo analisar criticamente o conteúdo da obra - como fonte e objeto -, tanto no campo da literatura de ficção, de testemunho e sua relação com as memórias e a história. Como resultado, constata-se na referida narrativa a presença recorrente de “veículos de memória” e, questiona-se, se os protestos ideológicos contra o livro estavam ancorados em alguma análise crítica.

PALAVRAS-CHAVE

História. Memória Coletiva. Lugares de Memória.

ABSTRACT

Under the prevailing perspective of Elizabeth Jelin’s “works of memory” concept, in dialogue with Pierre Nora’s “memory places” and raising questions about the relevance or not of Maurice Halbwachs’ “collective memory” category, the article problematizes the challenges of analyzing and understanding a recent episode involving the children’s book “Meninos sem Pátria”, by Luiz Puntel, whose work was accused, in 2018, by parents of students from a traditional school in Rio de Janeiro, of making an apology for communism and trying to indoctrinate children. In this sense, our main objective is to critically analyze the content of the work - as source and object - both in the field of fiction literature, testimony and its relationship with memories and history. As a result, the recurrent presence of “vehicles of memory” can be seen in the aforementioned narrative, and it is questioned whether the ideological protests against the book were anchored in any critical analysis.

KEYWORDS

History. Collective Memory. Places of Memory.

Introdução

Estávamos a apenas cinco dias do primeiro turno das eleições presidenciais de 2018. Todas as pesquisas indicavam que a disputa no segundo turno seria travada pelo candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad, no campo das esquerdas mais próximas ao centro, e o capitão reformado do Exército Brasileiro, deputado federal por vários mandatos e partidos, Jair Messias Bolsonaro, que naquele momento estava alojado no até então insignificante Partido Social Liberal (PSL), uma das poucas legendas que, no período pré-campanha, aceitou a filiação do candidato facilmente identificado - por suas ações, palavras e desejos - no campo de extrema-direita. Ressalta-se que Haddad havia conquistado dentro do PT o direito de disputar a faixa presidencial após a proibição, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, que estava preso em Curitiba em decorrência da “Operação Lava-Jato”, comandada pelo controverso juiz federal Sérgio Fernando Moro, cuja imagem era a associada a um herói pela grande parcela de simpatizantes que o idolatravam naquele difícil contexto.

O Instituto de Pesquisas Datafolha, vinculado ao jornal Folha de São Paulo, divulgou no dia 4 de outubro que Jair Bolsonaro abrisse uma margem aproximada de 13% para o seu principal adversário. Os números divulgados anunciavam 35% (Bolsonaro) contra 22% (Haddad). Na terceira colocação, estava o candidato do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Ciro Gomes, com 11%, seguido por Geraldo Alckmin, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e Marina Silva, que concorria pela Rede Sustentabilidade (REDE) (PESQUISA...2018, n. p).

A eleição seria realizada no dia 7 de outubro e, no dia 2, uma segunda-feira, o jornal carioca O Globo deu repercussão nacional em suas plataformas digitais a uma polêmica que envolvia pais, alunos e dirigentes do tradicional Colégio Santo Agostinho, localizado no Leblon, famoso bairro da elite econômica carioca. Sob o título “Colégio Santo Agostinho, do Rio, suspende uso de livro considerado ‘comunista’ por grupo de pais”, a matéria, assinada por Ana Paula Blower e Renato Grandelle, mergulhava em águas turvas na busca de compreender o que ali se passara há alguns dias (BLOWER; GRANDELLE, 2018, n. p.).

Meninos sem Pátria foi o livro acusado de ser comunista. Classificado como literatura infantojuvenil, integra a prestigiada Série Vaga-lume, da editora Ática, de São Paulo. Lançado em 1981, em plena transição autoritária, a obra tem a assinatura de Luiz Puntel e, em 2018, já estava em sua 23ª edição, o que demonstra seu inegável sucesso editorial. De acordo com a reportagem:

Pais de estudantes do 6º ano alegaram à escola que o livro “doutrina crianças com ideologia comunista”. Em uma página do Facebook, a obra é acusada de promover um “discurso esquerdopata”. No entanto, a decisão também foi alvo de críticas por internautas que se queixaram de ver o colégio se render a um “faniquito”. [...] Alguns alunos criaram seu próprio grupo de WhatsApp para discutir o livro e o comportamento dos pais e professores. Mais uma vez, a obra gerou controvérsia. Um grupo defendeu que não há nada demais na leitura. Outro, porém, reproduziu o discurso dos pais e criticou o seu suposto teor “comunista” (BLOWER; GRANDELLE, 2018, n. p.).

A matéria não trazia grandes detalhes, como nomes e profissões dos reclamantes, por exemplo, mas conseguiu contato com Puntel que destacou o contexto no qual sua trama foi escrita, dois anos após a Lei da Anistia de 1979 (BRASIL, 1979, n. p.), e o seu foco era o drama da volta dos exilados e não uma suposta apologia ao comunismo.

Falo sobre algo que aconteceu no final da ditadura militar. E agora, mais de 30 anos depois, um pai vê o filho lendo o livro e o interpreta como uma apologia ao comunismo — crítica —. Lamento a existência da censura quando vemos como o país precisa da democracia. Quero pensar um pouco e ver com a editora se alguma coisa precisa ser feita (PUNTEL *apud* BLOWER; GRANDELLE, 2018, n. p.).

No texto jornalístico aparece, ainda, a voz de uma mãe de aluno que não concordou com a proibição. Na assertiva da entrevistada Roberta Machado, expressões como, “instituição conservadora”, “interferência”, “currículo”, “ideológica”, “marxista”, “verdade”, “história” e “prova”, mesmo em alguns casos com outros sentidos semânticos, ajudam-nos a perceber o vocabulário que dominava o debate político naquela véspera de eleições:

Suspender o livro foi um absurdo [...]. A escola deve promover, e não esconder, o debate. É uma instituição muito conservadora e que não costuma ceder à pressão sobre qualquer interferência em seu currículo. Agora, porém, atendeu aos pais que disseram que a obra é ideológica e marxista, quando na verdade se trata apenas do drama de uma família que viveu no exílio. Meu filho vai ler a história, mesmo que ela não caia na prova (BLOWER; GRANDELLE, 2018, n. p.).

Como uma espécie de confissão, a direção do Santo Agostinho optou por se silenciar. Evitou manifestar-se sobre a contenda ideológica que deliberada e conscientemente se envolvera. O caso em tela é um exemplo gritante sobre o que nos alertou Elizabeth Jelin:

los procesos de democratización que suceden a los regímenes dictatoriales militares no son sencillos ni fáciles. Una vez instalados los mecanismos democráticos en el nivel de los procedimientos formales, el desafío se traslada a su desarrollo y profundización (JELIN, 2002, p. 4).

Ou seja, mesmo passados mais de trinta anos do marco final da ditadura civil-militar no Brasil – ao menos para quem trabalha com a baliza temporal de 1984/1985 – o aprofundamento dos valores democráticos no País ainda está longe de acontecer.

O objetivo deste artigo é buscar respostas para as seguintes questões: o que há no texto de *Meninos sem Pátria* que tenha levado aqueles pais a identificarem-no como uma obra de doutrinação comunista? O que se pode apontar na obra de “ficção” que tenha levado os reclamantes a tratá-la como realidade? É possível aplicarmos o conceito de “trabalhos da memória”, de Elizabeth Jelin, a um livro ficcional? O livro de Luiz Puntel poderia ser classificado, também, como um texto de história, uma narrativa memorial ou um texto híbrido, que dialogaria com a ideia de literatura de testemunho?

Os trabalhos da memória de Luiz Puntel e Elizabeth Jelin

Elizabeth Jelin, autora responsável por trazer a categoria “trabalho” para o campo das memórias, assim explica sua proposta:

Por qué hablar de trabajos de la memoria? El trabajo como rasgo distintivo de la condición humana pone a la persona y a la sociedad en un lugar activo y productivo. [...] Referirse entonces a que la memoria implica ‘trabajo’ es incorporarla al que hacer que genera y transforma el mundo social (JELIN, 2002, p. 14).

Retomando a obra que provocou a polêmica em 2018, no prólogo escrito por Luiz Puntel, temos o primeiro sinal de como suas recordações da Ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) – principalmente a partir de 1979, com a publicação da Lei da Anistia – influenciaram a construção das personagens que protagonizam *Meninos sem pátria*. Puntel, nascido em Guaxupé, Minas Gerais, e radicado em Ribeirão Preto, São

Paulo, alerta aos leitores que sua inspiração veio a partir de uma experiência quando lecionava numa escola da Educação Básica e conheceu um garoto chamado José Pedro, que fugira com os pais angolanos da “revolução de Agostinho Neto” (PUNTEL, 1995, p. 7). Contudo, não é apenas esse fato que aparece em suas memórias. Ao lembrar o que traziam os noticiários televisivos naquela época, registrou que os veículos de imprensa “anunciavam a chegada dos exilados brasileiros e de seus familiares, via anistia. Nem bem os meninos desceram dos aviões lotados, encaminharam-se para as escolas”. Aqueles meninos, segundo o autor, ao entrarem nas salas de aula, perguntavam em diversas línguas estrangeiras, tais como o francês, inglês, sueco, castelhano e até dinamarquês, se haviam nascido mesmo no Brasil (PUNTEL, 1995, p. 8). Ao rememorar outros acontecimentos que influenciaram a escrita do texto, falou de garotos de outras nacionalidades que fugiram “de golpes de esquerda e de direita, indistintamente. E é para esses garotos, para esses meninos sem pátria que o livro é oferecido” (PUNTEL, 1995, p. 9). Também é curioso perceber que o escritor mineiro assimilou o principal conceito que os civis e militares que golpearam a democracia em 1964 tentaram tornar hegemônico no debate político daquelas décadas (1960-1980), qual seja, a ideia de que ocorrera uma Revolução, pois é assim que ele se refere ao período que contextualiza sua narrativa. “[...] para todos os brasileiros exilados, banidos e deportados, não só pela revolução de 1964, mas por todas as revoluções brasileiras” (PUNTEL, 1995, p. 9).

Esses exemplos de operações memoriais nos remetem, mais uma vez, ao que diz Jelin, agora em diálogo com Paul Ricoeur:

Hablar de trabajos de memoria requiere establecer algunas distinciones analíticas. Sin duda, algunos hechos vividos en el pasado tienen efectos en tiempos posteriores, independientemente de la voluntad, la consciencia, la agencia o la estrategia de los actores. Esto se manifiesta desde los planos más ‘objetivos’ y sociales [...] hasta los procesos más personales e inconscientes ligados a traumas y huecos. Su presencia puede irrumpir, penetrar, invadir el presente como un sinsentido, como huellas mnésicas (Ricoeur, 2000), como silencios, como compulsiones o repeticiones. En estas situaciones, la memoria del pasado invade, pero no es objeto de trabajo. La contracara de esta presencia sin agencia es la de los seres humanos activos en los procesos de transformación simbólica y la elaboración de sentidos del pasado. Seres humanos que ‘trabajan’ sobre y con las memorias del pasado (JELIN, 2002, p. 14).

No preâmbulo de *Meninos sem pátria*, o que foi apresentado pode ser analisado como camadas de memórias, lembranças e recordações do autor que o influenciaram

na construção de sua obra infantojuvenil. Os trabalhos da memória em plena atividade, em flagrante operação.

Figura 1 - Capa de *Meninos sem Pátria*, 1995



Fonte: Puntel (1995). Capa de Ary A. Normanha.

Em entrevista prestada recentemente como parte da polêmica de 2018 (PIRES, 2018, n.p), Puntel esclareceu que o livro em tela foi inspirado, ainda, pela publicação de *Memórias das Mulheres do Exílio*, obra coletiva lançada pela editora Paz e Terra, em 1980, sob as assinaturas de Albertina de Oliveira Costa, Maria Teresa P. Moraes, Norma Marzola e Valentina da Rocha Lima. É a partir das recordações e silêncios “enunciados” nesse trabalho que o professor nomeou e construiu, inventivamente, seu narrador, escolheu seu protagonista e fabricou coadjuvantes que percorrem os labirintos do Brasil e do exílio, entre histórias e memórias; realidade e ficção; silêncios e ressentimentos,

num complexo jogo que envolve camadas e estratos temporais e memoriais do passado e do presente, tanto do autor quanto de seus personagens.

Marcão, o filho mais velho do casal Zé Maria e Teresa, é o narrador. O cenário inicial da trama é a cidade de Canaviápolis, interior de São Paulo, onde Zé Maria exerce a atividade de jornalista, escrevendo para *O Binóculo*. O irmão mais novo de Marcão, Ricardo – apelidado de Rico – ajuda a compor o núcleo familiar inicial da trama. Todo o enredo é desenvolvido num recorte temporal de aproximadamente uma década, entre 1970 e 1979. No início da obra, o narrador tem apenas 10 anos de idade. As complicações aparecem quando Zé Maria escreve um artigo denunciando torturas sofridas por um padre local. Após essa publicação, o jornal foi invadido e suas instalações depredadas (PUNTEL, 1995, p. 14). Entre um diálogo e outro, o autor insere o contexto da Copa do Mundo de futebol masculino de 1970, quando os meninos, entre uma e outra jogada do futebol de botão, aparecem criticando a escalação do técnico Zagalo, substituto de João Saldanha, treinador comunista que classificou o time para o torneio, mas foi afastado antes do início da competição no México (ALMEIDA, 2020, p. 20-24).

Para mostrar que nem tudo na sociedade civil era oposição à Ditadura, questão que vem sendo levantada por uma historiografia crítica (AARÃO REIS, 2000; QUADRAT; ROLLEMBERG, 2010; ROLLEMBERG; CORDEIRO, 2021) o autor indica a existência de um jornal situacionista sob o título *A cidade de Canaviápolis* (PUNTEL, 1995, p. 16). Percebe-se, com esse exemplo, que Puntel já mostrava, em 1981, o consenso e a adesão de parcelas significativas da sociedade aos valores autoritários. Por outro lado, a face mais visível da ditadura em Canaviápolis, aquela que “ameaçava arrebentar tudo” era a de um militar de alta patente, chamado pela família pela alcunha pejorativa de “Cabo Cirilo”. Tererê, o apelido da matriarca, é a principal interlocutora de Zé Maria. Em alguns diálogos, o tempo presente dos personagens salta aos olhos e ouvidos dos leitores:

Agora eles podem tudo, mulher! Com esse monte de atos institucionais, com essas medidas de exceção, não há mais garantia para nenhum cidadão. Para alguém que seja preso, basta um telefonema, basta que apontem o dedo na direção de alguém, e pronto! Isto não sai na grande imprensa e nem na televisão, mas estou sabendo que a situação está ficando insustentável (PUNTEL, 1995, p. 17).

A partir de uma frenética engrenagem que envolve presente, passado, futuro, realidade e ficção, os trabalhos das memórias – individuais, coletivas ou partilhadas – são apresentados aos jovens leitores. Contudo, como já mencionado, a História não

foi esquecida. A perseguição a professores aparece no livro com a publicação de outro artigo de Zé Maria em *O Binóculo*. Ao preparar uma matéria sobre a ofensiva da ditadura contra o professor Karr e explicitar a ofensiva contra docentes universitários, Zé Maria e família percebem o aumento das intimidações policiais, com ligações telefônicas não identificadas e homens estranhos rondando sua residência. Nesse momento, mais uma vez, o clima político do País ganha destaque. O diálogo é entre o jornalista e sua esposa:

Devemos ficar prevenidos, Tererê. O clima, na verdade, é de guerrilha urbana. Nesses dois anos, só para você ter uma idéia, sumiram com um monte de gente, mataram dois líderes comunistas e decretaram até a pena de morte. Em contrapartida, os guerrilheiros sequestraram dois embaixadores e um cônsul (PUNTEL, 1995, p. 20).

A partir desse momento, ocorre o grande fato que vai desencadear todas as engrenagens subsequentes. Com o título de “Vai gás aí, dona”? Puntel descreve, alternando a voz do seu narrador com diálogos curtos, uma escapada espetacular de Zé Maria – inclusive utilizando um revólver que começou a portar após as ameaças – momentos antes de ter seu apartamento invadido pela equipe do “Cabo Cirilo”. Enquanto permanece a dúvida se o entregador de botijão seria um policial disfarçado ou não, o tempo fica em suspenso. Revela-se, na sequência, que o jornalista conseguiu escapar, literalmente fazendo uso da ameaça bélica, após ter usurpado o uniforme do entregador da empresa de gás. Para ter sucesso na fuga, contou com a solidariedade do zelador do prédio, Seu Valdemar. O fugitivo contará com o afeto de religiosos que darão guarida a toda família até a saída definitiva do Brasil, pela fronteira com a Bolívia, com destino ao Chile, na época sob o governo socialista de Salvador Allende.

Antes da partida para o exílio, algumas passagens que envolvem diálogos entre Marcão e um padre do convento onde ficaram sob proteção nos levam a um tempo quase imóvel, na longa duração (BRAUDEL, 1995), situado na fronteira que envolve história, fé e memória a partir da perspectiva religiosa. Algo muito distante do que se pode associar ao comunismo agnóstico ou ateu, mas muito próximo da Teologia da libertação. Nesse momento, fiquei a perguntar-me se os pais de alunos do Colégio Santo Agostinho que protestaram em 2018 contra o livro, tinham realmente lido esses trechos:

Na verdade, seu pai está defendendo as ideias dele. E está sendo perseguido porque tem gente que não concorda com suas opiniões. Cristo também foi mal interpretado [...]. O crime dele foi estar sempre ao lado dos pobres

e resumir toda a sua filosofia em uma única frase: "Amai-vos uns aos outros" (PUNTEL, 1995, p. 31).

Agora a palavra está com o, ainda garoto, Marcão:

[...] enquanto estivemos no convento, foi muito bom ter o padre como amigo. Ele me apresentou um Deus diferente daquele que eu tinha na cabeça. Até ali, Deus era um chato de galochas, como diria o Arthur. Um Deus de temor, que vivia de dedo duro, apontando meus pecados, meus erros, meus maus pensamentos. Nas conversas com o padre, eu pude conhecer um Deus de amor, que não me condenava, mas que estendia sua mão para me amparar (PUNTEL, 1995, p. 31-32).

De volta ao tempo presente da narrativa, mais uma vez aparece o contexto da Copa de 1970, com a música *Pra frente Brasil* embalando os jogos da seleção brasileira de futebol masculino e o primeiro jogo do torneio vencido contra a Tchecoslováquia pelo placar de 4x1 nos gramados do México (PUNTEL, 1995, p. 33). Esse vaivém temporal é uma constante em *Meninos sem Pátria* e as diversas temporalidades – tanto de forma sincrônica, como diacrônica – são trabalhadas com maestria pelo autor.

Os lugares e veículos de memória: entre a saudade e o trauma

Aos poucos, no enredo de Puntel, Canaviápolis deixa de ser o cenário do tempo presente e vai se tornar um "lugar de memória" (NORA, 1993), principalmente para Marcão, o que será evidenciado nos passos seguintes da jornada familiar no exílio. Entretanto, não é apenas o lugar físico que aparecerá nas recordações do narrador. Os sons, sabores, uma paixão na infância por Ana Rosa, as lembranças escolares, tudo no exílio passa a ser apresentado aos leitores como memória e/ou como expectativa. Em diálogo com a categoria "lugares de memória" de Pierre Nora (1993), que considera não apenas os objetos concretos ou "lugares topográficos" – como mencionou Paul Ricoeur (2007, p. 415) – mas também os artefatos simbólicos, trago aqui a proposta de, no corpo dessa ampla categoria, testarmos a partir das evidências, a utilidade do conceito de "veículos de memória" (JELIN; LANGLAND, 2003) no sentido de trazermos a dimensão dos movimentos, fluxos e interações que envolvem os suportes responsáveis por ativar as lembranças, recordações e reminiscências, mas que também silenciam. Entendo que imagens, sentimentos, sons, odores e sabores são mais bem inteligíveis e cognoscíveis no campo híbrido da intersecção entre história e memória, se partirmos

da ideia de “veículo” e não apenas de “lugar”.¹ Nessa proposta, o veículo não deixa de ser um lugar de memória, porém evidencia melhor aqueles lugares não topográficos, ou seja, não apenas marcas territoriais. É o que farei a seguir ao percorrer os passos dos *Meninos sem Pátria* a partir do momento em que se tornam exilados.

Ao tempo em que deixava o Brasil, Marcão seguiu conduzindo a narrativa, mas influenciado pelas recordações: “Passado o susto, cessando o burburinho dos passageiros sobre a truculenta batida policial, comecei a me lembrar dos amigos que ia deixando para trás. E, de repente, tropecei em um nome muito querido: Ana Rosa. [...] Sim, porque nos meus dez anos completos, eu amava Ana Rosa”. E relembrou o primeiro beijo que tinham trocado na matinê de domingo no Cine São Jorge: “Não sei se foi ela quem me beijou ou se fui eu que a beijei [...]. Sei que foi um beijo novinho, mais gostoso que morango com *chantilly*” (PUNTEL, 1995, p. 34-35). Aqui temos uma típica memória juvenil, com suas paixões e imagens carregadas de sentimentos.

O que temos de original nas tintas de Puntel é a presença do que podemos chamar de “memórias de crianças”. Fazendo uso da liberdade literária, do fecundo exercício de criação ficcional e uma espécie de literatura de testemunho com diversas vozes, o autor conduz seu leitor por percursos da história recente do Brasil, do Chile e passeia pela França da segunda metade dos anos 1970. Nessa engrenagem, surge, a partir desse instante, os sinais de trauma. Sobre essa relação de literatura de testemunho e eventos traumáticos, refletiu Selligmann-Silva:

Na literatura de testemunho não se trata mais de *imitação* da realidade, mas sim de uma espécie de “manifestação” do “real” para a literatura: mas a passagem para o literário, o trabalho do estilo e com a delicada trama de som e sentido das palavras que constitui a literatura é *marcada* pelo “real” que resiste à simbolização. Daí a categoria de *o trauma* ser central para compreender a modalidade de o “real” que se trata aqui. Se compreendermos o “real” como trauma – como uma ‘perfuração’ na nossa mente e como uma ferida que não se fecha – então fica mais fácil de compreender o porquê do redimensionamento da literatura diante do evento da literatura de testemunho (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 382-383, grifos do original).

No Chile, Zé Maria se ocupa mais uma vez como jornalista, gozando da liberdade em um governo de esquerda, quando exilados brasileiros eram recepcionados com todo

¹ Importantes autoras e autores têm contribuído para a divulgação do conceito de “veículos de memória”. Para os objetivos deste artigo, destacamos as abordagens de Elizabeth Jelin e Victoria Langland (2003), como também Gustavo Souza e Fábio D. Camargo (2020). Para um artigo em língua inglesa, cf. Waterson (2007).

calor humano que envolvia *los hermanos* da América Latina. Foi no país de Pablo Neruda que nasceu o mais novo membro da família, Pablito, que justamente recebeu esse nome em homenagem ao poeta chileno (PUNTEL, 1995, p. 36). O clima parecia de felicidade e realização até o "*paro de camioneros*", uma grande greve de caminhoneiros ocorrida no Chile, organizada pelo patronato, também conhecida como *lockout*. O desabastecimento que esse movimento causou trouxe graves problemas para a política econômica de Allende, que três anos depois de assumir o governo, não contava com o mesmo apoio que o levara à vitória em 1970 (WINN, 2010). Assim registrou Marcão: "Não demorou muito tempo; quando as pressões políticas, contrárias ao governo aumentaram para valer, sabíamos que nossos dias no Chile estavam contados. [...] Quando o presidente Allende caiu mortalmente ferido, naquele setembro de 1973, ficamos em casa, já que não tínhamos para onde fugir" (PUNTEL, 1995, p. 37). Mais uma vez Zé Maria precisou escapar, como numa metáfora que envolve os silêncios e esquecimentos das memórias – sempre em fuga – e Teresa ficara com a responsabilidade sobre os três filhos. "Tererê, meus filhos, eu estou indo. Já arrumei onde ficar, com alguns amigos. Não digo onde para evitar problemas para vocês. Mas eu dou notícia. Marcão, cuide do Rico, do Pablito e de sua mãe" (PUNTEL, 1995, p. 38).

A família recebeu a visita dos *carabineiros* chilenos e imediatamente, ao fixar sua retina no olhar de um dos militares que vestia capote, a recordação do narrador visualizada na frase "[...] o mesmo olhar de ódio dos policiais brasileiros de Canaviápolis" (PUNTEL, 1995, p. 39). Memórias traumáticas. Mais uma vez vale uma pausa para refletirmos sobre o que diz Jelin:

Los hechos del pasado y la ligazón del sujeto con ese pasado, especialmente en caso traumáticos, pueden implicar una fijación, un permanente retorno: la compulsión a la repetición, la actuación, (acting-out), la imposibilidad de separarse del objeto perdido. La repetición implica un pasaje al acto. No se vive la distancia con el pasado, que reaparece y se mete, como un intruso en el presente (JELIN, 2002, p. 14).

A expressão "o mesmo olhar de ódio dos policiais brasileiros" que reproduzi no parágrafo anterior, demonstra, a meu ver, essa intromissão constante do passado, no tempo presente do menino Marcos.

A família de Tererê e Zé Maria recebeu asilo da embaixada da França, após a ousadia de Teresa e seus filhos de driblar os policiais chilenos, mesmo com esses disparando suas carabinas para o alto. O patriarca já estava naquela representação diplomática à

espera do trio inseparável. Após alguns meses, conseguiram, enfim, o salvo conduto que permitiu que deixassem o Chile com destino à França. Os traumas que foram se acumulando nas fugas, aparecem dessa maneira nas recordações do primogênito: “[...] uma coisa que iria nos marcar, a mim e ao Ricardo, para sempre, era a presença dos soldados. Até hoje, quando passo por um comando de trânsito, em alguma batida policial de rotina, sou frio, minhas pernas tremem sem parar. Não só eu, mas o Ricardo também ficou com esse trauma” (PUNTEL, 1995, p. 47). Na sequência, após chegarem a Paris em pleno contexto do desfile do 14 de Julho em comemoração à Revolução Francesa – data que também pode ser visualizada como um “veículo de memória” na França – o trauma de Ricardo, quando observava os uniformes militares: “[...] ao perceber os soldados desfilando, Ricardo, demonstrando pavor, largou a bandeirinha francesa e [...] correu em direção a papai. ‘Estou com medo. O soldado quer me pegar...’ chorando, desesperado, agarrou-se firme no pescoço de papai. Para ele, o desfile havia terminado ali. Para ele e para nós” (PUNTEL, 1995, p. 48). Sobre a reação do jovem Rico, ao deparar-se com homens de uniformes militares, vale mais uma vez uma reflexão de Jelin inspirada em Caruth (1995):

El evento traumático es reprimido o negado, y sólo se registra tardíamente, después de pasado algún tiempo, con manifestaciones de diversos síntomas. Nuevamente, en este caso con referencia a procesos individuales e intersubjetivos, nos encontramos con evidencias de que a temporalidad de los fenómenos sociales no es lineal o cronológica, sino que presenta grietas, rupturas, en un re-vivir que no se opaca o diluye con el simple paso del tiempo (JELIN, 2002, p. 68).

Contudo, se temos as memórias traumáticas de Rico, algo diferente aconteceu com o primogênito. Ao presenciar o desfile francês e ouvir um hino estranho – a Marselhesa – considerado por eles como “careta”, Marcão acaba nos lembrando o caráter subjetivo e individual que envolve as memórias, mesmo se acionadas de forma coletiva ou partilhada (HALBWACHS, 2013; JELIN, 2002). No excerto que se segue isso fica evidente:

No 7 de Setembro de Canaviópolis, o desfile não tinha tanta pompa, carros de combate, tantos soldados nas ruas, mas havia o passo cadenciado dos estudantes e, entre eles, Ana Rosa, minha namoradinha, naquele uniforme tão lindo [...]. Quem diria que, quatro anos depois, eu recordaria disso a milhares de quilômetros de distância, empunhando outra bandeira nacional e ouvindo um hino bem diferente do nosso “Ouviram do Ipiranga...” (PUNTEL, 1995, 48-50).

Ao ler esse trecho do livro, acionei minhas memórias recentes sobre o episódio de proibição do Colégio Santo Agostinho e fiquei a questionar-me, ironicamente, o que faz aqui uma lembrança tão cândida sobre um desfile patriótico, inclusive com a recordação da primeira frase do Hino Nacional Brasileiro? Não era para ser o hino da “Internacional Comunista”, pela ótica dos pais que acusavam o livro de fazer apologia ao ‘credo’ vermelho?

Após essa pausa para um momento de boas memórias e lembranças maviosas, o tema do trauma volta a ganhar destaque. A vida em solo francês entra nos trilhos e adquire ares de normalidade. Porém, é na convivência com outros estudantes exilados que as memórias traumáticas emergem de novo, dessa vez de forma partilhada.

Depois de ter caído, literalmente, após um trote do colega francês, Pierre, que usou um dispositivo em formato de livro que emitia uma corrente elétrica e provocava choque na vítima da ocasião, o narrador apresenta outra personagem. Impressionada pela queda sofrida por Marcão – que na França ganhou o apelido de Marc – Sara, exilada brasileira oriunda do estado do Paraná, repreendeu Pierre considerando aquela brincadeira “de muito mau gosto”. Ao dialogar com o amigo francês sobre os motivos da intervenção da colega de classe, Marc apresentou uma possível causa: “Eu não tenho certeza, Pierre. Mas acho que isso deve ter trazido lembranças ruins à Sara. O pai dela, quando preso, andou tomando choque”. A resposta de Pierre foi imediata:

Uau! Sabe que não é fácil lidar com vocês? – Pierre estava chateado, mas procurava não demonstrar isso. – Cada um de vocês tem um trauma: você me contou que não pode ver soldado. A Sara tem esse problema. Contaram-me que a Mariana, uma brasileirinha da *troisième*, gosta de ir a Orly ficar vendo os aviões brasileiros decolarem (PUNTEL, 1995, p. 56).

O que temos nessa passagem - se fizermos o exercício cognitivo de agruparmos as memórias traumáticas dos três jovens exilados - é a possibilidade, a partir da literatura, de testarmos o conceito de memória coletiva de Maurice Halbwachs.

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2013, p. 39).

Dentro das muitas leituras e debates críticos que essa categoria tem suscitado desde sua publicação, considero bem oportuna a intervenção da nossa autora de referência neste artigo, Elizabeth Jelin, em novo diálogo com Paul Ricoeur:

En verdad, la propia noción de "memoria colectiva" tiene serios problemas, en la medida en que se la entienda como algo con entidad propia, como entidad reificada que existe por encima y separada de los individuos. Esta concepción surge de una interpretación durkheimiana extrema (tomar a los hechos sociales como cosa). Sin embargo, se la puede interpretar también en el sentido de memorias compartidas, superpuestas, producto de interacciones múltiples, encuadradas en marcos sociales y en relaciones de poder (JELIN, 2002, p. 22).

Nesse sentido, registro que, apesar de comporem o mesmo perfil social, qual seja, de crianças e jovens exilados oriundos do mesmo lugar, e participarem das mesmas redes de sociabilidade em outro país, essas memórias coletivas estão envolvidas em múltiplas interações que as pluralizam e dificultam as análises de quem intencione interpretá-las como "coisa" ou um "fato" que tente anular suas subjetividades. Marcão, Sara e Mariana estão unidos pela categoria "trauma", mas as formas, cores e características como este trauma se manifesta estão envoltas em múltiplas variações e possibilidades. Mais uma vez, nesse momento, fica difícil separar o que venha a ser ficção e realidade. Sobre essa suposta ambiguidade entre o fictício e o "real", dialogo em concordância com a assertiva de Seligmann-Silva de que "a imaginação não deve ser confundida com a 'imagem': o que conta é a capacidade de *criar* imagens, comparações e sobretudo de *evocar* o que não pode ser diretamente apresentado e muito menos representado" e que o conceito de ficção não pode ser visto como espelho de mentira: "no campo da estética só existe a 'verdade estética'" (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 380-381, grifos do original).

Zé Maria, a exemplo do que já tinha feito no Brasil e no Chile, continuou a escrever seus textos de denúncia e crítica à ditadura instalada em seu país. Alguns artigos que integram o enredo a partir desse momento são contextualizados no tempo do general Emílio Garrastazu Médici, conhecidamente o mais popular entre os cinco oficiais que assumiram a presidência no estado de exceção. Inegavelmente, também, seu governo foi um dos mais repressores e responsável por centenas de mortes, torturas e desaparecimentos políticos. O ano era 1974 e, depois da festa do tricampeonato na Copa de México, quatro anos antes, o torneio na Alemanha Ocidental seria, para a ditadura, uma forma de coroamento das conquistas da década (1964-1974), tanto

no futebol como em outros setores. Porém, já havia sinais claros de uma grande crise internacional do petróleo iniciada em 1973.

No exílio francês, a família de Teresa foi surpreendida com a cantoria do filho do meio, Rico, a entoar *Pra frente Brasil* - o grande sucesso de 1970 e que virou um símbolo da "boa" memória da ditadura -, confundindo-a com o Hino Nacional Brasileiro. Entre outras passagens ufanistas, diz a letra: "De repente é aquela corrente pra frente/ Parece que todo o Brasil deu a mão/ Todos ligados na mesma emoção/ Tudo é um só coração".² Zé Maria demonstrou preocupação, alegando que os filhos e outros jovens exilados conheciam mais "os heróis, os hinos e a geografia dos outros países do que do Brasil" (PUNTEL, 1995, p. 59). O incômodo aqui apresentado cairia muito melhor para um nacionalista saudoso do que para a caricatura de comunista atribuída recentemente ao livro de Puntel. Nunca é demais lembrar que a própria canção pode ser considerada um "veículo de memória", porque transporta as pessoas para um tempo remoto, que não é o seu, sempre a partir do presente. Sem dúvida, ao ouvir letra e a sonoridade enunciadas por seu filho, o jornalista acionou suas memórias traumáticas do ano de 1970 no Brasil, cujos efeitos não são os mesmos para os mais jovens nem para os apoiadores do regime autoritário. Jelin, ao analisar como datas e comemorações também se constituem como ativadores dos trabalhos da memória, assim refletiu:

La esfera pública es ocupada por la conmemoración con manifestaciones explícitas compartidas y con confrontaciones. En términos personales y de la subjetividad, son momentos en que el trabajo de la memoria es arduo para todos, para los distintos bandos, para viejos y jóvenes, con experiencias vividas muy diversas (JELIN, 2002, p. 52).

Como a Copa do Mundo de 1974 seria realizada em um país vizinho à França, sugere-se que o clima de nacionalismo estava à flor da pele e o cheiro de "festa" e comemoração provavelmente ocupava o espaço público em diversos países. No Brasil, certamente. A euforia de quatro anos antes ainda reverberava. O personagem Zé Maria aproveitou o contexto, como também a aproximação do final da gestão Médici, e começou a trabalhar um texto de balanço e análise crítica sobre as "grandes obras" propagandeadas pelo regime. Antes de enviar para publicação, resolveu solicitar a opinião do filho Marcão, mas não ouviu o que esperava:

² Composição de Miguel Gustavo e Raul de Souza. Para mais detalhes sobre a canção, cf. Rodrigues e Menezes (2020). Embora o nome completo do trombonista responsável pela melodia fosse Raul de Souza Barros, o seu nome artístico era Raul de Souza e não Raul de Barros como consta na matéria.

- É... está bom [...].
- 'Só isso? Você fala como se não tivesse gostado... [questionou Zé Maria].
- Não é bem isso, pai! Pra ser sincero, não entendi direito esse negócio de uso político da Copa do Mundo de 70, o porquê das críticas à construção da Transamazônica, da assinatura desse projeto hidrelétrico de Itaipu, da construção da ponte Rio-Niterói, do Mobral, da televisão em cores... Para mim, acho que tudo isso é bom, que acabar com o analfabetismo é importante, que vencer o tricampeonato é uma boa, [...] abrir estradas, tudo isso é um avanço... (PUNTEL, 1995, p. 69).

O pai tentou argumentar,

- Tá, filhão! Eu explico: é como se, de repente, acordassem o gigante adormecido nesses séculos todos de subdesenvolvimento. Segundo eles, o Brasil passou ou vai passar, assim, num passe de mágica, a não ter mais analfabetos, a ser, através desses projetos, uma potência mundial. Estão até chamando isso de 'milagre brasileiro'! (PUNTEL, 1995, p. 69-70).

Independente das múltiplas percepções e contrastes interpretativos entre pai e filho - haja vista a diferença de vinte anos que separa as idades - de uma maneira ou de outra, ambos foram afetados pela ditadura no Brasil. Ocorre que para o garoto de 14 anos e narrador escolhido por Puntel, não era fácil compreender o que estava a ocorrer em sua nação. Os conflitos memoriais entre gerações que vivenciaram situações distintas da ditadura civil-militar no Brasil são consequências da pluralidade que envolve as subjetividades que impedem, ainda bem, a arquitetura de memórias homogêneas. Também fica evidente, nesses diversos exemplos que desvelamos até aqui, a incontornável relação entre a memória social e a política. Encerro essa seção, com um exemplo que envolve um veículo de memória e um trauma.

O artigo que gerou as reflexões contrastantes entre pai e filho, enfim, foi publicado. Para não ser incoerente com seu enredo, Puntel nos insere em mais uma perseguição ao jornalista Zé Maria, aquela que seria a última. Após a repercussão no *Le Monde*, o telefone da residência tocou. Dessa vez quem atendeu foi Pablito, o membro chileno da prole - já com quatro anos de idade a pelear neste planeta -, que rapidamente passou o telefone para as mãos de Marcão: "Quem fala? - atendi, com um pressentimento ruim" relatou o narrador. A resposta que ouviu foi também uma pergunta: "Quem tá falando?" É na sequência que visualizamos os traumas que foram acionados pelo veículo

sonoro de memórias: “uma voz de homem, ríspida, falando português sem sotaque, lembrou-me os telefonemas de Canaviópolis”. *Marc*, numa espécie de crise de pânico, não consegue se expressar de forma compreensível, um tipo de dispositivo acionado pelo organismo traumatizado, e ouve do seu interlocutor: “Não precisa gaguejar, garoto. Dá um recado para ele. Diz para ele não começar a fazer aqui na França o que estava acostumado a fazer no Brasil e no Chile. Fala para ele deixar de abrir as asas que já está passando da conta” (PUNTEL, 1995, p. 70). Era o fantasma da ditadura no Brasil, em alto e bom som, a atormentar o tempo presente dos personagens, independente do “lugar” onde estivessem.

Memórias e História: “Os meninos” como possibilidade

O que ficou demonstrado até esse momento, é que a todo instante estamos diante de questões que envolvem memórias e histórias. São inúmeros os exemplos evidenciados que podem ser relacionados com a ditadura no Brasil, com o Golpe que derrubou o presidente Salvador Allende no Chile, e até mesmo pinceladas da história francesa, presente na data mais celebrada naquele país, o 14 de Julho. Nos trechos que analisaremos a seguir, essa característica continuará permanente.

Na sequência de sua narrativa, Puntel (1995, p. 71) nos apresenta um fato histórico de grande relevância para os que fizeram oposição ao regime autoritário no Brasil. A morte, sob tortura, do jornalista Vladimir Herzog. O acontecimento provocou grandes turbulências no governo do general Ernesto Geisel, que havia sucedido Emílio Garrastazu Médici.³ O jornalista exilado resolveu escrever um artigo para a imprensa francesa denunciando a morte de Herzog. No dia em que o texto-denúncia foi publicado, Zé Maria não voltou para casa. O fato novo é que Tererê estava grávida. Era de uma menina que receberia o nome de Nicole (PUNTEL, 1995, p. 84-85). Na complicação do enredo, o leitor fica sabendo que o exilado tinha sido perseguido por um ex-soldado brasileiro em uma estação de metrô e, ao tentar escapar de seu algoz, acabou provocando um tiroteio entre os policiais parisienses, *os gendarmes*, e o seu potencial sequestrador (PUNTEL, 1995, p. 80).

O enredo tem uma espécie de aceleração e os fatos vão se desenrolando em um ritmo mais frenético. Em seus diálogos com Claire, *Marc* percebe o afastamento de sua nova paixão após o episódio da troca de tiros que envolveu seu pai, e ambos dialogam

³ “O Caso Herzog”, como ficou conhecido, já foi tema de livros, documentários e artigos acadêmicos, tanto nos campos do Cinema como também do Jornalismo e da História. Alguns exemplos são: Markun (2005) e o documentário “Vlado: 30 anos depois”, dirigido por João Batista de Andrade, em 2005.

demoradamente sobre “o agora e o depois”. Ou seja, o presente e o futuro de ambos. Contudo, não esqueçamos que esse “agora” também está carregado do “antes”. A reflexão sobre o tempo, entre os dois jovens, foi provocada pela constatação de Claire que chegaria o dia que o *brasilién* teria que fazer a viagem de volta. “O que eu estou tentando dizer, Claire, é que não dá para viver o agora pensando no depois. Se fosse assim, seu pai não teria se casado com sua mãe, porque depois ele teria de ir para a guerra da Argélia, porque depois você ficaria órfã, porque depois...” (PUNTEL, 1995, p. 94). Temos aí, as três dimensões do tempo, ou seja, uma problematização da filosofia da história, com o passado de Claire, o presente de ambos e uma indagação sobre o futuro, obviamente numa trama e enredo pensados para o público infantojuvenil. E continuou Marcão: “Imagine se eu, quando saímos do Brasil, ficasse esperando o depois para viver. Sim, porque desde que tenho dez anos que vivo nessa vida de cigano. [...] É certo que posso voltar amanhã, no ano que vem, daqui a dois anos, sei lá... Como posso não voltar nunca mais” (PUNTEL, 1995, p. 96). Assim refletiu Marcos, sobre o imponderável da vida e, por que não, do tempo e da história.

Os acontecimentos do presente do narrador e do passado do autor continuam a emergir em meio às complicações pertinentes ao contexto. Dessa vez, a visita do general Ernesto Geisel a Paris, em 1976. De fato, entre abril e maio de 1976, Geisel esteve em visita diplomática à França e à Inglaterra, onde assinou acordos bilaterais (COUTINHO; GUIDO, s. d.). Essa viagem trouxe, mais uma vez, veículos de memória ao enredo. Essa constatação pode ser evidenciada a partir da reação emocionada do narrador, ao avistar a bandeira brasileira no carro da comitiva presidencial:

No caminho para Châtelet, nossa estação, uma nova surpresa nos aguardava. Em um dos cruzamentos, o trânsito de carros e pedestres ficou interrompido bruscamente, enquanto vários batedores da polícia abriam caminho. Em um dos carros tremulava a bandeira francesa e uma bandeira que eu conhecia de há muito: *a bandeira brasileira*. [...] surpreso, eu mal conseguia pensar direito. - Marc, você está bem?’ - Claire preocupava-se, vendo que aquele encontro repentino *mexera comigo* (PUNTEL, 1995, p. 99-100, grifos meus).

Outro fato curioso foi que Zé Maria, após conseguir credencial para a coletiva de imprensa do ditador brasileiro, avistou ninguém menos que o “Cabo” Cirilo, agora como um dos assessores presidenciais. Talvez tenha sido uma forma de o autor demonstrar como alguns militares que faziam o jogo sujo das perseguições, torturas e desaparecimentos políticos, a chamada linha-dura da ditadura, alcançaram postos

importantes na estrutura burocrática daquele regime autoritário. Mas não era só a ascensão meteórica na carreira castrense do seu perpetrador que incomodava o jornalista. Ao saber que Marcão teria que organizar, junto com os demais jovens exilados brasileiros, uma aula sobre o Brasil, Zé Maria demonstrou, mais uma vez, preocupação por eles até aquele momento, terem estudado “sempre o país dos outros, os heróis dos outros, as fronteiras dos outros. Vocês não sabem nada sobre o Brasil” (PUNTEL, 1995, p. 102-103). Esse nada, segundo Zé, incluía o Hino Nacional Brasileiro.

O certo é que sob a pena e tintas de Luiz Puntel, a aula ocorreu e, a meu ver, foi um dos momentos mais emocionantes do livro. Os “meninos [e meninas] sem pátria” – Marcos, Ângelo, Juca, Pedro, Sara e Mariana - agora devidamente nomeados e identificados, organizariam uma espécie de exposição performática sob o título “Brasil: país de contrastes”. Foi durante a pesquisa que descobriram a presença do francês Jean-Baptiste Debret como o artista que criou a ideia base de nossa Bandeira Nacional, ainda no Império. Acessaram as continentais dimensões territoriais do Brasil. Investigaram sobre a presença do poema de Gonçalves Dias, Canção do Exílio, na letra do hino brasileiro e mapearam outros gêneros de música e dança, para além do samba, a exemplo da chula. Os problemas não foram omitidos. Levantaram dados sobre as deficientes estradas e rodovias; ausência de ferrovias e, também, da mortalidade infantil (PUNTEL, 1995, p. 112). No ápice da apresentação, uma alusão ao 7 de Setembro. Mais uma vez, uma data como veículo de memória, numa intrínseca relação com a história:

- Nós queremos comemorar, aqui e agora, a data de nossa independência. É certo que ainda está longe, já que o nosso 14 Juillet acontece dia 7 de setembro, e nós ainda estamos em maio. Mas não faz mal. Há muito tempo nós não temos podido comemorar essa data...

- Mas como vocês sabem, estamos proibidos de pisar o solo brasileiro. Muitos de nós, temos vivido sempre fugindo de país em país, como se fôssemos bandidos perigosos [...].

- E estamos fugindo, simplesmente porque nossos pais não concordam com o que está acontecendo no Brasil. Por isso, muitos de nós já se acostumaram à ideia de sermos chamados de meninos sem pátria (PUNTEL, 1995, p. 114).

É importante lembrarmos o que registrei no início do artigo: *Meninos sem pátria* é de 1981; a Lei da Anistia é de 1979, momento histórico que encerrará o livro como veremos nas linhas a seguir. Nesse sentido, podemos inferir que o livro

foi escrito no mesmo contexto em que sua parte final se desenrola. Também como já afirmamos, não são apenas as memórias de Zé Maria, Marcão, Teresa e Ricardo, são também lembranças ancoradas em outro livro, coletivo, publicado em 1980 (COSTA *et al.*, 1980). Certamente, aos leitores do século XXI - quando se processa no Brasil nessas duas primeiras décadas uma verdadeira peleja memorial que envolve, inclusive, negacionismos e falsificações do passado ditatorial – o livro de Puntel pode ser visto como uma obra que, de forma magistral, entrelaça história, memória e ficção, compondo um gênero híbrido de inegável valor literário e historiográfico voltado para o público infantojuvenil. Essa é a principal hipótese que levanto, de mãos dadas com Jelin, após sistemática análise do livro:

En síntesis, no hay una manera única de plantear la relación entre historia y memoria. Son múltiples niveles y tipos de relación. Sin duda, la memoria no es idéntica a la historia. La memoria es una fuente crucial para la historia, aun (y especialmente) en sus tergiversaciones, desplazamientos y negaciones, que plantean enigmas y preguntas abiertas a la investigación. En este sentido, la memoria funciona como estímulo en la elaboración de la agenda de la investigación histórica. Por su parte, la historia permite cuestionar y probar críticamente los contenidos de las memorias, y esto ayuda en la tarea de narrar y transmitir memorias críticamente establecidas y probadas (JELIN, 2002, p. 75).

A última referência apresentada por Luiz Puntel, no sentido mais factual, e que consta como ilustração dessa tríplice conjunção entre memória, história e ficção, é a conciliatória Lei da Anistia. Não é despretensioso o título que abre essa parte final: “Uma notícia de tirar o fôlego”. Arrisco-me a dizer que o autor faz uma espécie de registro memorial imediato, dada a proximidade temporal com que escreveu e publicou seu texto, e os acontecimentos políticos do final da década de 1970 no Brasil.

Abro aspas para Puntel (1995, p. 116): “No começo de 1979, com a posse de João Baptista Figueiredo, o general que substituiu o presidente Ernesto Geisel, as notícias sobre a anistia eram cada vez mais fortes. Não mais artigos esparsos, mas o comentário constante de todos os jornais brasileiros”. Qualquer autor que estudou, no campo da história, o processo da anistia política no Brasil no processo de transição autoritária, conhecido como “abertura” lenta, gradual e segura, percebe que as informações que constam nessa passagem têm total relação com as evidências empíricas, ou seja,

com as fontes, vestígios e rastros que são analisados criticamente pelos historiadores profissionais que se dedicaram ao tema da anistia política.⁴ Segue o autor:

No final de agosto, tão logo voltamos das férias, um dia papai chegou da rua com o *Le Monde* nas mãos. [...] Na página estrategicamente dobrada por papai, li o que aguardávamos há tempos.

- *Anistie au Brésil!*

Aí eu não aguentei. Empurrando a cadeira para trás, levantei-me, corri em direção à cozinha e, dando um pulo, soquei o ar como o Pelé fazia na comemoração do gol (PUNTEL, 1995, p. 117).

A festa não foi sem angústias, algo que enriquece sobremaneira a dimensão humana nessa narrativa destinada a um público que, em tese, está numa faixa etária de construção de interpretações e na busca de sentido sobre a vida. Escrevo, “em tese”, por compreender que a jornada dos “meninos” pode e deve ser lida por todos, em qualquer idade, inclusive para o público acadêmico. Pablito passou a questionar: “Vocês vão para o Brasil. E eu, que sou chileno? Para onde é que eu vou?” (PUNTEL, 1995, p. 118). Marcos teria que passar pelo difícil diálogo de despedida com sua namorada, Claire.

Era chegado o momento, também, da despedida de todos do Lycée Marie Curie. Professores, funcionários, colegas de classe... Dessa maneira, temos ideia da ambivalência que gerou a aprovação da anistia em muitos exilados brasileiros, tão bem documentada pela historiadora Denise Rollemberg no clássico *Exílio: entre raízes e radares* (ROLLEMBERG, 1999). O momento do retorno ao país de origem do casal Zé Maria e Tererê, mais seus quatro filhos, coincidiria com o início do ano letivo francês, em setembro. Para a surpresa, não apenas de Marc, mas para todos os brasileiros que estudavam no Marie Curie, o Liceu preparou uma despedida. A emoção correu solta, lá e aqui, antes e agora, quando voltei a ler o livro para a escrita deste artigo. Pierre, o amigo francês da trupe, foi o orador:

- Como a grande maioria do pessoal aqui do Lycée Marie Curie está sabendo, foi assinada a anistia no Brasil, possibilitando que os exilados voltem para lá. [...] E nós, como franceses e amigos, gostaríamos que a saída de vocês da França tivesse um significado especial [...]. E eu convido

⁴ Ver bibliografia em: Rodeghero (2017) e Lemos (2018).

a todos para prestarem bastante atenção nesta música que vamos cantar, eu e o pessoal aqui da frente. Foi a melhor maneira que escolhemos para dizer o quanto nós gostamos deles (PUNTEL, 1995, p. 121).

A música era simplesmente o Hino Nacional Brasileiro. E mais, o professor *Monsieur* Legrand, hasteou a Bandeira do Brasil. E mais, Marcão e seus parceiros, em lágrimas, acompanharam a cantoria patriótica. Não é estranho ver isso em um livro, que 37 anos depois seria acusado de “esquerdista” – como sinônimo de antipatriota - e seu autor de “agitador” social?

Quanto mais se aproximava o momento da partida, as reflexões sobre “espaços de experiências” e “horizonte de expectativas” (KOSELLECK, 2006) aparecem nos diálogos. Emergem em Marcão sentimentos ambíguos que transitam entre a saudade que já começara a sentir de sua vivência na França e a saudade-desejo de rever seus familiares, amigos e paixões que ficaram no Brasil uma década antes. “Havia um quê de insônia misturado com as saudades que eu já sentia de Claire, do amigão Pierre, da França, mas também havia um muito de ansiedade e expectativa pela volta. ‘Como estariam todos no Brasil?’, eu pensava” (PUNTEL, 1995, p. 123).

Como nem tudo são flores e os espinhos têm suas funções, um aspecto que salta aos olhos nas páginas finais – e durante toda a narrativa - diz respeito a algo que Luiz Puntel não deixa claro se foi intencional ou não. Machismo e preconceito de gênero. Expressões como “Ainda bem que é com menina. Você queria que ele ficasse pajeando homem, Tererê? (PUNTEL, 1995, p. 63); “Você foi é homem, foi macho toda vida” (PUNTEL, 1995, p. 123), expressam um pouco a predominância das masculinidades que marcam a obra, o que não deixa de ser um contrassenso para um livro que se baseou justamente em memórias de mulheres no exílio. As mulheres e meninas são sempre personagens secundárias, que devem ser protegidas e cuidadas pelos homens e garotos, mesmo sendo Tererê, em algumas aparições, representada como uma matriarca segura de si e decidida politicamente. Machismo e preconceitos de gênero, ainda que de forma sutil e nem tão evidente à primeira vista, são aspectos que também caracterizam o campo das esquerdas no contexto da ditadura, temas já ressaltados pela historiografia (GREEN, 2012). Nesse sentido, após um diálogo de “homens” entre Zé Maria e seu primogênito, com demonstrações de fragilidades emocionais, pedido de desculpas, carinhos e afetos mútuos, era chegada a hora da partida.

No aeroporto de Orly, “[...] alguns repórteres entrevistavam os exilados que regressavam. Havia em todos os semblantes um misto de alegria pelo reencontro de amigos que não se viam há tempos. Havia a expectativa comum do regresso, da volta

à pátria” (PUNTEL, 1995, p. 125). O aeroporto já tinha sido cenário da belíssima canção *Samba de Orly* – que também considero um veículo de memória –, parceria de Chico Buarque, Toquinho e Vinícius de Moraes, por retratar o tema do exílio de forma tão bela. “Vai meu irmão/pega esse avião/você tem razão/ de correr assim/ desse frio [...] / Pede perdão/ pela omissão/ um tanto forçada/ mas não diga nada que me viu chorando/ e pros da pesada/ diz que vou levando/ Vê como é que anda/ aquela vida à toa/ e se puder me manda/ uma notícia boa”.⁵ É nessa paisagem que, ao dar entrevista para uma rede de TV, cercado pelos amigos franceses e o silêncio de Claire, o já adulto Marcão afirmou: “Estou vendo essa volta como uma conquista nossa. Vamos deixar de ser meninos sem pátria. Afinal, somos filhos desse solo chamado Brasil, como diz o hino, não?” (PUNTEL, 1995, p. 125). Um nacionalismo que, ao meu ver, caracteriza toda a obra. No avião, a batucada dos que entoavam “Tô voltando”, música de Maurício Tapajós e Paulo César Pinheiro gravada pela cantora Simone. “Pode ir armando o coreto/Preparando aquele feijão preto/ Que eu tô voltando” (PUNTEL, 1995, p. 127). No meio daquela euforia, o choro contido e camuflado no narrador, que prepara o arremate final para o poema de Paulo Freire: “Lembro-me do tempo do exílio, quando a saudade era do Brasil como um todo. O Brasil me faltava [...]. Era preciso reaprender o Brasil” (PUNTEL, 1995, p. 127).

Considerações finais

Como já vimos, o livro de Luiz Puntel reapareceu com destaque na grande imprensa a partir da polêmica de 2018. Porém, não foi só a criatura. Seu criador foi entrevistado por programas televisivos de alcance nacional e personagens que aparecem no livro foram “descobertos” e ficamos a saber que eles eram reais. Ricardo Rabelo, o Rico, foi entrevistado pelo jornal *O Globo* e, na mesma reportagem, soubemos que a trama de Marcão foi a obra mais procurada em um site de vendas de livros no final daquele ano (LIVRO BANIDO DO, 2018). Também, no debate público que o episódio provocou, soube-se que Tererê realmente existiu. Ela é a Maria Teresa, uma das autoras que assina a obra de memórias coletivas cujo enredo Luiz Puntel teve como base e já nos referimos neste artigo. Essas novas informações que emergiram no calor dos acontecimentos de 2018 reforçam, sem dúvida, a pertinência de compreendermos o livro para além do ficcional, mas em um campo mais elástico que articula literatura, memória e história.

Ao testarmos de forma crítica, a partir da análise criteriosa das evidências históricas e memoriais presentes na narrativa que foi objeto de beligerância e litígio, temos a

⁵ A canção “Samba de Orly” foi composta entre 1969 e 1970, com primeira gravação em 1971, no álbum *Construção*, de Chico Buarque. **Folha de São Paulo**, 24 nov. 2010.

certeza de que os reclamantes de 2018 pouco conheciam sobre *Meninos sem Pátria*. Sem dúvida, o livro de Puntel é um texto de denúncia contra a ditadura, mas não necessariamente de apologia ao comunismo. Essa associação automática entre ser contra a ditadura e ser comunista é, aliás, um equívoco muito presente no campo ultraconservador brasileiro atual. O que predomina em *Meninos sem Pátria* é justamente uma referência amorosa ao Brasil, como um lugar de saudade, tão bem apresentada nas alusões às canções, aos hinos e aos símbolos nacionais, ou seja, no contexto da anistia e da redemocratização, os “brasões” do País eram signos de todas as matizes políticas, mas o tempo se encarrega de promover metamorfoses.

No ano em que a Lei da Anistia de 1979 virou uma jovem quarentona, em 2019, a extrema-direita voltou ao poder através do voto. Sob os lemas “nossa bandeira jamais será vermelha” e ostentando camisas da seleção brasileira de futebol, voltaram às ruas, principalmente no contexto golpista de 2016 que envolveu o impedimento da presidenta Dilma Rousseff. Dentro dessa conjuntura, o conflito ideológico que envolveu “Meninos sem Pátria” às vésperas das eleições de 2018 não era falso. Pelo contrário, mostrou uma grande articulação de setores da elite econômica brasileira que conseguiu vencer a disputa com um sonoro apoio das camadas médias e grupos populares.

Com a posse do capitão Jair Messias Bolsonaro na Presidência da República, em janeiro de 2019, a última ditadura no Brasil voltou com força ao debate público, não ficando restrita aos setores acadêmicos. Vale a pena lembrar que já em março de 2019, Bolsonaro determinou que as Forças Armadas do País comemorassem o Golpe de 1964 e a Ditadura (BOLSONARO DETERMINA COMEMORAÇÃO, 2019). Durante a votação do processo de *impeachment* de Rousseff – com base em elementos frágeis e insustentáveis juridicamente –, em 2016, o então deputado já havia demonstrado todo seu apreço à tortura e ódio aos diferentes dedicando sua fala ao conhecido torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, considerado herói pelo atual presidente do Brasil.

Nesse sentido, as batalhas, conflitos e trabalhos da memória sobre esse tempo estão a pleno vapor. Situar-se nesse debate público é uma tarefa do historiador, principalmente aqueles que se dedicam à chamada “história do tempo presente” (ARÓSTEGUI, 2004; DELACROIX, 2018; ROUSSO, 2016). Esse tempo está cercado de desafios que envolvem a operação com diversas fontes, dentre elas, a literatura, os testemunhos e as memórias, que estão sempre a trabalhar com seus veículos em constante movimento. Talvez, quem sabe, com essas articulações e enfrentamentos, continuemos, sempre, a reaprender o Brasil, como poetizou Paulo Freire e a realidade contemporânea vem nos exigindo. Para isso, a história é ferramenta indispensável no diálogo com as memórias, inclusive romanceadas, sem querer ocultá-las ou apagá-las.

Como bem destacou Yosef Yerushalmi, em artigo escrito em outro contexto, mas que muito bem se aplica ao Brasil atual,

Contra esses militantes do esquecimento, traficantes de documentos, os assassinos da memória, os revisores [negacionistas] das enciclopédias e os conspiradores do silêncio, [...] o historiador, apenas o historiador, animado pela paixão austera dos fatos, das provas, dos testemunhos, que são o alimento da sua profissão, pode velar e montar guarda (YERUSHALMI, 1988 *apud* SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 63).

REFERÊNCIAS

AARÃO, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ALMEIDA, Anderson da S. A Copa de 1970 nos folhetos de cordel: poesia, futebol e política em tempos de ditadura. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 30, p. e0208, 2020. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312302020e0208>. Acesso em: 27 ago. 2021.

ARÓSTEGUI, Julio. **La historia vivida**: sobre la historia del presente. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

BLOWER, Ana Paula; GRANDELLE, Renato. Colégio Santo Agostinho, do Rio, suspende uso de livro considerado 'comunista' por grupo de pais. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 out. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/colegio-santo-agostinho-do-rio-suspende-uso-de-livro-considerado-comunista-por-grupo-de-pais-23122273>. Acesso em: 16 jul. 2021.

BOLSONARODETERMINACOMEMORAÇÃOdoGolpede1964. **DW**. 26 mar. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-determina-comemora%C3%A7%C3%A3o-do-golpe-de-1964/a-48062127>. Acesso em: 26 ago. 2021.

BRASIL. **Lei 6.683 de 28 de agosto de 1979 concede Anistia e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 27 ago. 2021.

BRAUDEL, Fernand. **O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

CORDEIRO, Janaina M. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 85-104, jan./jun. 2009.

COSTA, Albertina de O. *et al.* **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COUTINHO, Amélia; GUIDO, Maria C. **Ernesto Geisel** [Verbete]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geisel-ernesto>. Acesso em: 28 ago. 2021.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39-79, jan./mar. 2018.

GREEN, James. “Quem é o macho que quer me matar?”: Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada brasileira dos anos 1960 e 1970. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, n. 8, p. 58-93, jul./dez. 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2013.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires/Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 2002.

JELIN, Elizabeth; LANGLAND, Victoria. Introducción. *In*: JELIN, Elizabeth e LANGLAND, Victoria. **Monumentos, memoriales y marcas territoriales**. Buenos Aires/Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 2003. p. 3-18.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

LE MOS, Renato. **Ditadura, Anistia e Transição política no Brasil (1964-1979)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LIVRO BANIDO DO Colégio Santo Agostinho lidera lista de mais vendidos da Estante Virtual. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 nov. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com>

com/cultura/livros/livro-banido-do-colegio-santo-agostinho-lidera-lista-de-mais-vendidos-da-estante-virtual-23212154. Acesso em: 26 ago. 2021.

MARKUN, Paulo. **Meu querido Vlado**: a história de Vladimir Herzog e do sonho de uma geração. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PESQUISA Datafolha para presidente [...]. Rio de Janeiro, 04 out. 2018. **Site G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/04/pesquisa-datafolha-para-presidente-bolsonaro-35-haddad-22-ciro-11-alckmin-8-marina-4.ghtml>. Acesso em: 16 jul. 2021.

PIRES, Breiler. Entrevista/ Luiz Puntel. **El País**. 05 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/04/cultura/1538677664_945391.html. Acesso em: 27 ago. 2021.

PUNTEL, Luiz. **Meninos sem Pátria**. 23. ed. São Paulo: Ática, 1995 [1981].

RODEGHERO, Carla S. A anistia de 1979, os crimes conexos e a reciprocidade. *In*: CARDOSO, Lucileide C.; CARDOSO, Célia C. **Ditaduras**: memória, violência e silenciamento. Salvador: EdUFBA, 2017. p. 327-344.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio**: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. Apresentação. *In*: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). **A construção social dos regimes autoritários**: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 11-32. v. 2.

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina M. Apresentação. *In*: ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina M. (org.). **Por uma revisão crítica**: ditadura e sociedade no Brasil. Salvador: Saggá, 2021. p. 7-49.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

ROUSSO, Henry. **A Última Catástrofe**: a história, o presente e o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, Memória, Literatura**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

VLADO: 30 anos depois. Direção de João Batista de Andrade. Europa Filmes, 2005, 90 min.

WATERSON, R. Trajectories of memory: documentary film and the transmission of testimony. **History and Anthropology**, London, v. 18, n. 1, p. 51-73, 2007.

WINN, Peter. **A Revolução Chilena**. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Anderson da Silva Almeida é professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Foi um dos vencedores do Prêmio Memórias Reveladas do Arquivo Nacional (2010) com um trabalho sobre os marinheiros excluídos da Marinha de Guerra após o Golpe de 1964 e finalista do Prêmio Jabuti de Literatura (2018), na categoria Biografias, com uma pesquisa sobre Memórias, Silêncios e Ressentimentos que envolvem o almirante antigolpista Cândido da Costa Aragão. Possui graduação em História pela Universidade Católica do Salvador (BA), e Especialização, Mestrado e Doutorado pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Universidade Federal de Alagoas – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte
Av. Lourival Melo Mota, S/N - Tabuleiro dos Martins Maceió – AL - Brasil CEP: 57072-900.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse foi declarado.

APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA E OUTROS MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

EDITORES RESPONSÁVEIS

Flávia Varella – Editora-chefe

João Rodolfo Munhoz Ohara – Editor executivo

DIREITOS AUTORAIS

Copyright © 2022 Anderson da Silva Almeida.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Data de submissão: 28 de setembro de 2021

Data de alteração: 1 de dezembro de 2021

Data de aprovação: 10 de janeiro de 2022

Historical time and Latin American uprising: on suspension as a critical moment

Natalia Taccetta ^a

ntaccetta@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2063-1419> 

Daniela Losiggio ^a

danielalosiggio@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1543-0412> 

^b Universidad de Buenos Aires, Facultad de Ciencias Sociales,
Instituto de Investigaciones Gino Germani, Ciudad de Buenos Aires,
Argentina

ABSTRACT

Following on some of the ideas proposed by Georges Didi-Huberman in an exhibition at the Jeu de Paume in Paris, this article offers reflections on uprising as a repetitive, sovereign, and collective gesture of a search for freedom. First, we define this idea of the uprising based on a series of recent works by authors such as Judith Butler, Elsa Dorlin, and Jacques Rancière. We will try to think about the relation between revolt, revolution and crisis, emphasizing the temporary characteristics of these terms. Following that, we specifically address the relationship between uprisings and the suspension of historical time that has been clearly proposed by the Italian historian Furio Jesi in *Spartakus*. This leads us to a review of the same notion of suspension from Walter Benjamin's perspective, while also considering proposals made by Giorgio Agamben and Aby Warburg as fundamental interlocutors. Finally, we will discuss the current state of the concept through the lenses of some recent occurrences in Latin America.

KEYWORDS

Historical time. Revolution. Image.

Introduction

In 2016, Georges Didi-Huberman curated an exhibition at the Jeu de Paume in Paris, which was repeated with some variations in other cities around the world such as Barcelona, Mexico, and Buenos Aires. The archontic principle of the exposition was linked to uprisings as a gesture, to insurrection as the interruption of a prolonged process of oppression, of a state of dispossession that has become intolerable. The exhibition coincided with the writing of the last book by Didi-Huberman's *The Eye of History* saga, *Peuples en larmes, peuples en armes* (2016) and in a way announces the beginning of the series, *Désirer désobéir: ce qui nous soulève* (2019).

This starting point allows us to review a powerful thesis from Giorgio Agamben about the breaking down of subjectivity in totalitarian contexts. As stated in *Homo Sacer* (1995), the first volume of his most important saga, the concentration camps reduced the lives of their victims to a merely biological existence deprived of rights. The controversial ideas of the Agambenian series became a theoretical parameter to explain other situations of social oppression. The authors that we will address below consider that the collective gesture of wanting to be free from oppression is never lost, even in the most challenging and unworthy conditions.

Convinced of the Freudian *dictum* on the indestructibility of desire, Didi-Huberman argues that desire is what pushes one to search for light in the darkness of oppression, no matter how great that oppression is. It is there, precisely, where the possibility of uprising opens up for one's own survival and for the emergence of hope and implies raising the gaze, the voice, the body.

Following some of these ideas, we will propose in the pages that follow a conception of uprising as a "gesture without end, continually starting again, sovereign, just as we can call sovereign the desire itself or that instinct, the 'push towards freedom' (*Freiheitsdrang*) that Sigmund Freud spoke of" (DIDI-HUBERMAN, 2016, p. 17). In the most diverse historical situations — tragic, seen as passive, of emotions marked as powerless by the tradition of political thought — it is possible to observe the gesture of insubordination. It is precisely this unexpected, extemporaneous and disruptive character of the revolt that we want to emphasize here. The revolt is not something that is expected as an inevitable link in the course of events, nor is it planned strategically and progressively in the strict sense. Rather, it supposes a suspension of historical time as an opportunity to a new time, a time of crisis that hopes to battle against the temporality of oppression. It will be necessary, at this point, to distinguish revolt, respectively, from revolution and crisis.

We will specifically examine the relationship between uprisings and the suspension of historical time that has been clearly proposed by Italian historian Furio Jesi in *Spartakus: simbologia della rivolta* (2000), which will lead us to a revision of the very notion of the suspension from Walter Benjamin's perspective, while also considering proposals made by Giorgio Agamben and Aby Warburg as fundamental interlocutors.

Uprisings

In her essay "Bodies in Alliance and The Politics of The Street" (2015) and inspired by the events of the so-called "Arab Spring" (2010-2012), Judith Butler wondered whether uprisings undermine the canonical notion of *naked life* expressed by Giorgio Agamben. Naked life gave an account of a form of existence without rights, which came into being with concentration camps (AGAMBEN, 2015, p. 79). Butler holds that the possibilities of political agency are surprisingly essential and that, certainly, the alienation of rights by political institutions is not identical to the impossibility of exercising those rights. The politics of "occupancy," of constituting a public space that responds to oppressive, stable, permanent forms that make up a significant part of politics, can clearly take place at any time.

There is a previous and brief text, titled "Uprising",¹ in which Butler announces the hypothesis that Didi-Huberman defends in *People in Tears, People in Arms*: before taking up arms, people have endured oppression "for too long," such that "every uprising is both urgent and belated" (BUTLER, 2016, p. 26). The uprising occurs when indignation is too great and when people have been denied the possibility of "living with dignity or freedom" (BUTLER, 2016, p. 23) for an excessive period of time.

Didi-Huberman maintains that in an uprising, an individual's emotions are transformed into a collective gesture. Similarly, Butler argues that there is no single act, no matter how provocative or how much indignation it gives rise to. What causes an uprising can never belong to a solitary individual: "Those who rise up do so together" (BUTLER, 2016, p. 23), Butler states. The indignation that motivates the uprising may be individual, but it finds recognition in the shared circumstance and in what Butler calls "a first moment of gathering" (BUTLER, 2016, p. 25), although a revolt is far from being

¹ Acknowledging that the specificities of each singular event may lead to favoring one concept over the other, we use "uprising" and "revolt" as synonyms given the impetuous nature that characterizes them both as historical phenomena. The notion of "revolution", on the other hand, even though it also entails a bet on discontinuity, will remain linked, as we will explain, to the seizure of power and the critical destabilization of its institutions—which is not always the case with "uprisings" and "revolts".

a meeting, in principle, no matter the level of recognition that creates it or the level of activism among networks it maintains. This refers in some way to the definition that Jesi addresses and that we anticipate here, in which the revolt cannot be thought but in terms of the collective.

Everyone experiences the epiphany of the same symbols — everyone's individual space, dominated by one's personal symbols, by the shelter from historical time that everyone enjoys in their individual symbology and mythology, expands, becoming the symbolic space common to an entire collective, the shelter from historical time in which the collective finds safety (JESI, 2014, p. 53).

Butler's reflection is based on the presence of the body in the public space and what comes into play in that occupancy, whether physical or virtual, in terms of permanence and not of occasional visibility. Actually, "an uprising has to happen again and again, relying on the concerted physical actions of those who rise up" (BUTLER, 2016, p. 32). Of course, this condition supposes a terrible risk: the death of the rebels and the failure of the revolt. As the author explains, failure is part of the definition itself. We can find an expression of the relation between revolt and failure in an example taken from Elsa Dorlin's *Se defendre* (2018). She recalls the Warsaw Ghetto Uprising and its deep political meaning — although its evident destiny, even for the partisans themselves, was a failure. Dorlin cites the words of Menachem Kirszenbaum and the message that was sent to the Nazis as the self-defense was organized: "We declare war on Germany. This must be the most desperate declaration of war ever made. We will see whether the Jews can achieve the right to die in battle" (DORLIN, 2018, p. 92, our translation).

Antonio Negri follows this line of thought. He also states that uprisings are caused by a multiplicity of singularities, but that it is a "collective adventure" that leads to "the interruption [that] can become the place of utopia" (NEGRI, 2016, p. 39). This act produces subjectivities that come together in an "active we" moved by what qualifies as a desire that, in Spinozian terms, is motivated by joyful passions that determine the "cupiditas, the desire for freedom and happiness" that "are not exhausted in arson and looting, in border crossings and clandestine existences and occupations. On the contrary, they are excited, they suffer their no-making it as a harsh limit that must be overcome at all costs, not as a form of impotence" (NEGRI, 2016, p. 41).

As proposed by Negri, we could think that the revolt supposes a set of collective powerful affects. These are not "positive" in a traditional sense of the term, but rather

in the sense that they increase the capacity for action of the collective that embodies them. This is the reason why indignation (Butler), failure (Butler and Dorlin) or sadness (as we will see shortly) can be understood as affects that drive social transformation.

In the catalog of Didi-Huberman's *Uprisings*, it is also Jacques Rancière who, concerned as he is with the potentially passive nature of the spectator, holds that people in revolt are a multitude of spectators — passive by definition but potentially agents — like those who salute the battleship from the stairs in Odessa. The reference is obvious: Sergei Eisenstein's *The Battleship Potemkin* (BRONENOSETS POTESKIN, 1925). Didi-Huberman gives a detailed study of this film in a variety of works, minutely analyzing what he calls the "scene of lamentation" over the death of the rioter Vakulinchuk, who, as the film states in part III, "demands justice." This sequence closely follows the gestures of dejection and the genuflecting bodies of those who mourn the sailor in order to observe the transformation that is produced when individuals are convinced that, as a "we," they are able to resist and demand reparation. But Rancière refers to the sequence that comes immediately after, in which the people of Odessa decide to resist the army that is approaching to suppress them, activating the dialectical displacement from passivity to action. When the guards attack them and force them to come down from the steps, the people of Odessa have no choice but to move. Considering this, Rancière argues that a first action is always necessary to transform *pathos* into reaction, to conjugate "movement and rest" (RANCIÈRE, 2016, p. 55). The only thing that mediates between spectating bodies and action is the suspension of immobility: that means, the movement. We must only consider that the word "spectator" has, in its Latin etymology, a root (*spectator, spectatoris*) that implies the habit of looking and observing. Therefore, the spectator is the observer, but they are also someone who has contemplated something and can bear witness. This connotation related to critical assessment is what can be considered in Rancière's idea of the emancipated spectator.

It is precisely in the tension established between movement and rest that we can think of the relationship between uprisings and historical time. Marie-José Mondzain recognizes this sphere as a playing field in which a radical discontinuity and a challenge are configured. The challenge is that of risk and of the abyss of the transitional. She remembers, in this sense, that it is the tension between insurrection and peace that defines the functioning of democracy. The Greeks expressed this dynamic with the notion of "stasis," which expresses "both the fixed, stable state of what stands firm, and the insurrectional movement about to trigger civil war" (MONDZAIN, 2016, p. 55). Stasis is configuration and destruction at the same time, a caesura that both holds together and separates insurrectional uprisings from order, which otherwise would be nothing other than bureaucracy, in the author's view.

Based on these considerations, we propose to revise Benjamin's idea of a "dialectics in suspense", which is linked in his philosophy with the time of the revolution. We propose a dialogue between Benjamin and Jesi's, Warburg's and Agamben's considerations on times of uprising. On the one hand, we maintain that the revolution contains the uprising, but uprisings and not revolutions cause that suspension of the linear course. They establish a time that is different from the homogenous and empty one — bourgeois temporality, the temporality of domination, in Benjamin's terms, for example — , a time in which anything could happen, even if it is not the establishment of a revolutionary story and a new order. On the other hand, we distinguish uprisings from crises, in the way that Reinhart Koselleck understands it (1972; 2007). In some of its many meanings, the crisis supposes — for this author — a kind of suspension of historical time. However—as we believe there is a difference of magnitude. If the crisis implies change, the revolt is pure opportunity; moreover, the suspense of the revolt can be suspended.

That which rises

Furio Jesi understands uprisings with careful attention to their differences from revolutions. The latter aims to establish a new order with new institutions. Dan Edelstein has given significant specificity to this idea: revolutionary collectives confer authority to a subject (individual or collective) as a mediating instance towards a future of equality. In contrast, an uprising implies the pure suspension of historical time, a rejection of institutions and this is where the authentic moment of the collective is produced.

As Andrea Cavalletti argues, the uprising does not establish the time of the dream, even if it uses the dream as a rhetorical image in public protests, and if the dream appears discursively among protestors. On the contrary, one could say that it is "only in the instant of revolt that human beings live in a waking state" (CAVALLETTI, 2014, p. 14-15), that they awake from the temporality of bourgeois productivity, which presupposes cross-linking and solitude.

Uprisings, then, propose a certain detention, but they also seem more linked to the "immobile time of myth" (JESI, 2014, p. 40) in the sense of a crystallization of a present that opens a time that did not exist. Jesi expresses as follows: the time of the uprising is not that of the revolution. Although the desire in both circumstances may be the same — in short, seizing power — uprisings imply an experience of time within "a strategic horizon [that] does not in itself imply a long-distance strategy" (JESI, 2014, p. 46). In contrast to a revolution, which orients final objectives in the long term, an

uprising “suspends historical time” and “suddenly institutes a time in which everything that is done has a value in itself” (JESI, 2014, p. 46). That is, every action implies a commitment to the present and the assumption of risks, given that the consequences are not known and cannot be foreseen; “every revolt is a battle, but a battle in which one has deliberately chosen to participate” (JESI, 2014, p. 53).

The revolt is thus distinguished, not only from the revolution, but also from the crisis. It was Koselleck who devoted much of his work to the study of this concept. In *Kritik und Krise* (1959) and in *Geschichtliche Grundbegriffe* (1972), the crisis occupies a meaningful piece of his reflections. However, the polysemy of the term is so extensive that it is possible to find scattered meanings in Koselleck’s work. Lucila Svampa (2016) and Gennaro Imbriano (2013) agree on at least two definitions that overlap with the way in which we are thinking about the revolt here: the interruption of historical time. In one sense, the crisis constitutes a situation where a series of mutually exclusive alternatives emerge. Then they demand an absolutely radical decision. In the other sense, the crisis represents a moment of irrevocable historical transition towards a better or a worse situation.

Janet Roitman (2014) points out the performative character that the notion of crisis has today for the construction of historical narratives. It is usual to hear about financial crises, climatic and ecological crises or the “crisis of the Middle East” to designate a certain state of things, both exceptional and permanent, that allows an epistemological access to the historical course. It is oriented by the question: how did we get to this point?

In these mentioned meanings, “crisis” contains the characteristics of exceptionality (momentary or permanent), implies an uncertainty about the future and a kind of reconsideration of the past under new epistemic keys. Unlike the crisis, the revolt, as a pure suspension, pure opportunity, can be suspended.

Let us consider the Chilean case. The uprising that began in October 2019 and led to the convocation of a Constitutional Assembly to revoke Pinochet’s constitution seems to have been suspended. Of the hundreds of thousands of young bodies in the Plaza Dignidad who clashed against the conformity of the transition, all that remains is the slowed pulse of intellectual interventions and the sensation of suspended time characteristic of isolation. Nelly Richard explains it this way: “Then came the pandemic. As we know, its interruption of the restless pace of a present in Chile of collective mobilization: its suspension of the future in a stationary, diluted, confused time;

also its emptying of public spaces, its quarantine and police patrolling the streets” (RICHARD, 2020, n. p.).

We do not mean here that the revolt in Chile has ended in failure: In October 2020, 80% of voters ratified their desire, and practically on the anniversary of the uprising, the confirmation of its motivations was celebrated. We *do* want to point out the temporary nature of the revolt, its relationship with the interruption and the way in which the murmur can be suspended.

Historical time and space determine the symbolic grid of the uprising, the stability of which depends on the instant and its opening to refuge in contrast to “normal time” that “is not just a bourgeois concept of time but the outcome of a bourgeois manipulation of time” (JESI, 2014, p. 61). The uprising should not be thought in terms of a project with a determined historical subject and a teleology in some transcendent sense. Sergio Villalobos-Ruminott expresses this problem as follows: “what matters is when the moment of the uprising is forced to pass through the logic of a particular historical situation, its untimely condition is sacrificed, subordinating its force to a particular political rationality” (VILLALOBOS-RUMINOTT, 2021, n. p. , our translation). Therefore, we can state that the uprising has a catastrophic, unplanned, anomic nature, contrary to the discipline that comes with the modern project.

Now, how should we think about historical time? What is the most appropriate illustration of it? An interruption? An explosion? A pause? We will analyze this in the following two sections.

Time of revolt

Benjamin conceived suspension as a form of caesura, an inexorable detention for the appearance of history (what was previously articulated as a dynamic between discontinuity and detention). Within this complex notion of a dialectical image are the *now*, the past time, and — as it is continually stopping and moving, surviving — the future and the dimension of desire that belongs to it. We could read in *The Arcades Project* as follows:

It's not that what is past casts its light on what is present, or what is present its light on what is past; rather, image is that wherein what has been comes together in a flash with the now to form a constellation. In other words, image is dialectics at a standstill. For while the relation of

the present to the past is a purely temporal, continuous one, the relation of what-has-been to the now is dialectical: is not progression but image, suddenly emergent. Only dialectical images are genuine images (that is, not archaic); and the place where one encounters them is language. Awakening [N 2 a, 3] (BENJAMIN, 2002, p. 462).

From Benjamin's perspective, we must think of the uprising in terms of an interruption, which is also the detention of a conceptualization of history and its actors. For the author, the struggle against fascism is also against the paralyzing dogmatism of the concept of progress as it appears in the theses of *On the Concept of History*. Benjamin argues against Karl Marx's *Eighteenth Brumaire* diagnosis of the failure of the revolutions of 1848. It was not class background that stood in the way of the transformative power of the uprisings, but rather their inability to assign new meaning to history, having understood it in the same terms as the enemy. For Benjamin, the "stubborn faith in progress" is common to fascism, communism, and social democracy (1969, p. 258). As is manifested in thesis XIII, the subject that fights is not a social class or a specific group with a specific demand but rather whoever truly manages to grasp an instant of consciousness of lived injustices as an opportunity for emancipation (BENJAMIN, 1969, p. 262-3).

In Benjamin's work, there is a criticism of the representation of time as homogeneous and empty, which must be replaced by another that encapsulates the criticism of this representation of historical movement. Indeed, the author believes that this must constitute the basis of the criticism of the representation of progress at all. Thesis XIII articulates three criticisms that are the foundation for a new vision of history: first, that we must distinguish between human (social, moral) progress and scientific and technological progress; second, that we must interrupt the logic of a progress that has been infinite and consolidated centuries of exploitation; third, that indefinite progress consolidated a continuous time that has been the inexorable continuity of oppression. With these considerations in mind, Benjamin demands a rethinking of the representation of time such that it expresses interruption, fissures in an indefinite road of oppression. This time is heterogeneous and full, in opposition to the homogeneous, empty, and continuous nature of the time of progress. The time of interruption is included in thesis XIV, in which Benjamin proposes the other side of the homogenizing dogmatism of progressivism: "History is the subject of a structure whose site is not homogeneous, empty time, but time filled by, the presence of the now (*Jetztzeit*)" (BENJAMIN, 1969, p. 261).

In his work on Benjamin's theses, Michael Löwy refers to a letter that Adorno sent to Horkheimer after receiving a copy of the theses. In it, Adorno compares the conception of time in thesis XIV to Paul Tillich's *kairos*. This member of the Frankfurt Institute for Social Research opposed *chronos*, formal time, to *kairos*, as a "full" historical time in which every instant implied a unique opportunity for opening. Löwy's interpretation regarding this mention of *kairos* is that Benjamin does not directly refer either to a "now time" or a messianic time but rather to the present, which is defined in thesis XVI as follows: "A historical materialist cannot do without the notion of a present which is not a transition, but in which time stands still and has come to a stop" (BENJAMIN, 1969, p. 262).

According to John E. Smith (2002, p. 47), the expression "a time for" is a translation of the term *kairos*, a good time to do something, "an appropriate time." This aspect of time must be distinguished from *chronos*, which alludes to time as a system and a measurement, a quantity of duration, a length of periodicity. *Kairos*, then, refers to the qualitative nature of time and emphasizes the aspect of meaning and the idea that there are constellations of occurrences full of possibilities that arise in that concrete temporal position and not at other times and under other circumstances. For Smith, the connections between *kairos* and *chronos* have been and can be interpreted in multiple ways, but he proposes that *kairos* supposes *chronos*, that is, that the latter is a necessary condition underlying qualitative time, which implies that, in itself, *chronos* is not sufficient for us to understand the specific historical interpretations or processes of the human experience. *Kairos* means a time of tension and conflict, a time of crisis that implies that the course of events poses a problem that clamors for a solution, but this crisis brings with it a time of opportunity.

According to Agamben's interpretation in *The Time That Remains*, we must go back to the definition of *kairos* that appears in the *Corpus Hippocraticum*: "chronos is that in which there is kairos, and kairos is that in which there is little chronos" (AGAMBEN, 2005, p. 68-69). In this definition, it becomes evident that we must not only think of it as an opportunity or an occasion but that *kairos* has no other time, rather a "contracted and abridged chronos" (AGAMBEN, 2005, p. 73). It is a time for transformation and reform. *Kairos* is, for example, the appearance of Christ, who, in Christian theology, comes *in kairos*, that is, as "full time." This time implies culmination in temporal development marked by the manifestation of God in a real historical order.

Both Löwy and Tillich apply the concept to the interpretation of history, in which the dynamic is found in those individuals and movements that seek to identify the opportunity in some crucial occurrence in history to suture in the form of a

transformative action. Smith identifies this with the period of perfect self-knowledge in Hegel, with the idea of the classless society in Marx, and with the final state of science or positive philosophy in Comte. For Tillich, these would be *kairoi* in the absolute sense, in that they serve as ideas that determine the responses to all occasions in which the opportunity presents itself — or is perceived — as existing in some current constellation of events. In keeping with these considerations on *kairos*, there is no need or logic, either physical or economic, in the historical process because they are assumed as something that moves through the unity of freedom and destiny that distinguishes history from the natural order.

Kairos appears, then, as an interruption in the continuity and homogeneity of chronological time such that the fissure can come about; such that, bearing in mind Benjamin's criticism of progress, the interruption of the logic of domination and, with it, the catastrophe, become possible. The experience of time as *kairos* is precisely the condition of possibility for any truly transformative activity. Following Benjamin, Agamben interprets the relationship between history, time, and action as follows:

Every conception of history is invariably accompanied by a certain experience of time which is implicit in it, conditions it, and thereby has to be elucidated. Similarly, every culture is first and foremost a particular experience of time, and no new culture is possible without an alteration in this experience. The original task of a genuine revolution, therefore, is never merely to 'change the world', but also — and above all — to 'change time' (AGAMBEN, 1993, p. 91).

"Changing time" implies modifying the general perception and assuming a different logic with which to traverse an experience. This requires an examination of the epigraph by Karl Klaus that appears at the beginning of thesis XIV: "Origin is the goal" (BENJAMIN, 1969, p. 261). This goal alludes to a return to the lost paradise through *tikkun*, *apocatastasis*, *restitutio omnium*, but it also implies a diversion of the established order, that is, an alternative path to the one given. This is Benjamin's call to revolution, in terms of interruption of the domination's temporality, understood, then, as "a Messianic cessation of happening, or, put differently, a revolutionary chance in the fight for the oppressed past" (BENJAMIN, 1969, p. 263). As is evident, Benjamin is interested in the notion of revolution because of the temporality of its origin and the new time — a full time — that it inaugurates. For Benjamin, what is revolutionary is that moment of suspension that here, in the terms of more contemporary authors, we are calling revolt.

In thesis XIV, “revolution” is linked to fashion, and, in turn, the temporality of fashion is identified with that of Hell, as an eternal repetition of the same. That is why the dominant classes can hide behind fashion. By contrast, revolution is the interruption of that eternal hellish return of fashion to leave space for profound actions, a leap outside the continuum, whose temporality is not that of *chronos* but rather a kairological leap toward the past and the future. The past contains the now and explodes chronology through another representation and another conception of time and historical processes.

Thesis XV revisits the idea of the “explosion” (*aufsprengen*): “The awareness that they are about to make the continuum of history explode is characteristic of the revolutionary classes at the moment of their action” (BENJAMIN, 1969, p. 261). The oppressed of all times (the revolutionary classes) are responsible for the revolutionary explosion, from which they must derive what Benjamin refers to as a “new calendar” to become a “historical time-lapse camera” (1969, p. 261). In the revolutionary explosion, all past times of revolution are condensed (the French Revolution is a nodal point to which Benjamin refers on various occasions). The new calendar implies a full time, a *kairos*, a time loaded with memory and the contemporary at once. These revolutionary beginnings are under permanent threat from historical conformism that will try to systematically interrupt this kairological time. Empty temporality is, in this thesis on clocks, the literalization of quantitative and measurable time par excellence (it therefore makes sense that the 1830 revolutionaries shot at the clocks, as Benjamin describes). The time of clocks also appears as an evident accomplice to domination by industrial and capitalist civilization, with a time marked by production and factory work (in sharp contrast in Benjamin’s terms to primitive societies, which are not only classless but also, in a way, timeless).

This logic of history — removed from the chronological and the linear — transforms history into a dissemination of images in which all kinds of time play out, invoking a scattered historicity in which the now is past and the past is desire and decadence. To provide continuity to the essential discontinuity of history, Benjamin considers the montage as a fundamental method. History is image; image is the starting point of history.

The interval and the pause

In the early 1920s, Aby Warburg introduced the notion of the dynamogram, which we have discussed elsewhere (LOSIGGIO; TACCETTA, 2019, p. 69-76). Dynamograms are affective elements of the historical *pathos* that are repeated over time and take the

form of images. They bring novelty and open spaces for thought. Warburg highlights the temporality of these dynamograms: they are never derived from a causal chain, but instead represent leaps or intervals (*Zwischenräume*) that come before a reorganization of the course of history (WARBURG, 1923 *apud* GOMBRICH, 1970, p. 253). Various authors have connected the interval to the effects of the montage in cinema (MICHAUD, 2006; DIDI-HUBERMAN, 2017; KLUGE, 2010).

Philip-Alain Michaud (2006) studies this cinematic quality of Warburg's thought and points out that the main feature is movement, that is, the way in which the work of art tries to capture the subject in action. He thinks of history as a montage and shows that Warburg's philosophy of image leads art history to the observation of moving bodies. In this sense, the nascent art of cinema, contemporary to Warburg, makes visible the gradual transmission of moving figures toward the animistic reproduction of the living beings; hence cinema's ability to reproduce corporeal fluidity in the same way that the eye is trained to capture the body in movement.

Although it is difficult to translate the notion of "*Zwischenraum*" (literally, "the space in between"), it leads us to think about what takes place between images, i.e., in the gaps, in the intervals. According to this principle, *Mnemosyne* could be thought of as an iconology of intervals in which Warburg builds a topographic memoir of history and art. It is an iconology that does not place importance on the significance of the figures, but rather on the relationships that these figures form with each other in a visual apparatus "irreducible to the order of discourse" (MICHAUD, 2006, p. 12). The key concepts to understanding it are the notions of introspection and montage. There are two procedures inherent to history and film, and that in the black plates in *Mnemosyne* are the key to exploring the origins of the reasons that account for enigmatic pre-discursive function.

Michaud claims that Warburg's attempts can be linked to the Humanities in the late 19th century, but he speculates that the history of cinema may be where we can find a better equivalent for the work with images and history. Thus, works of art and films are open not only to a purely or exclusively artistic dimension but also to concerns related to temporality and history. Indeed, *Mnemosyne* can be thought of as a device to follow the migration of figures throughout the history of representations and even the most prosaic strata of modern culture. It deliberately rejects art's normative hierarchies, enabling an image's extra-artistic definition.

Mnemosyne's chains of images construct a sense, producing a new language in art history, like a visual syntax built on intervals in which meaning arises. In Warburg's atlas, the subjective dimension is displaced to the "in between" images; in film, something

similar happens because montage behaves like a physical and material suture and allows the meaning to emerge “in” the suture, which is both diachronic and synchronic.

This idea of the interval that exists between one image and another finds profound political meaning (related to uprisings) in the metaphor, used by Warburg himself, of catching one’s breath, of a pause before beginning the march again (WARBURG, 2010, p. 178). Through an analysis of a work by Rembrandt, Warburg proposes that, contrary to hegemonic institutions, uprisings are not necessarily a moment of unconscious euphoria but rather an interval, a space for thought that allows for beginning again.

Our hypothesis follows the proposals of various authors who maintain that Warburg’s interest in Rembrandt is a direct response to the surge of antisemitism and the advance of fascism throughout Europe (WARNKE, 1999; SCHOELL GLASS, 2008; RAMPLEY, 2010). It is said that in his 1926 conference, Warburg argued against the propagandistic use of the Dutch painter’s work in the late 19th century. The Pan-German art critic Julius Langbehn’s books, and especially his work compiling images in *Rembrandt as Educator* (1890) had become dangerously popular and associated Rembrandt with the *volkisch*. The latter book had been reedited twenty times in six months. In his conference, Warburg wanted to distance Rembrandt from what was understood during that period as “patriotic art” (WARBERG, 2010, p. 174).

The conference places the focus on the historical motive of the conspiracy of the Batavi, in 69-70 AD, led by Claudius Civilis (Julius Civilis) against the Romans. Rembrandt’s *The Conspiracy of Claudius Civilis* was commissioned to decorate the new town hall in Amsterdam and, as we know today, it was only hung on its walls between 1660 and 1662 because the painter’s pictorial decision did not satisfy the authorities. Far from showing the heroism of the armed leader, Rembrandt opted to illustrate a curious scene of conspiracy and revenge in which Claudius called on other tribal leaders to plan the uprising. It is not a scene of violence, but of calm, of the pause for thought that comes before collective action. The discomfort, according to Warburg, arose because the representation of popular uprising was associated with reflection and a particular relationship with the leader. Rembrandt redeems the spirit of a “popular will” and a “behavior with the chief that is absolutely opposed to emperor worship” (WARBERG, 2010, p. 176, our translation). It is evidently a contrast between Claudius and Mussolini.

According to Warburg, official Dutch art transmitted the sovereign-subject relationship in the Roman style instead of the Germanic one. Rembrandt recovered the relationship of the people with the ancient Germanic king: he imagined that relationship determined by the popular will instead of a relationship of worship in which the people are subject

to the leader's whims. The painter — counterintuitively — imagines the uprising, then, as a collective reflection. And his own experience with the past is illustrated as an “ever transient pause between impulse and action” (2010, p. 178, our translation). Warburg feels an identification with Rembrandt: “it depends on us how much we give to lengthen, with the help of Mnemosyne, this pause for breath” (WARBERG, 2010, p. 178, our translation).

Final considerations

Considering what we have so far discussed on uprisings, the interruption of the historical course and the interval as a polarity between reflection and action, we find many points in common with our current situation in Latin America. In the late 2010s and early 2020s, the current was marked by uprisings. In Argentina in early 2018, feminism occupied the streets, demanding the legalization of the right to voluntary interruption of pregnancy; in October 2019, Chileans mounted mass protests against a long series of regressive economic measures that culminated in the decision made by Sebastian Piñera's neoliberal government to increase the cost of public transportation tickets. Similar motives mobilized Guatemalans in 2020 after the Congress approved a highly unpopular budget for the following year. In 2021, workers, farmers, and students in Colombia rose up against the increase in social and institutional violence this country has been subject to for sixty years. In all these cases, the uprisings made visible the histories of injury to life, and, except for Argentina, the governments tried to quiet them through the use of force, murdering protestors, but also through old and new techniques of social discipline. A documentary video by *The New York Times* recorded for the first time testimonies about the Chilean police's recourse of attacking protester's eyes in the most intense months of the uprising.

These cases allow us to return to the arguments we have aimed to include in these pages. The uprising is the occupation of the street and the suspension of historical time, which must be read as the coming together of desires and powers. Not even the pandemic managed to cut this process short, and the suspension, the pause before movement, ratified the discussion of the type of democratic imaginary that must be sustained in Latin America. During the uprising, the streets of Chile were filled with bodies and, in particular, with the slogan: “Chile has woken up,” which they shouted and sang. Waking up is also that pause before getting up, in the same way that the suspension of the pandemic can be the moment of catching one's breath before the new constitution.

Lifting their eyes and maintaining their gaze seem to have been the greatest disobedience of the Chilean people in 2019. They wanted not only to see, but to regulate their images; they wanted not only to lift their eyes, but to instate a new regime of vision to take on injustice. That is why the army mutilated their eyes with an utter lack of decency. If we paraphrase, Butler might say that all those eyes deserve to be mourned because they saw the suffering, the frustration, and the challenge of moving from *pathos* to the *ethos* of standing beside others. There was no “Liberty” in Chile guiding the people because all the iconography of the 19th century has been replaced by an urgent multitude that was erected on the ruins of the 21st century and proclaimed visible and obstinate bodies; sometimes powerless, never defeated. Because as “the tradition of all dead generations weighs like a nightmare on the brain of the living,” as Marx argues in *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*, now the eyes of Chilean look at pain head on, transforming it into discourse, demand, rage, and uprising.

In this article we have tried to define the revolt as that collective gesture of insubordination that responds to social oppression, even in those situations of extreme violation of rights that seem most incontestable. Revolt can arise in social contexts that appear to be extremely passive and where the saddest and most unproductive affects seem to be observed. We have pointed out the unexpected character of the revolt, in its specific temporality, which differs from the temporality of the revolution and the crisis. The time of revolt is the time of suspension, of the opening of an opportunity-for. Its time, we have seen, is also risky: it can become a failure.

REFERENCES

AGAMBEN, Giorgio. **Infancy & History**: essays on the Destruction of Experience. Translated by Liz Heron. London, New York: Verso, 1993.

AGAMBEN, Giorgio. **The Time that Remains**: a commentary on the Letter to the Romans. Stanford, California: Stanford University Press, 2005.

BBC NEWS. Claves para entender las protestas en Colombia y la indignación por la reforma tributaria. **BBC News**, April, 30, 2021. Retrieved July 16, 2021, from: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-56950223>.

BENJAMIN, Walter. Thesis on the Philosophy of History. *In*: BENJAMIN, Walter. **Illuminations**. Translated by Harry Zohn. New York: Schocken Books, 1969. p. 253-267.

BENJAMIN, Walter. **The Arcades Project**. Translated by Howard Eiland and Kevin McLaughlin. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2002.

BUTLER, Judith. **Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence**. London and New York: Verso, 2004.

BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri. **¿Quién le canta al Estado-nación?** Lenguaje, policía y pertenencia. Buenos Aires: Paidós, 2009.

BUTLER, Judith. Bodies in Alliance and The Politics of The Street. *In*: BUTLER, Judith. **Notes Toward a Performative Theory of Assembly**. London: Harvard University Press, 2015. p. 66-98.

BUTLER, Judith. Uprising. *In*: DIDI-HUBERMAN, Georges. **Uprisings**. París: Gallimard; Jeu de Paume, 2016. p. 23-36.

DIDI-HUBERMAN, Georges. The Montage Mnemosyne. *In*: DIDI-HUBERMAN, Georges. **The Surviving Image: phantoms of Time and Time of Phantoms: Aby Warburg's History of Art**. Translated by Harvey L. Mendelsohn. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2017. p. 295-332.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Introduction. *In*: DIDI-HUBERMAN, Georges. **Uprisings**. París: Gallimard; Jeu de Paume, 2016. p. 13-21.

DORLIN, Elsa. **Defenderse**. Translated by Margarita Martínez. Buenos Aires: Hekht, 2018.

EDELSTEIN, Dan. Future Perfect: Political and Emotional Economies of Revolutionary Times. *In*: EDELSTEIN, Dan; GEROULANOS, Stefanos; WHEATLEY, Natasha (ed.). **Temporalities in Conflict and The Making of History**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2020. p. 751-797. (E-book version).

GOMBRICH, Ernst. **Aby Warburg: An Intellectual Biography**. London: The Warburg Institute, 1970.

IMBRIANO, Gennaro. "Krise" und "Pathogenese" in Reinhart Kosellecks Diagnoseüber die moderne Welt. **Forum Interdisziplinäre Begriffsgeschichte**, Berlin, v. 2, n. 1, p. 38-49, 2013.

JESI, Furio. **Spartakus: The Symbology of Revolt**. Translated by Alberto Toscano. London and New York: The Italian List, 2014.

KLUGE, Alexander. La historia del cine viene con nosotros desde el futuro. *In*: KLUGE, Alexander. **120 Historias del cine**. Buenos Aires: Caja Negra, 2010. p. 299-300.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica y Crisis**. Madrid: Trotta, 2007.

KOSELLECK, Reinhart, BRUNNER Otto; CONZE, Werner (org.). **Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland**, S. XV. Stuttgart: Klett-Cotta, 1972. v. 1.

LOSIGGIO, Daniela; TACCETTA, Natalia. La cuestión del archivo desde una perspectiva warburguiana: huellas, pathos, dinamogramas. **Cuadernos de Filosofía**, Buenos Aires, v. 72, p. 69-72, 2019.

MICHAUD, Philippe-Alain. **Aby Warburg and the Image in Motion**. Translated by Sophie Hawkes. New York: Zone Books, 2006.

MONDZAIN, Marie-José. To "Those who sail the sea...". *In*: DIDI-HUBERMAN, Georges. **Uprisings**. París: Gallimard; Jeu de Paume, 2016. p. 46-61.

NEGRI, Antonio. Uprising as Event. *In*: DIDI-HUBERMAN, Georges. **Uprisings**. París: Gallimard; Jeu de Paume, 2016. p. 37-45.

RAMPLEY, Mathew. Aby Warburg: *Kulturwissenschaft*, Judaism and the Politics of Identity. **Oxford Art Journal**, Oxford, v. 33, n. 3, p. 317-335, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. One Uprising Can Hide Another. *In*: DIDI-HUBERMAN, Georges. **Uprisings**. París: Gallimard; Jeu de Paume, 2016. p. 62-70.

RICHARD, Nelly. De la revuelta a la nueva constitución en Chile. Interviewed by Javier Trímboli. **Proyecto Ballena**, 2021. Available at: <https://proyectoballena.cck.gob.ar/nelly-richard-de-la-revuelta-a-la-nueva-constitucion-de-chile/>. Accessed in: July 16, 2021.

ROITMAN, Janet. **Anti-Crisis**. Durham and London: Duke University Press, 2014.

SCHOELL-GLASS, Charlotte. **Aby Warburg and anti-semitism**: political perspectives on images and culture. Detroit: Wayne State University Press, 2008.

SMITH, John E. Time and Qualitative Time. *In*: SIPIORA, Philip; BAUMLIN, James. **Rethoric and Kairos**: Essays in History, Theory, and Praxis. Nueva York: University of New York Press, 2002. p. 46-57.

SVAMPA, Lucila. El concepto de crisis en Reinhart Koselleck: polisemias de una categoría histórica. **Anacronismo e Irrupción**, Ciudad de Buenos Aires, n. 6, v. 11, p. 131-151, 2016.

VILLALOBOS-RUMINOTT, Sergio. Recuperar la noche. **Carcaj**: Flechas de sentido, 5 de julio de 2021. Pensamiento. Accessed in: July 16, 2021. Available at: <https://carcaj.cl/recuperar-la-noche/>.

WARBURG, Aby. **Atlas Mnemosyne**. Translated by Joaquín Chamorro Mielke. Madrid: Akal, 2010.

WARNKE, Martin. Aby Warburg als Wissenschaftspolitiker. *In*: SEIDEL, Max (org.). **Storia dell'arte e politica culturale intorno al 1900**. Venezia: Collana del Kunsthistorisches Institut in Florenz, 1999. p. 41-45.

ADDITIONAL INFORMATION

ACADEMIC BIOGRAPHY

Natalia Taccetta holds a PhD in Social Sciences from the University of Buenos Aires (UBA), Argentina and in Philosophy from the University of Paris 8. She has a Master's degree in Sociology of Culture from the Institute of Higher Social Studies of the University of San Martín and she holds a degree in Philosophy (UBA). She is a CONICET researcher in the area of philosophy. She works as a professor and researcher at the UBA and at the National University of Arts. She has published articles in national and international journals around issues of philosophy of history and aesthetics.

Daniela Losiggio holds a PhD in Social Sciences from the University of Buenos Aires (UBA). In addition to teaching Theories about Power at UBA, she teaches the course ender, Public Policy, and Human Rights at Universidad Nacional Arturo Jauretche (UNAJ), where she also is department chair of Gender, Diversity and Human Rights Area. She is a researcher in the

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (National Scientific and Technical Research Council, or CONICET).

CORRESPONDING ADDRESS

Instituto de Investigaciones Gino Germani, Pres. José Evaristo Uriburu 950 6to piso (C1114 AAD), Ciudad Autónoma de Buenos Aires.

FUNDING

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)
Agencia Nacional de Promoción de la Investigación, el Desarrollo Tecnológico y la Innovación (FONCyT), Project PICT-2017-1656. Actualidad del pasado. Búsquedas y obstáculos a través de las perspectivas de Walter Benjamin y Reinhart Koselleck.

AUTHORSHIP CONTRIBUTION STATEMENT

Formal Analysis: TACCETTA, Natalia; LOSIGGIO, Daniela
Conceptualization: TACCETTA, Natalia; LOSIGGIO, Daniela
Data curation: LOSIGGIO, Daniela; TACCETTA, Natalia
Writing – First Draft: TACCETTA, Natalia; LOSIGGIO, Daniela
Writing – Review and Edition: LOSIGGIO, Daniela; TACCETTA, Natalia
Investigation: LOSIGGIO, Daniela; TACCETTA, Natalia

COMPETING INTERESTS

No conflict of interest has been declared.

ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

EVALUATION METHOD

Double-blind peer review.

PREPRINT

The article is not a preprint.

AVAILABILITY OF RESEARCH DATA AND OTHER MATERIALS

The underlying contents of the article are contained therein.

EDITORS

Flávia Varella – Editor-in-chief
João Rodolfo Munhoz Ohara – Executive editor

COPYRIGHT

Copyright © 2022 Natalia Taccetta and Daniela Losiggio.

LICENSE

This is an article distributed in Open Access under the terms of the [License Creative Commons Attribution 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



PEER REVIEW HISTORY

Submission date: August 31, 2021

Modification date: November 9, 2021

Approval date: February 2, 2022

¿Qué tipo de conocimiento histórico podemos construir? Montaje, técnica y poética en la obra de Walter Benjamin

What kind of historical knowledge can we build? Montage, poetics and technique in the work of Walter Benjamin

Ludmila Fuks^{a b}

ludfuks@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7314-166X> 

^a Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina

^b Universidad de Buenos Aires, Facultad de Ciencias Sociales, Instituto de Investigaciones Gino Germani, Ciudad de Buenos Aires, Argentina

RESUMEN

La apuesta benjaminiana implica repensar la historia de forma tal que al contarla no se dé nada por perdido. De aquí la necesidad de un nuevo método histórico que capte críticamente desde el presente los materiales del pasado para, así, actualizarlos. En el presente artículo, partimos del poemario argentino *Deuda & literatura*, de Omar Chauvié (2017), para llevar a cabo una reflexión sobre el montaje como principio técnico y metodológico de construcción del conocimiento histórico. En segundo lugar, haremos un recorrido por el concepto de montaje y de ciertas figuras —la técnica, la cita, lo auténtico— para ver cómo operan en las diversas esferas de pensamiento de Walter Benjamin. Por último, abordaremos la idea de historia discontinua benjaminiana y la noción de anacronismo. Este recorrido nos permitirá vislumbrar que es posible otra construcción del conocimiento histórico a partir de la cita de materiales y de la estructura de un montaje que lleve como insignia y sello lo “auténtico”.

PALABRAS CLAVE

Walter Benjamin. Historia. Montaje.

ABSTRACT

The Benjaminian bet involves rethinking history in such a way that in recounting it nothing is lost. Hence the need for a new historical method that can critically capture from the present materials of the past in order to update them. In the present work, we decided to start from the Argentinian poetry book *Deuda & literatura*, by Omar Chauvié (2017), to reflect on montage as a technical and methodological principle of building historical knowledge. Secondly, we will take a tour through the concept of montage and certain figures—the technique, the quote, the authentic—to see how they operate in the different spheres of Walter Benjamin’s thought. Finally, we will address the idea of the Benjaminian discontinuous history and the notion of anachronism. This tour will allow us to perceive that another construction of historical knowledge from the citation of materials and the structure of a montage that carries “the authentic” as its insignia and seal is possible.

KEYWORDS

Walter Benjamin. History. Montage.

Descubrir en el espacio de lo que es la actuación política el espacio integral de las imágenes (BENJAMIN, 2009, p. 315).

¿Hacer una política poética?

En 1824 se publica *La lira argentina o Colección de las piezas poéticas dadas a luz en Buenos Ayres durante la guerra de su independencia* [...]. El primero de julio de ese año, el ministro de Gobierno de la provincia de Buenos Aires, Bernardino de la Trinidad González de Rivadavia y Rodríguez de Rivadavia, inicia un ciclo de endeudamiento al pactar un empréstito con la compañía británica Baring Brothers por la suma de 1.000.000 de libras esterlinas / [...] Ya al final de su vida, Sarmiento escribía/ `£a gran deudora del Sud`/al momento de nombrar a/ £argentina// huellas de un mismo carro, / la Deuda y la £iteratura (CHAUVIÉ, 2017, p. 11).

Así comienza el poemario *Deuda & Literatura*, escrito por Omar Chauvié y publicado en 2017 en Argentina. En pleno contexto de aumento exorbitante de toma de deuda externa por parte del país, el libro inicia afirmando que la historia de la deuda externa argentina y la de la literatura argentina estarían unidas, tanto en 1824 como en 2017. Lo que este libro nos contará es, entonces, la historia de la deuda y la literatura argentina. Es decir, la historia de su conjunción, desde el punto de vista del presente. Pero, ¿cómo cuenta un poemario esta historia, la historia? El poema "Método" se pregunta "qué es tener un buen nombre?"¹ y son Leónidas Lamborghini y su poema "En la subasta" (1972) quienes son llamados a dar la respuesta:

él parte con una rayita el apellido Bullrich/ bull-rich, el nombre de los rematadores/ re-matadores, hacemos el mismo ejercicio/ Adolfo Bull-rich y Cía. re-matadores/ una casa dedicada a la consignación y venta de ganado y/ de propiedades rurales,/ Silvina Bull-rich, una escritora que vivió retirada en Punta/" y continúa "Angélica del Solar Dorrego Bilbao/ Bull-rich/ María Luisa Manuela/ Bull-rich O-campo, Adolfo Jacobo/ Bull-rich Rejas, Héctor Florencio/ Bull-rich Casa-res Martínez de Hoz/ ¿Al final de semejante prosapia será necesario llamarse/ Patricia? (CHAUVIÉ, 2017, p. 18-19).

El método poético parece entonces trabajar con la iluminación recíproca de literatura y política argentinas. Chauvié trae al poeta Leónidas Lamborghini para exponernos una

¹ Signo de interrogación de apertura omitido en el original.

doble genealogía: personas vinculadas al poder político y económico argentino desde principios del siglo pasado hasta hoy; y la otra cara, una tradición literaria resistente a ese poder. Lo oligarca e imperial vs lo nacional y lo popular. Adolfo Bullrich, al mando de la ciudad de Buenos Aires en 1898, y Patricia Bullrich, funcionaria en el momento de escritura de este mismo poemario, heredera de esa misma política terrateniente que supo ser la base del poder económico rural de fines del siglo XIX en Argentina. De esta manera, el poema no solo enlaza —y así nos muestra— esa tradición y herencia del poder político y económico argentino, sino que, además, el poeta enlaza su propia voz con la de un poeta argentino anterior, emparentando así las resistencias político-poéticas. Lamborghini, en su poética de denuncia al antiperonismo, ejercía ya una poesía polifónica a partir de la inclusión de voces del pasado. Ana Porrúa nos señala que, en su poesía, “las voces del presente [...] articulan pasado y futuro en un collage de enunciados de procedencias diversas” (PORRÚA, 2001, p. 156). En efecto, en este poema, Leónidas “yuxtapone la letra del famoso tango de Romero y Gardel ‘Tomo y obligo’ al discurso de la oligarquía ganadera, enemiga del Peronismo, en un remate en la Sociedad Rural” (PÉREZ, 2014, p. 29). Así, el poema de 1972 lleva a cabo una crítica a esa política económica rural y la inserción de esta pieza en el poemario de Chauvié se actualiza a una crítica a la política económica de 2017.

¿Cómo se generan estos saltos temporales en el poemario? A partir de las citas. Directas o indirectas, con comillas o sin comillas, literarias o no literarias: una línea de 1885 del diario *El censor*, fundado por Sarmiento; una anotación de 1976 de Bioy Casares en su diario íntimo; un dicho de José de San Martín y Matorras de 1827; una nota del acuerdo firmado entre los representantes de la provincia de Buenos y la banca Baring Brothers en 1824; una frase de Dietrich en 2016; una línea del vicepresidente del Consejo Escolar de Bahía Blanca en 2015; una canción de Luis Alberto Spinetta de 1982. Estos materiales no están en el libro en pos de inventariar menciones relacionadas con la deuda y el deber en Argentina, sino que están expuestos. Esto implica que son sobre todo empleados, que sus palabras son llamadas a tener un lugar en el texto, por fuera de su emplazamiento original. Hay en el resultado final una composición de documentos heterogéneos, sacados de su contexto, que, en conjunto, se actualizan y conversan entre sí instituyendo un modo de construir un conocimiento sobre lo sido y el ahora que permite contar otra versión de la historia argentina. Los andamiajes del libro son “deuda”, “literatura” y la historia que allí hay, pero el empleo de los documentos es realizado de forma amplia. De un modo que nos recuerda el genealógico, de las menciones a la deuda se ramifica hacia el deber y de este, hacia la culpa. De la deuda, los poemas (¿o la historia?) derivan a la dependencia y, en este punto, Tristan Tzara y el dadaísmo son traídos al juego: “USA USA USD USD USA USA/ Da da da dá da [...] / Dadá not dead

Deuda not dead" (CHAUVIÉ, 2017, p. 40), pero con la rítmica de una canción de *The Police* de los años 80. La alusión a la vanguardia dadaísta vincula a un poeta argentino contemporáneo con un movimiento europeo de principios del siglo pasado, pero no solo por medio de su mención. La composición visual del libro no es menor, el recurso gráfico y tipográfico hacen a la discontinuidad del relato y también nos remiten a las poesías surrealistas. Si estamos atentos y atentas a la lectura del poemario, el uso de diversos documentos en una composición poética y visual forma parte en realidad de una forma de exposición de la historia anacrónica, una forma que es también contenido: el montaje.

Hemos comenzado, así, por la obra de arte —en este caso, un libro de poemas— y, desde ella, indagaremos el montaje; desde ella y con ella nos dirigimos hacia una posibilidad de construcción del conocimiento histórico. Los procedimientos poéticos participan de la elaboración de un tipo de conocimiento y, a su vez, nos permiten indagar sobre el lugar del montaje en esa construcción.² Si bien el montaje es un procedimiento que tiene su auge con las vanguardias de la posguerra europea, exponerlo de la mano de un poemario contemporáneo pone de manifiesto su actualidad metodológica. A su vez, siguiendo a Didi-Huberman (2011) y su lectura sobre Walter Benjamin, la imagen —como concepto operatorio— es el punto privilegiado para pensar la historia y su temporalidad. Así como la historia que construye el montaje es discontinua, la temporalidad que le subyace también lo es: "en Benjamin se plantea un vínculo intrínseco entre una teoría del montaje (cinematográfico, teatral, fotográfico, plástico y literario) y una perturbadora teoría cualitativa de la temporalidad como asincronía de tiempos" (GARCÍA, 2010, p. 178).

Empezar por este poemario nos permite ver y rescatar las figuras clave para esta noción: la cuestión de un método que trabaje con la iluminación recíproca de la tradición de los oprimidos y las herencias de los opresores a partir de la inclusión de la alteridad y sus voces; el uso de las citas como *médium* de materiales heterogéneos, heterogéneos tanto en términos de temporalidad como de emplazamiento original (estadísticas, canciones, libros, diarios, discursos, etc.).³ Se desprende de esto que el conocimiento que este método elabora claramente abandona la pretensión de

² No desconocemos los debates internos de la crítica literaria sobre la especificidad de lo poético, pero en este trabajo no los abordaremos dado que el ángulo que aquí se toma no es el de la literatura, sino, más bien, el de una teoría o filosofía política.

³ Planteamos "medio" en términos de *médium* por su aspecto topológico de un espacio donde algo tiene lugar y se consume, a diferencia de *Mittel*, término que, si bien se traduce igualmente como "medio", tiene un cariz instrumental, emplazándose, por tanto, en una relación de medios-fines. Esta aclaración refiere a la noción benjaminiana de medio presente en textos más tempranos, tales como *Über Sprache überhaupt und über die Sprache des Menschen* (1916), *Die Aufgabe des Übersetzers* (1923), *Zur Kritik der Gewalt* (1921), entre otros. Sobre esto, ver García (2015).

neutralidad y avanza hacia una comprensión del conocimiento que se corre de una visión científicista para contraponer un conocimiento político. Es decir, el montaje, tanto en una poética política como en una historiografía, al mostrar y exponer los movimientos de la propia materia histórica con la cual trabaja, permite relevar, hacer aparecer, aquello que, de no ser rescatado, quedaría no observado o desactivado; de esta forma, reconfigura y actualiza la relación del presente con el pasado. Por otro lado, entendemos que la exigencia de “refundar la historia en un movimiento ‘a contrapelo’, es apostar a un conocimiento por montaje” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 174). En efecto, el hacer espacio a lo tradicionalmente obturado y fundarse en la exigencia benjaminiana de contar de otra forma la historia, conlleva en su núcleo más íntimo una pretensión de justicia, al menos epistémica. Si bien este poemario no habla explícitamente del montaje, como puede verse, las figuras que hemos venido indicando remiten a esa técnica, por lo cual la obra nos ofrece herramientas para pensar hoy la problemática que abordamos en constelación con el pensamiento de Walter Benjamin. De esta manera, la pregunta que anima este trabajo es aquella que refiere a la posibilidad de construcción de un conocimiento histórico hoy en Latinoamérica sobre la base de la habilitación de un método que se sostenga sobre una noción de justicia epistémica, que incluya en su hacer a la imagen y no desconozca la acción ética que de él se desprende. Es decir, un método que permita pensar y que, por tanto, no se someta a: 1. una lógica contenidista o formalista; 2. la lógica del capital o de las normatividades de hiperespecialización del sistema científico que reverberan del sistema económico-político hegemónico.

Por eso, en los siguientes apartados indagaremos en la noción y la práctica del método epistemológico-crítico del montaje a partir de la obra de Benjamin. Comenzaremos por la cuestión de la técnica y la política en relación con lo literario a partir de *El autor como productor* (1934) y el *Libro de los Pasajes* (1927-1940) para desprender de aquí la cuestión del montaje y la problemática de la forma y el contenido. En un segundo momento, repasaremos brevemente las reflexiones benjaminianas sobre el montaje surrealista para abrir espacio al elemento político que aquí se ancla. Posteriormente, expondremos el paso hacia la historia y su construcción. Es en *Das Passagen-Werk* donde Benjamin señala el montaje como principio para la historia en vínculo con el trabajo de la cita. De la mano del ensayo *Karl Kraus* (1931) y las tesis *Sobre el concepto de historia* (1940), podremos ver la íntima relación que hay entre la cita y la justicia. Para finalizar, ahondaremos en la concepción benjaminiana de la historia y su temporalidad, que, en última instancia, se trata de cómo pensar el anacronismo.

Técnica y poética, técnica y política

Dos preguntas se derivan, en principio, del poema con el que comenzamos este trabajo. Una es aquella que indaga sobre el *cómo*, es decir, sobre cómo contar una historia justa; y la otra refiere al sujeto productor de conocimiento, a si un poeta puede legítimamente construir un conocimiento al igual que podría hacerlo un filósofo o un historiador y, por tanto, a si el modo del mismo es productivo, lo cual nos reenvía a la primera pregunta sobre el cómo hacer. Por tanto, son preguntas que aluden al estatuto del conocimiento y a la técnica de elaboración de este, punto al cual queremos llegar. No pretendemos clausurar estas preguntas, pero, para abordar la cuestión de la técnica, por el momento basta decir que, en Benjamin, el conocimiento refiere necesariamente a un salvataje, a una redención (ABADI, 2014); y, si este refiere al pasado, implica a su vez un tratamiento político, aspecto en el cual nos detendremos más adelante. Esta temática es abordada en su ensayo hartamente comentado *La obra de arte en la época de su reproductibilidad técnica* (1936), principalmente en relación con el cine (BÛRGUER, 1974; COHEN, 1995; WEIGEL, 2012). Benjamin alude al par técnica-política, en relación específica con lo poético, en su conferencia de 1934 *El autor como productor*, por lo que decidimos empezar por aquí.

En esta conferencia, del '34, Benjamin inicia hablando de la figura del poeta con respecto a lucha revolucionaria o respecto de la política en última instancia. Para Benjamin, esto es relevante porque "la tendencia política correcta incluye una tendencia literaria" (BENJAMIN, 2009, p. 299).⁴ Para el autor, esto está íntimamente relacionado con la problemática de la forma y el contenido, sobre todo en una literatura política. En esta línea, Benjamin se pregunta por el lugar de una obra literaria en conexión con las condiciones históricas literarias de producción, lugar que "refiere inmediatamente a la técnica literaria de las obras" (BENJAMIN, 2009, p. 300). La técnica —es decir el *con qué* se edifica— será, entonces, un punto de vista privilegiado para pensar esta construcción. Pero no cualquier técnica, sino una que, justamente, supere la división forma/contenido, lo cual Benjamin habría postulado —y llevado a cabo— en *Einbahnstrasse* (1928), pero que también es mencionado en *Das Passagen-Werk* (1927-1940).⁵ Este punto es crucial porque, por un lado, las técnicas son progresivamente absorbidas por la dinámica del

⁴ Es necesario aclarar que Benjamin es autor de amplios trabajos sobre la cuestión de la poesía y el poeta, principalmente a partir de Baudelaire. Nosotros no llegaremos a abordar este punto. Sobre el tema, ver Naishtat, Gallegos y Yébenes Escardó (2015).

⁵ "El método científico se caracteriza porque desarrolla nuevos métodos al conducir a nuevos objetos. Es el mismo caso que el de la forma en el arte, caracterizada por desarrollar nuevas formas al conducir a nuevos contenidos. Y es que sólo externamente posee una obra de arte una *soja* forma, y el tratado un *solo* método" (BENJAMIN, 2016, p. 475).

capitalismo y la repetición, perdiendo, así, su potencial político. Por ejemplo, Benjamin ve que la fotografía es cada vez más sutil, más bella, cae en el ritmo de la moda, ritmo que no es otro que el del capitalismo y de lo siempre-igual, como señala en los convolutos B y D de *Das Passagen-Werk* (BUCK-MORSS, 2005; DOHERTY, 2006). Lo mismo habría sucedido con el cine, nos señala Benjamin en *Krisis des Romans* (1991), y con los géneros literarios, que pierden esa capacidad de arrancar “las energías literarias del presente” (BENJAMIN, 2009 p. 301). En el *exposé París, capital del siglo XIX*, señala esa entrega del arte a la técnica y la mercantilización que esto posibilita:

El inicio lo marca la arquitectura como una labor de ingeniería. Le sigue la reproducción de la naturaleza como fotografía. La imaginación creativa se prepara a ser práctica como dibujo publicitario. La creación literaria se somete, con el folletín, al montaje. Todos estos productos están a punto de entregarse al mercado como mercancías (BENJAMIN, 2016, p. 49).

En esta línea, en *Einbahnstrasse*, Benjamin diagnostica el fin del formato tradicional del libro y señala que “[l]a escritura en efecto, que había encontrado su refugio en el libro impreso, donde llevaba una vida autónoma, es cruelmente arrastrada a la calle por los anuncios y sometida a las brutales heteronomías del caos económico” (BENJAMIN, 2010, p. 42).⁶ De allí toma la nueva forma. Para Benjamin (2009), para sacar la técnica del ritmo del consumo, se debería derribar “la barrera entre escritura e imagen” o entre “técnica musical y literaria”. Que la escritura entre así al espacio gráfico implica la “conquista” del territorio de la técnica, implica la impresión de un *ritmo* escrito en uno visual. A su vez y a la inversa, la incorporación de las “tensiones gráficas tipográficas” en lo escrito, como la realizada por Mallarmé y los dadaístas, mezcla en el ritmo de la escritura el propio de lo visual, lo cual, para Benjamin, implicaría la imagen auténtica del futuro de la escritura. Así también lo veíamos en el poemario: Chauvié inserta el signo de la libra esterlina £, la moneda inglesa —dando cuenta, así, de la deuda contraída para con este país a principios de siglo XIX— e introduce un juego con la disposición de las palabras en la hoja, algo que Benjamin utiliza en su *Einbahnstrasse*. En última instancia, partir del progreso técnico hacia el político implica la incorporación de la palabra en el medio visual, pues sin la palabra no habría política posible (y tampoco justicia, como veremos más adelante); pero también resulta necesaria la unificación de técnica y contenido, dado que, de todas formas, “la última línea de resistencia del arte

⁶ La cuestión sobre el fin del formato tradicional también se encuentra en su *El Narrador. Consideraciones acerca de la obra de Nikkola Leskov*, donde Benjamin nos señala que la decadencia de la relación está íntimamente vinculada con el declive de la experiencia en contraste con el aumento de las vivencias, las cuales, por ser meramente inmediatas, no condensan en tramas colectivas.

[coincide] con la línea de ataque más adelantada de la mercancía” (BENJAMIN, 2016, p. 59). Esto explicaría la aserción —en *Einbahnstrasse*— de que una “auténtica actividad literaria” debe realizarse en formatos acotados (volante, folleto, artículo, cartel) —los mismos que son criticados por ser adecuados a la mercantilización— que impliquen también el trabajo con fragmentos.⁷

Las cuestiones técnicas se expresan, así, en las diversas formas literarias. Es decir, no necesariamente provienen de la literatura *per se*, sino que vienen de esferas más amplias que responden al momento histórico específico y, por ende, las formas literarias nos permitirían también vislumbrar aquello que se expresa en otros ámbitos. Como señala Benjamin en el *Libro de los Pasajes*, hay una renovación del arte por medio de las formas y, en este contexto particular, la forma se ve influenciada por el principio mecánico. Por lo tanto, las técnicas de la construcción en hierro influyen sobre los motivos artísticos, como lo expresan los ornamentos del *Jugendstil*, o también el cine, como punto culminante de esa integración técnica. En sus primeras anotaciones, Benjamin señala que parte “[d]el problema formal del nuevo arte” se relaciona con el hecho de que “los universos formales de la mecánica, de la construcción de maquinaria, etc. [...], sin que lo sospecháramos, nos han sobrevenido sin nuestra colaboración” (BENJAMIN, 2016, p. 853). En esta línea, la literatura se adaptaría también a los principios constructivos de la técnica y la arquitectura, aunque de forma retardada.⁸ Entonces, es en la técnica industrial donde radica “la más temprana manifestación del principio de montaje” (BENJAMIN, 2016, p. 182). Los precursores serían, así, construcciones como el Palacio de la Industria o la Torre Eiffel, la cual se basa en una técnica mediante la cual se montan las formas más pequeñas del material. Así, la Torre Eiffel es un montaje de 12.000 piezas de metal, de dos millones y medio de remaches (BENJAMIN, 2016, p. 182-183). Es decir, “el montaje emerge del mundo profano de la técnica industrial moderna” (GARCÍA, 2010, p. 174). En esta línea, podemos recordar el montaje mecánico, en el que, por medio de la unión de las diversas piezas particulares, un engranaje o maquinaria puede funcionar, como nos lo señala Buck-Morss (2005) al recordar el origen de la línea de montaje en la fábrica de Highland Park de la Ford Motor Company en Detroit en 1909. Ahora bien, que el montaje no sea primariamente “un principio estilístico propio de las artes aplicadas” (BENJAMIN, 2010, p. 519) le permite a Benjamin desplazarlo hacia otras esferas, como la de la historia y la filosofía. Teniendo

⁷ En *Einbahnstrasse*, Benjamin señala que la importancia de los fragmentos reside en que estos son materiales vitales. No la llegaremos a abordar aquí, pero la cuestión de lo fragmentario forma parte de casi toda su obra. Sobre el tema, ver García (2010).

⁸ “La repercusión de la industria en el lenguaje es posterior a la que ejerce sobre la imagen (en los surrealistas)” (BENJAMIN, 2016, p. 989, Nº 5, ms. 1.144).

en claro este vínculo entre la política, la técnica y el arte, podemos desprendernos de la especificidad de lo poético y avanzar en las figuras que forman al montaje en términos de herramienta gnoseológica.

¿Qué hace que un montaje sea político? Lo auténtico, el salto

Los principales textos en los que Benjamin señala la cuestión del montaje refieren principalmente al surrealismo y a la esfera del arte. Además del ya ampliamente comentado ensayo sobre *La obra de arte en la época de su reproductibilidad técnica* (1936), el tema aparece también en *Breve historia de la fotografía* (1931), *Segunda Carta de París* (1936), *Daguerre o los panoramas* (1935) y *¿Qué es el teatro épico?* (1931/1939). Son textos que refieren al ámbito de lo visual principalmente y que se desprenden de las consideraciones del autor sobre el cine. Son, además, todos de la década de 1930, cuando ya la mirada optimista sobre la técnica y su potencial revolucionario se encontraba casi perdida a causa del contexto de alza del fascismo y su uso de los espectáculos masivos, por un lado, y a causa de las políticas culturales del estalinismo, por otro (HANSEN, 2012). Así y todo, “el interés de Benjamin por el medio fotográfico todavía participa de la perspectiva vanguardista de la década de 1920” (HANSEN, 2012, p. 14). A modo de introducción y resumen, vale la pena referir a dichos textos brevemente aunque no los abordaremos en profundidad. Es relevante señalar que, en ellos, la figura del montaje es vinculada con el uso de la fotografía (el fotomontaje) y el cine por la vanguardia, es decir, con fines de agitación y performatividad política. En estos textos se hace hincapié en el modo de operar del montaje a partir del principio de interrupción, con el cual hace “manifiesto el estado de cosas” a partir de la “exposición de lo presente”. De esto se deriva que el fotomontaje y el teatro épico actúan en torno a la exigencia de compromiso que las obras le imponen al observador, dado que lo inquietan y no permiten una mera contemplación (BENJAMIN, 2015, p. 39). Benjamin también analiza el teatro épico brechtiano e identifica en él al montaje con una “técnica” con alto potencial político (WIZISLA, 2007). Ese teatro, en efecto, expondría la situación al interrumpir las acciones mediante la música: “El teatro épico, por tanto, asimila —con el principio de la interrupción—, un procedimiento que les resulta a ustedes familiar, por el cine y la radio, en los últimos diez años. Me refiero al procedimiento del montaje: lo montado interrumpe el contexto en el cual se monta”, señala Benjamin (2009, p. 311) en *El autor como productor*. Claramente aquí la interrupción es un principio cuasi político en la medida en que desliga el sentido totalizante y revela un cariz singular que, de otra forma, pasaría desapercibido. Ahora bien, la importancia que se le da en estos textos no deriva de que opera sobre un

contexto pasado —como sí lo hace la cita, como veremos en el próximo apartado—, sino más bien del hecho de que suspende el contexto presente y de que, con esto, se fuerza al espectador a que tome una postura o una decisión. La reconfiguración de lo gestual en el teatro brechtiano, que Benjamin (1966) llama el “gestus” citable, y la construcción de la escena “desde los más pequeños elementos” implican, así, “una reconversión de los métodos del montaje, decisivos en la radio y en el cine, que de un procedimiento a menudo sólo en boga pasan a ser un acontecimiento humano” (BENJAMIN, 2009, p. 312). Y, aspecto nada menor, señala Benjamin, también implica algo vital, que es que “no hay mejor punto de arranque para el pensamiento que la risa” (BENJAMIN, 2009, p. 313). En este sentido, en estos textos, Benjamin encuentra en el montaje surrealista y brechtiano una esperanza de ruptura y resquebrajamiento del capitalismo moderno. Por ejemplo, en *Breve historia de la fotografía* [1931] expone

[cita de Brecht] “[...] Una fotografía de las fábricas de Krupp o de A.E.G. no revela casi nada sobre estas instituciones. La verdadera realidad se ha deslizado hacia lo funcional. La cosificación de las relaciones humanas, por ejemplo la fábrica, no expone a estas últimas. De modo que se trata, en efecto, de ‘construir algo’, algo ‘artificial’, ‘montado’” [fin cita de Brecht]. El mérito de los surrealistas es haber abierto el camino a una construcción fotográfica semejante (BENJAMIN, 2015, p. 105).

Ahora bien, si el montaje refiere en realidad a una técnica que encuentra su expresión mínima y primaria en lo industrial, como señalamos en el segundo apartado, resulta que no todo montaje es político o, más bien, no todo montaje es políticamente crítico. ¿Qué es, entonces, aquello que lo haría crítico o revolucionario? En el texto de 1930 *Entrada con flores. Exposición titulada “nervios sanos”, en la casa de Salud de Kreuzberg* (2010), Benjamin analiza una exposición y una feria y señala que, allí, si bien no hay montaje, lo que sí tendrían en común con este sería, por un lado, el elemento sorpresa, lo cual implica que le exijan al visitante un “imperativo categórico” que es la acción. Y, por otro lado —y en relación—, la “voluntad de lo auténtico”. De esta forma, “[l]a tarea de una exposición que se quiere auténtica, eficaz, ha de sacar al conocimiento de los límites de lo que es la especialidad y volverlo práctico” (BENJAMIN, 2010, p. 518). Este elemento es el que Benjamin conecta con el cine y con el dadaísmo en el sentido de que estos entrenarían la mirada para ver lo auténtico. Es un tipo de conocimiento, un *shock* que se desprende de poder ver en los materiales lo que, de otra forma, no veríamos: “¡Cuántas cosas son auténticas sin que nos demos cuenta mientras pasamos por delante!” (BENJAMIN, 2010,

p. 519).⁹ Expone algo similar en el *Autor como productor* y en *Krisis des Romans*, la reseña de *Berlin Alexanderplatz*, de Döblin, que Benjamin escribe en 1927 (1991). Allí señala el uso que hace el escritor de las historias de escándalo, canciones populares, anuncios, materiales que mediante el principio estilístico del montaje son traídos a la narración. Aquí, “[e]l montaje revienta la ‘novela’, la revienta en su estructura y en estilo, abriendo nuevas posibilidades épicas. En lo formal sobre todo. El material del montaje no es cualquiera. Un verdadero montaje se basa en documentos” (BENJAMIN, 1991, p. 233, traducción propia), como habría procedido el dadaísmo con la proclama de la autocracia de lo auténtico. La clave, entonces, aquello que se repetiría una y otra vez, sería lo auténtico [*die Echtheit*]. Es en *Sombras breves <II>* (1933), en el fragmento “Signos secretos” donde encontramos una aproximación a su significado: “lo decisivo no es el avanzar de un conocimiento a otro, sino el saltar sobre cada uno. Ese salto es la marca de lo auténtico, lo que distingue al conocimiento de cualquier mercancía hecha en serie, siguiendo algún patrón preexistente” (BENJAMIN, 2010, p. 375).

Nos volvemos a topar con el salto [*Sprung*] como aquello que interrumpe, que extrae. Es la impresión de una discontinuidad sorpresiva la que diferencia a una construcción de conocimiento que no se rija por el ritmo del capitalismo. Lo auténtico, por tanto, referiría a esta interrupción. Es el ritmo de la cesura el que se encuentra en el tiempo no teleológico; es, así, el asombro y la risa lo que rompen la temporalidad homogénea, ruptura que se halla en la base de otra posibilidad de construcción de conocimiento mediante la cita de materiales que estructuran un montaje que lleve como insignia y sello lo auténtico.

Construir una historia-montaje: la cita, el salto

Ahora bien, en *Das Passagen-Werk*, la reflexión sobre el montaje en el arte se ve desplazada por una reflexión sobre el montaje en una narración (o contranarración) de la historia y de la construcción del conocimiento histórico. Ahora bien, la imagen sí sigue formando parte del núcleo de lo histórico: “el concepto de la historia se transforma en una imagen-estructura” (WEIGEL, 2013, p. 9, traducción propia). Es decir, la imagen sigue estando en el centro de la relación de lo sido con el ahora en tanto que imagen dialéctica. En esta línea, el montaje como técnica trasciende el arte visual y el teatro

⁹ Sobre el concepto de *shock* y sus diversas interpretaciones, Hansen recomienda “las conflictivas interpretaciones de Benjamin de la noción de ‘shock’, véase Karl Heinz Bohrer. *Die Ästhetik des Schreckens: Die pessimistische Romantik und Ernst Jüngers Frühwerk*, Munich, Hanser, 1978, parte III; y Ansgar Hillach. “Erfahrungsverlust und chockförmige Wahrnehmung’: Benjamins Ortsbestimmung der Wahrnehmung im Zeitalter des Hoschkapitalismus”, *Alternative* 132/133, 1980, p. 110-118. Véase también Marleen Stoessel. *Aura, das vergessene Menschliche: Zu Sprache und Erfahrung bei Walter Benjamin*, *Op. cit.*, p. 238 y ss” (HANSEN, 2012, p. 348).

para actuar una técnica literaria de escritura, lo cual posibilita la narración histórica de tradiciones no lineales (DI PEGO, 2015; NAISHTAT, 2009). El montaje inserta una narrativa sincrónica con una espacialidad topológicamente cerrada —pero contingente— que se contrapone a la idea de totalidad que expone, por ejemplo, la noción de historia universal, presente en *Über den Begriff der Geschichte*.

La cuestión del montaje con respecto a la historia se encuentra en *Das Passagen-Werk*, principalmente en el Convoluto N. Allí Benjamin (2016, p. 461) nos indica que la tarea del historiador es traer aspectos actuales del pasado al hoy, e insertarlos en una red, una armazón tal como una edificación de hierro. “Retomar para la historia el principio del montaje” implicaría, entonces, aplicar el mismo principio técnico de construcción de la Torre Eiffel, esto es, “levantar las grandes construcciones con los elementos constructivos más pequeños, confeccionados con un perfil neto y cortante” (BENJAMIN, 2016, p. 463). De esta forma, la construcción de la historia implicaría un trabajo constructivo de montaje a partir de los pequeños materiales. De esta manera, se genera una revalorización de lo que ha sido desechado a partir de su exposición. El empleo de aquellos materiales históricos se realiza mediante la cita:

La historia que presenta al lector constituye, por decirlo así, el conjunto de citas en este texto, y únicamente son estas citas lo que se presenta de una manera legible a todo el mundo. Escribir historia significa por tanto *citar* la historia. Pero en el concepto de citación radica que el correspondiente objeto histórico sea arrancado de su contexto (BENJAMIN, 2016, p. 478).

Esta idea de “citar sin comillas” —como señala en el fragmento N 1,10— implica arrancar un material histórico de una continuidad histórica, insertarlo en otro contexto, hecho de diversos fragmentos históricos, para, así, denotar su actualidad y su legibilidad. Esta se desprende de la actualización de ese fragmento al insertarse en una constelación que, como tal, tiene como base la discontinuidad: “[p]ara que un fragmento sea alcanzado por la actualidad, no puede haber ninguna continuidad entre ellos” (BENJAMIN, 2016, p. 472). Esto permitiría una exposición materialista de la historia, que se diferencia de la exposición tradicional, fenomenológica, y que requiere un movimiento específico entre lo sido y el ahora que desconecta aquel elemento del pasado de su contexto de sentido originario: “[e]l verdadero método para hacerse presentes las cosas es plantarlas en nuestro espacio (y no nosotros en el suyo)” (BENJAMIN, 2016, p. 224).

De esta manera, vemos que el centro del montaje en esta esfera ya no consiste inmediatamente en la interrupción del observador. La interrupción aquí sigue estando,

pero de forma mediada por la cita. Es la cita la que interrumpe, pero ya no al observador, sino a la temporalidad misma. A su vez, es la cita la que permite el salto del pasado, aquello que veíamos respecto a un conocimiento "auténtico". Aquí no lo desarrollaremos, pero es necesario, a ese respecto, tener presentes los textos tempranos de Benjamin *Über Sprache überhaupt und über die Sprache des Menschen* (1916) y *Die Aufgabe des Übersetzers* (1923). Como señala Voigt (2014), retomando la lectura de Menninghaus (1987) sobre la teoría del lenguaje benjaminiana, significativo y significado se conforman a la par. No hay significado que esté ya estructurado lingüísticamente ni significativo cuya estructura material no refleje ya las diferencias semánticas, es decir que hay un umbral difuso entre lenguaje y realidad (signo y designado). De esta manera, "detrás de la cita de textos está la historia real misma" (VOIGT, 2014, p. 162).

La palabra alemana *zitieren*, "cita", viene del latín *citare*, que implica mover, impulsar, poner en movimiento, hacer venir, "convocar a comparecer ante un tribunal". Es por esto que, en el siglo XVII, la palabra se encontraba asociada con la intimación que se le hacía a alguien (ala persona convocada a presentarse ante la justicia) y refería al "llamad, haced venir". Además, de *citare* también se deriva la palabra "suscitar", con el sentido de hacer que se levante de abajo, y "resucitar", que significa "volver a la vida". En *Karl Kraus* (1931), Benjamin señala que lenguaje y justicia están unidos. "Citar una palabra significa llamarla por su nombre" (BENJAMIN, 2007, p. 372): mediante el traslado de lo citado al propio espacio se sacaría la voz de la frase de la oscuridad, es decir, se la salvaría. "En la cita castigadora y salvadora, el lenguaje se revela de repente en calidad de padre de la justicia. La cita invoca en el nombre a la palabra, la saca como tal de su contexto, y, de este modo, la devuelve a su origen" (BENJAMIN, 2007 p. 372). Se genera, así, una interrupción, al extraerse de contexto la palabra y llevarla nuevamente al Origen y, así, a la *restitutio* de la apocatástasis. "[E]n este sentido, cita, origen y destrucción se compenetran en el entramado propio de la redención" (TACCETTA, 2017, p. 42) y, por tanto, del conocimiento y la política.¹⁰ El citar, al romper el contexto original del material citado, actualiza su vitalidad, "infunde todavía la esperanza de que algunas cosas sobrevivan a este escaso espacio temporal, precisamente porque las han sacado de él" (BENJAMIN, 2007 p. 374).¹¹ Esto mismo es señalado en las tesis *Über den Begriff...*, donde Benjamin recupera la figura del cronista para pensar al historiador. El cronista, en efecto, no da por perdido ningún acontecimiento del pasado, ni siquiera

¹⁰ Las referencias de Benjamin a la apocatástasis como la restitución al origen (entendiendo este de forma no genética, como devenir que contiene una pre- y posthistoria) son múltiples a lo largo de su obra y se relacionan con su pensamiento teológico, que, aquí, por razones de espacio, no podemos retomar.

¹¹ Este punto también nos remite claramente al lema benjaminiano del salvataje de los fenómenos presente en su *Trauerspiel*.

los pequeños y es justamente mediante la cita que los redime (tesis III). En la tesis XIV, aparece también la cuestión de la construcción de la historia como un tiempo actual que se encuentra cargado de pasado al citarlo y arrancarlo de su contexto y que, por tanto, interrumpe la historia como homogeneidad. En este sentido, la "cita" con la historia es un encuentro redentor entre lo sido y el ahora. La autoridad de la cita tiene un lugar clave en la apertura del pasado porque ilumina algo que no estaba siendo visto. En *Einbahnstrasse*, Benjamin nos indica: "[e]n mi trabajo las citas son salteadores de caminos que irrumpen armados para arrebatarse la convicción que alberga el ocioso paseante" (BENJAMIN, 2010, p. 78). Esto, a su vez, nos recuerda la tesis XII y el postulado de Nietzsche que allí Benjamin retoma: "Necesitamos la historiografía. Pero la necesitamos no como el malcriado haragán que se pasea por el jardín del saber" (NIETZSCHE *apud* BENJAMIN, 2009, p. 47). Destruir la clausura del pasado mediante la *actividad* del citar implica, en suma, ese salto [*Sprung*] al pasado que destruye el contexto histórico que ata a determinado objeto particular, para así liberar(lo) el tiempo histórico que permite la redención. De esta manera, se configuran las citas como cimientos de la construcción de la historia de forma discontinua.

Además, los materiales del pasado tienen una importancia política dada su capacidad de iluminar el presente. Al igual que el trabajo que hacían los surrealistas con los objetos, "queremos leer en la vida y en las formas pérdidas y aparentemente secundarias de aquella época, la vida y las formas de hoy" (BENJAMIN, 2016, p. 461). Son estos documentos los que, insertos en una constelación que los actualice, nos permiten conectar de forma discontinua lo sido y el ahora y, de esa manera, hacer legible las pervivencias del pasado. Los materiales que se citan y la discontinuidad que se imprime le otorgan a la cita ese cariz redentor, dado que esta es también una modalidad de la moda, la cual encuentra su ritmo temporal en el de lo siempre-igual y, por tanto, en la ideología del progreso y el capitalismo, en última instancia.

Hacer una historia anacrónica

Sobre los diferenciales de tiempo, que para otros perturban las "grandes líneas" de la investigación, levanto yo mi cálculo (BENJAMIN, 2016, p. 459).

Comenzamos preguntándonos si era posible una construcción de conocimiento histórico diferente, como podía ser la que construye un poemario. Como venimos viendo, la técnica del montaje señalada por Benjamin encontraría aquí su lugar. Ahora bien, partir de un libro contemporáneo y latinoamericano parecería ser un gesto totalmente

anacrónico en relación con el pensamiento alemán del siglo pasado. Si nos situamos ante los textos, la tarea que nos quedaría sería pensar el anacronismo, dado que se manifiesta como aquello que abre la posibilidad de contar una historia, la cual, a su vez, se revela discontinua. Es la fecundidad filosófica del abordaje de Benjamin la que nos permite plantear estas preguntas, aunque no todas vayan a ser respondidas.

Si bien la preocupación sobre la historia la encontramos en casi toda la obra de Walter Benjamin, está presente principalmente en el Convoluto N y los *exposés* del *Libro de los Pasajes* (1927-1940), como también en las tesis *Sobre el concepto de historia* (1940) y en su *Eduard Fuchs: coleccionista e historiador* (1937). En primer lugar, es importante señalar que la propuesta del autor alemán se inserta en una discusión con la historiografía del siglo XIX. Las críticas más importantes que realiza Benjamin a las historiografías tradicionales, como, por ejemplo, el historicismo, son aquellas que apuntan a la continuidad temporal y a la esencialización de lo histórico. Estas presentan la historia como narraciones en las que priman solo las grandes figuras y las tradiciones dominantes. Además, se cimentan sobre una concepción de la temporalidad que Benjamin califica de unitaria, homogénea y teleológica (NAISHTAT, 2009; OYARZÚN, 1995; BURUCÚA, 2006). Esta historiografía que se fija solo en lo que “realmente fue” elimina cualquier operación anacrónica o momento histórico que no encaje causalmente. Para el autor alemán, y en virtud de su concepción de un pasado “abierto”, por el contrario, la tarea de repensar la comprensión histórica es necesaria:

Por otra parte, en la medida en que las diversas épocas del pasado quedan afectadas en un grado completamente distinto por el presente del historiador (a menudo el pasado más reciente le pasa completamente desapercibido al presente, éste “no le hace justicia”), es irrealizable una exposición continua de la historia (BENJAMIN, 2016, p. 473).

A su vez, la inclusión de figuras como la de la irrupción y la discontinuidad en la temporalidad exigen, así, un replanteamiento de la clausura del pasado que lo reconceptualice en términos de actualidad política presente. Por consiguiente, se precisa de una re-elaboración del concepto de historia acorde con el desmoronamiento de la teleología del progreso. Benjamin nos señala que no hay una única visión del pasado, sino que existe por cada hecho una “sombra”, algo oculto o truncado. Esta otra cara de la moneda solo podemos aprehenderla con una lectura que no sea la épica de la historiografía tradicional, sino una que se proponga ver las múltiples capas y dimensiones entendiendo una relación entre el pasado-presente que es política y actual. Ahora bien, para poder realizar esto, prima la “exigencia que se hace al investigador

para que renuncie a la actitud tranquila, contemplativa frente a su objeto, para hacerse consciente de la constelación crítica en la que dicho fragmento del pasado se encuentra precisamente con el presente” (BENJAMIN, 2009, p. 71). El acercamiento crítico con el pasado implica una postura necesariamente política, dado que se relaciona con la actualización de ese mismo pasado, por lo que, indica Benjamin,

[l]a penetración dialéctica en contextos pasados y la capacidad dialéctica para hacerlos presentes es la prueba de la verdad de toda acción contemporánea [...] Acercarse así a lo que ha sido no significa, como hasta ahora, tratarlo de modo histórico, sino de modo político, con categorías políticas (BENJAMIN, 2016, p. 397).

Como señala Didi-Huberman, el punto crucial de esta forma de pensar la historia es señalar que la existencia de hechos pasados en sí es una pantomima y que, por tanto, el movimiento surge de la construcción mnémica en el presente, lo cual significa necesariamente pensar la categoría del anacronismo.

Lo anacrónico, en la lengua castellana usual, es definido como aquello que “no es propio de la época de la que se trata”. Compuesta por el prefijo de origen griego *ana*, que implica la contrariedad, la palabra alude literalmente a aquello que es “contra” *khronos*, un contra-tiempo; es decir, aquello que, en una lectura continuista del tiempo, va a contrapelo de la línea sucesiva o es un atributo extraño al momento histórico en el que se inserta. Coloquialmente, usamos la expresión “tener un contratiempo” para referirnos a aquello que nos “desvía” de un plan original del presente en relación con un futuro cercano. El contratiempo sería, de esta manera, algo a evitar, porque interrumpe el flujo de la acción que estábamos haciendo. Sería una suspensión que no se encontraba prevista en el proceso causal. La alteridad que impone el anacronismo introduce una discontinuidad en lo temporal. De esta manera, el anacronismo fue visto por las historiografías tradicionales del siglo XIX —fundamentadas en la lectura unitaria del tiempo— como algo peyorativo (DIDI-HUBERMAN, 2011).¹² En efecto, esas historiografías, sea que se presenten bajo la forma de historicismo o de Historia universal, comparten ese piso común homogeneizante del tiempo que, al fin de cuentas, no es otra cosa que la totalización de la historia por la historia de la clase dominante.

¹² En este sentido, Didi-Huberman (2011) nos señala que Octave Mannoni le asignaba al anacronismo “el mayor de los pecados”. A su vez, es una noción que no aparece directamente considerada en los escritos de historiadores o pensadores sobre la historia como Georges Lefebvre, Benedetto Croce, Lucien Febvre y los *Annales*, Raymond Aron, etc.

Como alternativa frente al historicismo, que encadenaría lo acontecido de forma continua, la historiografía que Benjamin propone trabajaría, en analogía con el psicoanálisis freudiano, con “la forma de fragmentos de sueño y recuerdo” (BOLLE, 2014, p. 557) extraídos de ese *continuum* e integrados en una constelación actual. La historia se representa, así, como tejido y, en ella, el objeto histórico es un entramado entre pasado y presente o, mejor, un lienzo hecho “de hilos que introducen la trama de un pasado entre la textura del presente” (BENJAMIN, 2009, p. 83). De esta manera, la historia es vista como un tejido de tiempos. Todo aquello que vivió y que actuó continúa haciéndolo incluso después de su muerte natural; es decir, el pasado no se encuentra acabado, sino que pervive de forma reconfigurada en el presente. La propuesta implica “abandonar el componente épico de la historia. Arranca violentamente la época de la sólida ‘continuidad de la historia’. Pero también hace estallar la homogeneidad de la época. La carga con ecrasita, esto es, con presente” (BENJAMIN, 2016, p. 476). Esto significa que romper la lectura unitaria de la historia implica, por un lado, la destrucción de la narración épica de la historiografía tradicional vía la interrupción. Por otro lado, el momento de quiebre del curso continuo de la historia hace lugar a la salvación histórica en el presente, como elemento destructivo frente a la constelación de peligro de los vencedores. De esta manera se hila una visión de la historia como imbricación de anacronismos, una urdimbre de tiempos, un montaje, como expone Didi-Huberman (2011). Para el autor francés, el montaje es la forma privilegiada para narrar lo histórico justamente porque permite hacer legibles ciertas latencias del tiempo, los “desechos”, de manera acorde al movimiento contrarrítmico. Es el ritmo y el juego lo que permite que la lengua una los fragmentos erráticos y el principio constructivo. Es el ritmo y su cesura lo que permite también la entrada del anacronismo del objeto en el saber del historiador mismo. Se revela así la importancia de pensar sobre cómo narrar lo sucedido en términos políticos, lo que nos conduce hacia el montaje, el cual alude al par conocimiento-redención (ABADI, 2014), que, a su vez, incluye las figuras de la interrupción y de la constelación de temporalidades.

Frente al texto: final

El poemario con el que comenzamos nos permitió introducir la problemática del conocimiento histórico, de su construcción y su estatuto desde el pensamiento de Walter Benjamin. Ahora bien, para pensar estas cuestiones, en vez de incurrir en un gesto anacrónico —como es el de empezar con un texto argentino contemporáneo para reflexionar sobre el trabajo de un pensador alemán del siglo pasado—, bien podríamos haber comenzado con alguna de las obras que Benjamin mismo analiza. Cabe preguntar:

¿de qué nos serviría? No pretendemos resolver este problema, pero sí sostenemos la necesidad de leer la actualidad con un gesto benjaminiano y de leer a Benjamin desde la actualidad. Si el punto para Benjamin radica justamente en que lo sido importa en términos presentes, quizás para escribir sobre Benjamin en Latinoamérica en 2021 resulte productivo acudir a la materialidad que hoy nos rodea.

El recorrido de este artículo nos permitió indagar la pregunta sobre la técnica de construcción de conocimiento histórico, qué implica este y qué objeto de aquí se desprende o, en otras palabras, qué tipo de historia. Postulamos entonces que esta construcción también podría realizarse mediante una poética o mediante una obra de arte. De *Deuda & Literatura* desprendimos diversas figuras para pensar esa posibilidad, tanto una metodología de constelación de voces políticas, como los saltos temporales que la cita y el trabajo con los materiales expusieron. Sin embargo, la versión de la historia que se quiere contar en el poemario no es continua y contiene una postura política. De esta manera, se nos revela que no es posible tratar el pasado como lo que “realmente fue”. En esta línea, la exigencia benjaminiana de pensar la historia en términos discontinuos expone la pregunta acerca de cómo, entonces, podemos contarla de manera justa. La apuesta por una historiografía que comprenda otros modos de contar se ramifica no solo hacia el conocimiento, sino también necesariamente hacia lo político. Por esto comenzamos con la conferencia de 1934 *El autor como productor*, donde Benjamin expone la cuestión de la técnica y la política y señala a su vez que toda política incluye una poética. De la mano de *Einbahnstrasse* y *Das Passagen-Werk* abordamos lo que se halla en la base de la cuestión planteada, la separación entre forma y contenido. La técnica privilegiada para Benjamin sería, así, el montaje, pero este es expuesto como un principio de vasta aplicación. En segundo lugar, realizamos un recorrido por las diversas esferas —y textos— del pensamiento de Benjamin, comenzando con un breve repaso de la lectura benjaminiana del montaje surrealista. A partir del trabajo con textos como *Einbahnstrasse*, *Entrada con flores* y la reseña sobre Döblin, desprendimos el elemento diferencial en términos políticos, esto es lo auténtico. Lo que el montaje nos permitiría es justamente esta posibilidad de ver/escuchar los materiales que aun nos pueden hablar. Ahora bien, hacer espacio para esa voz implica un doble movimiento: por un lado, extraerla de su contexto original, esto es discontinuarla de la historia en la cual se encontraba; y por el otro, hacer un espacio en el ahora.

Asimismo, el montaje se desprende del uso íntimo del arte para pivotar hacia una metodología que empuje una historiografía que pueda dar cuenta de lo anacrónico y lo fragmentario en la historia. La aserción benjaminiana de construir la historia por medio del montaje comporta la acción del citar, por lo que abordamos *Karl Kraus* y las tesis *Sobre el concepto...* La cita se vuelve un elemento clave en términos de

construcción de conocimiento histórico porque trae consigo la imagen de la justicia. Por último, dilucidamos la contra-apuesta benjaminiana sobre el concepto de historia. Si empezamos discutiendo sobre la relación íntima que hay entre la forma y el contenido, sobre la técnica de exposición adecuada del pasado, la cuestión es que la noción de historia que subyace no es externa al método mismo. Esto implica que la historia incluye ella misma la interrupción, lo fragmentario y, por tanto, la discontinuidad. Es la lectura de Didi-Huberman la que nos brinda, a su vez, el concepto de lo anacrónico para pensar la temporalidad benjaminiana.

Nos encontramos, en última instancia, con una imagen doble: por un lado, la historiografía tradicional, la ideología del progreso, el ritmo del capitalismo, son todas figuras que actúan sobre la base de la repetición, de lo siempre-igual, de lo teleológico, de aquello que no se detiene a pensar. Por otro lado, el ritmo de la elaboración del conocimiento incluye el salto, así como la relación con el pasado, y lo político se dibuja en términos de una interrupción. El elemento que entra a jugar aquí es, entonces, esa capacidad de la mirada de revelar aquello que queda fuera de serie, la voluntad de lo auténtico como el sacarse de encima los límites de la especialidad, como una mirada discontinua sobre los materiales. El montaje tendría, entonces, también una doble cara. Por un lado, la derivada del principio mecánico, que reproduce constantemente, que hila los engranajes de forma continua y que solo pretende hacer las cosas más fáciles (y nunca incomodar), el mismo principio que encontramos en el montaje del cine tradicional. Por otro, un montaje auténtico, que, mediante el trabajo de la cita, salva los materiales, los pone a jugar en la mesa del presente otorgándoles un lugar y una voz sin pensar en su valor de cambio, sin imponer un relato lineal. Arrancamos frente al anacronismo del poemario y aceptamos esa dialéctica del conocimiento porque nos ayuda, en última instancia, a pensar hoy aquellas categorías. Pero, si damos un paso atrás en la producción de conocimiento, resulta que en este momento estamos ante un relato lineal: ¿es posible escribir esta historia en formato *paper*?

REFERÊNCIAS

ABADI, Florencia. **Conocimiento y redención en la filosofía de Walter Benjamin**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2014.

BENJAMIN, Walter. **Obras completas II**. Madrid: Abada Editores, 2007. Volumen 1.

- BENJAMIN, Walter. **Obras completas II**. Madrid: Abada Editores, 2009. Volumen 2.
- BENJAMIN, Walter. **Libro de los Pasajes**. Madrid: Akal, 2016.
- BENJAMIN, Walter. **Obras completas IV**. Madrid: Abada Editores, 2010. Volumen 1.
- BENJAMIN, Walter. Crisis des Romans. Zu Döblins Berlin Alexanderplatz. *In: **Gesammelte Schriften, III***. Baden: Suhrkamp, 1991. p. 230-236
- BENJAMIN, Walter. Tesis sobre Filosofía de la Historia. *In: BENJAMIN, Walter. **La dialéctica en suspenso***. (Oyarzún, Pablo Trad.). Santiago: LOM Ediciones, 2009. p. 37-55
- BENJAMIN, Walter. **Brecht: ensayos y conversaciones**. Montevideo: Arca Editorial, 1966.
- BENJAMIN, Walter. **Estética de la imagen**. Vera Barros T (comp.). Buenos Aires: La marca editora, 2015.
- BENJAMIN, Walter. Sobre algunos temas en Baudelaire. *In: BENJAMIN, Walter. **Sobre el programa de la filosofía futura y otros ensayos***. Barcelona: Planeta De Agostini, 1986.p. 89-124
- BOLLE, Willi. Historia. **Conceptos de Walter Benjamin**. *In: Opitz, M. y Wisisla, E. (ed.)*. Buenos Aires: Las Cuarenta. 2014. p. 527-583.
- BUCK-MORSS, Susan. **Walter Benjamin, escritor revolucionario**. Buenos Aires: Interzona Editora, 2005.
- BÜRGER, Peter. **Teoría de la vanguardia**. Barcelona: Ediciones Península, 1974.
- BURUCÚA, José Emilio. **Historia y ambivalencia: ensayos sobre arte**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2006.
- CHAUVIÉ, Omar. **Deuda & literatura**. La Plata: Club Hem Editores, 2017.
- COHEN, Margaret. **Profane illumination: Walter Benjamin and the Paris of surrealist Revolution**. California: University of California Press, 1995.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Cuando las imágenes toman posición: el ojo de la historia, 1**. Madrid: Machado Libros, 2008.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Ante el tiempo**: historia del arte y anacronismo de las imágenes. Segunda edición. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2011.

DI PEGO, Anabella. La ambivalencia de la narración en Walter Benjamin. *In*: NAISHTAT, F.; GALLEGOS, E.; ESCARDÓ YÉBENES Z. (ed.). **Ráfagas de dirección multiple**: abordajes de Walter Benjamin. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2015. p. 137-163.

DOHERTY, B. The "Colportage Phenomenon of Space" and the Place of Montage in "The Arcades Project". **The Germanic Review**: Literature, Culture, Theory, Londres, v. 81, n. 1, p. 37-64, 2006.

FOSTER, Hal. Armor Fou. October. **High/Low**: Art and Mass Culture, v. 56, p. 64-69, 1991.

FÜRNKÄS, Josef. **Surrealismus als Erkenntnis**: Walter Benjamin – Weimarer Einbahnstraße und Pariser Passagen. Stuttgart: Metzlersche Verlagbuchhandlung, 1988.

GARCÍA, Luis Ignacio. Alegoría y montaje: el trabajo del fragmento en Walter Benjamin. **Constelaciones, revista de teoría crítica**, Madrid, n. 2, p. 158-175, 2010. Disponible en: <https://bit.ly/3mayW2N>

HANSEN, Miriam. La flor azul en el paisaje tecnológico: cine y experiencia en Walter Benjamin. **Archivos de filosofía**, Madrid, v. 6, n. 7, p. 311-363, 2012.

LAMBORGHINI, Leónidas. **Partitas**. Buenos Aires: El Corregidor, 1972.

NAISHTAT, Francisco. La historiografía antiépica de W. Benjamin: la crítica de la narración en las Tesis "Sobre el concepto de historia" (1940) y su relación con los contextos de Das Passagen-Werk (1927-1940). **Cuadernos de Filosofía**, Buenos Aires, v. 1, p. 33-55, 2009.

NAISHTAT, F.; GALLEGOS, E.; ESCARDÓ YÉBENES Z. (ed.). **Ráfagas de dirección multiple**: abordajes de Walter Benjamin. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2015

OYARZÚN, Pablo. Cuatro señas sobre experiencia, historia y facticidad: a manera de introducción. *In*: BENJAMIN, Walter. **La dialéctica en suspenso**: fragmentos sobre la historia. Santiago de Chile: ARCIS, 1995. p. 7-35.

PORRÚA, Ana. **Variaciones vanguardistas**: la poética de Leónidas Lamborghini. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2001.

PÉREZ, Julián Alberto. Leónidas Lamborghini: peronismo/parodia/poesía. *In: Peronismo, literatura y liberación nacional*. Buenos Aires: Corregidor, 2014. Disponible en: <https://bit.ly/3yXyt8>. Consultado el: 07 oct. 2021.

TACCETTA, Natalia. **Historia, modernidad y cine**: una aproximación desde la perspectiva de Walter Benjamin. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo, 2017.

VOIGT, Manfred. Cita. *In: OPITZ, M.; WISISLA, E. (ed.). Conceptos de Walter Benjamin*. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2014. p. 159-195.

WEIGEL, Sigrid. Epistemology of Wandering, Tree and Taxonomy. **Images Re-vues**, França, v. 4, n. 15, p. 1-22, 2013. Disponible en: <https://bit.ly/3k1e4Zg>

WIZISLA, Erdmut. **Benjamin y Brecht**: historia de una amistad. Buenos Aires: Paidós, 2007.

INFORMACIÓN ADICIONAL

BIOGRAFÍA ACADÉMICA

Ludmila Fuks es becaria doctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) con base en el Instituto de Investigaciones Gino Germani de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. Es docente de la materia "Filosofía" de la misma casa de estudios, en la carrera de Ciencia Política. Doctoranda en Filosofía (Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires - FFyL-UBA), licenciada en Ciencia Política (Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires - FSOC-UBA), estudia la obra de Walter Benjamin y su teoría del conocimiento en relación con el arte y la política. Fue becaria Fulbright (2018) y de la Universidad Complutense de Madrid (2019). Ganó el premio "Estudiante destacada" de la UBA dos años consecutivos (2018 y 2019) y es editora de *El banquete de los dioses: revista de filosofía y teoría política contemporáneas*.

DIRECCIÓN PARA CORRESPONDENCIA

Presidente J. E. Uriburu 950, 6to piso. Of. 1. CABA, C1114AAD, Argentina.

FINANCIACIÓN

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).

CONFLICTO DE INTERESES

Sin conflicto de interés declarado.

APROBACIÓN DEL COMITÉ DE ÉTICA

No se aplica.

MÉTODO DE EVALUACIÓN

Sistema doble ciego de revisión por pares.

PREPRINT

El artículo no es un preprint.

DISPONIBILIDAD DE DATOS DE INVESTIGACIÓN Y OTROS MATERIALES

No se aplica.

EDITORES RESPONSABLES

Flávia Varella – Editor jefe

João Rodolfo Munhoz Ohara – Editor ejecutivo

DERECHOS DE AUTOR

Copyright © 2022 Marco Antonio Ludmila Fuks.

LICENCIA

Este es un artículo distribuido en Acceso Abierto bajo los términos de [Creative Commons Atribución 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



HISTORIA DE REVISIÓN POR PARES

Fecha de envío: 31 de Agosto de 2021

Fecha de modificación: 610 de Janeiro de 2022

Fecha de aprobación: 10 de fevereiro de 2022

A atualização histórica como ação contra-atualista: museus e monumentos entre a recordação e o esquecimento no Brasil contemporâneo

The historical update as a counter-updatism action:
museums and monuments between remembrance and
oblivion in contemporary Brazil

Mayra de Souza Marques ^a

mayrasmrqs@gmail.com 

<https://orcid.org/0000-0002-8120-4405>

^a Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil

RESUMO

Na experiência de tempo atualista, o futuro nada mais é que uma nova versão do presente, como se o poder de agência dos sujeitos diminuísse. O presente artigo analisa dois tipos de ações que podem contribuir para o enfraquecimento de tal lógica: a preservação de acervos de museus através da digitalização e a discussão a respeito dos monumentos urbanos. A hipótese levantada é a de que a virtualização de museus e a modificação de monumentos possuem o potencial de atualizações históricas, desde que compreendam, assim como a narrativa historiográfica, os legados do passado e os projetos de futuro que fazem parte do presente, visando à defesa de valores democráticos e de uma sociedade mais igualitária. Conclui-se, por fim, que uma melhor compreensão do presente e a renovação de uma expectativa de futuro na qual sejamos agentes, e não apenas espectadores, pode ser alcançada através da narrativa histórica como ação contra-atualista, da incorporação de variadas percepções do tempo na historiografia e da abertura de possibilidades no futuro.

PALAVRAS-CHAVE

Monumento. Teoria da história. Atualismo.

ABSTRACT

In the experience of the time called "updatism", the future is nothing more than a new version of the present, as if the subject's power of agency had decayed. This paper analyzes two actions that can help to attenuate this logic: the digitization of museum collections and the discussion about urban monuments. The hypothesis raised by us is that the virtualization of museums and the modification of monuments have potential as historical updates, as long as they comprehend, as well as the historiographical narrative, the legacies of the past and the projects for the future that are part of the present, aspiring to the defense of democratic values and a more egalitarian society. Finally, we concluded that a better understanding of the present and the renewal of an expectation of the future in which we are agents, and not just spectators, can be achieved through the historical narrative as a counter-updatism action, the incorporation of varied perceptions of the time in historiography and the opening of possibilities in the future.

KEYWORDS

Monument. History theory. Updatism.

Introdução

Os aplicativos de mensagens, presentes na maioria dos *smartphones*, assim como os *e-mails* e as redes sociais, fazem muitos dos seus usuários sentirem que o tempo é curto demais para todas as demandas que lhes são feitas. A sensação de disponibilidade causada pelas mensagens instantâneas confunde os horários de trabalho e descanso, e o bombardeamento de notícias e notificações faz com que sintamos como se uma hora de desconexão já fosse tempo suficiente para nos deixar atrasados e desinformados em relação aos nossos contemporâneos. Da mesma forma, a possibilidade de se comunicar com pessoas em qualquer parte do mundo – desde que ali haja conexão à internet – faz com que as distâncias espaciais não sejam mais um problema, criando novos espaços virtuais de sociabilidade, trabalho e lazer. Como uma pessoa pode estar presente simultaneamente em vários lugares graças ao digital, tornou-se necessário adicionar o adjetivo “real” à definição do tempo: o tempo real é aquele do “aqui e agora” (SIBILIA, 2005, n. p.).

As atualizações constantes exigidas por nossos aparelhos eletrônicos e seus *softwares*, por sua vez, trazem a sensação de que, embora atualizados, os programas continuam os mesmos. No entanto, embora as mudanças sejam imperceptíveis, não há a possibilidade de não os atualizar, pois assim se tornariam obsoletos – afinal, de acordo com a temporalidade própria dos computadores, “existir” significa “estar atualizado” (CHUN, 2016, n. p.). Da mesma forma, essa lógica atualista parece ter se tornado uma experiência que ultrapassa o âmbito da informática, fazendo-se presente também na percepção contemporânea do tempo. Araujo e Pereira, ao perceberem a emergência da palavra “atualização” a partir da década de 1960, desenvolveram a categoria do “atualismo”, para identificar essa experiência do tempo, na qual passado e futuro parecem não ter um potencial transformador, e só são levados em consideração quando são atualizados e mobilizados de acordo com os propósitos de um presente autocentrado (ARAUJO; PEREIRA, 2016; 2018).

A ascensão de políticos como Trump, nos Estados Unidos, e Bolsonaro, no Brasil, parece intensificar essa experiência do tempo atualista, já que tais políticos, embora tenham sido eleitos dentro das regras democráticas, ameaçam o próprio sistema democrático através da manipulação da verdade, da disseminação – muitas vezes automatizada – de *fake news*, da desautorização de especialistas, como cientistas e historiadores, sob o argumento de que eles emitem apenas opiniões, e do fomento de teorias da conspiração que os coloquem como vítimas de um sistema político corrupto (ARAUJO; KLEM; PEREIRA, 2020). Esses políticos e seus apoiadores mobilizam uma

nostalgia em relação a um passado idealizado, sem corrupção, sem “minorias”, ao mesmo tempo em que alimentam o medo em relação a um futuro no qual as majorias seriam oprimidas pelas minorias, a democracia seria ameaçada e a identidade nacional seria perdida. Além de estimular essas ideias sobre um passado ideal e um futuro ameaçador, que só pode ser salvo por um herói ou “mito” eleito no presente, as extremas-direitas sabem se aproveitar das ondas de atualização, com a finalidade de evitar a responsabilização por falas e ações que tenham sido feitas no passado, mesmo que em um passado muito recente: algo dito hoje pode ser desdito amanhã, sob a justificativa de que apenas as notícias mais recentes são as que realmente representam a verdade (ARAUJO; MARQUES; PEREIRA, 2020; ARAUJO; PEREIRA, 2021).

Assim, na experiência do tempo atualista, o futuro nada mais é que uma nova versão do presente, que parece acontecer independentemente de nossas ações. A pandemia de Covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde em 2020, levou todas as pessoas a uma maior dependência das mídias digitais e parece ter contribuído para essa sensação de atualização automática, já que, de forma paralela, outra epidemia contribuiu para a propagação do vírus: a infodemia, ou seja, o fluxo contínuo de informações, inclusive as falsas ou distorcidas, que circulam nos aplicativos de mensagens instantâneas e se sobrepõem a cada minuto. Tal sensação de enfraquecimento do poder de agência dos sujeitos históricos, no entanto, não impede que existam formas de agir que consigam sair da lógica atualista: em 2020 e 2021, ocorreram inúmeros protestos e manifestações em defesa da democracia, contra o racismo e contra as desigualdades socioeconômicas, vistos em países como Brasil, Estados Unidos e Chile.

Wendy Chun, ao analisar a forma como as tecnologias da informação possuem uma temporalidade própria, afirma que “redes são feitas de tempo: o tempo crônico dos hábitos (memória) e o tempo pontual da crise” (CHUN, 2016, n. p.). Esse tempo de crise pode ser caracterizado por momentos considerados como “pontos de virada”, nos quais há uma mudança considerável, e a frequente exigência de atualização faz com que a crise seja uma característica fundamental da temporalidade de tais mídias. Nesse sentido, talvez seja preciso compreender a crise como um momento de ação, ou seja, de retomada da agência que parecia impossível na experiência de tempo atualista. Walderez Ramalho, recuperando as diferentes formas de referência ao tempo na língua grega, nos lembra que o tempo pode ser, sim, o tempo cronológico, sequencial, mas também pode ser *kairós*, o momento oportuno para a ação (RAMALHO, 2021). Se a expectativa de atualização automática, na qual tudo se transforma ao mesmo tempo em que nada parece diferente, parece entorpecer a nossa capacidade de agência, a consciência de que o tempo não apenas passa, mas também pode ser o espaço propício para a ação é uma ferramenta importante na luta contra a desinformação e o negacionismo, e

também uma forma de retomarmos o direito à liberdade e à contingência do futuro, ameaçado por um capitalismo de vigilância que rastreia nossas ações no presente para prever nossas formas de ação e consumo no futuro (ZUBOFF, 2019).

Outro aspecto que pode colaborar com a percepção de uma falta de agência dentro da lógica atualista, muito influenciada pelo ritmo das tecnologias contemporâneas da informação, é o fato de a internet, ao mesmo tempo em que pode conectar pessoas ao redor do globo, também individualiza o que cada usuário quer saber ou como deseja se entreter, o que parece causar um enfraquecimento do tecido social à medida que os indivíduos não compartilham uma quantidade suficiente de informações, de cultura e de interesses, dificultando a comunicação entre si (CASTELLS, 2011, p. 9). Dessa forma, segundo Manuel Castells, é preciso criar pontes de comunicação entre as pessoas, para que elas compartilhem alguns códigos de comunicação, o que o autor chama de protocolos de comunicação cultural. Um exemplo de ponte seria a arte, que consegue mobilizar pessoas de diferentes culturas, mesmo que elas não compartilhem muitas características entre si. Outro exemplo de protocolo de comunicação cultural seriam os museus, que também teriam o poder de nos lembrar dos limites entre o que já passou, o que vivemos e o que está por vir, retomando uma certa sequência temporal que pode ser compartilhada entre aqueles que os visitam.

Se o espaço de fluxos a-histórico da internet (CASTELLS, 1999, p. 467) é propício para criar “universos paralelos”, podemos deduzir que a história, através da organização das temporalidades, identificando sincronias e diacronias, seja uma ferramenta importante para combater essa forma de desagregação do tecido social. Logo, assim como os museus, a narrativa historiográfica e as suas formas de organizar o tempo seriam, também, uma ponte criadora de sentido, um protocolo de comunicação cultural. De forma semelhante, a compreensão do presente como parte do tempo histórico, assim como os projetos de futuro que ele abriga e os passados que mobiliza, pode constituir-se em uma ação contra-atualista, na medida em que consiga reconhecer o poder de agência do sujeito histórico como transformador do presente, das interpretações sobre o que passou e dos projetos de futuro, refutando a percepção de que o presente se atualiza de forma linear e automática. Como apontam Araujo e Pereira:

Um caminho contra-atualista passa pela reivindicação do presente como parte incontornável do trabalho do historiador (resgatando, por exemplo, o legado dos *Annales* de uma história a partir do presente), mas com uma ênfase renovada na compreensão do passado e do futuro como tempos presentes, ativos, que não estão ao dispor do presente apenas,

mas que formam uma parte de nosso ambiente existencial (ARAÚJO; PEREIRA, 2021, p. 13).

Assumindo a importância do ofício de historiador como uma estratégia contra-atualista que recupera nosso poder de agência, pretendo analisar dois tipos de ações, aqui entendidas como potenciais atualizações históricas, que podem atuar em favor da construção de histórias mais democráticas: a preservação de acervos de museus através da digitalização e a discussão a respeito dos monumentos, especialmente as estátuas, que devem ou não compor os espaços urbanos, a fim de representar uma sociedade plural. É importante frisar que essas ações de digitalização de documentos e remoção de estátuas não são, por si mesmas, necessariamente democráticas; veremos que elas podem colaborar tanto para a valorização de histórias quanto para o seu apagamento, a depender de como tais ações são planejadas e colocadas em prática. No entanto, há também a possibilidade de que sejam atualizações históricas, ou seja, atualizações que podem ser feitas de maneira honesta, fazendo uso da capacidade da historiografia em relacionar e analisar as temporalidades, e resgatar determinados passados, objetivando a criação de novos projetos de futuro. Ao perceber esse potencial contra-atualista dessas atualizações históricas, talvez possamos, como historiadores, pensar nessas ações e em outras que possibilitem a democratização do conhecimento, a defesa dos direitos dos mais variados grupos sociais e a preservação e o aprimoramento dos valores democráticos.

Virtualizações emergenciais de museus e sua atualização midiática

Na segunda noite do mês de setembro de 2018, as imagens do incêndio do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, eram televisionadas em diversos canais. O museu foi criado em 1818 por D. João VI, com o objetivo de “propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais do Reino do Brasil” (D. JOÃO VI *apud* SEREJO, 2020, p. 4). Em 1946, ele foi agregado à Universidade do Brasil, que nos anos 1960 se tornaria a Universidade Federal do Rio de Janeiro, intensificando as suas atividades de pesquisa. Com o fim da monarquia e o início do período republicano, o Palácio de São Cristóvão, antiga morada dos imperadores Pedro I e Pedro II, passou a abrigar o Museu Nacional. E foi esse local que, no mesmo ano em que completava o seu bicentenário e sendo considerado uma das principais instituições de história natural e antropologia da América Latina, ardia em chamas para o Brasil inteiro ver.

Embora a conclusão jurídica seja a de que o que ocorreu foi um acidente, o descaso com que a memória é tratada no Brasil, desde o apagamento das culturas de comunidades quilombolas e indígenas até o abandono e falta de financiamento de prédios históricos e museus, faz com que algumas pessoas denunciem o acontecido como o grande exemplo do memoricídio que acontece em nosso país. Beiguelman (2019, p. 216) retoma o apontamento feito por Huysen (2014) de que a modernidade, especialmente após as catástrofes do século XX, não é capaz de deixar ruínas, apenas escombros. A ruína é um resquício de outros tempos, uma presentificação do passado; já os escombros são produtos de uma catástrofe e devem servir de alerta sobre um futuro ameaçador. O incêndio do Museu Nacional é, nesse sentido, uma catástrofe que escancarou o memoricídio brasileiro, impedindo que as gerações futuras tenham acesso às descobertas sobre o passado que a instituição abrigava.

O alerta sobre um futuro ameaçador simbolizado pela catástrofe pode ter sido prefigurado pelo descaso que um dos presidentiáveis demonstrou pelo incêndio. Enquanto outros candidatos lastimavam a perda de grande parte do acervo do Museu Nacional, Jair Bolsonaro se manifestou com um: “e daí? Já tá feito, já pegou fogo, quer que eu faça o quê? O meu nome é Messias, mas eu não tenho como fazer milagre” (CALGARO, 2018, n. p.). Esse seria o futuro presidente do Brasil, que, em 2020, durante a pandemia de Covid-19, repetiria o mesmo argumento ao ser questionado sobre as (até então) mais de 5 mil mortes causadas pela doença no país: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”, externalizando uma espécie de “ideologia da destruição” (VINHAS, 2020, n. p.).

Após o incêndio, uma tentativa de recuperar parte do acervo do Museu Nacional de forma digital se deu através da criação de um museu virtual. A Tencent, empresa multinacional chinesa de tecnologia, anunciou, em novembro de 2018, uma parceria com a instituição para a recuperação digital de seu acervo. Essa aliança se deu através do documento “Renascimento de Luzia – Museu Nacional Digital Brasileiro”, assinado na embaixada do Brasil em Pequim pelo diretor do Museu Nacional, Alexander Kellner, e por Ye Jun, vice-presidente de produtos de navegação móvel da Tencent. O projeto inclui a colaboração de turistas chineses que já visitaram o museu e que forneceram fotos e vídeos para que esses documentos sejam reproduzidos no museu digital, acrescidos de informações sobre os artefatos expostos.

Em setembro de 2019, o Museu Nacional Digital do Brasil passou a poder ser acessado pelos usuários do miniprograma MR. BOWU, pertencente à Tencent e acessível apenas através do navegador QQ Browser, da mesma empresa. Nessa versão do museu, o eventual visitante poderá ver imagens, vídeos e outros documentos, que totalizam

700 arquivos digitais – muitos deles versões digitais de artefatos atingidos pelo fogo, reproduzidos com base nas informações provenientes dos visitantes, constituindo-se na primeira versão do Museu Nacional apresentada em uma língua estrangeira.

Embora a digitalização possa ser vista como um dos principais meios de não permitir que Museu Nacional caia no esquecimento, é preciso dizer que o próprio diretor da instituição não acredita que isso seja o suficiente. De acordo com Alexander Kellner, apesar de a reconstrução virtual do acervo ajudar a minimizar as perdas, o que o museu precisa mesmo é conseguir reconstruir as suas coleções. Em suas palavras: “é o material original que tem a mágica de capturar o interesse do visitante de um museu de história natural e antropologia!” (KELLNER, 2020, p. 117). A dimensão material, então, é fundamental para atrair visitantes e pesquisadores aos museus, tendo em vista que o material digitalizado, caso esteja disponibilizado na internet, pode ser acessado de qualquer lugar do mundo sem que a pessoa precise ir ao museu. Para além da mera questão da visita, é claro, há também o fato de que muitas pesquisas dependem da materialidade do objeto analisado, pois há características que nem sempre podem ser tão bem percebidas através de imagens computadorizadas, mesmo que em três dimensões.

Como demonstram as iniciativas de resgate, seja através da digitalização ou da restauração, a destruição parcial do Museu Nacional pelas chamas inspirou, em pesquisadores e visitantes do museu, a vontade de recuperar a memória da instituição como uma representante do desenvolvimento científico no Brasil, característica definida no próprio site do museu:

Criado por D. João VI, em 06 de junho de 1818 e inicialmente, sediado no Campo de Sant’Ana, serviu para atender aos interesses de promoção do progresso cultural e econômico do país. Como museu universitário, tem perfil acadêmico e científico. Suas exposições resultam da história da instituição e da excelência de suas atividades de pesquisa e ensino, cumprindo a finalidade precípua de produção e disseminação do conhecimento nas áreas de ciências naturais e antropológicas (MUSEU NACIONAL, 2021).

A valorização da pesquisa científica foi um tema de bastante relevância durante o ano de 2020, devido à pandemia de Covid-19. A necessidade de desenvolver de forma rápida uma vacina e, ao mesmo tempo, combater as desinformações a respeito dessa doença, como curas milagrosas e medicamentos de eficácia duvidosa, que eram propagadas até mesmo por governantes como Donald Trump e Jair Bolsonaro, fez com que, seja para criticar ou apoiar, a população em geral voltasse sua atenção para a

forma como as pesquisas científicas se desenvolviam. Nesse sentido, a recuperação digital de parte do acervo de um museu que é símbolo da pesquisa científica no Brasil pode ser considerada uma forma de atualização histórica, já que não apenas contribui para o maior conhecimento a respeito do passado do país, utilizando-se das tecnologias disponíveis para recuperar parte do que foi perdido, mas também tem grande significado para o momento atual, contribuindo para a perspectiva de que a pesquisa científica seja cada vez mais valorizada no futuro.

No entanto, alguns representantes políticos viram no incêndio e na reconstrução do Museu Nacional uma oportunidade para atualizar a identidade desse museu de outra forma. Ernesto Araujo, quando ainda Ministro das Relações Exteriores do governo de Jair Bolsonaro, unido a outros apoiadores do governo e entusiastas da monarquia, como o deputado Luiz Philippe Orleans e Bragança, tetranelo de D. Pedro II, e Olav Schrader, superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Rio de Janeiro, iniciaram um movimento de reivindicação do Palácio de São Cristóvão para a instalação de um Palácio Imperial. O museu seria, então, alienado da Universidade Federal do Rio de Janeiro e administrado pelo Governo Federal, o que implicaria na realocação de todo o acervo proveniente de pesquisas, assim como as próprias atividades de pesquisa, para outro prédio.

Além do prejuízo para as pesquisas desenvolvidas na instituição, a iniciativa ofuscaria o Museu Imperial, em Petrópolis, que já é dedicado aos tempos de monarquia. Embora tenha causado comoção, a proposta parece não ter se desenvolvido, mostrando-se apenas mais uma polêmica típica da agitação atualista (PEREIRA; ARAUJO, 2020a; 2020b) promovida por apoiadores do atual governo; ela é uma demonstração, no entanto, de que mesmo uma instituição tão antiga como o Museu Nacional, reconhecida não apenas por preservar um acervo acumulado ao longo de 200 anos, mas também por manter diversas pesquisas científicas em seu interior, pode ser alvo de uma forma de atualização atualista – entendida aqui como diferente de uma atualização histórica – que pretende fazer uso do passado de acordo com interesses políticos do presente, promovendo ativamente o esquecimento de uma determinada memória em prol de outra.

Outro museu ameaçado pelas chamas foi o Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, que havia completado 50 anos em 2019. O incêndio ocorreu em 15 de junho de 2020, menos de dois anos após o incidente no Museu Nacional, atingindo uma de suas reservas técnicas. Parte do acervo de arqueologia, entomologia e paleontologia foi perdido ou muito danificado, o que exigiu um trabalho com técnicas de escavação arqueológicas para recuperar o que fosse possível. No dia 13 de janeiro de 2021, durante o evento

“Museus universitários: desafios e oportunidades”, foi lançada a campanha Renasce Museu, com o objetivo de criar uma plataforma digital com fotos e informações sobre o acervo. Durante a *live* do evento, Carolina Vilas Boas, diretora do Departamento de Processos Museais do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), observou que a maioria dos projetos de digitalização de acervos são feitos “de improviso”, e que é necessário que se invista nesta área (CAC UFMG, 2021). Tanto a iniciativa do Renasce Museu quanto a fala de Vilas Boas indicam uma percepção do armazenamento e da exposição digitais como meios de preservação dos acervos. No entanto, a digitalização de acervos não deve ser entendida como uma atualização automática contra o risco da perda; algumas vezes, a remediação¹ para o digital pode ser uma justificativa para promover o apagamento de originais, como veremos a seguir.

Em 2017, o então senador Magno Malta, filiado ao Partido Liberal (PR) no Espírito Santo apresentou o Projeto de Lei 7.920/2017 que possuía a finalidade de alterar a lei 12.682, que dispunha sobre a digitalização de documentos. Além de garantir o valor legal dos documentos digitalizados, essa alteração permitiria que os documentos originais fossem eliminados após a sua digitalização. Por isso, quem se opunha a esse PL se referia a ele como “PL da Queima de Arquivo”. Historiadores e arquivistas se organizaram prontamente contra tal projeto de lei através da campanha “Queima de Arquivo Não”, da qual participavam organizações como a Associação Nacional de História (ANPUH), o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAV), entre outras.

Mesmo com a resistência de instituições especializadas na gestão de arquivos, em 2019, o presidente Jair Bolsonaro sancionou uma lei conhecida como Lei de Liberdade Econômica, oriunda da Medida Provisória 881/19, na qual, dentre outras ações, estava permitida a eliminação dos documentos originais após a sua digitalização. Para o professor de Gestão Arquivística da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), Charley Luz, essa MP “aparenta ser um colado de várias leis ajustadas” que “institui a ‘Queima de Arquivos’ na calada da noite e autoriza a destruição do patrimônio documental brasileiro” (LUZ, 2019, n. p.).

Para Renato Venâncio e Bruno Feitler, a falta de definições claras sobre quais documentos serão considerados “de valor histórico” e, por isso, destinados à guarda

¹ Optou-se por traduzir *remediation* (BOLTER; GRUSIN, 2000) como ‘remediação’ para facilitar a compreensão. Para uma discussão sobre o conceito, seu uso e sua tradução, Cf. BOLTER; GRUSIN, 2000; GRUSIN, 2004; SANTAELLA, 2007; MANOVICH, 2006 e SAAD CORRÊA, 2013.

permanente, faz com que a “Lei da Queima de Arquivo” possa ser usada como um instrumento de preservação de documentos totalmente sujeito às necessidades políticas dos diferentes governos ao longo dos anos (FEITLER; VENÂNCIO, 2018, p. 9). Outros problemas nesta lei incluem a falta de um plano de preservação dos documentos digitais – pois, se os originais físicos são destruídos e a versão digital desaparece, a perda é irreparável -; e o desrespeito aos órgãos arquivísticos competentes que, tradicionalmente, fornecem as bases para a conservação e o descarte de documentos, como é o caso das tabelas de temporalidade e das três idades do arquivo (ARAUJO; SANTOS; OLIVEIRA, 2020).

Os exemplos citados mostram que a digitalização dos acervos ou a virtualização de museus pode tanto contribuir para a sua permanência quanto para o seu desaparecimento, para a memória ou para o esquecimento, a depender das intenções de quem organiza esse processo e da forma como ele é feito. Diferencio, aqui, a digitalização da virtualização, por compreender que a digitalização é uma cópia de um objeto ou documento físico, ao passo que a virtualização de um museu, por exemplo, implica na criação de um espaço virtual para esse aparelho cultural (MARQUES, 2021). Assim, a simples atualização midiática, ou seja, ‘remidiar’ (transferir a outra mídia) o acervo através das tecnologias de digitalização e difusão da informação, não garante que o acervo estará a salvo do desaparecimento nem que o seu acesso estará democratizado. Vera Dodebei diz que “a digitalização é ao mesmo tempo a salvação e a destruição dos patrimônios da humanidade” (DODEBEI, 2006, p. 8). Enquanto a digitalização pode ser um meio eficaz de difundir a informação sem prejudicar a conservação dos documentos, o excesso de informação causado pela digitalização faz com que o pesquisador possa se sentir perdido, ou mesmo ansioso, ao lidar com a vasta documentação disponível. Além disso, há sempre a possibilidade de, repentinamente, toda a documentação contida em um site desaparecer devido a algum problema técnico.

A digitalização de acervos é o objetivo do programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), para que o conjunto das obras possa não apenas ser preservado, em alguma medida, em casos de sinistro, mas também para aumentar a sua acessibilidade, permitindo que pessoas ao redor do mundo possam conhecê-los. No entanto, o programa reconhece que “as reproduções digitais não são o equivalente dos suportes originais” (UNESCO, 2002, p. 12). É curioso, para não dizer trágico, pensar que a Unesco e outras instituições de memória se preocupam em manter ao menos algum vestígio de documentos que já não existem mais, enquanto o governo brasileiro aprova leis como a “Lei da Queima de Arquivo”, que permitem a eliminação dos documentos originais após a sua digitalização.

Tomando por base o documento da Unesco sobre a importância do patrimônio digital, assim como os exemplos dos museus incendiados e do projeto de lei da “Queima de Arquivo”, destaco alguns pontos principais no que diz respeito aos processos de virtualização emergencial nesses casos: 1) a digitalização / virtualização é, muitas vezes, vista como uma forma de diminuir os impactos da perda dos acervos diante da falta de investimentos na preservação dos prédios e dos acervos físicos de museus e arquivos; 2) a digitalização é associada, quase que automaticamente, à disponibilização e, por conseguinte, à democratização dos acervos. No entanto, é preciso manter um olhar crítico sobre esses dois pontos.

Levando em conta a característica do tempo atualista de valorar o que é mais novo, mais atual, como melhor ou mais verdadeiro, não podemos incorrer na ingenuidade de pensar que a digitalização ou a virtualização, por si só, contribuem para a preservação de memórias e para a democratização de histórias. O entendimento da ‘remediação’ em formato digital como uma solução para o problema da destruição de acervos ignora o fato de que a falta de suportes duradouros para os documentos digitais também pode levar ao seu desaparecimento, muitas vezes de forma irreversível. Além disso, em alguns casos, como vimos no projeto de lei do senador Magno Malta, a digitalização pode servir de pretexto para a destruição deliberada de documentos físicos originais, o que pode facilitar o apagamento de informações importantes. Em relação à digitalização como meio de difusão dos acervos, essa é uma característica do ambiente virtual valorizada por várias instituições de memória. No entanto, a digitalização não provê a democratização do acesso de forma automática; basta lembrar que o acesso à internet ainda é ausente em muitas casas e que há formas de se restringir o que está online, como através de exigências de pagamento ou mesmo de restrições de acesso – como o caso da versão virtual do Museu Nacional que, embora se trate de um museu brasileiro, só pode ser acessado pelos usuários do browser produzido pela empresa que empreendeu esse projeto e que compreendam chinês.

Assim, é preciso que compreendamos o trânsito entre o digital e analógico como qualquer outro tipo de atividade humana: sem naturalizá-lo como algo proveniente da passagem do tempo, como se fosse uma atualização automática e como se não houvesse, nesse processo, intenções políticas, econômicas ou ideológicas. Nesse sentido, podemos destacar como, nos casos analisados, houve oportunidades para atualizações atualistas e atualizações históricas: a digitalização de acervos e/ou a criação de espaços virtuais para os museus pode ser entendida como atualização histórica, quando contribui para um projeto de futuro mais democrático, com maior acesso à informação e com a valorização da ciência e dos variados grupos que compõem o tecido social; por outro lado, há o risco de atualizações atualistas, como no caso da

“Lei da Queima de Arquivo”, que compreende a digitalização como forma de atualizar informações que, em seu formato original, poderiam ser destruídas, possibilitando a manipulação e o ocultamento de fatos históricos importantes.

Derrubada e remoção de estátuas como atualizações históricas

25 de maio de 2020. Enquanto inúmeras pessoas ao redor do mundo temiam que seu direito fundamental à respiração (MBEMBE, 2020) fosse violado pela Covid-19, um homem morria sufocado por um policial na cidade de Minneapolis, nos Estados Unidos. A morte de George Floyd se tornou um símbolo, uma metonímia de muitas outras mortes de pessoas negras que ocorreram e ainda ocorrem devido à violência policial estruturalmente racista. Racismo que tenta se esconder, muitas vezes, sob o silenciamento das histórias de pessoas não brancas. Esse silenciamento está presente também nos monumentos que fazem parte do cotidiano das cidades, que celebram personagens históricos os quais, muitas vezes, se tornaram famosos às custas da escravização de seus contemporâneos.

A predominância de estátuas e monumentos que homenageiam homens brancos colonizadores evidencia duas exclusões históricas que se imbricam em seus significados: de um lado, elas transmitem para a posteridade a recordação desses personagens como exemplos de empreendedorismo, intelectualidade, honradez ou bondade, a despeito de serem favoráveis à escravização de outros seres humanos; de outro, a ausência de estátuas e monumentos que enaltecem mulheres, negros, indígenas e outros grupos oblitera a agência desses sujeitos na história da comunidade ou do país ao qual fizeram parte, relegando-os ao esquecimento. Assim, o assassinato de George Floyd tornou-se o gatilho para movimentos antirracistas nos Estados Unidos e em outras partes do mundo, incluindo o Brasil, movimentos que encontraram na derrubada ou modificação de estátuas uma forma, pode-se dizer catártica, de reivindicar não apenas o lugar desses sujeitos históricos apagados, mas também o seu próprio lugar no presente como pessoas que merecem viver sem terem suas vidas colocadas em risco pelo racismo.

A remoção de monumentos e estátuas não é algo novo nem exclusivo de manifestações antirracistas. Em Budapeste, na Hungria, o Memento Park abriga as estátuas que simbolizavam o poder soviético e que foram retiradas da cidade após o desmantelamento da URSS. No entanto, mesmo antes da criação deste “cemitério de estátuas” (MAGALHÃES, 2020, n. p.), fruto de uma política de memória planejada, alguns monumentos foram derrubados pela própria população, como é o caso da gigantesca estátua de Stalin, posta abaixo durante a Revolução Húngara, em 1956. Mais

recentemente, em 2003, uma estátua de Saddam Hussein localizada na Praça Firdos foi derrubada na capital do Iraque por opositores ao regime e soldados estadunidenses quando os Estados Unidos invadiram o país. No Brasil, a retirada do busto de Costa e Silva em Taquari, no Rio Grande do Sul, cidade natal do ex-ditador, no ano de 2014, causou polêmica. Embora o prefeito da cidade intencionasse realocar o busto em um museu, com uma inscrição que fizesse uma referência às violências cometidas no período ditatorial brasileiro, o Ministério Público exigiu que a estátua voltasse a seu lugar de origem.

Nem sempre a motivação para o deslocamento ou a destruição de monumentos é de cunho estritamente político. Entre dezembro de 2015 e abril de 2016, a artista e curadora de arte Giselle Beiguelman exibiu o projeto Memória da Amnésia, no qual monumentos da cidade de São Paulo que estavam guardados (ou, em alguns casos, abandonados) em depósitos foram realocados no Arquivo Histórico de São Paulo. Segundo Beiguelman, geralmente são três as razões para a retirada ou o realojamento de monumentos na cidade: “obras urbanas, questões orçamentárias e argumentos de cunho ideológico e moral” (BEIGUELMAN, 2019, p. 79). O projeto incluiu, além da exibição dos monumentos, um mapeamento do deslocamento desses objetos pela cidade ao longo dos anos, gerando o Guia dos Monumentos Nômades.² Partindo da relação feita por Jacques Le Goff entre o documento e o monumento (LE GOFF, 1996), a exposição Memória da Amnésia pretendia transformar os monumentos paulistanos levados ao ostracismo em documentos:

Levar monumentos para dentro de um arquivo e deitá-los em seu saguão principal significava inverter, propositalmente, duas lógicas. A primeira é a da relação de horizontalidade e verticalidade da memória, postuladas pelas configurações tradicionais de documento e monumento. A outra, a dos espaços consagrados aos monumentos – as praças públicas – e aos documentos – o sossego dos recintos fechados dos arquivos (BEIGUELMAN, 2019, p. 86).

Esses monumentos documentam, assim, uma política do esquecimento colocada em prática pelos governantes e também pelos moradores que conviveram com as peças que, um dia, foram expostas em praças públicas. Essa relação entre os monumentos que são vistos cotidianamente pelas pessoas e os documentos resguardados nas gavetas dos arquivos pode ser melhor analisada, se adotarmos as definições de cânon e arquivo propostas por Aleida Assmann (2008). O cânon seria uma forma ativa de lembrança, como

² Disponível em: www.desvirtual.com/mda/guia-dos-monumentos-nomades/ Acesso em: 16 mai. 2022.

as peças que ficam expostas em um museu; já a forma passiva da memória cultural seria o arquivo, aquelas peças ou documentos do museu que não estão expostas ao público, mas guardados em arquivos ou reservas técnicas. Uma é a memória selecionada, um pouco do passado que se faz presente através de sua exposição; a outra é a memória acumulada, armazenada, identificada como algo do passado. Cânon e arquivo se alimentam e mudam de status entre si: uma peça pode sair da reserva técnica para ser exibida ao público, e vice-versa. Os monumentos relegados aos depósitos e selecionados por Beiguelman, no entanto, não estavam nem mesmo na condição de arquivo, e sim ocultados, propositalmente ostracizados, socialmente esquecidos.

Os monumentos, criados para homenagear personagens históricos ou lembrar de forma artística fatos relevantes para uma determinada comunidade ou país, podem terminar por exercer mal a sua função quando são ignorados pelas pessoas que por eles passam e nem os percebem. Muitas vezes, uma estátua passa a ser simplesmente um ponto de referência ao marcar um encontro entre amigos, e nada mais. Quando esses monumentos sofrem algum tipo de intervenção, como o seu realojamento, sua derrubada ou alguma outra modificação, seu reconhecimento como parte da memória local parece voltar à tona nos debates entre os que defendem a sua manutenção ou a sua modificação. Um exemplo é a estátua do bandeirante Borba Gato, em Santo Amaro, São Paulo, incendiada em julho de 2021 por manifestantes. Devido à relação entre o bandeirantismo e a escravização e morte de indígenas, o monumento já havia passado por outros tipos de intervenções, como a colocação de réplicas de crânios à sua frente, em 2020, que também foram colocados em frente ao Monumento às Bandeiras, também em São Paulo.

A derrubada de estátuas nos Estados Unidos, no Brasil e em outros países com histórico de escravização da população negra foi intensificada após a morte de George Floyd, como uma forma não apenas de negar homenagens àqueles que foram algozes dos ancestrais de parte da população, mas também de reivindicar a presença de outros sujeitos históricos que lutaram pelos seus direitos e contribuíram para a formação do país, como indígenas, negros e mulheres, parcamente representados nos monumentos espalhados pelas cidades. A ação dos movimentos que optaram por fazer intervenções, derrubar ou incendiar estátuas não pode ser compreendida como mero vandalismo, como muitas vezes acontece. Ela pode ser inserida nas dinâmicas da memória cultural, a qual se forma não apenas por meio de monumentos e documentos de arquivo, mas também de performances que atualizam o significado dessas memórias (TAYLOR, 2013). A derrubada enquanto performance faz parte de uma atualização histórica efetuada em um momento catártico que busca denunciar os efeitos da colonização e da escravidão

que ainda são presentes nessas sociedades, como o racismo estrutural e a violência policial contra a população negra.

Embora a derrubada ou a destruição de monumentos possa ser uma forma legítima de atualização histórica, na qual diversos atores sociais contribuem para a elaboração de historicidades mais democráticas (ABREU; PEREIRA; BIANCHI, 2018), o apagamento dessas homenagens não é a única possibilidade de atualização histórica que pode ser aplicada a estátuas que homenageiam ditadores, escravocratas ou colonizadores. Marcelo Abreu, referindo-se ao potencial mobilizador que as comemorações têm, como no caso do dia 7 de setembro, quando se comemora a Independência do Brasil, diz que essas datas: “catalisam os atos e meios de memória, colocando o arquivo e o repertório em compasso na recriação da história e da própria celebração como um novo evento histórico” (ABREU, 2021, p. 265). No caso da mobilização em torno das estátuas que se relacionam ao racismo, o agente catalisador não foi necessariamente uma data comemorativa, mas uma morte que simboliza várias outras mortes que já haviam acontecido anteriormente devido à discriminação racial e à desigualdade social. Assim, cada intervenção feita em um monumento assemelha-se a uma rememoração dessas mortes, que já ocorrem há séculos. A aparente demora em reagir a tais violências pode ser compreendida se, mais uma vez, retomarmos as características do tempo atualista:

Enquanto o sujeito moderno poderia se entender como acelerador ou desacelerador do tempo histórico, a depender de suas posições político-existenciais, o sujeito atualista parece não esperar mais ter controle sobre esse tempo. Frente a um presente que continuamente se reproduz, ele é levado a estar ou atualizado ou obsoleto, com diversas possibilidades de modulação. Nesse sentido, a condição atualista é caracterizada por uma percepção de que a realidade se reproduz automaticamente. É uma situação que cria a ilusão de que a ação não vale a pena, não é possível ou necessária. [...] Neste caso, as reações populares contra a violência policial, o racismo e outras formas de discriminação parece ser um movimento contra-atualista; mas, ao mesmo tempo, o que esses movimentos reivindicam é uma atualização do patrimônio, dos monumentos e da história. (ARAUJO; MARQUES; PEREIRA, 2021, p. 66).

A derrubada e/ou a destruição de monumentos, então, são legitimadas pelo elemento catalisador da morte de George Floyd, em um momento no qual outras crises, para além do reconhecimento do racismo, estavam em curso devido à pandemia de Covid-19, que escancarou diversos problemas econômicos e sociais no Brasil e no mundo (ARAUJO; MARQUES; PEREIRA, 2020). No entanto, em momentos menos turbulentos, o ideal é

que exista um diálogo na sociedade sobre a manutenção, retirada ou modificação de monumentos que representem ou não os valores da comunidade na qual estão inseridos. Realocar estátuas em museus e em depósitos, destruí-las ou contextualizá-las com placas e intervenções artísticas – nenhuma dessas alternativas pode ser considerada como uma solução que poderá ser aplicada automaticamente a monumentos polêmicos. A atualização histórica desses locais de memória só pode acontecer a partir da análise de cada caso, levando em consideração o passado, suas consequências no presente e como ele pode colaborar para projetos de futuro que contribuam para o fim do racismo e de outras desigualdades sociais.

Considerações finais

Michel de Certeau, quando definiu as características da operação historiográfica, apontou a história como a responsável por organizar as temporalidades, distanciando passado, presente e futuro através das narrativas. A operação historiográfica historiciza o atual, representa o passado como aquilo que falta e, com isso, abre espaço para um futuro; é ela quem estabelece os limites entre essas temporalidades (CERTEAU, 1982). Dessa forma, a historiografia poderia atuar como um “protocolo de comunicação” (CASTELLS, 2011) ou como uma ação contra-atualista (ARAUJO; PEREIRA, 2021), contribuindo para a identificação dos entrelaçamentos entre passado, presente e futuro, complexificando os fatos e as disputas por memórias que, muitas vezes, parecem ressurgir de formas atualizadas no presente sem muita profundidade.

A historiografia como estratégia contra-atualista, no entanto, precisa repensar a forma como o tempo histórico é compreendido na contemporaneidade. A narrativa historiográfica, que produz linguisticamente a diferença entre o que ainda é presente e o que já passou (KOSELLECK, 2006, p. 116), colabora para que a sensação de rapidez e “curto prazo” do presente seja problematizada. Para Guldi e Armitage, as rápidas mudanças vivenciadas no presente provocam a perda de uma noção de longa duração e de planejamento do futuro. Dessa forma, a narrativa historiográfica pode colaborar para nos lembrar das imbricadas relações entre o passado, o presente e o futuro, se apropriando, inclusive, da grande disponibilidade de informação possibilitada pelas novas tecnologias, tendo como exemplo o Big Data (ARMITAGE; GULDI, 2015). A crítica historiográfica, nesse sentido, permite que compreendamos os eventos dentro de seus contextos temporais, ao mesmo tempo em que trata o próprio presente historicamente (WHITE, 2007, p. 223).

As transformações provocadas pelas novas mídias em nossa relação com o tempo e a diferenciação entre passado, presente e futuro demandam dos historiadores uma atenção maior sobre os possíveis regimes de historicidade (HARTOG, 2015) que estão convivendo na contemporaneidade. A própria noção de regimes de historicidade, por parecer um tanto quanto limitante, pode já não dar conta da experiência de tempo atualista e das simultaneidades que estamos vivendo. Levar em conta outras noções além do tempo cronológico, linear e dividido em épocas é fundamental para compreendermos a nossa experiência de tempo atual e fomentar atualizações históricas. Rodrigo Turin sugere que ser contemporâneo se relaciona menos com o instante cronológico no qual as pessoas e as coisas existem, “mas diz respeito à posse do elemento que singulariza um determinado presente, distinguindo-o dos outros tempos que são por ele, no mesmo movimento, englobados e hierarquizados” (TURIN, 2019, p. 10). Dessa forma, seria melhor pensarmos em uma ‘contemporaneidade’, cuja principal característica é a multiplicidade de experiências, que pode favorecer a democratização das narrativas sobre memória através de suas negociações e disputas.

Algumas ações podem colaborar para uma melhor compreensão de nosso próprio tempo e para a renovação de uma expectativa de futuro na qual sejamos agentes, e não apenas espectadores: 1) o entendimento da narrativa histórica como ação contra-atualista e criadora de pontes de sentido que favorecem o diálogo entre os diferentes grupos sociais através do seu potencial de organizar o tempo, já que passado, presente e futuro são construções dessa própria narrativa; 2) a incorporação nas narrativas históricas de outras formas de tempo, que não apenas a cronológica, como é o caso do tempo kairológico; 3) a defesa do direito à imprevisibilidade do futuro, assim como da incorporação de variadas memórias e epistemologias à historiografia, para que a potencialidade democrática das atualizações históricas e outras formas de ações contra-atualistas se sobreponham aos negacionismos e às narrativas que não contemplam a pluralidade da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo. Comemorações, linguagem histórica e a linguagem nacional. *In: CALDEIRA, Ana Paula; MARCELINO, Douglas (org.). Lugares e práticas historiográficas: escritas, museus, imagens e comemorações*. Curitiba: CRV, 2021. p. 251-274.

ABREU, Marcelo; BIANCHI, Guilherme; PEREIRA, Mateus. Popularizações do passado e historicidades democráticas: escrita colaborativa, performance e práticas do espaço. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 279-315, abr./jun. 2018.

ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus; KLEM, Bruna (org.) **Do Fake ao Fato: (des)atualizando Bolsonaro**. Vitória: Milfontes, 2020.

ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus H. F. Reconfigurações do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1 e 2, p. 270-297, jan./dez. 2016.

ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus H. F. **Atualismo 1.0**: como a ideia de atualização mudou o século XXI. Ouro Preto: SBTHH, 2018.

ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus. Atualismo: Pandemia e historicidades no interminável 2020. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. e39802, 22 mar. 2021.

ARAUJO, Valdei; MARQUES, Mayra; PEREIRA, Mateus. **Almanaque da COVID-19**: 150 dias para não esquecer, ou a história do encontro entre um presidente *fake* e um vírus real. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

ARAUJO, Valdei; MARQUES, Mayra; PEREIRA, Mateus. Obsolescência e atualização de monumentos: derrubar estátuas e comemorar a história. *In*: FRANZINI, Fábio; LIMA, Luís Filipe Silvério (org.). **Olhar o abismo**: visões sobre o passado e o presente do Brasil atual. Vitória: Editora Milfontes, 2021. p. 51-84.

ARAUJO, Claudialyne; SANTOS, Monica; OLIVEIRA, Danielle. Impactos do Projeto de Lei nº 7.920/2017 nos processos de gestão documental nos arquivos brasileiros: reflexões e posicionamentos. **Ci. Inf. Rev.**, Maceió, v. 7, n. 1, p. 86-104, jan./abr. 2020.

ARMITAGE, David; GULDI, Jo. **The History Manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

ASSMANN, Aleida. Canon and archive. *In*: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar. **Cultural memory studies**: an international and interdisciplinary handbook. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 2008. p. 97-108.

BEIGUELMAN, Giselle. **Memória da Amnésia**. Disponível em: <https://bit.ly/3Jcijga> Acesso em: 31 ago. 2021.

BEIGUELMAN, Gisele. **Memória da Amnésia**: políticas do esquecimento. São Paulo: Editora Sesc, 2019.

BOLTER, Jay; GRUSIN, Richard. **Remediation**. Understanding new media. Cambridge: MIT Press, 2000.

CAC UFMG. Museus universitários: desafios e oportunidades. **Youtube**, 13 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3FwMtdt>. Acesso em 22 mai. 2021.

CALGARO, Fernanda. 'Já está feito, já pegou fogo, quer que faça o quê?', diz Bolsonaro sobre incêndio no Museu Nacional. **G1**, 04 de setembro de 2018. Disponível em: <https://glo.bo/3ennSKz>. Acesso em: 15 dez. 2021.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede, a era da informação**: economia, sociedade e cultura, v. I. Trad. Roneide Venâncio Majer e Jussara Simões. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. Museus na era da informação: conectores culturais de tempo e espaço. **Revista Musas**, Brasília, ano VII, n. 5, 2011b, p. 8-21. Disponível em: <https://bit.ly/32juh7n>. Acesso em: 05 mar. 2021.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. *In*: CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. p. 56-108.

CHUN, Wendy. **Updating to remain the same**: habitual new media. Cambridge: MIT Press, 2016.

DODEBEI, V. Patrimônio e memória digital. **Morpheus**: Revista Eletrônica em Ciências Humanas, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 2006. p. 1-13. Disponível em: <https://bit.ly/33YWVLn>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GRUSIN, Richard. Premediation. **Criticism**, Detroit, v. 46, n. 1, p. 17-39, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3Hb3IVY>. Acesso em 23 dez. 2021.

HARTOG, F. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015

HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KELLNER, Alexander. Palavra do Diretor. *In*: SEREJO, Cristiana (ed.). **Museu Nacional, panorama dos acervos: Passado, Presente e Futuro**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020. p. 116-119.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. São Paulo: Contraponto, 2006.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In*: **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 1990. n. p.

LUZ, Charley. Medida Provisória n. 881/19. **AABA – Associação dos Arquivistas da Bahia**, 07 de maio de 2019. Disponível em <https://bit.ly/3yWVzMB>. Acesso em 22 mai. 2021.

MAGALHÃES, Aline. Um cemitério de estátuas indesejadas. **Exporvisões**, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3FGU9YU>. Acesso em: 31 ago. 2021.

MANOVICH, Lev. **After effects, or velvet revolution in modern culture**. Part I. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3qkYKd0>. Acesso em: 23 dez. de 2021.

MARQUES, Mayra. Quantos espaços pode ocupar um museu? A atuação do Museu da Música de Mariana como arquivo, museu e páginas da web. **Temporalidades**, Belo Horizonte, n. 1, v. 13, ed. 35, p. 729-750, jan./jun. 2021.

MBEMBE, Achille O direito universal à respiração. **Instituto Humanitas Unisinos**, 17 de abril de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3HhzjQz>. Acesso em: 31 ago. 2021.

MUSEU NACIONAL. **O Museu**. Disponível em: <https://bit.ly/3HbfTwz>. Acesso em: 22 mai. 2021.

PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. O primeiro debate presidencial nos EUA e a crise da democracia. **Jornalistas Livres**, 01 de outubro de 2020a. Disponível em: <https://bit.ly/3myWyNZ>. Acesso em: 31 ago. 2021.

PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. O show de Trump: renovação ou cancelamento? **Jornalistas Livres**, 06 de novembro de 2020b. Disponível em: <https://bit.ly/3JmZ0AP>. Acesso em: 31 ago. 2021.

RAMALHO, W. Reinterpreting the “times of crisis” based on the asymmetry between chronos and kairos. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 14, n. 35, p. 115-144, 29 mar. 2021.

SAAD CORRÊA, Elizabeth. De remediação à premediação: ou de como a sensação de imediatismo da sociedade digital dos anos 1990 evoluiu para um clima de contínua antecipação do futuro no século XXI. **MATRIZES**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 163-172, julho-dezembro 2013.

SANTAELLA, Lúcia. As linguagens como antídotos ao midiacentrismo. **MATRIZES**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 75-97, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/33ZTVhO> Acesso em: 23 dez. 2021.

SEREJO, Cristiana (ed.). **Museu Nacional**: Panorama dos Acervos. Passado, Presente e Futuro. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

SIBILIA, Paula. **El hombre postorgánico**: cuerpo, subjetividad y tecnologías digitales, Buenos Aires: FCE, 2005.

TURIN, Rodrigo. **Tempos precários**: aceleração, historicidade e semântica neoliberal. Copenhagen: Zazie, 2019.

UNESCO. **Memória do Mundo**: diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental. 2002. Disponível em: <https://mowlac.files.wordpress.com/2012/07/diretrizes-para-a-salvaguarda-do-patrimc3b4nio-documental.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2022.

VENANCIO, Renato Pinto; FEITLER, Bruno. Arquivos sob ameaça: os perigos de uma -política antiarquivística. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 7-14, ago. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3Hcxbt7>. Acesso em: 15 de mai. 2021.

VINHAS, Luciana. O messias que não faz milagre: notas sobre a ideologia da destruição. **Revista da ABRALIN**, Sergipe, v. 19, n. 3, p. 455-474, 17 dez. 2020.

WHITE, Hayden. Afterword: Manifesto time. In: JENKINS, K.; MORGAN, S; MUNSLOW, A. (ed.). **Manifestos for History**. Abingdon: Routledge, 2007. p. 220-231.

ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism**. London: Profile Books, 2019.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Mayra Marques é doutoranda vinculada à linha de pesquisa Ideias, Linguagens e Historiografia do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, tendo concluído o mestrado e a licenciatura em História na mesma instituição. Participa do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM). É editora adjunta da área de Ciências Humanas e Sociais da Revista Brasileira de Educação Básica, da UFMG, e co-autora do livro *Almanaque da Covid-19*, em parceria com Mateus Pereira e Valdei Araujo, publicado pela Editora Milfontes em 2020. Tem interesse nos seguintes temas: museus, museus virtuais, arquivos, memória cultural, história pública, história digital.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua do Seminário, s/n, Mariana, MG, 35420-000, Brasil.

FINANCIAMENTO

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Número do processo: 88882.469653/2019-01

AGRADECIMENTO

Agradeço à CAPES, pelo financiamento da pesquisa; ao meu orientador Mateus Pereira, assim como aos professores Valdei Araujo, Marcelo Abreu, Anita Lucchesi e ao colega Walderez Ramalho pelas indicações de bibliografia, pela leitura de alguns trechos deste artigo e pela oportunidade de intercambiarmos ideias. Por fim, mas não menos importante, agradeço a Thiago Oshiro, Ercimar de Souza Reis, Ricardo Alves, Jumara Pedruzzi, Stephanie Martins, Leonardo Queiroz, Aline Machado, Marcos Sousa e Letícia Ferraz pela ajuda em algumas questões relativas à traduções, bibliografia, conceitos e outros elementos necessários para a produção deste trabalho.

CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse foi declarado.

APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

CONTEXTO DA PESQUISA

Este trabalho está inserido no contexto das pesquisas relativas aos grupos Historicidades Democráticas e Atualismo, ambos da UFOP, assim como se relaciona, também, com a produção dos livros *Almanaque da Covid-19* (PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdeí; MARQUES, Mayra. Milfontes, 2020) e *Bolsotrump: realidades paralelas* (PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdeí; MARQUES, Mayra; RAMALHO, Walderez. FGV, 2022).

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA E OUTROS MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

EDITORES RESPONSÁVEIS

Flávia Varella – Editora-chefe

João Rodolfo Munhoz Ohara – Editor executivo

DIREITOS AUTORAIS

Copyright © 2022 Mayra de Souza Marques.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Data de submissão: 1 de setembro de 2021

Data de alteração: 13 de dezembro de 2021

Data de aprovação: 3 de janeiro de 2022

Towards conflicting chronologies: a topographic insight following Reinhart Koselleck's work

Lucila Svampa ^a

lucilasvampa@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0713-7950> 

^a Universidad de Buenos Aires, Instituto de Investigaciones Gino Germani, Ciudad de Buenos Aires, Argentina

ABSTRACT

This article considers the role that spatiality played in Koselleck's work. With that aim, we will examine how the writer dealt with the relationship between historicity and spatiality. His few theorizations regarding this topic will be taken into account, as well as different concepts relevant to his work that evoke this partnership. Through an analysis of five terms, Zeitschichten, Erfahrungsraum, Erwartungshorizont, Standortbindung, and Utopie, we will show how spatiality holds a secondary position in relation to history and how they affect Koselleck's theory of historical times.

KEYWORDS

Space. History. Reinhart Koselleck.

Introduction

The centrality of relationships between space and history have long been studied by the Western philosophical tradition. Kant's musings on the transcendental aesthetic in *Kritik der reinen Vernunft* (1781) on time and space as pure intuitions marked, to a great extent, later considerations on the topic. But these connections fell within the purview not only of philosophy and history but also of geography and geopolitics. In recent decades, there has been a strengthening of the so-called "spatial turn," which led to an increase in related publications and events.¹ For regular readers of Koselleck, it is not difficult to see that this author's work — although it only adjacently addresses the topic — incorporates the spatial factor in its historical considerations. With an overall view of his works in mind, we must admit that, strictly speaking, there is only one text that briefly develops the relationships between history and space: "Raum und Geschichte". Indeed, there is no entry in *Geschichtliche Grundbegriffe* — edited by Koselleck, along with Werner Conze and Otto Brunner — dedicated to Raum but neither of Zeit. This does not mean an oversight or devaluation of these concepts; it simply shows a lack of systematicity in Koselleck's work in the treatment of this particular aspect, which, strictly speaking, is representative of his theoretical legacy. In addition to the brief essay mentioned, there is a series of concepts with a spatial connotation that operate within his Historik, and which we will analyze here. Possibly, because of the marginal place that this matter occupies in Koselleck's large writings, this subject has rarely been addressed in scholarly literature. In this context of neglect, a wonderfully instructive paper was recently published by Niklas Olsen (2021), in which he elucidates the theoretical and personal path that led Koselleck to an ambivalent point of view regarding this approach.

Beyond his short discussion on time and space, we will explore some spatial concepts that appear in Reinhart Koselleck's work in at least two senses: on the one hand, as a device to understand what takes place; and on the other hand, as a means to envision what may take place. Within this first sense, we can consider categories that are very explicitly connected with space, such as Zeitschichten (layers of time) Erfahrungsraum (space of experience), and Standortbindung (bond with location). The second group involves the unavoidable Erwartungshorizont (horizon of expectations) and Utopie (utopia) as conceptual derivations. Both senses provide the author with

¹ For a literature review on the spatial turn, see Angelo (2008) and Zeller (2004), who refer to the background left by Denis Cosgrove. Today the spatial turn is studied from multiple perspectives in the historiography, philosophy and social sciences: territory and capitalism (SOJA, 1989), global history (MIDDEL, 2005), just to give some examples. Other turns, such as the linguistic turn and the postcolonial (SPIVAK, 1999) are as well largely interwoven with it.

a vehicle to explain historical phenomena borrowing concepts from geography. With these resources at hand, Koselleck portrays the displacement, not only of past events but also of historical theory as such. Experience and space are utterly connected, as Koselleck states: "It makes sense to say that experience based on the past is spatial since it is assembled into a totality, within which many layers of earlier times are simultaneously present" (KOSELLECK, 2004, p. 260). Other spatially connotated terms, which we will not explore here, such as *Schleuse* and *Sattel*, may also highlight the role of topographical metaphors in his *Historik*.

Koselleck analyzes the dislocations in the ways we understand historicity after the break with the *historia magistra vitae*. Fractures and dislocations are, according to the author, essential to understanding the development of the *Sattelzeit* and the crisis through which the *Neuzeit* (modernity) came into being. To understand these changes, we need more than sources and pure facts; historical research without a theory of historical times implies serious methodological problems. For this reason, Koselleck argues that it becomes imperative to construct a *Theorie des geschichtliche Zeiten*, which, among other things, requires the "destruction of natural chronology," (KOSELLECK, 2000, p. 306) based on temporal successions.

In this context, we will try to formulate in what sense does Koselleck's use of spatial concepts illuminate key aspects of his theory of historical times. Do these spatial concepts indicate a preeminence of space over time? If periodization supposes a space made of time — the process of categorizing the past into discrete, quantified, named blocks of time — is Koselleck's theory of historical times not paradoxically resting upon linear time? This article aims to explore the confluence of spatial and historical notions in Koselleck's work. As a consequence, we will firstly try to formulate how the use of spatial concepts deals with chronological orders. To do so, we will present Olson's contribution and consider the article "Raum und Geschichte". Secondly, we will explore five spatial concepts and their implications, mainly in *Vergangene Zukunft* and *Zeitschichten*, two books in which they play a significant role (KOSELLECK, 1989; 2000). Finally, we will offer some conclusions and possible connections between space and chronological orders.

Space between the historical and metahistorical conditions

As already stated, Olsen offers a rigorous introduction to this subject, which kickoffs wondering if Koselleck was really a pioneer of the spatial turn. In this context, he proposes a theoretical journey with nuances that should not go unnoticed when finding

a reliable answer to this question. His position is quite clear at the beginning of the text, when he affirms: “Koselleck’s reflections on spatial matters were generally too broad, unelaborated and unsystematic to constitute a unified framework or a specific research agenda” (OLSEN, 2021, p. 2).

The article summarizes three arguments: that Koselleck’s reflection on space is marginal, that the spatial question involves anthropological, geographical, phenomenological and linguistic dimensions, and that the academic reception of spatial aspects in Koselleck’s work is poor. Something that Olsen makes clear, and with which we agree here, is that Koselleck’s approach to space is linked to his *Historik*. His essay begins by tracing Heidegger’s Koselleckian reception, where human existence is temporarily situated and updating the conceptual pairs proposed in *Sein und Zeit*. For Koselleck being is always equivalent to being in.² But, according to Olsen, this is only developed between ambiguities. He goes to *Kritik und Krisis*, and affirms that, in that book, spatial notions appear in three senses: 1. Based on Hobbes, Koselleck uses the inner/outer separation to justify the difference between public and private, politics and morality; 2. Koselleck relied on the difference between inside/outside and secret/public to talk about the lodges; 3. The pair master/slave were linked to their own hierarchies within the lodges. From these examples, Olsen wants to show that these reflections are held on a metaphorical level and are not directly connected to the “actual space”:

Even if they have special connotations, these categories are general terms, deeply embedded in Western languages, rather than notions that truly pertain to physical space. The perspective on the masonic lodges as a socially created space in the emergent public sphere stands out from these general uses by its connotations with concrete and literal manifestations (public/private space, citizens’ access to governmental spaces). This, it seems, is the only analytical perspective in *Kritik und Krise* that directly addresses how the spatial character of history makes a range possible a range of societal developments (OLSEN, 2021, p. 4-5).

This leads him to conclude that spatial concepts have a very restricted role both in the aforementioned text and in his later writings. Even considering the idea of

² Olsen states “But, for Koselleck, *to be* is arguably also *to be in space*. Hence, as he explains in later works, Koselleck’s anthropological system can be read as a rectification of Heidegger’s narrow focus on individual time, through a consideration of what we might call ‘collective social space’ and dynamics” (OLSEN, 2021, p. 4).

“historical space”, Olsen affirms that Koselleck’s analyzes always show a primacy of time over space.

The second approach is the geopolitical one. There, Olsen refers to the Schmittian influence and makes it clear that it contributed greatly to the expansionist aims of Nazism, through the Grossraum theory. Olsen briefly expands on the theory of the *Der nomos der Erde* and later states that the Koselleckian reception was central to a particular analysis of the economic and political development of England, traversed by its maritime life. This appears as a kick for the chronicle of an investigation never carried out by Koselleck, although he announced it with great interest in a letter to Schmitt in the fifties. Olsen then moves his gaze to the horizon of expectations and space of experiences, emphasizing the emergence of the future as a modern dimension. In addition, he adds: “According to Koselleck, in this transformation, history was not only temporalized, but — we might say — also de-spatialized, as space was superseded by time as the measure of social reality” (OLSEN, 2021, p. 7). The latter is justified by the movement of a utopia that abandons space exploration and projects itself into the future. This is combined with a theory of modernity that evokes the phenomenon of acceleration, produced by technical advances that contracted space, leaving us in a smaller world. At this point, Olsen shows a predominance in Koselleck’s interest in time at the expense of space, starting in the 1970s. Despite this, there is an undeniable protagonism of spatial language, which Koselleck makes explicit in some articles by *Zeitschichten*, which anchors its origins in Braudel and its three layers. Olsen replaces the most relevant points of *Raum und Geschichte*, highlighting the importance of the concept of *Zeitraum* (timespace). At the same time, he recovers the breadth with which Koselleck visited this theme and the fact that it resulted in a metaphorical use of spatial concepts. Olsen’s key observation is that Koselleck does not apply this evaluative equalization of time and space in his historiographical research: “In general, Koselleck refrains from setting up basic distinctions such as the one between physical space and phenomenal space and elaborates very little on the implications of the socially constructed space, the politics of space, and on space as possibly having a type of historical agency in its own right” (OLSEN, 2021, p. 10).

The problem is that Olsen says that his interest in time overshadowed his interest in space and by saying this, he is denying that there is an incorporation of spatiality in his study of historical time. He also criticizes that Koselleck has little empirical support but is not clear how this could precisely be a valid argument if we consider that Koselleck proposes a *Historik* within the framework of a theory of history, which does not necessarily have to develop a specific application to a historiographical investigation.

Once Olsen's main contributions have been reconstructed, we will now proceed to offer some reflections that may strengthen the discussion. Only once does Koselleck specifically address the relationship between space and history. This occurs in *Raum und Geschichte*, the meaning of which can be understood based on his theory of the layers of time.³ In fact, this article takes part of *Zeitschichten*, in which introduction he mentions that "every historical space is constituted by the strength of time, with which space can be stridden across, becoming politically and economically controllable" (KOSELLECK, 2000, p. 9, my translation). As we have mentioned, there are also fundamental terms that move on the spatial plane and constitute pillars of great relevance to his theory of historical times and conceptual history. Here Koselleck argues that, although the relationship between these two aspects is undeniable, a clearer definition must be reached, given the broad spectrum of connotations encapsulated by each. Throughout modernity, the relationships between these two concepts were penetrated by the correspondence between history and nature and were also largely influenced by the concept of time. Once a kind of opposition was established between the scientific vision and the historical one, geography was separated from both disciplinary fields. Throughout the different traditions of thought, time — conceived of as the fundamental basis of the historical — held a very marked central role in relation to that held by space. And although there were reasons for this asymmetry, Koselleck invokes the importance of geopolitics to highlight how space is not only a condition for all history but also that it is historicized: "My thesis then would be the following: categorically speaking, space is just as much a condition of possible history as time. But, 'space' too has a history. Space is both something that should be metahistorically presupposed for every possible history and something that is historicizable because it changes socially, economically, and politically" (OLSEN, 2018, p. 27).⁴

As Olsen explains, Koselleck's reformulation of Heidegger's *Dasein* maintains the importance of the temporal determination of existence, emphasizing the spatial factor. The categorial pairs he reviews in his debate with Gadamer include the "inside/

³ The difference between the use of time and history holds some theoretical problems that Koselleck does not fully develop here. He picks up a debate by Kant about the chimeric nature of natural time over historical time, which could, however, serve as a guide (KOSELLECK, 2002). Koselleck (2018) also touches on this topic in a chapter of *Vom Sinn und Unsinn der Geschichte*, titled "Hinter der tödlichen Linie. Das Zeitalter des Totalen."

⁴ As Chris Lorenz (2017) points out, this relation between space and time is not always conceived of in this way. In fact, there is a prior idea of an absolute time that springs both from the natural sciences and from the spiritual sciences, which is independent from both spheres, and which was later overtaken by Einstein's theory of relativity, according to which space relativizes time. However, citing Achim Landwehr, Lorenz affirms that: "Relativity theory in physics therefore has as yet not been followed by a relative theory of historical time, although the postcolonial critique of linear time in history can be seen as a step in this direction" (p. 118).

outside” or “above/below” oppositions: “If Heidegger described the spatiality of Dasein as equiprimordial with his ‘being-in-the-world,’ a theory of history must supplement this determination by adding that every historical Dasein is split up into inner and outer spaces” (OLSEN, 2021, p. 47). As such, there is a spatial determination that conditions the life of human beings in multiple aspects. As we will see, this has to do with geographical location and natural conditions but also with the political space itself. The latter exceeds biological limits and instead is oriented, on the one hand, towards the territorial borders that arise from the taking of territories — to use a term of Schmitt’s — and, on the other, towards the very configurations of public spatiality within political units.⁵ In summary, space is presented as an anthropological condition. Despite this, Olsen makes an observation that indicates the author’s lack of rigor and a systematic approach to the topic within a truncated project of habilitation:

However, Koselleck did not proceed to outline a full theory of historical space in developing his doctrine of possible histories in the 1950s. In fact, he did not seem to be overtly interested in concrete space in outlining his thoughts, and it is not immediately clear how his categories can serve to show the spatial character of history, as he suggested. At the theoretical level, while the inside/outside division is readable as a spatial phenomenon with real manifestations, the spatial aspect of the above/below relation of master/slave seems to be only metaphorical. The same is the case for the man/woman and the parent/child relation (OLSEN, 2021, p. 3).

But in this article, Koselleck focuses on the tension that arises from the interaction between iterability and the singular. This is framed not precisely in the differentiation between Wiederholenstrukturen (structures of repetition) and Einmaligkeit (singularity) but rather in a distinction of the spatial and natural conditions man must deal with and which man himself created, which leads to a separation between “geologists” and “human geographers.” This causes a distinction to be made between the historical and metahistorical conditions in which the lives of human beings take place. The set of historical conditions includes aspects that are subject to change and that therefore exist during some periods but not during others, which lead to an enormous variety of political, economic, and social dimensions.

⁵ Although he does not provide a detailed study on spatiality there, it is well known that in his doctoral thesis, later published as *Kritik und Krise*, Koselleck critically studies the connection between the public and the private in the Enlightenment.

Metahistorical conditions, on the other hand, are understood to be permanent: they persist throughout human history. Oceans, mountain chains, deserts, and plains are constitutive of the life of mankind on Earth. These geographical, meteorological, and biological phenomena seem, a *prima facie*, to be immovable and capable of conditioning the existence of humankind. This is why territorial groupings on coasts are benefited by activities such as fishing and maritime trade, while life inland is coded according to the earth's production.⁶ However, bridges, canals, tunnels, and other engineering works have demonstrated that humankind can overcome the limits imposed by said metahistorical conditions. Koselleck thereby relativizes the opposition between these two spheres, which becomes more evident with the current ecological crisis: "Limits on the control and use of resources have shifted enormously over the course of human history, and it would be an exciting story to account for this process — as a contribution to the ecology of the present — as a common undertaking, from the perspectives both of natural science and of political and social history" (KOSELLECK, 2018, p. 29). Some examples are the difference that the distance from Europe poses for a country like Algeria in contrast to South Africa, the value of the English Channel for the British Empire, the polar ice cap for the military threats between Russia and the United States, and Thucydides's explanation of the duration of the Trojan War, which was based on the conditions of the Aegean Sea. All these situations show how the historical is understood through the metahistorical, which pushes us to evaluate historical matters theoretically.

In this context, Koselleck draws two conclusions. The first holds that geopolitics poses a map of conditioning factors for human action, laying out the problem of an "ontological fixation" for those conditioning factors. The second refers to geopolitics' self-denomination as a science of political counsel. On the one hand, scientists misinterpreted the determinants of human freedom as invariable (either by referring to laws of nature or ontological questions). On the other hand, the geopolitical strategy of Nazism shows its enormous flaws: "Hitler would have never been allowed to begin the war in the first place if a rational geographical and historical analysis of space and its military potential had been applied. If the geopolitics of the time played any kind of role in decision making, such decisions depended on false theoretical premises, for geopolitics took it upon itself

⁶ In *Der Nomos der Erde*, Carl Schmitt (2005) — who was once Koselleck's advisor — distinguishes between three activities that define the relationship between mankind and the earth: *nehmen* (to take), *weiden* (to graze), and *teilen* (to divide up), which in principle cannot take place in the aquatic sphere. Although Koselleck does not cite this text — nor any satellite texts, such as *Land und Meer* or *Die Einheit der Welt* — it is not difficult to infer a great influence exercised by Schmitt. The mention of progressive conquests by mankind of maritime and aerial space are another sign of this influence. In addition, while Schmitt's texts mentioned above are from the 1950s, Koselleck's text is based on a conference he gave in 1986. Olsen (2014, p. 150) mentions an exchange of letters in 1956 in which Koselleck freely discusses the reordering of European territory.

to restylize geographical questions into agents that had already begun to carry out law-like necessities, or would do so in the future. Uncovering this kind of error puts the critique of ideology on firm scientific footing” (KOSELLECK, 2018, p. 33).

On this point, Koselleck introduces the acceleration phenomena, by mentioning three time curves to address the problem of acceleration, also developed in other texts⁷ (KOSELLECK, 2002c; 2006), and which are summarized as follows:

I have thus sketched three exponential time curves that correspond to three completely different spaces of life and action. The first was large-scale space in which natural pre-givens dominated. In the second phase, the metahistorical preconditions became increasingly controllable and usable and the natural determinants of human freedom and political spaces of actions were historically subsumed and transformed. Cities, empires, and then states emerged with spaces of action that were to be optimally organized but whose natural conditions could not be transcended. Indeed, there were empires that perished as a result of their (over)extension. And finally we have sketched a third phase: the acceleration of our own era or space-time, leading to the consolidation of the globe into a single unit of experience (KOSELLECK, 2018, p. 39-40).

The relationship between surface area and population, mediated by the need for food, the provision of natural resources, and the unity posed by globality in our times, show new facets of acceleration. Without going into detail on the latter, let us maintain those introduced in this article: first, some of the elements that define the incidence of space in history are proposed, which are traced by geology; second, the inside/outside component is introduced as anthropological categories; and finally, the difference between the historical and the metahistorical with regards to space is explored.

An overview of the spatial categories

Complementing the last development, Koselleck's carachrestical tactic transfers concepts from one field to another in order to highlight that which lacked a specific designation in one of those fields. In his own words: “history, insofar as it deals with time, must borrow its concepts from the spatial realm as a matter of principle. We

⁷ Francisco Naishtat (2021) addresses this same topic through a theoretical triangulation between Benjamin, Nietzsche and Ricouer with regards to crisis. He observes that an increase in these three curves would lead to an eschatological scenario. We note a curious coincidence when the Argentine professor invokes thesis XVIII from *Über der Begriff der Geschichte*.

live by naturally metaphorical expressions, and we are unable to escape from them, for the simple reason that time is not manifest (*anschaulich*) and cannot be intuited (*anschaulich gemacht werden*). All historical categories, including progress, which is the first specifically modern category of historical time, are spatial expressions by origin, and our discipline thrives because they can be translated" (KOSELLECK, 2002a, p. 7). Although he never developed its theoretical functioning in depth, in this fragment, Koselleck assumes the use of metaphors as beneficial for his theory of historical times.⁸ We will, therefore, analyze the use of five terms that illuminate this peculiar operation.

The first is *Standortbindung* — appearing in the chapter of *Vergangene Zukunft* titled "Perspective and Temporality: A Contribution to the Historiographical Exposure of the Historical World" — and it is important to mention that this term is mistranslated into English as "perspective." While this German neologism designates a relationship with place or position, the English translation omits the reference to space. This chapter is originally a 1975 paper from the *Studiengruppe Theorie der Geschichte*, published two years later in the book *Objektivität und Parteilichkeit in der Geschichtswissenschaft*. Here, Koselleck introduces a crucial dilemma for historians: while they are impelled to make true statements, those statements are always formulated from a certain standpoint. In this context, the objection of relativism quickly comes to light; Koselleck responds by going back to Dilthey's doctrine of comprehension and contending that the standpoint should never be erased. Only from modernity was it established that historical truth is stated from a determined position. However, by no means do all historical statements depend only on space: Koselleck outlines the triad *Ort-Zeit-Person* (place-time-person). This means that even if a historical investigation is carried out by the same person located in the same place but at a different time, the result will never be identical. And the peculiarity does not speak of a problem for historical science but rather of an intrinsic feature of it.

The text is a plea in favor of perspectivism, underlying the enormous importance of the moment and place from which historians produce their research:

All historical knowledge is locationally determined and hence relative. Aware of this, history allows itself to be assimilated critically-*verstehend*, leading in turn to true historical statements. To exaggerate somewhat,

⁸ Although Koselleck does not cite here the work on metaphorology by Hans Blumentberg (2012), he was familiar with it and mentions it on other occasions. On the use of metaphors in conceptual history, see Schmieder (2021).

partisanship and objectivity are mutually exclusive, but in the course of historical work they relate to one another (KOSELLECK, 2004, p. 129-130).

In contrast to this position, we find claims against historical relativism. Lucian, von Ranke, and others are portrayed as victims of a “naive realism.” According to these authors, historians should seek to reproduce “the naked truth” as a mirror of reality. Since they should not have a point out view, they must be apolis. The premodern imagery of supra partisanship assumed the necessity of eliminating the personal mark that the historian can bring. This allows Koselleck to reformulate the idea of objectivity and partisanship, exposing the need for a positional commitment:

Every source — more exactly, every remnant that we transform into a source through our questions — refers us to a history which is either more, less, or in any case something other than the remnant itself. History is never identical with the source that provides evidence for this history. If this were so, then every cleanly flowing source would be the history we sought (KOSELLECK, 2004, p. 150).

Although some of these theorists later relativized their positions, this vision prevailed until the 18th century. Chladenius was one of the first to admit that “the inevitability of perspective does not lead to a ‘partisan account’” (KOSELLECK, 2004, p. 134-136). In addition, the temporalization of perspective included the historization of the ways in which the past is accessed. Even inhabiting the sphere of authenticity provided by the eyewitnesses, the great innovation of the 18th-century thinker was not only to distinguish partisan accounts from falsification but also to allow the historian to become a philosopher of history. Later, conceptual innovations that appeared after Chladenius showed that temporal relativity joined spatial relativity. Along with an increase in the use of terms like *Sehepunkt*, *Standort*, or *Sehepunkt*, historians accepted that temporal distance could reformulate historical knowledge. It was, indeed, a consequence of the philosophy of progress, the search for advantages that later statements may bring. In this context, Semler sketched the historization of historical knowledge itself, an idea that has not been refuted since.

Since progress depends on future projects and requires political commitment, the concept of party gained ground in the frame of the revolutions. Schlegel vehemently defended the inevitability of taking sides and sought to encourage the open exposition of opinions by historians. Said liberation was accompanied by a separation between facts and values, would ultimately preserved objectivity. In a similar vein, Koselleck

recovers Hegel's idealistic philosophy, arguing that "ohne Urteil verliert die Geschichte an Interesse" (without judgment, history loses interest). In short: this path shows that modernity skipped the alternative between truth and partisanship on the one hand, and, on the other, it opened the way to acceleration and temporalization of history that affects how time is perceived.⁹

In this way, Koselleck's *Begriffsgeschichte* rekindles the problem of objectivity. His insight utterly disavows one of the main premises of the *Ideengeschichte* that posits a constant role of ideas through time.¹⁰ Indeed, a critique of a mechanical transfer of concepts from one time to another becomes imperative to this methodological premise. As we shall see, Koselleck reworks the Kantian and Hegelian concept of the concept, which leads him to the hypothesis of polysemic concepts: "Concepts are thus concentrations of many semantic contents. It is possible to think separately of the meaning (*Bedeutung*) of a word and what it means (*das Bedeutetes*). [...] Thus a concept may be clear, but it must be ambiguous" (KOSELECK, 2011, p. 20). This connection between Koselleck's conceptual history and his theory of historical time regarding the importance of the position of the historian explains the accusations of relativism made against his work. Koselleck does not deny, however, the power of veto of the sources because "they can never tell us what we ought to say. It does prevent us from making statements that we should not make" (2011, p. 151). This perspective is pointedly criticized by Sandro Chignola:

In other words, the history of political concepts operating from Koselleck onward, although referred to the often overlooked problem of the genesis and transformation of the basic concepts of the German language, never problematizes the standpoint from which it summons the sources and makes them speak, though respecting the "Vetorecht" of their objectivity, and does not care whether the "modern world", whose genesis it wants to trace, might actually be filled with contradictions, streaks, and heterogeneities which blow up its ideal type. Moreover: it assumes this ideal type as fully

⁹ Chignola avers: "Not only does the present overtake the past (and thus the very past present of the sources), but the present itself will soon be overcome by the future that turns it into the past. The vortex of temporalization overwhelms history and radically resemantizes its concept, its content and its practices" (Chignola, 2020: p. 204). Koselleck develops the acceleration phenomenon mainly in a chapter of *Zeitschichten* entitled "Gibt es eine Beschleunigung der Geschichte?" (Koselleck, 2018). This problem provoked many academic interventions and points of views, such as those by Hartmut Rosa (2015), François Hartog (2012), and Hans-Ulrich Gumbrecht (2014).

¹⁰ "Each history of word or concept leads from a determination of past meanings to a specification of these meanings for us. Insofar as this procedure is reflected in the method of *Begriffsgeschichte*, the synchronic analysis of the past is supplemented diachronically. Diachrony has the methodological obligation of scientifically defining anew the inventory of past meanings of words" (KOSELECK, 2004, p. 81-82).

determined by European constitutional history and its heading toward the State (CHIGNOLA, 2021, p. 208).

That is why, according to the Italian writer, Koselleck's approach is subject to criticism: it reproduces a theoretical colonization, focusing only on European political concepts, and constricts heterogeneous processes into one path. In this context, Chignola, relying on Christian Geulen, proposes the term spatialization as a new indicator of the transformation of concepts. A conceptual history that aims to respond to the global reality must detach itself from ancient and outdated categories, such as those connected with the modern State.

Regarding *Zeitschichten*, the metaphor of *Schicht* (layer) is based on a term derived from geology. It enables us to describe "different temporal levels upon which people move and events unfold, and thus ask about the longer-term preconditions for such events" (KOSELLECK, 2018, p. 3). To develop such a definition, the author distinguishes three aspects: uniqueness, structures of repetition, and strata. The first of these points to the experience of *Einmaligkeit* (uniqueness), which actualizes temporal experience and may represent both the biographical and historical situations in which events appear as surprising and irreversible. He also affirms the existence of *Wiederholungsstrukturen* (structures of repetition) not only at the historical but also at juridical or linguistic levels. These two planes are inhabited by the same experiences simultaneously. This can be exemplified by a daily situation: although every letter we receive contains an ingredient of novelty, this is only possible because of the regularity with which the mail carrier passes by our homes. In Koselleck's words: "Behind the postal delivery service stands an organization whose stability is contained in the repetition of established rules, and whose financial reserves are furnished through continual fiscal projections of collected postal revenue" (KOSELLECK, 2002c, p. 135).

It is important to highlight that the theory of sediments of time, informed by solid structures, conceives of different durations, which, in some cases, may last for generations but are not permanent.¹¹ That is, they are exposed to changes and their influence is

¹¹ In his work on the paradoxical *Sprachbildlichkeit* in Koselleck's work, Jordheim (2021) reviews the English translation, published in 2018 by Stanford University Press: "Although the word 'sediments' is very effective to capture the multiple processes of geological stratification, the emerging strata do not come into view very clearly. 'Sediments' or the German synonym 'Ablagerungen' (sediments) are not themselves strata, but they describe merely the Material, from which strata can be build: fluvial deposits, lake deposits, sandstone - or chalk deposits, that are through processes in the crust of the earth over millions of years into rock stratum transformed" (JORDHEIM, 2021, p. 238, my translation). The Norwegian professor appeals to the *stratigraphischen Prinzip*, which allows the concept of *Zeitschichten* to have a geological meaning.

temporally restricted. The structures place singularity within a pattern of repetition, and it is this very uniqueness that puts an end to these structures of repetition. Singular events are capable of changing long-term layers: “The advantage of a theory of sedimentations of time lies in its ability to measure different velocities — accelerations or decelerations — and to thereby reveal different modes of historical change that indicate great temporal complexity” (KOSELLECK, 2018, p. 6). This characterization captures the various parallel movements that take place across a single historical event. To illustrate this dynamic, there is no better example than the changes produced after the fall of the Berlin Wall: although both parts of Germany were constitutionally, institutionally, and legally unified, they were not reintegrated economically or in minds of their citizens, such that “Every empirical investigation of this topic would seem to need to work, at least implicitly, with a multilayered theory of time” (KOSELLECK, 2018, p. 39). In order to shed some light on time strata, Koselleck acknowledges their similarity to the *Ungleichzeitigkeit* (the noncontemporary). Building on Herder (1998), he avers:

Properly speaking, any changeable object contains the measure of its time within itself; it exists even if there were no other one; no two things in the world share the same measure of time [...] At one time, there exist (one can say it truly and boldly) countless many times in the universe (KOSELLECK, 2002a, p. 111).

The different depths that inhabit the sediments of time bring new questions about the actuality of natural and historical chronology. This is why Koselleck points out the centrality of a historical and theoretical approach capable of tracking these discrepancies, where the diachronic and synchronic come into play.¹²

Standortbindung, *Erwartungshorizont*, and *Erfahrungsraum* (space of experience), all originally coined by Viktor von Weizsäcker, are neologisms that Koselleck borrows from Karl Mannheim. History as a metanarrative covers the entirety of its own extension. Conceived as a transcendental category, it would contain the conditions of possibility and knowledge of events, all reconcilable in a final significance. When achieving coherence, “The historian reaching into the past — beyond his own experiences and memories, guided by questions and desires, hopes and troubles — is initially confronted by so-called residues which are to some degree still available” (KOSELLECK, 2004, p. 255). Experience

¹² The necessity of a theory of historical times plays an important role in Koselleck’s work. His insistence on a *Theoriebedürftigkeit* lays on the hypothesis that disciplinary isolation of the historical science can be prevented by means of a *Theorie der geschichtlichen Zeiten*. For a survey of this problem, see Jodheim (2011).

and expectation are presented by Koselleck as formal metahistorical categories from which it is not possible, however, to derive specific content. Both indicate a human condition and are mutually dependent. They work according to the temporalization of history and the great relevance that the future gains in the imaginary.¹³ They dismantle the definition of history as exclusively addressing the past because they embody past, present, future, hopes, memories, and present practices.

Take as a simple example the experience of the execution of Charles I, which revealed, over a century later, the horizon of expectation of Turgot as he urged upon Louis XVI reforms which should preserve him from the same fate. Turgot's warnings were in vain. Nonetheless, between the past English and the approaching French Revolution, there was a temporal relation that was ascertainable and revealed a relation that went beyond mere chronology (KOSELLECK, 2004, p. 258).

The end of this excerpt touches on the relationship between natural chronology and historical time and directs it towards the discussion of experience. Experience and expectation rarely coincide: they tend to distance themselves from each other because, on the one hand, it is difficult to bring our expectations to fruition, and on the other, we are able to change our past experiences when our expectations vary, for instance, after sharing our memories with others. In Koselleck's words: expectations have a "retrospective effect." Either way, the *Neuzeit* accentuates the distance between both of them: "Thus, experience of the past and expectation of the future were no longer in correspondence, but were progressively divided up. Pragmatic prognosis of a possible future became a long-term expectation of a new future" (KOSELLECK, 2004, p. 268).

Chignola (2003) criticizes this pair of categories. His reproach to Koselleck could be summed up as follows: how could two modern categories have metahistorical validity?¹⁴ Indeed, the possibility that a historically determined variable can be applied to such dissimilar realities, such as those present in the Stone Age and in our times, is

¹³ Lucien Hölscher (1999) reconstructs how the future was only discovered in early Modernity. From a historical-conceptual perspective, he studies the history of the future by exploring representations in different social aspects.

¹⁴ Chignola affirms: "Koselleck, on the other hand, necessarily attributes foundational value to general metahistorical categories (the rigorously formalized and, therefore, modern categories of historical time: for example, past, present, future, or experience and expectation) that only allow us to establish the historical framework within which different historical-semantic contexts are contained. Even those who are unaware of the philosophical-historical (eschatological-Christian, first, and, later, modern) distinction between experience and expectation should, in turn, remain constitutively impermeable to such interpretative instances" (CHIGNOLA, 2003, p. 54, our translation).

paradoxical. According to this perspective, the very contingency of historical science, which forges modern concepts, is not turned against itself. But, since publication of the aforementioned study about the relationship between space and history, we know that metahistorical categories can become historical categories. Because of their capacity to change their own status, we could think of their validity as hypothetical. Both topographical topoi, *Horizont* and *Raum*, have explicit spatial connotations that conjugate history and place in a prolific way.

One of the benefits of the concept of *Erwartungshorizont* (horizon of expectations) is that it has a farther reach than simply collecting sources and making claims of objectivity. Insofar as we contemplate our projects, fears, and hopes by means of relics, the future has a predominant role because it intervenes in the present, announcing what is about to happen or even what will not happen but remains desired, *das Noch-Nicht*, *das nicht Erfahrene*, *das nur Erschließbare* (the not-yet, the non-experienced, what is to be revealed). This last idea enables us to reconstruct a truncated past, recovering the forces at play in the *Kampfbegriff* (concept of combat). As Walter Benjamin (1982) affirms in his theses on history, the memory of the oppressed is threatened by so-called civilization. The possibility of redemption lies in an act of remembrance, based on the premise of a hope that comes from the past. At any rate, it would be interesting to identify, on a first level, what can take place in a specific context, based on the potentialities at hand. And, on a second level, thanks to an expansion of this field, we could explore the projection of new features that are capable of modifying the configuration of existing possibilities; that is, to expand the limits of calculation that function as a guiding reference. The legibility of this horizon that opens up a variety of possibilities can never be ascertained in advance. It depends upon the objectives that inform our actions as a hypothetical guide; for instance, the idea of progress presupposed by many theories and political approaches that changed the perspective of new generations concerning the doctrine of *perfectio*. The advances that science would bring, as well as the promises of social improvement, determined optimistic scenarios for many societies. Later, this brought with it the experience of failure, not only because many expectations could not be met but also because terrible and unexpected events took place.

In relation to the concept of *Utopie*, although it is developed laterally in *Vergangene Zukunft*, a more rigorous framework can be found in an article of *Zeitschichten*, entitled “*Die Verzeitlichung der Utopie*” (KOSELLECK, 2002c, p. 131-149). Characterizing the temporalization of utopia presupposes, following Koselleck, finding either a negative or a positive valuation, which most of the time has little in common with the meaning attributed to it by Thomas More. The positive valuation points to the changes that

can be proposed at a given time, whereas the negative evokes the image of a fool who irresponsibly claims transformations disconnected from reality. Koselleck treats the preeminence of space in the conceptualization of utopia first by means of Mercier. An early text from Carl Schmitt entitled *Die Buribunke* is the second example that Koselleck touches upon. In this parody, all citizens must write down every detail of their lives in order to make it real and create history. Koselleck provides two examples: one satiric, the other idealistic. Both share the important role of writing, and they teach us that history does not always match our future imagination.

A traveler can experience a faraway society as advanced and developed when compared to their own and can bring back to their homeland this new and improved way of life. In German, there is an etymological familiarity between *fahren* (to go) and *erfahren* (to experience) which is certainly — though not explicitly — being played down here. Koselleck observes a transformation in the nature of this term over time. At first, it is meant to refer to a non-spatiality but then points to a temporality that incorporates the future as an area of concern. This happens throughout stories such as Mercier's futuristic novel, *L'An 2440*, published in 1770. At that time, mankind had explored the planet almost in its entirety:

Therefore, the authors of 'nowheres' had for some time already switched over to the moon or the stars or descended below the surface of the earth. Once recognized, the spatial possibilities for establishing a utopia on our earth's finite surface were exhausted. The utopian spaces had been surpassed by experience. The best solution for escaping this growing pressure of experience was simple, but it had to be found. If utopia was no longer to be discovered or established on our present-day earth nor in the divine world beyond, it had to be shifted into the future (KOSELLECK, 2002b, p. 86).

Schmitt's essay shows a mockery of the excessive hopes of progress of the 19th century, including the human confidence in the possibility of "mastering" history just by writing. The fictional future shows the triumph of Buribunkology at the end of history. In that society, all citizens must write a mandatory diary that is sent for public inspection, under the motto of "I think, therefore I am; I speak, therefore I am; I write therefore I am; I publish therefore I am." The constant recording of life determines the present existence of humans and their future memory: not a single person will be forgotten, thanks to their archival tradition. They constantly create new narratives and seek survival beyond their biological lives. They preserve the past: "This is the moment of birth; that is to say, the birth of the past, for the present is but the midwife

who delivers the lived historical past from the dark womb of the future” (KOSELLECK, 2002, p. 94). This is how Koselleck concludes that these beings participate in the collective consciousness of history. The story of Ferker, their first leader, which showed his search for immortality, although he kept secrets omitted in his diary, works as an example of the exoneration of “being historized”. No history can remain if no writing is delivered. But memory is not the only objective of this organization; it also seeks political surveillance. The system prevents resistance to collective writings and discards those who are not capable of writing:

Through this negative utopia readers are situated before an alternative that they are scarcely capable of perceiving in the tradition of the historical and progressive view of the world. Death and love remain the only counter authorities that could have prevented progress from ending in a racially legitimized two-class state where the ruling class is composed of writing-conscious ideologues and the other class is drowned in the nothingness of intellectual oblivion (KOSELLECK, 2002, p. 98).

The enormous difference between temporal and spatial levels is that the former, unlike the latter, is susceptible to verification through experience: “The reality of the future exists only as the product of the writer while the controllable ground of the present is abandoned” (KOSELLECK, 2002b, p. 87). As a result, the development of humanity on the surface of the earth seemed like something that could eventually be achieved over time, which, in this sense, could only provide progress. At any rate, it is a feasible future for its own protagonists, whose destiny is not sealed by an extra-mundane factor; and this is why, in the realm of future plans, feasible scenarios tend to be incorporated. The concept of “utopia” acquires a general political character that refers to possible political projects and the likelihood of turning them into reality. A recently secularized society affected by the crisis of modernity placed the future at the center of its agenda: inasmuch as the future was conceived as the result of actions by human agents, these were intended to program it, not in a technical sense, but politically, through associations and clubs. The task of becoming the architects of our own future challenged humanity to occupy their reflections with the forcefulness of projects, as opposed to mere ramblings. As a model and a promise, utopia operates as a critique of the state of affairs. It can also amount to pointless criticism, or a critique that is projected as a realizable future.

Conclusions

Throughout this paper, we have clearly shown that Koselleck's concern with the relationship between history and space was limited, but that this included the use of categories that incorporate the spatial dimension. All of these are a part of his work on the construction of a theory of historical times, and on occasion they strictly align with his historical-conceptual project. Olson's remark on a preeminence of time over space neglects the fact that the spatial question is incorporated into his historical reflections. Furthermore, the use of spatial terms in a metaphorical sense does not necessarily make them less important: an examination of the concepts proposed here shows a ubiquity of the spatial factor in the theory of historical times.

We considered these five spatial terms that Koselleck migrates to the field of history, illustrating both historical facticity and its potentiality, namely *Zeitschichten*, *Erfahrungsraum* (space of experience), *Standortbindung*, *Erwartungshorizont* (horizon of expectations), and *Utopie* (utopia). In all cases, we can see that his theoretical approach shows a strong rejection of homogenous time, of uniform composition, leading to the division and disaggregation of events into three temporal dimensions. Such characterization would imply that all elements shaping the past rely on a sort of homologation not of content, but of form. Indeed, the concepts just described highlight discontinuity as a key to understanding historical events. In the first case, the layers of time show a contemporaneity of the non-contemporary and provide us with the possibility of capturing different rhythms within and across periods. In the second and third case, the horizon of expectations and the utopia go beyond what actually takes place and opens up the historian's vision to what a society can imagine and desire, leaving behind facticity as such. In the fourth case, the space of experience indicates indexes of limited spaces that determine what may occur. And finally, the perspective of a certain place presupposes fluctuations in the point of view and the relevance of partisanship when we describe the past. Consequently, there seems to be an ambiguity in the relationship that these concepts hold with linearity. Stated more concisely: all these members of the family of topographical concepts remain indebted to chronological orders.

Since it is impossible to conceive of historical phenomena as not spatially located, Koselleck establishes no primacy between time and space. So, these five core notions show that divisions within time, such as periods, are definitely useful but not a sufficient condition to describe the theory of historical times. It is said, traditionally, that history outlines temporal orders by classifying past events and understanding time as a homogeneous continuum. What Koselleck proposes is a *Theorie des geschichtlichen Zeiten*, enabling us to think of multiple layers of times with various rhythms, starting points, and durations. Epoch means, after all, a space of time that helps us measure

and conceive of time. Thanks to this concept, we can think of the past, present, and future as flexible dimensions.

However, fissures predominate both in the reconstruction of particular events and in the creation of narratives about them: this is evident in *historia res gestae* and in *historia rerum gestarum*. So, this conflicting nature puts us in a difficult predicament if we choose to base our historicity upon chronology as a way of ordering and stabilizing events. Nevertheless, what we find in Koselleck is not exactly an anti-chronology opposed to all kinds of sequential records based on dates. An extreme measure against periodization would not allow us to count on epochal references to determinate changes across history. Koselleck constantly maintains the relevance of differences of periods. In fact, the beginning of modernity that he investigates and situates in the 18th century stands on the foundations of his conceptual history. If we want to use a terminology that maintains a certain distance from chronology, that is opposed to a chronology, we may consider other alternatives. The coexistence of different rhythms and periodizations mobilizes not a space where all events would equally tend to fit but potential conflict in history. As a consequence, a relativization of temporal units — and of the borders between the beginnings and endings of epochs in favor of multiple constellations that order events without fixing them — becomes evident. Spatial concepts, according to this theory of historical times, are based upon an ambivalent interplay oscillating between the periodization and non-periodization of events.

REFERENCES

BENJAMIN, Walter. Über den Begriff der Geschichte. *In*: BENJAMIN, Walter. **Gesammelte Schriften**. Frankfurt: Suhrkamp, 1982. p. 691-704. Volumen 1 e 2.

BLUMEMBERG, Hans. **Paradigmen zu einer Metaphorologie**. Frankfurt: Suhrkamp, 2012.

CHIGNOLA, Sandro. Global Spaces/Global Times: Reconsidering the History of Political Concepts. **Conceptos Históricos**, Buenos Aires, v. 9, n. 6, p. 200-221, 2020.

CHIGNOLA, Sandro. Historia de los conceptos, historia constitucional, filosofía política. Sobre el problema del léxico político moderno. **Res Publica**: Revista de Historia de las Ideas Políticas, Madrid, I (11-12), p. 27-67, 2003.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Our Broadening Present**. New York: Columbia University Press, 2014.

HARTOG, François. **Régimes d'historicité**: présentisme et expériences du temps. Seuil: Paris, 2012.

HERDER, Johann Gottfried. Metakritik zur Kritik der reinen Vernunft. *In*: HERDER, Johann Gottfried. **Werke in zehn Bände**. Frankfurt: Hans Dietrich Irmscher (ed.), 1998. p. 360. Volumen 3.

HÖLSCHER, Lucian. **Die Entdeckung der Zukunft**. Göttingen: Wallstein, 1999.

JORDHEIM, Helge. Sattel, Schicht, Schwelle, Schleuse. *In*: BRANDT, B.; HOCHKIRCHEN, B. (ed.). **Reinhart Koselleck und das Bild**. Bielefeld: Bielefeld University Press, 2021. p. 217-244.

JORDHEIM, Helge. Does Conceptual History Really Need a Theory of Historical Times? **Contributions to the History of Concepts**, New York, v. 6, n. 2, p. 21-41, 2011

JORDHEIM, Helge. Against periodization: Koselleck's theory of multiple temporalities. **History and Theory**, Connecticut, v. 51, n. 2, p. 151-171, May 2012.

KANT, Immanuel. **Kritik der reinen Vernunft**. Hamburg: Meiner, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Vergangene Zukunft**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989.

KOSELLECK, Reinhart. **Zeitschichten**: Studien zur Historik. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. **The Practice of Conceptual History**: Timing, History, Spacing Concepts. Stanford: Stanford University Press, 2002a.

KOSELLECK, Reinhart. The temporalization of utopía. *In*: KOSELLECK, Reinhart. **The Practice of Conceptual History**: Timing History, Spacing Concepts. Stanford: Stanford University Press, 2002b.

KOSELLECK, Reinhart. The Unknown Future and the Art of Prognosis. *In*: KOSELLECK, Reinhart. **The Practice of Conceptual History**: Timing History, Spacing Concepts. Stanford: Stanford University Press, 2002c.

KOSELLECK, Reinhart. **Futures Past: on the Semantics of Historical Time**. Cambridge, MA: MIT Press, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. Crisis. **Journal of the History of Ideas**, Philadelphia, v. 67, n. 2, p. 357-400, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Introduction and Prefaces to the *Geschichtliche Grundbegriffe*. **Contributions to the History of Concepts**, New York, v. 6, n. 1, p. 1-37, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Sediments of Time**. Stanford: Stanford University Press, 2018.

LORENZ, Chris. The Times They Are a-Changin. On Time, Space and Periodization in History. In: CARRETERO, Mario; BERGER, Stefan; GREVER, Maria. (ed.). **Palgrave Handbook of Research in Historical Culture and Education**. Houndsmills: Palgrave, 2017. p. 109-133.

LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber. (ed.) Breaking up Time. Negotiating the Borders between Present, Past and Future. **Schriftenreihe der FRIAS School of History**, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013. Volumen 7.

MIDDELL, Matthias. Die Konstruktivistische Wende, Der Spatial Turn Und Das Interesse an Der Globalisierung in Der Gegenwärtigen Geschichtswissenschaft. **Geographische Zeitschrift**, Stuttgart, v. 93, n. 1, p. 33-44, 2005.

NAISHTAT, Francisco. Crítica de la crisis y crisis de la crítica: Ricoeur, Koselleck, Benjamin – una escena conceptual. In: NAISHTAT, F.; SVAMPA, L. (ed.). **La crisis de sentido en debate: historicidad, subjetivación y política**. Buenos Aires: Biblos, Forthcoming.

OLSEN, Niklas. **History in the Plural: An Introduction to the Work of Reinhart Koselleck**. Berghahn: New York, 2014.

OLSEN, Niklas. Spatial aspects in the work of Reinhart Koselleck. **History of European Ideas**, Oxford, p. 1-16, 2021. Available at: <https://www.tandfonline.com/doi/citedby/10.1080/01916599.2021.1937891?scroll=top&needAccess=true>

OSBORNE, Peter. Modernity is a qualitative, not a chronological, category. **New Left Review**, London, v. 1, n. 192, p. 65-84, 2002.

PALTI, José Elías. Reinhart Koselleck. His Concept of the Concept and Neo-Kantianism. **Contributions to the History of Concepts**, New York, v. 6, n. 2, p. 1-20, 2011.

RIVERA GARCÍA, Antonio. Relativismo e historia de los conceptos políticos. **Daimon: Revista Internacional De Filosofía**, Murcia, n. 24, p. 93-100, 2001. Available at: <https://revistas.um.es/daimon/article/view/14081>. Accessed in: 9 August 2021.

ROSA, H. **Social Acceleration: A New Theory of Modernity**. New York: Columbia University Press, 2015.

SCHMIEDER, Falko. Geschichtsmetaphern und ihre Geschichte Eine Auseinandersetzung mit Reinhart Koselleck. **Forum Interdisziplinäre Begriffsgeschichte**, Berlin, n. 10, p. 25-38, 2021.

SCHMITT, Carl. **El nomos de la tierra en el derecho de gentes del Jus publicum europaeum**. Buenos Aires: Struhart, 2005.

SCHULZ-FORBERG, Hagen. The Spatial and Temporal Layers of Global History: A Reflection on Global Conceptual History through Expanding Reinhart Koselleck's "Zeitschichten" into Global Spaces. **Historical Social Research/Historische Sozialforschung**, Mannheim, v. 38, n. 145, p. 40-58, 2013. Available at: <http://www.jstor.org/stable/23644524>. Accessed in: August 9, 2021.

SOJA, Edward W. **Postmodern Geographies: the reassertion of space in critical social theory**. London: Verso, 1989.

SPIVAK, Gayatri. **A Critique of Postcolonial Reason: toward a history of the vanishing present**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

TORRE, Angelo, A "Spatial Turn" in History? Landscapes, Visions, Resources. **Annales: Histoire, Sciences Sociales**, Paris, v. 63, n. 5, p. 1127-1144, 2008.

ZELLER, Thomas. The Spatial Turn in History. **Bulletin of the GHI**, Washington, D.C., v. 123, n. 35, p. 123-124, 2004.

ADDITIONAL INFORMATION

ACADEMIC BIOGRAPHY

Lucila Svampa is researcher at National Council of Scientific and Technical Research (CONICET), in the Gino Germani Institute and lecturer in Philosophy at the University of Buenos Aires. She holds a Ph.D. in Social Sciences (University of Buenos Aires) and she has completed a

postdoc in Philosophy (FFyL-UBA). She was a DAAD scholar (2014 and 2017) and she is now an Alexander von Humboldt fellow at the Deutsches Literaturarchiv. She published articles in *Res Publica*, *Cuadernos de Filosofía* and *Daimon*, among other journals. She also published *La historia en disputa. Memoria, olvido y usos del pasado* (Prometeo, 2016) and the compilation *¿Qué hay de política en la filosofía? Ocho ensayos* (Colección CLACSO-IIGG, 2018).

CORRESPONDENCE ADDRESS

Instituto de Investigaciones Gino Germani, Oficina 1, Uriburu 950, 6to. Piso, Ciudad de Buenos Aires, C1114AAD, Argentina.

FUNDING

National Council of Scientific and Technical Research (CONICET). Project PICT-2017-1656 "Actualidad del pasado: búsquedas y obstáculos a través de las perspectivas de Walter Benjamin y Reinhart Koselleck" de Agencia Nacional de Promoción de la Investigación, el Desarrollo Tecnológico y la Innovación (FONCyT).

COMPETING INTERESTS

No conflict of interest has been declared.

ETHICS COMMITTEE APPROVAL

Not applicable.

EVALUATION METHOD

Double-blind peer review.

PREPRINTS

The article is not a preprint.

AVAILABILITY OF RESEARCH DATA AND OTHER MATERIALS

The underlying contents of the article are contained therein.

EDITORS

Flávia Varella – Editor-in-chief

João Rodolfo Munhoz Ohara – Executive editor

COPYRIGHT

Copyright © 2022 Lucila Svampa.

LICENSE

This is an article distributed in Open Access under the terms of the [License Creative Commons Attribution 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



PEER REVIEW HISTORY

Submission date: January 9, 2021

Modification date: December 13, 2021

Approval date: February 19, 2022

A agência dos mortos na teoria ator-rede a partir da descrição do translado da múmia de Ramsés II em Bruno Latour

The agency of the dead in actor-network theory according to the description of the transfer of the mummy of Ramses II by Bruno Latour

Diogo Quirim ^a

diogoquirim@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2489-2977> 

^a Prefeitura Municipal de Canoas, Canoas, RS, Brasil

RESUMO

O objetivo deste artigo é traduzir a teoria ator-rede para a historiografia com a finalidade de descrever a agência de atores do “passado” no “presente”. Isto será feito a partir do resgate da descrição do traslado da múmia de Ramsés II do Museu do Cairo para Paris em 1976, realizada por Bruno Latour em textos nos quais sustenta a sua tese da historicidade dos objetos científicos. A partir da descrição deste fenômeno, neste artigo visa-se a criar ferramentas etnográficas que permitam utilizar a teoria ator-rede na historiografia para traçar as políticas do tempo em redes compostas por agências multitemporais. Essa abordagem tem por justificativa contribuir para a investigação sobre as *tanatoagências* no “presente” como participantes legítimas que apresentam proposições nas controvérsias políticas. Por fim, neste artigo conclui-se que a teoria ator-rede pode ser uma metodologia eficiente para a descrição da agência dos mortos na coetaneidade desde que sejam consideradas as mediações implicadas nos processos de temporalização e seja assumido um pluralismo ontológico das formas de se fabricar o tempo.

PALAVRAS-CHAVE

Ação. Anacronismo. Temporalidades.

ABSTRACT

The aim of this article is to translate the actor-network theory into historiography to describe the agency of actors from the “past” in the “present”. This will be done based on Bruno Lator’s description of the displacement of the mummy of Ramses II from the Cairo Museum to Paris in 1976 , in which the author supports his thesis of the historicity of scientific objects. Based on the description of this phenomenon, this article aims to create ethnographic tools that allow the use of the actor-network theory in historiography to trace the politics of time in networks composed of multitemporal agencies. This approach is justified to contribute to the investigation on the agencies of the dead in the “present” as legitimate participants who present propositions in political controversies. Finally, this article concludes that the actor-network can be an efficient methodology for describing the agency of the dead in coevalness, as long as it considers the mediations involved in temporalization processes and assumes an ontological pluralism of ways of manufacturing time.

KEYWORDS

Action. Anachronism. Temporalities.

Introdução

A múmia de Ramsés II pousava na cidade de Paris em 26 de setembro de 1976 com o objetivo de tratar uma infecção fúngica que degradava os restos mortais do faraó. Após ter viajado em um avião militar do Museu Egípcio do Cairo para a base aérea Le Bourget, acompanhado da curadora-chefe do Louvre e egiptologista Christiane Desroche-Noblecourt, a múmia fora recebida pela Guarda Republicana, por um contingente da Aeronáutica francesa e pela secretária de Estado para assuntos universitários, Alice Saunier-Seïté, que definiu Ramsés II como “um dos maiores chefes de Estado da antiguidade” (FARNSWORTH, 1976, p. 5, tradução minha).¹ Em uma breve travessia pelo Mar Mediterrâneo, Ramsés II tem a sua existência alterada de uma condição de monumento-patrimônio para restos mortais depositados dentro de um caixote na aeronave, e, posteriormente, de restos mortais Ramsés II torna-se novamente um chefe de Estado recebido com honrarias oficiais ao chegar à França. Da base aérea, o faraó foi deslocado, então, para o Hospital Val de Grâce, no qual foi submetido aos primeiros procedimentos laboratoriais, com os que se daria início a sua recuperação antes de ser enviado para um laboratório esterilizado no *Musée de l’Homme*. Transmitido pela televisão, o grande apelo midiático de seu desembarque era seguido de uma exposição a ele dedicada no *Grand Palais*, inaugurada em maio daquele ano e que, em setembro, já atingiria a marca de 650 mil visitantes. No entanto, como mostra a cobertura do episódio no *The New York Times* do dia, nem todos estavam contentes com a “vitória diplomática” obtida pelo presidente Valéry Giscard d’Estaing, que chegara a tratar do traslado da múmia em uma viagem oficial ao Egito. Ao jornal, um “parisiense irado” dissera que “é ridículo gastar o nosso dinheiro com alguém morto há 3000 anos enquanto aqueles que ainda respiram não têm o suficiente, especialmente sob as políticas de austeridade do governo” (FARNSWORTH, 1976, p. 5, tradução minha).

Contudo, assim como outras celebridades, Ramsés II estampou as páginas da revista *Paris Match*, que, com as suas características imagens impactantes, inspiraram, no final dos anos 1990, Bruno Latour a escrever artigos sobre o tema (LATOURE, 2010; 2000). Abaixo da imagem dos restos mortais do faraó sobre uma mesa, cercados por especialistas de jaleco branco e máscaras cirúrgicas, a legenda da foto dizia o seguinte: “nossos cientistas socorrem Ramsés II, que adoeceu 3000 anos após a sua morte” (TARDREW, 1976, p. 74, tradução minha). Evidentemente, a legenda referia-se a uma infecção de sua múmia por micro-organismos que passaram a degradá-la. No entanto, curiosamente, o traslado da múmia do Cairo para Paris havia sido motivado,

¹ Sempre que a tradução for de minha responsabilidade, mencionarei. Quando não o for, os créditos constarão nas referências.

inicialmente, pelas investigações do físico francês Maurice Becaille, ainda em 1975, interessado em determinar a causa da morte do faraó em 1213 a. C. (FARNSWORTH, 1976, p. 5). Foi, então, instigado pela legenda da foto e pelo tema da causa da morte do antigo monarca, que Bruno Latour levanta a seguinte hipótese: e se, em vez da degradação de seus restos mortais, tivéssemos descoberto que a causa da morte de Ramsés II havia sido o desenvolvimento de uma tuberculose? Acaso poderíamos afirmar, pergunta-se Latour, que ele morreu de uma doença cuja causa foi demarcada apenas no final do século XIX, com os trabalhos do bacteriologista Robert Koch? Ou seria anacrônico, por outro lado, deslocar o bacilo até o século XIII a.C.? Em outras palavras, o anacronismo é uma política temporal que se aplicaria apenas ao mundo dos humanos e dos objetos técnicos, ou a sua jurisdição se estenderia, também, aos objetos científicos?

A partir da análise da tese da historicidade dos objetos científicos (e, conseqüentemente, da “natureza”) defendida, neste contexto, por Latour, este artigo tem por objetivo descrever a narração do autor do caso do traslado da múmia de Ramsés II do Cairo para Paris em 1976, delineando as políticas do tempo que articulam atores multitemporais em uma mesma rede. Acredito que essa descrição nos permitirá explorar as ferramentas etnográficas da teoria ator-rede na historiografia de uma forma crítica, com ênfase no desenvolvimento de metodologias capazes de traçar as políticas temporais sobre as quais ela se debruça em seus objetos. Traduzir, pois, a teoria ator-rede para a historiografia, assim como as ideias de Bruno Latour, pode contribuir para a investigação da agência dos mortos em outras circunstâncias temporais não sincrônicas àquela de sua existência vivente anterior. Essa prática conferiria, assim, cidadania e representatividade a *tanatoagências* que participam constantemente das controvérsias políticas juntamente aos vivos, fazendo parte de suas “sociedades”.

A descrição do traslado da múmia de Ramsés II do Cairo para Paris

As descrições latourianas do traslado da múmia de Ramsés II do Museu Egípcio do Cairo para Paris em 1976 circulam em torno da controvérsia suscitada por um enunciado que pode ser apresentado da seguinte maneira: *é anacrônico afirmar que Ramsés II morreu de tuberculose em 1213 a.C.?* Esta controvérsia, na verdade, seria apenas a manifestação de uma querela mais ampla, interior à história e à epistemologia das ciências, que dividiria em dois campos aqueles que acreditam na “construção” dos objetos científicos e aqueles que postulam a sua “descoberta”.

Desta forma, teríamos dois “programas” contrapostos,² os quais poderiam ser apresentados da seguinte maneira.

De um lado, há um “antiprograma” que questiona o enunciado ao defender que a ciência “descobre” os seus objetos, os quais estariam existindo amplamente no espaço e no tempo mesmo antes de serem percebidos pelo conhecimento dos humanos (LATOURE, 2010, p. 76-77). Isto validaria a possibilidade de que Ramsés II se infectasse pelo bacilo de Koch e desenvolvesse uma tuberculose em 1213 a.C. no Egito Antigo, mesmo que o bacilo só tenha sido demarcado na Alemanha em 1882. A partir destas proposições, a história das ciências deveria se consolidar como um campo que investiga a historicidade das *descobertas* das entidades e do funcionamento da “natureza”, não sendo essa esfera do mundo comum propriamente histórica (LATOURE, 2010, p. 76). O bacilo de Koch, por ser uma entidade “natural”, poderia existir e agir mesmo que os humanos ainda não o notassem. O dispositivo do anacronismo não poderia ser aplicado a ele, uma vez que o bacilo não pertenceria ao mundo “social”. Pertencer ao “social” e possuir “historicidade”, portanto, estariam em Latour estreitamente vinculados à admissibilidade ou não de ser submetido ao dispositivo do anacronismo (LATOURE, 2000, p. 253), e este “antiprograma” advogaria pela *a-historicidade da “natureza” (ou dos objetos científicos)*.

E, de outro lado, há um “programa” defensor da tese de que os objetos científicos são “construídos”, isto é, fabricados, e de que a sua extensão no espaço e no tempo ocorreria a partir de processos sociotécnicos. Isto não quer dizer, todavia, que não haveria algo “agindo” anteriormente à demarcação do bacilo de Koch por Robert Koch em 1882, causando uma doença que, mais tarde, viria a ser chamada de tuberculose. Diferentemente, este “programa” indica que o bacilo e a tuberculose não podem prescindir, para a sua existência, de métodos científicos modernos, do desenvolvimento dos laboratórios como espaços em que humanos se aliam a máquinas altamente tecnológicas para “dar voz” a testemunhas antes não “ouvidas” (STENGERS, 2002, p. 108), da construção de comunidades científicas e suas publicações especializadas passíveis do escrutínio de especialistas, nem das próprias noções de “bactéria”, “patologia” e “infecção”. Desta perspectiva, para que o bacilo de Koch pudesse chegar até os pulmões de Ramsés II em 1213 a.C., seria preciso que, antes, houvesse uma série de deslocamentos de amonstragens aos laboratórios, de especialistas examinando-as em microscópios, de análises feitas para publicações e de publicações efetivadas para o escrutínio da comunidade científica, processo que culminaria com a consolidação da tuberculose como “fato” científico, como uma articulação de enunciados “verdadeiros”

² Para a ideia de “programa” e “antiprograma”, ver Latour, 2016.

(LATOURE, 1997a, p. 75-83). Segundo esta concepção, então, a história das ciências seria a história da fabricação da “natureza”, e a constituição desta, por sua vez, teria, assim, uma historicidade. O bacilo de Koch, nesta perspectiva, seria tratado como um objeto técnico ontologicamente não diverso a uma metralhadora ou a um guarda-chuva e, desta maneira, não poderia ser deslocado até o ano de 1213 a.C. sem, com isso, ser cometido o “pecado cardeal” dos historiadores, o anacronismo (LATOURE, 2010, p. 77). Latour mobiliza, portanto, o famoso enunciado de Lucien Febvre, presente em *A incredulidade no século XVI* (2009, p. 33), como um fato, sem modalização, sem nenhum tipo de esclarecimento ou explicitação como os que poderiam ser introduzidos por enunciados como estes: “segundo Lucien Febvre, o anacronismo seria o pecado dos historiadores”; ou “*embora haja uma controvérsia na historiografia*, para Febvre, o anacronismo é o pecado dos pecados da disciplina historiográfica”.³ Assumindo o “programa” que advoga pela historicidade dos objetos científicos, Bruno Latour desloca um enunciado historiográfico para a sua teoria ator-rede para, a partir dele, configurar as bases de uma política do tempo, apenas ampliando a sua *jurisdição* sem questionar a sua *legalidade*. Assim, se, em Febvre, o anacronismo é apresentado como um dispositivo purificador de um ordenamento temporal no que diz respeito às categorias de pensamento — a saber, a possibilidade ou impossibilidade de ser ateu na França do século XVI —, restringindo-se, deste modo, à esfera do social ou dos objetos técnicos, em Latour, o conceito passaria a se aplicar também aos não humanos e aos objetos científicos. Para adequar-se, pois, a uma abordagem sociológica que não distingue o “natural” do “social” e em que todas as entidades se associam sob a forma de agência (LATOURE, 1999, p. 18-19), o dispositivo do anacronismo é deslocado para a ator-rede sem que seja feita uma maior descrição da forma de temporalização das agências a ele submetidas.

O “programa”, então, de Latour em defesa da historicidade dos objetos científicos, segundo o qual seria *anacrônico afirmar que Ramsés II morreu de tuberculose em 1213 a.C.*, trata os objetos das ciências como se eles fossem projetos tecnológicos que não escapam da sua rede de produção. Com isso, a constituição da tuberculose causada pelo bacilo de Koch como um “fato” depende de toda a série de deslocamentos e aproximações citados acima, e, se um “antiprograma” justifica a sua legitimidade epistemológica sobre a noção de “descoberta” de uma natureza eterna e a-histórica, essa justificativa acontece apenas após o apagamento de todos os traços do processo

³ As expressões entre aspas são enunciados hipotéticos e não propostos por Latour, que se limita a mencionar o anacronismo como “pecado cardeal”. As modalizações em itálico apontam possibilidades para enunciados sobre o anacronismo que os fariam menos “fáticos” do que aqueles utilizados por Latour em suas declarações sobre o tema.

sociotécnico formador desse enunciado. O trabalho de conformação do objeto científico, desta forma, depende de uma grande quantidade de deslocamentos e vinculações entre amostras de bacilos, microscópios, especialistas, publicações e financiamentos, os quais constituem, uma vez estabelecido o fato, um agregado contingente, custoso, frágil e repleto de “história” não apagável pela noção de “descoberta científica” se bem descrito. Assumindo, pois, que os objetos científicos como o bacilo de Koch associado a Ramsés II têm história, Bruno Latour, em seguida, realiza dois questionamentos. Em primeiro lugar, pergunta-se onde estariam os objetos que não existem mais, considerando que eles tiveram uma existência anterior tomada, naquele tempo, como fato. Ou seja, após 1976 e a descoberta hipotética da tuberculose de Ramsés II, onde estaria a causa da morte anterior, de caráter “desconhecido”? E, em segundo lugar, interroga-se sobre onde estariam os objetos que agora existem antes de seu modo de existência como “fato”. Quer dizer, onde estava a causa da morte hipotética atribuída à tuberculose antes do deslocamento da múmia do Cairo para Paris em 1976? (LATOURE, 2000, p. 251).

Certamente, para Latour, nem a causa da morte hipotética de Ramsés II por tuberculose antes de 1976 estava encoberta pelos véus da natureza desconhecida e nem a causa da morte desconhecida deixa de existir após 1976, mergulhada na falsidade da ignorância e das crenças primitivas. Para explicá-lo, Latour desenvolve, em seguida, a noção de *existência relativa* como complementar à tese da historicidade dos objetos científicos, abarcando os seus aspectos ontológicos. A *existência relativa* seria uma existência não marcada pela escolha entre marcadores temporais e espaciais como “nunca” e “em nenhum lugar” ou “sempre” e “em todo lugar”. O conceito serviria, assim, para impedir a extrapolação de objetos como o bacilo de Koch, a tuberculose ou a causa da morte de um faraó para a “natureza” e para a “a-historicidade” (LATOURE, 2000, p. 252). Seria esta existência demarcada e relativa, portanto, que estabeleceria uma diferença crucial entre o “programa” e o “antiprograma”, entre uma história das ciências que compreende os seus objetos como “fabricados” e uma história da Ciência que os assume como “descobertos” e preexistentes. Deste modo, a transformação do enunciado a respeito da causa hipotética da morte de Ramsés II em 1976, após o seu deslocamento do Cairo para Paris, que substitui uma causa “desconhecida” pela “tuberculose”, não oporia, segundo a ator-rede, um enunciado verdadeiro que foi desvendado e um enunciado falso e fantasioso em essência que foi desmentido. Simetricamente, eles seriam ladeados em “envelopes espaçotemporais” demarcadores das entidades, os quais substituiriam por uma *existência relativa* qualquer noção perene e onipresente de *substância* (LATOURE, 2000, p. 259-260). Com isso, não poderíamos dizer que, se os egípcios chamassem a causa da morte do faraó de algo como

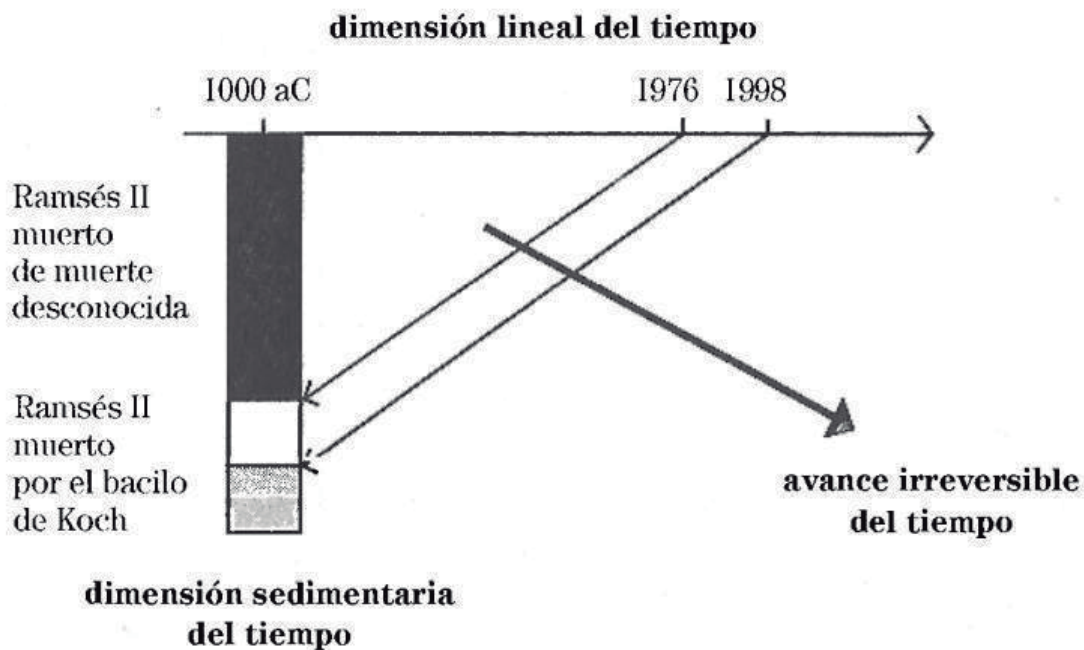
“Saodowaoth”, estariam mergulhados em erro e na ignorância por não compreenderem o real funcionamento da natureza. Por ficar tão distante de qualquer noção de “bacilo”, de “patologia”, de “infecção” ou de “laboratório”, a tradução desse significante, para as nossas concepções, seria extremamente limitada (LATOURE, 2000, p. 248-249). Latour, portanto, ao estabelecer o princípio da simetria entre os enunciados, considerando que a sua “faticidade” é um resultado das associações realizadas entre os atores em questão e não um pressuposto a elas, busca manter-se coerente em relação à ideia de um pluralismo ontológico em que a “natureza” não é um pano de fundo comum que atravessa todos os povos anteriores ou atuais pelo mundo afora, sendo, pelo contrário, o resultado de uma ontologia bastante específica, de matriz europeia, que ele denomina “modernidade” (LATOURE, 2004, p. 88-91).

A *existência relativa* de Ramsés II como agência “morta” na rede descrita por Latour em torno da tese da *historicidade dos objetos científicos* é bastante perceptível quando traçamos os seus deslocamentos no espaço em 1976. No Museu Egípcio do Cairo, o antigo faraó configura-se como um patrimônio histórico-cultural, um objeto museológico ou mesmo um monumento devido à sua posição na cultura egípcia antiga (e à sua consequente mobilização no Egito atual), de grande destaque no panteão dos líderes da civilização de outrora. Deslocado para a aeronave militar, destitui-se a sua musealidade e modula-se a sua patrimonialidade ao ser reduzido a restos mortais acondicionados em uma caixa. A patrimonialidade, no entanto, não é completamente perdida pelo seu caráter de “carga frágil” e por ser acompanhado pela curadora-chefe do Louvre, Christiane Desroche-Noblecourt. Ao desembarcar na base militar Le Bourget, ser recebido pela Guarda Republicana, por membros da Aeronáutica francesa e pela secretária de Estado, Alice Saunier-Seïté, são restituídas as propriedades do ator, milenarmente adormecidas, de “chefe de Estado” ao receber as honras a ele devidas, embora, talvez, fosse tarde demais para agradecê-las. Em seguida, ao chegar ao Hospital Val de Grâce e, posteriormente, à sala climatizada e esterilizada do *Musée de l’Homme*, aguardando intervenção para a sua infecção fúngica, Ramsés II adquire também a posição de paciente, de objeto científico e de vestígio arqueológico, condição que contrasta com sua vívida apresentação como celebridade nas telas dos televisores que cobriram o desembarque, nas páginas da revista *Paris Match* ou na super visitada exposição no *Grand Palais*. A cada constituição de um novo lugar, no seu deslocamento pelo espaço, a actancialidade de Ramsés II muda. O espaço não abriga, pois, na descrição ator-rede, os atores, e nem os atores transitam sobre espaços diversos e preestabelecidos: ambos se configuram, contingentemente, nas redes. Sendo tudo dotado de agência e tudo participante do social, Ramsés II e o Museu Egípcio do Cairo não são ator e lugar em distinção, respectivamente, mas tanto o faraó é uma espacialidade dotada de várias

posições distintas enquanto atravessa o Mediterrâneo, mudando bases aéreas, canais de televisão e frígidos hospitais com a sua presença; quanto o Museu Egípcio do Cairo é um ator que transforma Ramsés II ao se vincular com ele, traduzindo-o para um estado monumental e patrimonial.⁴

Similar relatividade ontológica também se aplicaria ao nosso ator morto no que concerne aos deslocamentos no tempo. Para Latour, os movimentos nas esferas temporais e espaciais se comportariam de maneira análoga (LATOURE, 2010, p. 77). A fim de exemplificar, vejamos um gráfico apresentado por Latour em “Até onde deve ir a história das descobertas científicas?”:

Figura 1 - A historicidade da causa da morte hipotética de Ramsés II de acordo com Latour



Fonte: Latour (2010, p. 79).

Este gráfico é um bom exemplo de como ocorre a temporalização de Ramsés II na rede em que é inscrito, mediado pelo enunciado febreano mobilizado no texto, segundo o qual o anacronismo seria uma espécie de pecado contra o tempo histórico. A partir dele, é formulado um enunciado secundário que postula ser *anacrônico afirmar que Ramsés II morreu de tuberculose em 1213 a.C.* Ramsés II é temporalizado neste enunciado a partir de uma série de “pontos de passagem obrigatórios”⁵ que modulam

⁴ Ver Latour (1997b, p. 177-178) sobre as coproduções de actancialidades, espacialidades e temporalidades na ator-rede.

⁵ Para uma abordagem da noção de “pontos de passagem obrigatórios”, ver Callon (1995, p. 265-266).

as agências multitemporais em uma associação. Estas agências, no entanto, apesar de multitemporais, são coetâneas, uma vez que estão copresentes no texto latouriano de 1998. Aliás, esta haverá de ser uma das orientações metodológicas adotadas por uma historiografia influenciada pela descrição ator-rede com a finalidade de delinear as políticas temporais: se entidades coabitam em rede, associadas, elas são coetâneas. Elas se tornam, assim, multitemporais, uma vez que, em seu agrupamento, operam políticas do tempo que temporalizam as agências em temporalidades distintas para cumprir algum objetivo. Sendo assim, Ramsés II é representado, no gráfico, como inserido em uma lógica de passagem do tempo que o torna dotado de um “avanço irreversível”, o que está longe de ser uma obviedade. Além disso, é preciso que ele seja inserido, em um eixo vertical, em uma temporalidade organizada por uma calendarização cristã, gregoriana, que se apresenta como universal — embora, em 1213 a.C., para os egípcios, ela fosse completamente desconhecida, possuindo, eles, outras formas de ordenar as cronologias. Aplicando-se, porém, a povos que não a utilizavam, faz-se com que Ramsés II se temporalize em um contínuo que permite, acabando com qualquer perspectiva de um pluriverso, sustentar algo como um tempo que corre unívoco e irreversível. Essa datação como condição obrigatória para que a nossa agência egípcia se temporalize em um texto de 1998 também serve, pois, como pré-condição para que ela seja inserida em um eixo horizontal no gráfico, de acordo com o qual cada ano, neste calendário, possuiria uma sedimentaridade, indicando que o avanço irreversível do tempo não é um impeditivo para que o “passado” seja constantemente modificado. Desta forma, torna-se visível como Latour equipara, no texto, os deslocamentos no tempo aos deslocamentos no espaço: para que, ao ano aproximado de “1000 a.C.”, pudesse ser deslocada no tempo uma nova causa da morte de Ramsés II determinada por tuberculose, foi necessário que a sua múmia percorresse, em 1976, um deslocamento no espaço da cidade do Cairo para Paris. Assim, o bacilo de Koch, como objeto científico, dotaria-se de uma historicidade que não lhe permitiria viajar aos pulmões do faraó no ano de 1213 a.C. antes de 1976, sob o risco de se cometer um anacronismo. Não é, portanto, que a causa hipotética da morte do faraó estivesse existindo, na “natureza”, de forma oculta, até 1976, à espera de ser descoberta. É o próprio “mundo comum” que muda em 1976, incluindo este novo “fato”.

O enunciado febvreano, pois, constrói “envelopes temporais” que permitem tanto a actancialidade do morto no presente sem que a sua existência burle consensos sobre a vida e a morte, quanto a viagem no tempo de um bacilo sem que exista uma “causalidade retrospectiva”, que Bruno Latour (2010, p. 77) interdita. Obrigando o bacilo e o faraó a se temporalizarem de acordo com as regras do dispositivo do anacronismo, de acordo com um calendário gregoriano universalizado e com uma concepção linear e irreversível

de tempo, Latour expõe uma *cronopolítica* como fato ao tentar criar uma reflexão sobre o tempo em sua descrição ator-rede. Esses “envelopes” modulados pelo anacronismo fazem com que os objetos científicos até possam se associar com agências de milhares de anos atrás, mas não sem, contudo, o trabalho de deslocamento e aproximação de entidades no laboratório. O laboratório, portanto, é que desloca o bacilo de Koch no tempo, em vez de descobri-lo de forma retrospectiva. Além disso, tais “envelopes” permitem que Ramsés II estabeleça “sociedades” com entidades que são coetâneas à instância de enunciação de Latour, em seu texto, tais como as *science wars* dos anos 1990, ao mesmo tempo em que ele é tratado como pertencente ao “passado”, sendo extemporaneizado do “presente” em que atua. Embora extraditados ao “passado”, os mortos são agenciados no agora a todo momento, como percebemos na relevância política, midiática, histórica e científica de Ramsés II para museus, jornais, relações internacionais e especialistas em 1976 ou nas querelas sobre as relações das ciências com as demais esferas sociais no momento em que Latour redige os seus textos em que menciona o antigo faraó. Isso nos leva a crer que esses atuantes da anterioridade seguem, de alguma forma, em ação por meio de uma *tanatoagência*, trazendo proposições para as assembleias dos coletivos atuais que são endossadas ou contrapostas por outros atores, disputando o que pertence a cada tempo. Em última instância, todo trabalho historiográfico, inclusive, ao articular existências multitemporais em uma inscrição, opera como um *porta-voz* desses mortos, posicionando-os de determinadas maneiras como agências coetâneas pertencentes a um “passado” tal qual uma instância do mundo comum temporalmente diversa e anterior.⁶

Análise da temporalização do caso de Ramsés II

A descrição ator-rede de Latour é bastante influenciada pela sociologia de Gabriel Tarde, que trata tudo como agência que se agrega em sociedades. Assim, neste sentido, no caso do traslado de Ramsés II, não apenas os componentes humanos seriam “sociais”, como também as especialidades, a instituição da Guarda Republicana que recebe o falecido chefe de Estado ou mesmo a revista *Paris Match* e o Musée de l’Homme, além do próprio bacilo de Koch como não humano e a causa da morte do faraó como objeto científico. Sendo, portanto, “*que toda coisa é uma sociedade, que todo fenômeno é um fato social*” (TARDE, 2007, p. 81-82, grifos do autor), a descrição ator-rede teria por objetivo seguir as agências que se agregam tratando-as de forma “simétrica” e estabelecendo que a definição daquilo que pertence ao mundo “social” ou

⁶ Uma boa referência sobre a “fabricação” do passado como instância anterior e qualitativamente diferente do presente pode ser encontrada em Schiffman (2011).

ao “natural”, bem como à esfera dos “fatos” ou da “ficção”, não antecede a formação das associações, mas é algo que delas decorre. Neste sentido, por serem todas as entidades dotadas de agência, desde os humanos aos não humanos e aos objetos técnicos e científicos, por que os *mortos* — isto é, as agências da anterioridade — não o seriam? Isto que dizer, certamente, que Ramsés II ou a causa de sua morte não são “representações” ou “usos do passado” delineados por Latour, situações em que, apesar das controvérsias em que o faraó poderia se encerrar, ele ainda pertenceria ao “passado” como um lugar sob um regime ontológico específico, dotado de “passeidade”⁷ embora com certa presença atual. Contrariamente, poderíamos afirmar, de acordo com a ator-rede, que a *temporalização* também é resultado da associação das agências de modo similar à formação do “natural” e do “social”, o que faz com que a condição de ator do “passado” não seja apriorística. Todos os atores, portanto, haveriam de ser descritos a partir da evidência de sua coetaneidade, uma vez que estão, de alguma maneira, vinculados em um *agora* — Ramsés II, o bacilo de Koch, Bruno Latour, o ano de 1213 a.C., o ano de 1976, o Museu Egípcio do Cairo, a Guarda Republicana, entre outros, no caso que nos ocupa. E a ordem do tempo pela qual eles se *actancializam* em rede, então, será configurada, contingentemente, por procedimentos de tradução que adequam essa existência coletiva e fazem com que o “social” tome forma.

O tempo na ator-rede, com isso, seria uma fabricação sociotécnica capaz de tornar os agregados de atores multitemporais, como no caso do traslado de Ramsés II, mais ou menos estáveis. Com isso, Latour trata o espaço e o tempo de forma não objetivista, isto é, como não preexistentes à percepção e à inteligência, e nem subjetivista, ou seja, como categorias não restritas à nossa mente e sensação (LATOURE, 1997b, p. 180). Textos como “Até onde deve ir a história das descobertas científicas?” ou “Sobre a existência parcial dos objetos existentes e não existentes” nos permitem, então, compreender como as agências da “causa hipotética da morte do faraó”, “Ramsés II” e o próprio “bacilo de Koch”, quando vinculadas, se organizam no tempo dependentes de deslocamentos e aproximações. Submetidos ao dispositivo do anacronismo a partir do enunciado de Febvre que lhe atribui um caráter pecaminoso, fazer com que o bacilo chegasse aos pulmões do faraó em 1213 a.C. no ano de 1976 só se tornou possível graças ao deslocamento do faraó do Egito para a França, do museu para o laboratório, alterando a sua existência relativa de uma condição patrimonial e museal para a de objeto científico. Sem a travessia do Mediterrâneo, portanto, o bacilo de Koch não teria chegado a 1213 a.C.. Sem o traslado, permanecería sendo anacrônico atribuir à tuberculose a causa da morte de Ramsés II em 1213 a.C., mesmo após 1976, segundo

⁷ Um exame da noção de “passeidade” pode ser encontrado em Bevernage (2021).

Latour. Tal deslocamento, portanto, do museu para o laboratório, alterando a *existência relativa* de nosso célebre *tanatoagente*, foi o que possibilitou fabricar temporalidades ao construir “passados”. Cronologicamente, o ano de 1213 a.C. passa a ter, a partir de então, uma nova entidade, um bacilo, anteriormente estrangeiro, e a história do Antigo Egito recebe, a partir de 1976, um novo enunciado a respeito da causa da morte de um de seus mais famosos soberanos.

As sociotécnicas que *temporalizam* as redes podem ser tão numerosas quanto as redes a serem descritas. Portanto, meus apontamentos partem do caso de Ramsés II para sugerir procedimentos descritivos utilizáveis em outras situações, sem postular, evidentemente, que possam ser usados de modo geral. A seguir, dividirei esses procedimentos descritivos em quatro etapas referentes a: a) o ordenamento das entidades no tempo a partir de “envelopes temporais”; b) a produção da *inscrição*, ou seja, a articulação da linguagem como instrumento de política temporal; c) a utilização de técnicas de alocação da passagem do tempo; d) o *processo* necessário para que agências anteriores e atuais se vinculem, demandando novas *temporalizações* de suas posições no mundo comum.

Os “envelopes temporais” que determinam a existência dos seres no tempo sob um determinado ordenamento político podem ser descritos considerando-se as categorias elencadas por Johannes Fabian no famoso livro *O tempo e o outro* (2013), de 1983. Para investigar como a antropologia, historicamente, constituiu o seu objeto de investigação, Fabian partiu de uma contradição fundamental que marca a discursividade da disciplina: ao mesmo tempo em que ela depende de um “trabalho de campo” que pressupõe a coetaneidade daquele que descreve e os seus descritos, ela, na inscrição acadêmica, acaba por alterar o seu objeto, situando-o em um outro tempo. A esse procedimento, o autor denomina “negação de coetaneidade”, o que haveria feito, desde o século XIX, com que a disciplina servisse para a legitimação do colonialismo, imperialismo e práticas de dominação que assimetizam distintas populações de acordo com os usos do tempo da antropologia. Essa “negação de coetaneidade”, que *alocroniza* os objetos antropológicos, então, aconteceria sobretudo por meio de organizações de temporalidades “físicas”, “mundanas” e “tipológicas”.

O que Fabian chama de um tempo “físico” está ligado à concepção da passagem do tempo como a linearidade irreversível na qual Latour insere Ramsés II e a causa hipotética de sua morte; e à criação de cronologias para descrevê-la, como o calendário gregoriano que enumera eventos como a morte do faraó em 1213 a.C, a demarcação do bacilo de Koch em 1882, o traslado de Ramsés II do Cairo para Paris em 1976 e a escrita dos textos de Latour no final dos anos 1990 (FABIAN, 2013, p. 57-58). Este

tempo “físico” instauraria relações de *sincronia* e de *assincronia*, fazendo com que, por exemplo, antes do deslocamento de 1976, fossem assíncronos em 1213 a.C. Ramsés II e o bacilo de Koch. Esta assincronia se altera, evidentemente, a partir do traslado da múmia, o que indica como o deslocamento e a aproximação de entidades outrora distantes produzem temporalização por meio de eventos. O que, todavia, de acordo com a mobilização do calendário gregoriano e da noção de irreversibilidade da passagem do tempo, não altera as organizações temporais anteriores a 1976: para sempre, em Latour, antes de 1976, terá sido anacrônico levar o bacilo de Koch até 1213 a.C., constituindo-se, então, no ano de 1213 a.C. uma temporalidade “sedimentar” que estabiliza “envelopes temporais” agregadores de atores pertencentes a uma determinada temporalização. Até 1976, portanto, o bacilo de Koch nos pulmões de Ramsés II não comporia o ano de 1213 a.C., e levá-lo até lá seria anacrônico pois quebraria a sua *sincronia*; todavia, após 1976, não o seria mais, uma vez que o enunciado a respeito da causa da morte do faraó se alterou com a travessia mediterrânea de seus restos mortais.

Talvez fosse mais apropriado chamar essa temporalização não de “física”, mas de “cronológica”, para desnaturalizá-la e aproximá-la dos procedimentos técnicos necessários para a datação, que são, muitas vezes, esquecidos ao analisarmos a atuação dos mortos na atualidade. Por ora, todavia, creio ser mais importante ressaltarmos como, de modo similar à análise de Jacques Rancière (2011, p. 22), o anacronismo se apresenta nesta temporalização como um instrumento poético capaz de estabelecer um elo entre o tempo e a verdade. Por meio do “tempo sedimentar”, portanto, para sempre, antes de 1976, a causa da morte do faraó será indeterminada, assim como a historicidade dessa causa da morte como objeto científico será alterada não pela *descoberta* da natureza antes oculta, mas por um procedimento de laboratório que estabelece novos vínculos entre entidades anteriormente distantes capazes de constituir um “fato” em sua associação. Ao extemporaneizar a partir de 1976 a causa da morte de Ramsés II como indeterminada no ano de 1213 a.C., tornando viável que o bacilo fosse *síncrono* ao Antigo Egito, o dispositivo do anacronismo e a *cronopolítica* cronológica mobilizados por Latour funcionam como fabricantes de “passado”, isto é, produtores da “passeidade” de uma causa da morte indeterminada que só existe relativamente, como uma crença que foi atual até 1976. Deste modo, aliar Ramsés II ao bacilo de Koch só é possível submetendo-os a uma série de procedimentos cronológicos que modulam a agência de ambos definindo quais limites, como morto, Ramsés II pode ter ao se movimentar pelo mundo dos vivos.

Outras duas formas de temporalização em Fabian dizem respeito aos tempos que ele chama de “mundano” e “tipológico”, bastante menos utilizados neste texto de Latour do que as cronologias e datações. A temporalidade “mundana” seria a organização da história

em períodos ou etapas, tais como a “Antiguidade”, a “Idade Média”, a “Modernidade” e a “Idade Contemporânea”, ou, no caso brasileiro, em “Colônia”, “Império” e “República”, o que implicaria, certamente, a ideia de um curso universalizante da história, levando à definição da existência das entidades segundo a sua alocação nesses “envelopes”. Neste sentido, ser “medieval” não é apenas algo que situa, por exemplo, as relações feudais em uma determinada databilidade, mas também que as aloca em uma noção do curso da história mais ampla, atribuindo-lhes um caráter “pré-moderno”, “pré-capitalista” e, portanto, “atrasado”, “obsoleto” e “ultrapassado” (FABIAN, 2013, p. 58-59). A temporalização “tipológica”, por outro lado, não possuiria esse caráter generalista, mas contraporía agrupamentos que possuem assimetrias temporais, como, por exemplo, “rural” e “urbano”, “periferia” e “centro”, “antigo” e “atual”, “subdesenvolvido” e “desenvolvido”. Estas modalizações são importantes, pois, para descrevermos como entidades que coabitam a coetaneidade são *temporalizadas* em situações distintas para que possam estar associadas. Assim, o “feudalismo”, por exemplo, não é estranho ao *agora*, uma vez que é mencionado em inumeráveis trabalhos de especialistas, em jogos ou em filmes que invocam uma medievalidade ou um medievalismo; no entanto, é este aspecto que lhe garante um vínculo com historiadores, consoles e plataformas de *streaming* sem ser um fenômeno *contemporâneo*. De modo similar, quando a secretária de Estado para assuntos universitários Alice Saunier-Seïté recebe Ramsés II na base aérea Le Bourget, dedicando a ele todas as honras e a presença da Guarda Republicana, refere-se a ele como “um dos maiores chefes de Estado da antiguidade” (FARNSWORTH, 1976, p. 5, tradução minha). Assim, é ambivalente a presença deste *tanatoagente*: ao mesmo tempo em que ele é recebido como autoridade legítima, ele pertence à “antiguidade”, sendo *extemporâneo* mas politicamente atuante.

E, nesse caso, é a linguagem de Alice Saunier-Seïté que posiciona Ramsés II, modalizando a sua existência. Desta forma, rumamos para o nosso segundo ponto, o da produção da inscrição e da articulação da linguagem como instrumento das políticas temporais. Chamo o enunciado, aqui, de *inscrição* uma vez que, para Latour, a sua própria existência o transforma em uma agência, em um objeto, que também se vincula com e traduz outros atores. Assim, para agir após a sua morte, Ramsés II, não podendo mais falar por contra própria, alia-se à revista *Paris Match*, ao jornal *The New York Times*, aos textos de Bruno Latour, à cobertura televisiva ou à fala da secretária de Estado francesa para poder expressar-se. A sua *tanatoagência*, portanto, depende da *porta-vocalidade* dos humanos vivos para realizar-se, assim como depende dela a atuação de outras entidades não falantes, como é o caso dos não humanos e dos

objetos científicos e sociotécnicos.⁸ Esta ideia se assemelha àquilo que Isabelle Stengers denominou “invenção experimental”, ou seja, o “poder de conferir às coisas o poder de conferir ao experimentador o poder de falar em seu nome” (STENGERS, 2002, p. 108), estabelecendo uma relação entre as entidades não falantes (como os mortos) e os especialistas que buscam relatar, em inscrições, os testemunhos e proposições de tais entidades. Essa capacidade de falar pelos humanos anteriores, no entanto, estende-se também a outros humanos evidentemente não mediados pela disciplina historiográfica, como jornalistas, fotógrafos, operadores de câmera e secretárias de Estado, o que torna as proposições dos mortos em nossas assembleias ainda mais complexas, plurais e controversas, transformando o “passado” em um constante território instável e disputado. Talvez essa seja a origem do sentimento constante na historiografia de uma “disciplina em crise”.

Rancière percebe muito bem, em *Os nomes da história* (1994), alguns protocolos da “poética do saber” da disciplina que buscam ocultar essa posição de agência dos mortos por intermédio de um representante humano vivo. Ao configurar-se como disciplina, a história teria ocultado procedimentos *miméticos* para dar ênfase ao seu caráter *diegético*. Em outras palavras, a forma de sua discursividade enfatizou o discurso em terceira pessoa, nos moldes do que Benveniste (1991, p. 261-263) chama de “relato”, fazendo com que o narrado seja sempre algo ou alguém ausente da instância do discurso e, por isso mesmo, *pertencente a outro tempo*. Assim, diegeticamente, frases como a da legenda da *Paris Match* alegando que “nossos cientistas socorrem Ramsés II, que adoeceu 3000 anos após a sua morte” posicionam o faraó como distante do *agora*, como o *relatado*, na forma de uma entidade de três milênios atrás, apesar de ele estar, de algum modo, vinculado aos cientistas e a uma doença coetâneos. Ora, se estivéssemos em um protocolo mimético, de acordo com a distinção de Rancière, teríamos algo como: “Eu, Ramsés II, fui socorrido por cientistas 3000 anos após a minha morte”, formulação inconcebível para o discurso historiográfico ou mesmo para diversas outras sociotécnicas produtoras de “passado”, cabível apenas em um romance histórico ou em uma psicografia. Todavia, a ambivalência das falas que mobilizam os mortos reside em que, se os assumimos como agências no *agora* representadas nas inscrições por meio de *porta-vozes*, mesmo quando relatamos Ramsés II em terceira pessoa, ainda não é ele quem fala, e sim aquele que o enuncia, situando o faraó em uma rede de relações e de sentidos que inexistia no Antigo Egito. Portanto, dessa forma, ocorre uma mimetização, em um processo que Latour descreve como *tradução*. Toda fala é composta por alteridades constitutivas, como afirma Jacqueline Authier-Revuz (2004),

⁸ Lisa Disch (2008) traz um interessante panorama sobre a noção de *porta-vocalidade* em Latour.

e essas alteridades que ingressam nos enunciados (no caso dos meus enunciados, Ramsés II, o Egito Antigo, Robert Koch, uma revista de 1976, entre outras) fazem com que a distinção entre o que pertence ao “presente” e o que pertence ao “passado” seja sempre problemática, caracterizando toda inscrição como a estabilização de um agregado multitemporal de atores.

Descrever Ramsés II diegeticamente, situando-o como externo e extemporâneo à instância do discurso, produz o efeito de ele pertencer ao “passado” como instância anterior e qualitativamente diferente do “presente” ao mesmo tempo em que a sua imagem em coexistência aos cientistas reafirma a coetaneidade de todas as agências descritas. Tal *processo* de transformação de Ramsés II em uma agência coetânea modalizada pela ontologia do passado depende do dispositivo do anacronismo como purificador dos seres no tempo a partir da mobilização do enunciado febvreano em que o anacronismo se configura como um objeto sociotécnico responsável pela alocação das entidades na passagem do tempo. Chegamos, com isso, ao nosso terceiro ponto. O anacronismo opera na descrição latouriana do translado de Ramsés II como uma “caixa-preta”, isto é, como um dispositivo cujo funcionamento interno não questionamos — uma vez que Latour o assume como um “fato” —, esperando apenas que, a partir de uma série de *inputs*, obtenhamos *outputs* com um objetivo predeterminado. (LATOUR, 2000, p. 14). Ou seja, do mesmo modo como, em uma calculadora, nós inserimos dados de operações (*inputs*) pelo seu teclado, esperando receber resultados na tela (*outputs*), sem sabermos nada sobre sua microeletrônica e algoritmos internos, o anacronismo capta em suas “entradas” entidades multitemporais — Ramsés II, o bacilo de Koch, a matéria da revista *Paris Match*, os textos de Latour, o Museu do Cairo, a Guarda Republicana... — e fornece, nas suas “saídas”, uma associação de todos eles razoavelmente estabilizada em uma inscrição segundo uma determinada política do tempo. Desta forma, duas causas hipotéticas da morte de Ramsés II, por exemplo, podem conviver em um mesmo texto, mas apenas sob determinadas circunstâncias: a causa da morte indeterminada se estende até o limite de 1976; a partir de então, a causa passa a ser a tuberculose. Além disso, o anacronismo delimita a existência histórica do bacilo de Koch, estabelecendo que não há problemas em vinculá-lo a Ramsés II após o *trabalho* de tê-lo levado ao laboratório. Antes disso, tal associação seria anacrônica.

Contudo, se desmontássemos o anacronismo assim como o faríamos com uma calculadora e perscrutássemos o seu “algoritmo”, perceberíamos que ele não prescinde de uma série de outras técnicas a ele anteriores e bastante visíveis no texto latouriano. Primeiramente, para que o anacronismo realize o seu *trabalho* associativo, é crucial a fabricação do “passado” como instância temporal não apenas anterior ao “presente”, mas também dele qualitativamente diferente. Peter Burke (2013, p. 202-212) bem

descreve, por exemplo, como a ideia de que os humanos anteriores teriam sido diferentes de nós em hábitos, crenças e costumes é historicamente situada em um contexto europeu que se configura a partir do século XV. Nele, ocorrem a disseminação cada vez maior da escrita em detrimento de uma cultura oral, a popularização nos círculos intelectuais da ideia de que a língua se transforma com o passar do tempo e o conseqüente desenvolvimento da crítica documental, as transformações experimentadas pelo cristianismo e as reformas que opõem um cristianismo “primitivo” a um “moderno”, os contatos com os povos ameríndios, africanos e asiáticos posteriores às expedições marítimas e, por fim, a organização desses povos em temporalidades distintas de acordo com uma “história universal”. Além disso, para fixar sincronias que assincronizam enunciados, tornando-os anacrônicos, fazem-se necessários inúmeros desenvolvimentos nas técnicas de datação, calendarização e metrologização, descritas, por exemplo, por Le Goff (1979) com a ascensão dos relógios mecânicos e dos sinos de trabalho no século XIV uniformizando os tempos urbanos; por Whitrow (1993) e Roth (2013), quando referem o espalhamento da cronologia *Anno Domini* em detrimento de outras concorrentes, como a *Anno Diocletiani* e a *Era Hispanica*; por Poole (1917; 1918), quando lembra a equiparação dos marcos de referência sobre o início do ano e a adoção do calendário gregoriano com a bula *Inter gravissimas* em 1582; e por Palmer (2002) e Zerubavel (1982), quando resgatam as negociações da *International Meridian Conference* de 1884 com o objetivo de introduzir um padrão cronológico mundial. Assim, no exemplo do traslado de Ramsés II em Latour, submetê-lo — como também à causa hipotética de sua morte — ao dispositivo do anacronismo depende da cronologia expressa no gráfico supracitado, que afixa entidades e enunciados a uma data universalmente assumida (em uma cronologia que era absolutamente estrangeira a Ramsés II em 1213 a.C.), sendo estabelecidos, a partir dessa vinculação, limites de atuação para determinados atores. Sem contar que, para o próprio deslocamento ao laboratório que é relatado, realizado em um avião militar, e para a transmissão televisiva de sua chegada ao aeroporto Le Bourget, foram utilizados instrumentos de navegação aérea e de sincronização no envio e recebimento de dados televisivos dependentes de uma metrologia fina. Somente a partir destes recursos foi possível determinar, em um texto do fim dos anos 90, se Ramsés II e o bacilo passariam ou não por um filtro de anacronismo.

Todas estas técnicas de *temporalização* estão pressupostas internamente na “caixa-preta” que é o anacronismo nos textos de Latour, sem que, por isso, é claro, sejam mencionadas. E a sua não menção fazem a aplicação destas entidades multitemporais nos *inputs* do anacronismo e a sua resolução temporal nos *outputs* ser compreendidas como fáceis, simples e lógicas, escondendo todo o *trabalho* de associação subentendido.

Desta maneira, chegamos ao quarto e último ponto da análise da sociotécnica da temporalização de Ramsés II e da causa hipotética de sua morte em Bruno Latour, que trata do *processo* pelo qual o tempo é fabricado na rede. Para o autor, nas associações de agências multitemporais, a temporalização, assim como a espacialização e a actancialização, são uma questão de *intensidade*, sendo produzidas com maior ou menor trabalho dependendo da quantidade de mediações às quais os atores precisam ser submetidos para deslocar-se e vincular-se. Em *Linhas de pensamento*, Latour (1997b, p. 173-178) utiliza o exemplo de um trem-bala para ilustrar esta questão. Após uma árdua construção, que requereu abrir espaços na mata fechada para os trilhos e as estações mediante o uso de muita força — e esforço — humana e mecânica, o trem passa a estabelecer viagens previsíveis e pontuais em cujo trajeto praticamente nada perturba os passageiros, os quais se esquecem de todo o trabalho envolvido na produção desse meio de transporte. Neste caso, o trem-bala configura-se mais como um *intermediário* do que como um *mediador*, devido ao fácil transporte de passageiros que viabiliza do ponto A para o ponto B. Mas, sugere o autor, imaginemos que, no caminho do trem-bala, houvesse, em uma pequena cidade, uma manifestação que interrompesse a passagem do veículo, demandando que lá fosse construída uma estação para o embarque e desembarque de passageiros. Isso faria com que a viagem não fosse mais tão fácil e carente de eventos: haveria uma parada para se negociar, uma mediação a se fazer, que alteraria tanto os manifestantes quanto os passageiros do trem-bala. Com isso, o meio de transporte se tornaria menos um intermediário para os passageiros chegarem do ponto A ao ponto B e mais um mediador, devido à existência de um evento importante em seu caminho que gerou atrasos, estresse e negociações com manifestantes, demandando mais *trabalho*. De forma correlata, para Latour, o tempo se fabrica nessa relação de mais ou menos trabalho que ele chama de *processo*.

Aqueles que afirmam, pois, que a existência hipotética do bacilo de Koch nos pulmões de Ramsés II constituiria uma *descoberta* de que ele morreu de tuberculose, fazendo com que a existência do bacilo se estendesse automaticamente até 1213 a.C., tratariam o deslocamento dessa bactéria na cronologia do calendário gregoriano como uma viagem sem negociação, como se esse eixo de datação fosse simplesmente um *intermediário*. Para Latour, no entanto, tratar os objetos científicos como dotados de historicidade — o que, para ele, é sinônimo de submeter-se ao dispositivo do anacronismo — significa delinear as *mediações* necessárias para que o bacilo causador da tuberculose pudesse chegar até 1213 a.C., requerendo uma série de negociações e aproximações que demandam uma alta carga de *trabalho*, em um *processo* intenso. Com efeito, conduzir o bacilo de Koch até o ano de 1213 a.C. demandou negociações intergovernamentais entre a França e o Egito para o traslado dos restos mortais do

faraó; uma viagem de avião atravessando o Mediterrâneo em companhia da curadora do Museu do Louvre para dar ao objeto museológico o seu devido tratamento em função de sua relevância; uma recepção digna de um chefe de Estado por uma autoridade do Executivo francês e pela Guarda Republicana, que reconhece a legitimidade política do morto em questão; uma ampla cobertura da mídia impressa e televisiva, que suscita o interesse das pessoas não especialistas no assunto, justificando a empreitada; um trabalho de especialistas multidisciplinares que, juntamente a objetos técnicos de alto desempenho, puderam diagnosticar o que estaria no sistema respiratório de Ramsés II. *Apenas após todas estas mediações*, como se cada uma delas fosse uma manifestação com a qual se precisou negociar no caminho do trem-bala, é que poderíamos levar, segundo Latour, o bacilo encontrado em 1976 nos pulmões do faraó para 1213 a.C. sem incorrerem em anacronismo, evidenciando a historicidade da fabricação da causa de sua morte por tuberculose como “fato”.

A principal questão, para mim, na descrição das *tanatoagências* segundo a ator-rede, é que Latour estabelece o anacronismo como um *ponto de passagem obrigatório* para determinar a historicidade dos objetos científicos sem levar em conta que esse mesmo dispositivo opera como uma *caixa-preta* que intermedia a temporalização das agências sem demonstrar as inúmeras e complexas mediações que opera. Assim, ao mobilizar o enunciado febvreano do anacronismo como pecado somente ampliando a sua *jurisdição* para os não humanos e objetos científicos, sem questionar a sua *legalidade*, Latour não descreve as mediações necessárias para sustentar um enunciado como “*é anacrônico afirmar que Ramsés II morreu de tuberculose em 1213 a.C.*”. Isto porque, para que o anacronismo funcione, primeiramente, é preciso vincular o faraó ao calendário gregoriano, que lhe é milenarmente posterior e possui como eixo o nascimento de um Cristo que ele sequer sonhava, o que faz, inclusive, com que a *temporalização* de Latour module a existência de Ramsés II de acordo com os seus parâmetros. Se ampliarmos a ideia de “pluralidade ontológica” e de “multinaturalismo” para as *temporalizações*, o próprio ato de circunscrever Ramsés II em uma cronologia exógena ao Antigo Egito não seria, já, uma mediação a ser descrita? Além disso, a “flecha do tempo irreversível” na qual Ramsés II é inserido comprime todos os tempos de todos os povos em uma única passagem, tornando Ramsés II equivalente à Revolução Francesa, às explosões atômicas em Hiroshima e Nagasaki em agosto de 1945 e ao genocídio armênio como entidades pertencentes ao “passado”, essa instância ontológica que se apresenta como um agregador de todos os seres da anterioridade em diferença ao “presente”. Deslocar Ramsés II de sua existência no *agora* para o “passado”, para uma posição em uma “flecha do tempo irreversível”, para uma morte no ano de “1213

a.C.” não seria, também, uma mediação a ser considerada, sem a qual o anacronismo ou não de sua vinculação ao bacilo de Koch não poderia ser afirmado?

Esta cronologia, em Latour, mediada pela calendário gregoriano é o que permite organizar os “envelopes temporais” que autorizam ou não a existência das entidades humanas, não humanas, técnicas e *tanatológicas* em determinadas datações. Contudo, ela nada tem de “natural”, e a suposição do anacronismo como “fato” só pode se sustentar se não descrevemos meticulosamente o seu funcionamento. O anacronismo, de fato, gera “entraves” para que os atores se desloquem, determinando, por meio de seu “algoritmo”, políticas do tempo que os circunscrevem em uma *temporalização* universalista, unívoca, etapista e epocal.

Contribuições da descrição ator-rede diante dos usos do passado e da recepção da Antiguidade

Uma tradução da descrição ator-rede para a historiografia, portanto, pode se basear na metodologia latouriana, embora radicalizando a simetria que ele aplica às oposições entre “fato e ficção” e “natural e cultural” para o tempo. Assim, as distinções entre “passado, presente e futuro”, como as demarcadas entre “épocas”, “períodos”, “etapas” e “classificações” que envelopam os atores multitemporais não haveriam de ser assumidas de forma apriorística, mas como resultado das associações de agentes e das políticas do tempo decorrentes dessas mesmas associações. Questionando o procedimento descritivo latouriano das políticas temporais no caso do traslado de Ramsés II, demonstrei como assumir o dispositivo do anacronismo como “fato” faz com que Latour não perceba uma série de mediações implicadas nesse dispositivo mas ocultas pelo seu funcionamento como “caixa-preta”, o que torna a tese da historicidade dos objetos científicos da forma como o autor a defende dependente de procedimentos tipicamente “modernos” que o autor critica, como o “mononaturalismo” universalista que enquadra todos os povos e todas as entidades em um único curso da história (LATOURE, 2004, p. 88-91). Neste sentido, relaciono, então, a ideia de “simetria” entre os atores associados de Latour, como uma metodologia para as descrições historiográficas, com a noção de “coetaneidade” de Johannes Fabian, tratando todas as agências históricas como coetâneas, uma vez que estão inseridas em uma mesma rede descrita. No entanto, embora coetâneas, essas agências passam a se *actancializar* como pertencentes a diferentes “envelopes” temporais a partir das mediações às que são submetidas, sendo remetidas a instâncias como o “passado”, a “Idade Média” ou o “arcaico” a partir de fabricações que são historicamente situadas e contingentes e orientadas por políticas do tempo particulares. Assim, de modo análogo à “negação

de coetaneidade” no discurso antropológico, que *alocroniza* agências remetendo-as a outros tempos concomitantemente a sua presença evidente pelo discurso, defendendo que a construção da “passeidade” no discurso historiográfico nega a coetaneidade dos atores mortos a partir de extemporaneizações nas quais o anacronismo como dispositivo pode vir a cumprir um papel fundamental. Restaurar a coetaneidade das *tanatoagências* na história é, portanto, tratar o passado não como o ponto de chegada da investigação, mas como ponto de partida cuja sociotécnica de fabricação precisa ser delineada.

Isso faz com que uma historiografia ator-rede seja um tanto distinta de outras abordagens de casos similares ao da análise latouriana do traslado da múmia de Ramsés II do Cairo para Paris, que poderiam ser compreendidas sob a perspectiva dos “usos do passado” ou da “recepção da Antiguidade”. A expressão “usos do passado” possui origens diversas, que podem remeter a textos de François Hartog e Jacques Revel (2014) ou de Enzo Traverso (2012) em que os autores investigam interseções entre o discurso historiográfico e a memória coletiva. Neles, é enfatizada a disputa a respeito de atores do “passado” no “presente”, especialmente no que se refere a aspectos públicos dessa anterioridade, em que o passado se transforma em controvérsia ao tratar de episódios traumáticos para a coletividade, de disputas referentes à construção das identidades nacionais e da patrimonialização e monumentalização nos espaços urbanos. Tratar a agência de Ramsés II neste sentido implicaria supor que Latour está deslocando um ator de uma temporalidade para a outra com a finalidade de disputar o evento de 1976 e toda a querela midiática e política em torno do traslado da múmia para marcar uma posição diante das *science wars* dos anos 90 em defesa da tese da historicidade dos objetos científicos que contrapõe dois programas epistemológicos para as ciências nos quais as ideias de “descoberta” ou de “construção” dos fatos científicos são inconciliáveis. Sob a influência das noções hartoguianas de “regimes de historicidade” (HARTOG, 2013, p. 11-13) ou da estratificação do tempo e multitemporalidade dos conceitos de Koselleck (2006), acredito, porém, que o trabalho conceitual dos “usos do passado” ainda não delinea, como o faz a ator-rede, o próprio esforço sociotécnico de fabricação de instâncias como o “passado” na associação situacional dos atores, pressupondo, de certa forma, que “passado”, “presente” e “futuro” operam como categorias apriorísticas que se atrelam a agências como Ramsés II de forma substancial. Afinal, em uma descrição ator-rede, Ramsés II seria temporalmente *simétrico* a Latour, ao avião que o transporta, aos jornalistas que cobrem o acontecimento de sua chegada a Paris e aos instrumentos que o examinam. Pertencer a “1213 a.C.” ou ao “Antigo Egito” não seria, portanto, aquilo que qualifica a narração de Latour como um “uso do passado”, mas o próprio *processo* a ser descrito com o objetivo de se compreender as políticas do tempo que operam nesta inusitada associação e que acabam, por fim, relegando-o a um

“envelope” temporal *alocronizado* com o objetivo de sustentar a tese da historicidade dos objetos científicos.

No mesmo sentido, considerar as inscrições latourianas que invocam Ramsés II como uma “recepção da Antiguidade” não alcançaria, a meu ver, uma descrição minuciosa das políticas do tempo que operam na rede envolvida no traslado da múmia. Sendo um campo consolidado na historiografia antiga sobretudo por Charles Martindale (1993), artigos como os de Vargas (2019) e de Silva, Funari e Garrafoli (2020) remetem às suas influências nas teorias da recepção desenvolvidas nos anos 60 associadas aos trabalhos de Hans Jauss e Wolfgang Iser, ao desconstrucionismo de Derrida, ao *New Criticism* e à hermenêutica gadameriana. O problema apontado nas abordagens dos “usos do passado” a respeito da consideração apriorística das instâncias temporais se repete, neste ponto, nas análises da recepção. Nelas, encontraríamos, pois, um diálogo entre elementos “antigos” e “contemporâneos”, novas interpretações e mobilizações de atores como Ramsés II em que os sentidos “original” e “reformulado” não se oporiam sob a lógica do verdadeiro e do falso. No entanto, essas análises também não descrevem simetricamente as agências a nível temporal, o que permitiria entender como, enfim, algumas são relegadas ao “passado” e ao “antigo” e outras não, mediadas por técnicas que muitas vezes permanecem subentendidas às associações. Isto não significa, evidentemente, que tais estudos não tracem importantes contribuições para compreendermos as políticas do tempo que vinculam entidades cujas existências tenham proveniências tão temporalmente distintas. No entanto, creio que a ator-rede pode contribuir avançando alguns passos na compreensão de como as próprias instâncias temporais possuem uma fabricação situada e como os dispositivos subentendidos sob um funcionamento de “caixa-preta” (tais como o anacronismo) reproduzem a estabilização de entidades como Ramsés II em uma ontologia do passado que acaba por produzir o que Chris Lorenz (2014, p. 45) chama de um “esfriamento do pretérito”, tratando-as de modo apolitizante e menos controverso no que se refere às suas temporalizações.

Conclusão

A partir da descrição do caso do traslado da múmia de Ramsés II do Museu do Cairo para Paris, mobilizado por Bruno Latour para defender a sua tese da historicidade dos objetos científicos segundo uma hipotética controvérsia sobre se a determinação da causa da morte do faraó por tuberculose seria anacrônica ou não, pudemos delinear como entidades mortas se agregam a uma multiplicidade de humanos, não humanos e objetos sociotécnicos sob políticas do tempo. Estas políticas situadas produzem assimetrias temporais entre os atores mesmo que eles estejam coetaneamente

associados. Isto nos permite chegar a algumas conclusões específicas do caso assinalado que nos habilitam, por sua vez, a transpor algumas questões teóricas relevantes sobre a aplicação de uma metodologia ator-rede na historiografia que seja alternativa aos tratamentos das entidades anteriores sob a perspectiva dos “usos do passado” ou da “recepção da Antiguidade”.

Primeiramente, pudemos perceber que a tese da historicidade dos objetos científicos nos textos de Latour nos quais o autor descreve o traslado da múmia do faraó se sustenta na assunção como “fato” do enunciado febvreano sobre o caráter herético do anacronismo. Não questionando a sua *legalidade*, o autor apenas amplia a sua *jurisdição* do horizonte das crenças imagináveis em uma determinada época (como a possibilidade de ser ateu no século XVI) para o das entidades não humanas e dos objetos científicos. Desta forma, para Latour, o bacilo de Koch, entidade delimitada apenas em 1882, não poderia regredir até o ano 1213 a.C. como causa da tuberculose hipotética de Ramsés II sem a descrição do *processo* de diagnóstico ocorrido em Paris no ano de 1976 sob o risco de se cometer um anacronismo. Para ser conduzido até 1213 a.C., portanto, o bacilo demandaria um trabalho de deslocamento pelo Mediterrâneo que faria parte de uma história da constituição da causa de sua morte, permanecendo, no entanto, o interdito de se pensar que, em qualquer ano até 1976, a causa da morte do faraó fosse outra que não a indeterminada. Com isso, Latour aponta que a instância da “natureza” possui uma história. O fato de Robert Koch ter demarcado o bacilo em 1882 não habilita esta entidade (o bacilo) a livremente retroceder a uma existência no ano de 1213 a.C. até 1976, o que significaria, para Latour, considerar a sua existência a-histórica e apenas desvendada. No entanto, ao mobilizar o enunciado de Febvre como “fato”, ausente de qualquer controvérsia, Latour acaba por não tratá-lo como um dispositivo sociotécnico capaz de produzir assimetrias temporais que agregam entidades coetâneas a partir de determinadas políticas do tempo que se baseiam em uma negação da coetaneidade que não reconhece, de direito, as *tanatoagências* no agora.

Com isso, em segundo lugar, ao serem mediados pelo enunciado de Febvre no texto de Latour, Ramsés II, o bacilo de Koch e a causa de sua morte são ordenados no tempo por meio de *sincronias* firmemente enraizadas em uma temporalidade cronológica que Johannes Fabian chamaria de “tempo físico”, o qual, a partir de uma calendarização e universalização metrológica, também é resultado de uma sociotécnica que homogeneiza os seres anteriores em um único fluxo da passagem do tempo que seria irreversível, enquanto, paralelamente, extemporaneiza Ramsés II e a causa da morte indeterminada como “passado”. No entanto, essa homogeneidade, causada pela inserção de Ramsés II e da causa de sua morte em uma cronologia do calendário gregoriano, estrangeira ao Egito Antigo, ao ser construída pela mediação do enunciado febvreano assumido como

“fato”, mascara a política do tempo agenciada, não abrindo a *caixa-preta* do dispositivo do anacronismo e não considerando outras mediações possíveis que pudessem assumir uma pluralidade ontológica na definição da temporalização das entidades.

Em terceiro lugar, a temporalização das inscrições de Latour para sustentar a sua tese da historicidade dos objetos científicos opera, contraditoriamente, não com a noção defendida de *existência relativa* dos atores com referência ao tempo, mas com uma noção de *substância*. Isso ocorre uma vez que Latour concebe duas distintas dimensões do tempo, uma “sedimentar” e outra “linear”. As causas hipotéticas da morte de Ramsés II no “tempo sedimentar” seriam duas: uma anterior ao traslado da múmia do Cairo para Paris e outra posterior a este deslocamento. Mas ambas, no entanto, permanecem associadas ao mesmo ano de 1213 a.C. em que o faraó faleceu sem contradição, ocupando diferentes “estratos” sedimentares. O tempo “linear” irreversível permitiria, com a sua passagem, a coexistência destes diversos “estratos” possíveis no ano de 1213 a.C. que perenizam, ao seu modo, enunciados não mais necessariamente consensuais ou “atuais”. Ou seja, em 2021, assim como em 1998 ou em 2256, seria anacrônico pensar que, até o deslocamento dos restos mortais ocorrido em 1976, a causa da morte de Ramsés II poderia ser a tuberculose. Assim, Latour temporaliza os atores multitemporais de forma similar à descrita por Rancière, vinculando os seres a “envelopes” temporais externalizados pelo dispositivo do anacronismo de um modo a associar o tempo à verdade, coligando a existência de enunciados sobre a causalidade da morte a datas, sem discriminar os mecanismos sociotécnicos implicados na articulação de tal dispositivo e da cronologia de datação.

Por fim, em quarto lugar, a etnografia aqui traçada da mobilização de Ramsés II em Bruno Latour nos leva a crer que a descrição ator-rede traduzida para a historiografia seria eficaz para delinear as políticas do tempo de redes integradas por *tanatoagências* como o antigo faraó desde que não se abdique de descrever o funcionamento de dispositivos como o anacronismo. Assim, a noção de “simetria” pode ser estendida aos atores associados ao se tratar de suas temporalizações, compreendendo as instâncias temporais como resultado de mediações sociotécnicas e não como pressupostos sobre os quais se dispõem os atores. Ao se levar em conta Ramsés II, a causa de sua morte, o avião militar que o transporta, o Museu Egípcio do Cairo, Bruno Latour, as *science wars*, a base aérea Le Bourget, a revista *Paris Match* e os especialistas que investigam os seus restos mortais como coetâneos, analisando de que modo, na rede, alguns são *actancializados* como “passados” ou “presentes”, podemos restituir a noção de *existência relativa* a partir de um pluralismo ontológico, sabendo que enunciados da disciplina historiográfica que mobilizam dispositivos como o anacronismo e as calendarizações não são neutros e temporalizam a partir de políticas do tempo que são historicamente situadas.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. Traduzido por Alda Scher e Elsa Maria Nitsche Ortiz. *In*: AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 11-80.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Traduzido por Maria da Glória Novak e Maria Luíza Neri. Campinas: Pontes; Editora da Unicamp, 1991.

BEVERNAGE, Berber. "A passeidade do passado": reflexões sobre a política da historicização e a crise da passividade historicista. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, n. 24, v. 1, p. 21-39, 2021.

BURKE, Peter. O conceito de anacronismo de Petrarca a Poussin. **Política e trabalho**: revista de ciências sociais, João Pessoa, n. 39, p. 195-220, out. de 2013.

CALLON, Michel. Algunos elementos para una sociología de la traducción: la domesticación de las vieiras y los pescadores de la bahía de St. Brieuc. *In*: PEREIRA, Alberto Cotillo et al. (ed.). **Sociología de la ciencia y la tecnología**. Madri: CSIC, 1995. p. 259-282.

DISCH, Lisa. Representation as "spokespersonship": Bruno Latour's political theory. **Parallax**, Londres, v. 14, n. 3, p. 88-100, 2008.

FARNSWORTH, Clyde H. Paris Mounts Honor Guard For a Mummy. **The New York Times**, Nova York, 28 set. 1976. p. 5.

FABIAN, Johannes. **O tempo e o outro**: como a antropologia estabelece o seu objeto. Traduzido por Denise Jardim Duarte. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI**: a religião de Rabelais. Traduzido por Maria Lúcia Machado e José Eduardo dos Santos Lohner. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HARTOG, François; REVEL, Jacques. Historians and the present conjuncture. *In*: REVEL, Jacques; LEVI, Giovanni. **Political uses of the past**: the recent Mediterranean experience. Londres: Routledge, 2014. p. 1-12.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Traduzido por Andréa Souza de Menezes, Bruna Beffart, Camila Rocha de Moraes, Maria Cristina de Alencar Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Traduzido por Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Traduzido por Ângela Ramalho Vianna. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997a.

LATOUR, Bruno. Trains of thought: Piaget, formalism, and the fifth dimension. **Common Knowledge**, Durham, v. 6, n. 3, p. 170-191, 1997b.

LATOUR, Bruno. On recalling ANT. *In*: LAW, John; HASSARD, John. (ed.). **Actor-network theory and after**. Oxford: Blackwell, 1999. p. 15-25.

LATOUR, Bruno. On the partial existence of existing and non-existing objects. *In*: DASTON, Lorraine (org.). **Biographies of scientific objects**. Chicago: Chicago University Press, 2000. p. 247-269.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. Traduzido por Gilson César Cardoso de Souza. Bauru: Edusc, 2004.

LATOUR, Bruno. **Crônicas de un amante de las ciencias**. Traduzido para o espanhol por Lucía Vogelfang. Buenos Aires: Dedalus, 2010.

LATOUR, Bruno. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. Traduzido para o português por Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Editora 34, 2016.

LE GOFF, Jacques. O tempo de trabalho na "crise" do século XIV: do tempo medieval ao tempo moderno. *In*: LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média**: tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Traduzido por Maria Helena da Costa Dias. Lisboa: Estampa, 1979. p. 61-73.

LORENZ, Chris. Blurred lines: history, memory and experience of time. **International Journal for History, Culture and Modernity**, Amsterdã, v. 2, n. 1, p. 43-63, 2014.

MARTINDALE, Charles. **Redeeming the text: latin poetry and the hermeneutics of reception.** Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

PALMER, Allen W. Negotiation and resistance in global networks: the 1884 International Meridian Conference. **Mass communication and society**, Londres, v. 5, n. 1, p. 7-24, 2002.

POOLE, Reginald. **Imperial influences on the forms of papal documents.** Londres: British Academy, 1917.

POOLE, Reginald. **Medieval reckonings of time.** Londres: SPCK, 1918.

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. *In*: SALOMON, Marlon (org.). **História, verdade e tempo.** Traduzido por Mônica Costa Netto. Chapecó: Argos, 2011. p. 21-49.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história: um ensaio de poética do saber.** Tradução de Eduardo Guimarães e Eni Puccinelli Orlandi. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

ROTH, Norman. Calendar. *In*: GERLI, E. Michael (org.). **Medieval Iberia: an encyclopedia.** London: Routledge, 2013. p. 190.

SCHIFFMAN, Zachary Sayre. **The birth of the past.** Baltimore: The John Hopkins University Press, 2011.

SILVA, Glaydson José da; FUNARI; Pedro Paulo; GARRAFONI, Renata Senna. Recepções da Antiguidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 40, n. 84, p. 43-66, mai-ago. 2020.

STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas.** Traduzido por Max Altman. São Paulo: Editora 34, 2002.

TARDE, Gabriel. **Monadologia e sociologia e outros ensaios.** Traduzido por Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

TARDREW, C. Nos savants au secours de Ramses, tombé malade 3000 ans après sa mort. **Paris Match**, Paris, n. 1435, 26 nov. 1976. p. 74-75.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**: história, memória e política. Traduzido por Tiago Avó. Lisboa: Unipop, 2012.

VARGAS, Anderson Zalewski. As recepções e as conformações de passado e presente. **Heródoto**, Guarulhos, v. 4, n. 2, p. 7-17, jul.-dez. de 2019.

WHITROW, G. J. **O tempo na história**: concepções sobre o tempo da pré-história aos nossos dias. Traduzido por Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ZERUBAVEL, Eviatar. The standardization of time: a sociohistorical perspective. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 88, n. 1, p. 1-23, 1982.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Diogo Quirim é Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre, Bacharel e Licenciado (com Láurea Acadêmica) em História pela mesma universidade. Membro da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos e da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia. Especializado em História da Filosofia Grega Antiga e Teoria da História. Atualmente, dedica-se a estudar as obras de Bruno Latour, o conceito de anacronismo, as políticas do tempo e as representações da Antiguidade no mundo contemporâneo.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Av. Eng. Irineu Carvalho Braga, 2781, Canoas, RS, 92200-380, Brasil.

FINANCIAMENTO

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse foi declarado.

APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

CONTEXTO DE PESQUISA

O artigo deriva da tese "Anacronismo e políticas do tempo: uma tradução da teoria ator-rede para a historiografia a partir dos casos de Ramsés II e da Alegoria da Caverna de Platão em Bruno Latour", orientada pelo Professor Doutor Anderson Zalewski Vargas, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Programa de Pós-Graduação em História, defendida no ano de 2021. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=001130498&loc=2021&l=a8491a841adfc24e>.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA E OUTROS MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

EDITORES RESPONSÁVEIS

Flávia Varella - Editora-chefe

João Rodolfo Munhoz Ohara - Editor executivo

DIREITOS AUTORAIS

Copyright © 2022 Diogo Quirim.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Submissão: 1 de setembro de 2021

Alteração: 10 de janeiro de 2022

Aprovação: 19 de janeiro de 2022



DIRETRIZES
PARA AUTORES

GUIDELINES
FOR AUTHORS

1) Submissões

1.1. O cadastro no sistema e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso. Acesso em uma conta existente ou Registrar uma nova conta.

1.2. Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- Declaro que o artigo submetido é de minha autoria;
- Atesto que o artigo submetido é original e não está sendo avaliado por outra revista. Caso o artigo seja derivado de material contido em tese ou dissertação, confirmo que ele apresenta avanço substancial, principalmente na seção conclusão;
- Confirmo que o texto enviado está em formato .doc ou .docx, compatível com Word, e que estou seguindo todas as orientações presentes nas Diretrizes para autores;
- Confirmo que tenho número ORCID;
- Estou ciente que as palavras-chave devem ser retiradas da lista de palavras-chave da revista.

2) Diretrizes

2.1. Para submeter um artigo à História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography é necessário ter um registro na página da revista e fazer o login no sistema. Sugerimos que resenhas, entrevistas e documentos comentados sejam enviados para a HH Magazine, nossa plataforma de história pública.

2.2. Informações sobre a submissão

- Os arquivos enviados deverão utilizar o template padrão da revista.
- Os autores deverão enviar a declaração de Conformidade com a Ciência Aberta.
- Por favor, verifique se seu trabalho enquadra-se na Política de publicação prévia.

- Todos os artigos submetidos à revista são analisados por software de similaridade. Saiba mais em Política anti-plágio.
- Declaração de preocupação e investimento na correção das assimetrias entre Norte e Sul Global.
- A revista História da Historiografia encoraja seus autores a desenvolverem diálogos plurais, recorrendo a referências especializadas tanto do Norte quanto do Sul Global, promovendo a horizontalização do debate acadêmico e o enriquecimento das reflexões epistemológicas, teóricas e historiográficas.

3) Normas de apresentação dos manuscritos

- Os artigos devem conter entre 28 mil e 70 mil caracteres com espaço, incluindo notas e referências bibliográficas. Devem também apresentar um resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa.
- Recomenda-se que os autores dividam os artigos em seções, que devem consistir em títulos explicativos, em negrito e com maiúscula apenas no início (ou, se nele houver, substantivo próprio). Em hipótese alguma será aceita a divisão de seções por algarismo.
- A contribuição deve ser original e inédita, não estar sendo avaliada por outra publicação e não ter indicação de autoria. Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.
- O financiamento da pesquisa deve ser indicado de forma detalhada no campo informações sobre o artigo presente no template padrão da revista.
- Os artigos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.
- Todos os artigos serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores ad hoc, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações.

- Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Executivo fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.
- As palavras-chave devem ser retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista.
- As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser recuadas da margem esquerda (1,5 cm), sem aspas, em corpo 11 e espaçamento simples.
- Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol e inglês.
- As notas de rodapé devem ser de caráter estritamente explicativo, com o tamanho máximo de 260 caracteres com espaço cada uma e restritas ao máximo de 12 notas por artigo. Caso um número maior de notas seja essencial para a compreensão do argumento do artigo, o autor deve entrar em contato com a secretaria que avaliará o pedido. Quando for realizada a tradução de uma citação, o texto original não deve ser inserido como nota.
- As referências devem vir em corpo de texto no seguinte formato: (ABREU, 2005, p. 36). Em caso de dúvidas, favor consultar a ABNT NBR 10520 (2002).
- A referência a textos clássicos também deve ser feita no corpo do texto, com indicações do nome do autor, da primeira palavra do título da obra (em itálico) e da seção e/ou as linhas citadas, tal como nos seguintes exemplos: Aristóteles, *Poética* VII; Tucídides, *História* IV, 49. A referência completa à obra citada deve aparecer ao final do texto, nas Referências.
- Somente deve ser listado nas Referências material citado no texto. Os autores não devem utilizar siglas para identificar obras, pois este procedimento compromete o processo automatizado de identificação das referências. Todas as submissões realizadas deverão utilizar as normas da ABNT NBR 6023: 2018. Disponibilizamos exemplos dos principais tipos de documentos, a eles devem ser acrescentados os dados de consulta em caso de publicação eletrônica.

4) Informações sobre a submissão

4.1. Livro autoral

Estrutura: SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito**: subtítulo sem negrito. Tradução de Nome do tradutor. Cidade: Editora, Ano.

Exemplo: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

4.2. E-book

Estrutura: SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito**: subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano. E-book. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

Exemplo: BAVARESCO, Agemir; BARBOSA, Evandro; ETCHEVERRY, Katia Martin (org.). **Projetos de filosofia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. *E-book*. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/projetosdefilosofia.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2011. Exemplo:

BAVARESCO, Agemir; BARBOSA, Evandro; ETCHEVERRY, Katia Martin (org.). **Projetos de filosofia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. *E-book*. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/projetosdefilosofia.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2011.

4.3. Capítulo de livro

Estrutura: SOBRENOME, Nome (org.). Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome. **Título da obra em negrito**: subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano. p. pp-pp.

Exemplo: RICOEUR, Paul. Fase Documental: a Memória Arquivada. In: RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 155–192.

4.4. Coletânea

Estrutura: SOBRENOME, Nome (org.). **Título da obra em negrito**: subtítulo sem negrito. Cidade: Editora, Ano.

Exemplo: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (org.). **Representações**: contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

4.5. Artigo de periódico

Estrutura: SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico**: subtítulo sem negrito, Cidade, v. X, n. Y, p. pp-pp, meses abreviados (se houver) Ano.

Exemplo: RIGOLOT, François. The Renaissance Crisis of Exemplarity. **Journal of the History of Ideas**, Philadelphia, v. 59, n. 4, p. 557-563, 1998.

4.6. Texto disponível na internet

Estrutura: SOBRENOME, Nome. Título do texto. **Nome do Site**, dia, mês (abreviado), Ano. Disponível em: URL do site. Acesso em: Dia mês (abreviado) ano.

Exemplo: BENTIVOGLIO, Julio. Precisamos falar sobre o currículo de História. **Café História**, 15, maio, 2017. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/curriculo-de-historia/>. Acesso em: 18 abr. 2018.

4.7. Texto completo publicado em anais de evento

Estrutura: SOBRENOME, Nome. Título do trabalho. In: NOME DO EVENTO (EM MAIÚSCULO), número do evento, ano, cidade. **Anais** [...]. Cidade: Editora, ano, p. pp-pp.

Exemplo: ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. O polêmico Corsário, um pasquim da Corte Imperial (1880-1883). In: SEMINÁRIO DIMENSÕES DA POLÍTICA NA HISTÓRIA: ESTADO, NAÇÃO, IMPÉRIO, I, 2007, Juiz de Fora. **Anais** [...]. Juiz de Fora: Clio Edições, 2007, p. 500-501.

4.8. Dissertação ou tese

Estrutura: SOBRENOME, Nome. **Título da tese em negrito**: subtítulo sem negrito. Ano. Tese/Dissertação (Grau em Área do programa) - Nome do Programa, Universidade, Cidade, Ano.

Exemplo: RIBEIRO, Tatiana O. **A apódexis herodotiana**: um modo de dizer o passado. 2009. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) - Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009..

4.9. Matéria de jornal

Estrutura: SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Nome do Jornal**, Cidade, dia mês (abreviado) Ano. Caderno p. pp-pp.

Exemplo: GLEISER, Marcelo. Newton, Einstein e Deus. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 jun. 2010. Ilustrada, p. A23.

4.10. Documento depositado em arquivo

Exemplo com autoria: ARANHA, Luís de Freitas Vale. Carta a José Pinto. Arquivo Pedro Ernesto Batista, série Correspondência; PEB c 1935.01.15 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro). 15 jan. 1935.

Exemplo sem autoria: TERMO de obrigação que fazem Manuel Francisco Villar e Antonio Freire de Ocanha. Códice 296, f.108 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 2 mar. 1696.

- Sempre que possível, forneça todos os dados para a localização do documento no arquivo, tais como título do fundo ou da coleção, série, subsérie, notação (código do conjunto), instituição de guarda, local (entre parênteses), data do documento.
- No caso de referências a conjuntos ou itens em posse de pessoa física, registre-se: Acervo pessoal de.

4.11. Observações sobre a apresentação das referências

- O *In*, utilizado na apresentação de capítulos de livros, é em itálico;
- Sempre que utilizar uma referência consultada on-line, deve-se inserir a URL na parte 'Disponível em:' e 'Acesso em:', e caso o documento possua DOI, esta informação deve ser inserida;
- URL de artigos de jornais e textos da internet devem ser encurtadas, recomenda-se o encurtador <https://bitly.com>;
- A ABNT NBR 6023:2018 não utiliza mais "_____" e omite o nome de um autor, o nome deve ser repetido.
- Não deve ser utilizado aspas (simples ou duplas) em títulos de livros, capítulos ou artigos a menos que o título tenha, efetivamente, este símbolo.
- Caso o tipo de documento que você queria citar não esteja listado acima, pedimos que consulte a ABNT NBR 6023:2018, caso a dúvida persistir, entre em contato com a secretaria da revista historiadahistoriografia@hotmail.com.

4.12. Modalidade de artigo

- **Artigo original:** um artigo original é o relatório de um estudo escrito pelos pesquisadores envolvidos na pesquisa. Nele são descritos, por exemplo, os métodos adotados, os resultados encontrados, as hipóteses que guiaram o estudo, entre outras informações. Recebemos artigos originais sobre temas relacionados com os campos da história da historiografia, teoria e metodologia da história, filosofia especulativa da história, teorias históricas, filosofia do tempo, além de áreas afins. No ato da submissão, é indispensável indicar se o artigo deve ser avaliado para algum dossiê temático ou para a seção livre. Os manuscritos submetidos devem conter entre 28.000 e 70.000 caracteres com espaço, incluindo-se as notas e as referências bibliográficas.
- **Artigo de revisão:** o artigo de revisão fornece uma síntese abrangente do estado da arte sobre um determinado tema, identifica lacunas nas pesquisas atuais e sugere tendências. Recebemos artigos de revisão de literatura originais sobre temas relacionados com os campos da história da historiografia, teoria e metodologia da história, filosofia especulativa da história, teorias históricas, filosofia do tempo, além de áreas afins. No ato da submissão, é indispensável indicar se o artigo deve ser avaliado para algum dossiê temático ou para a seção livre. Os manuscritos submetidos devem conter entre 28 mil e 70 mil caracteres com espaço, incluindo notas e referências bibliográficas.

4.13. Declaração de Direito Autoral

Os autores são os detentores dos direitos autorais dos manuscritos submetidos. É autorizado à *História da Historiografia: International Journal for Theory and History of Historiography* a realização da publicação do referido texto. Os dados, conceitos e opiniões apresentados nos trabalhos, bem como a exatidão das referências documentais e bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).